



Entremeios de uma Cultura Viva

entrelaçamentos entre a PNCV e o pós-IV CNC

Deborah Rebello Lima;
Luiz Augusto F. Rodrigues;
Clarissa Semensato
Guilherme Varella;
Luana Vilutis

ORGANIZADORES



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Ficha técnica

Copyright 2025- Direitos desta edição reservados ao LABAC - Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense e ao Instituto Grão.

É permitida a reprodução e distribuição gratuita desta obra, contanto que se respeitem os direitos autorais.

Capa (ilustração e arte) e projeto gráfico: Flora Koti

Projeto editorial: LABAC e Instituto Grão

ISBN: 978-65-991609-6-7

Coleção Mirante, 13:

Dirigida por: Luiz Augusto F. Rodrigues, Marcelo Correia e Deborah Rebello Lima.

Publicação vinculada à parceria com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) do Ministério da Cultura (MinC), em referência ao Consórcio Universitário Cultura Viva UFBA – UFF – UFPR.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária: Simone Conceição da Silva Costa CRB-7/6301

C968	Entremeios de uma cultura viva: entrelaçamentos entre a PNCV e o pós IV CNC. / Organizadores: Deborah Rebello Lima, Luiz Augusto F. Rodrigues, Clarissa Semensato, Guilherme Varella e Luana Vilutis –Maricá: Instituto Grão, Niterói: LABAC/UFF, 2025. 240 p. ; 21x29 cm (Formato A4). Coleção Mirante, 13 Digital. Inclui gráficos, quadros e tabelas. ISBN 978-65-991609-6-7 1.Cultura Viva. 2. Política pública de Cultura. 3.PNCV – Política Nacional de Cultura Viva. 4. IV CNC – Quarta Conferência Nacional de Cultura. 5. Consórcio Universitário Cultura Viva. 6. Política Nacional de Cultura Viva. I. Título. II.LIMA, Deborah Rebello (Org.). III. RODRIGUES, Luiz Augusto F.. IV. SEMENSATO, Clarissa. V.VARELLA, Guilherme. VI. VILUTIS, Luana. 306.0981
------	--



LABAC – Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense
INSTITUTO GRÃO – Programas ambientais e Ações culturais

Editores da Coleção MIRANTE

Luiz Augusto F. Rodrigues

Marcelo Silveira Correia

Deborah Rebello Lima

Conselho Editorial da Coleção

Alexandre Barbalho

Ana Lúcia Pardo

Clarissa Semensato

Deborah Rebello Lima

Guilherme M. dos Santos

Lisbeth Araya

Luana Vilutis

Luiz Augusto F. Rodrigues

Marcelo Neder Cerqueira

Marcelo Silveira Correia

Maria Betânia A. Pereira

Marisa Schincariol de Mello

Pâmella Passos

Rachel Carvalho

Rodrigo Vieira Costa

Endereço para correspondência:

Universidade Federal Fluminense / Instituto de Artes e Comunicação Social

Laboratório de Ações Culturais

Rua Lara Vilela, 126 – São Domingos – Niterói, RJ

CEP 24290-510 – Brasil

<https://labacuff.wordpress.com>

Sumário

Apresentação pela Secretária Márcia Rollemberg	7
Aos ponteiros e ponteiras, rede de gestores e pesquisadores da Política Nacional de Cultura Viva	
PELA SECRETÁRIA MÁRCIA ROLLEMBERG	
Apresentação pelos Organizadores do livro	9
Temas e tensões sobre e a partir da política de Cultura Viva em seus 20 anos	
POR DEBORAH REBELLO LIMA; LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES; CLARISSA SEMENSATO; GUILHERME VARELLA & LUANA VILUTIS	
Vinte anos de Cultura Viva, Potência do Território Periférico, dos Povos Tradicionais e Originários	18
POR ADAIR ROCHA	
Desafios do Cultura Viva nos seus 20 anos	27
POR ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM	
A Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura como instrumentos para a superação do binômio cultura e natureza: algumas especulações a partir da IV Conferência Nacional de Cultura	41
POR ALEXANDRE BARBALHO	
Que mudanças, avanços e desafios na Política Nacional Cultura Viva?	53
POR ANA LÚCIA PARDO	
Participação social e política cultural: uma análise da PNCV na CNC e no documento base do novo PNC	69
POR CLARISSA SEMENSATO, DEBORAH REBELLO LIMA & LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES	
Tempo, processo e construções: 4ª Conferência Nacional de Cultura e 20 anos de Programa Cultura Viva	94
POR CLEISEMERY CAMPOS DA COSTA	

2004 + 20 : uma história em construção	108
POR DAVY ALEXANDRISKY	
Cultura Viva na 4ª Conferência Nacional de Cultura e no novo Plano Nacional de Cultura	123
POR JOSÉ MÁRCIO BARROS E TAYANE BRAGANÇA	
Podcast “Cultura é Viva!”: processos pedagógicos no contexto de retomada da Política Nacional de Cultura Viva.	145
POR LARISSA HELENA OLIVARES HERÉDIA E LUMA CORTES WYZYKOWSKA	
O Programa Cultura Viva e os desafios da territorialização da política	160
POR LIA CALABRE	
Política de Cultura Viva e a questão territorial – considerações sobre a PNCV no antes e no depois da IV CNC	171
POR LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES, DEBORAH REBELLO LIMA E CLARISSA SEMENSATO	
A implementação da Política Nacional de Cultura Viva 10 anos depois da Lei nº 13.018: confluências e rupturas	191
POR VALÉRIA VIANA LABREA	
Os Instrumentos de política pública: no entremeio da polissemia histórica do Programa Cultura Viva, da dinamicidade da estrutura orçamentária e da configuração de suas ações	205
POR FREDERICO A. BARBOSA DA SILVA E VALÉRIA VIANA LABREA	
Autores	253

Dedicado às ponteiras e aos ponteiros
de cultura desse Brasil profundo.

APRESENTAÇÃO:

Aos ponteiros e ponteiras, rede de gestores e pesquisadores da Política Nacional de Cultura Viva

Márcia Rollemberg
Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural
Ministério da Cultura

É com grande satisfação que apresentamos a publicação “Entremeios de uma Cultura Viva – entrelaçamentos entre a PNCV e o pós-IV CNC”, uma edição que traz reflexões sobre essa política pública afirmativa e inclusiva, e suas correlações com a IV Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília, de 04 a 08 de março de 2024. Um momento simbólico da reconstrução e fortalecimento das políticas culturais, marcado por ampla participação social: foram 1.201 delegados, sendo dois terços vindos da sociedade civil, 14 propostas aprovadas para o próximo Plano Nacional de Cultura (PNC) e 4.305 participantes, entre gestores públicos, conselheiros e representantes de todos os segmentos da diversidade artístico-cultural de todas as unidades da federação.

Para pensar uma Cultura Viva do tamanho do Brasil, a retomada das parcerias com as universidades e institutos federais foi uma iniciativa fundamental, intensificando os campos da pesquisa, do ensino e da extensão, visando consolidar a Política Nacional de Cultura Viva como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura. Após 20 anos de trajetória, a cooperação entre o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), já dá origem a uma iniciativa inédita: a criação do Consórcio Universitário Cultura Viva.

Essa iniciativa com o Consórcio contribui significativamente para a articulação da rede, a produção de pesquisas, estudos, boletins e análise de dados que subsidiam a gestão da PNCV, apoiam a implementação da atual Rede Nacional de 42 Pontões de Cultura territoriais, identitários e temáticos, e fortalecem ações como o mapeamento, o diagnóstico e a formação de 590 Agentes Cultura Viva, além da articulação para o incremento da rede e do acesso aos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). São muitos os desafios compartilhados em equipe e cada “tijolo” erguido nessa grande obra coletiva – a Política Cultura Viva – representa uma conquista. Com parceiros tão essenciais ao nosso lado, só temos a agradecer por estarem conosco nessa especial missão de ampliar os direitos culturais no Brasil.

O formato inovador do Consórcio Universitário possibilitou uma integração ampliada das capacidades institucionais para fortalecer essa política inspiradora e a rede colaborativa Cultura Viva. Trata-se de

uma rede com parceiros históricos, que já renderam preciosos frutos e que agora se amplia com a adesão de novos integrantes, em âmbito nacional e – podemos afirmar – também internacional. O Brasil também se conecta à Rede Educativa do Programa de Cooperação IberCultura Viva, que integra o ensino acadêmico e escolas populares, numa proposta de reconhecimento e encontro de saberes. Após 10 anos de sua criação, temos a honra de presidir novamente essa iniciativa, que conta atualmente com 14 países membros e tem na formação um dos seus principais eixos de ação.

Se a Cultura Viva tem em seu DNA o respeito à autonomia, ao protagonismo e ao empoderamento da sociedade, com gestão compartilhada e participativa, conhecer as suas interfaces com o maior encontro nacional de militantes da cultura, a IV Conferência Nacional de Cultura, é essencial para sua sinergia no alinhamento com as demandas do setor.

Como foi o debate entre gestores públicos federais, secretários, secretárias e dirigentes, respectivos fóruns estaduais e municipais, fazedores de cultura, mestres e mestras, produtores, criadores, artistas, técnicos e trabalhadores? Como os grupos e segmentos da diversidade, os povos e comunidades tradicionais, as culturas urbanas e rurais se fizeram representar? Quais as principais prioridades que pautam a política pública de cultura, em especial para aquelas destinadas a beneficiar as populações vulnerabilizadas? A intersectorialidade se fez presente nessa representação pública?

Pela expressiva contribuição à memória e à reflexão, para podermos ter uma gestão pautada em conhecimento e evidências, para uma prospecção assertiva da Política Nacional Cultura Viva em seus propósitos e objetivos de efetivar direitos culturais, parabenizamos aos organizadores, as autoras e autores e a equipe de edição, que possibilitaram reunir relevantes trabalhos, nessa especial coletânea para a cultura brasileira.

Saudações Culturais e boa leitura!

APRESENTAÇÃO:

Temas e tensões sobre e a partir da política de Cultura Viva em seus 20 anos

DEBORAH REBELLO LIMA
LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES
CLARISSA SEMENSATO
GUILHERME VARELLA
LUANA VILUTIS
Organizadores da publicação

APRESENTAÇÃO:

Temas e tensões sobre e a partir da política de Cultura Viva em seus 20 anos

Deborah Rebello Lima

Luiz Augusto F. Rodrigues

Clarissa Semensato

Guilherme Varella

Luana Vilutis

Organizadores da publicação

O livro “Entremeios de uma Cultura Viva - entrelaçamentos entre a PNCV e o pós-IV CNC” partiu do desejo de trazer reflexões sobre a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) em correlações com a IV Conferência Nacional de Cultura (CNC) e a retomada de uma agenda de compartilhamento e construção de políticas culturais públicas.

Num contexto no qual as conferências nacionais de Cultura ficaram sem ocorrer ao longo de onze anos, em que políticas de Estado como o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a PNCV tiveram avanço quase inexistente e que o próprio Ministério da Cultura (MinC) ficou extinto (2019-2022), a reconstrução e repavimentação de relações entre governo e sociedade é algo amalgamado de dificuldades e delicadezas.

As pesquisas em políticas culturais, por sua vez, ficaram à míngua de apoios e aportes federais, sobretudo por parte do Executivo. Foi neste contexto que algumas universidades federais propuseram ao MinC recriado em 2023 a possibilidade de ações formativas e de pesquisa sobre a PNCV, em vias de emblemáticas efemérides em 2024:

20 anos do Programa Cultura Viva (PCV), 10 anos da PNCV e 10 anos do Programa IberCultura Viva. Nasceu assim o Consórcio Universitário Cultura Viva (ver <https://consorcioculturaviva.uff.br>), integrado pelas universidades federais da Bahia, Fluminense e do Paraná para desenvolvimento do projeto “20 anos de Cultura Viva - pesquisa e formação”.

Parte dos pesquisadores ligados ao Consórcio Universitário acompanhou a IV CNC, precedido por levantamento que fizemos consorcialmente sobre a presença da PNCV nas metas encaminhadas para a Conferência. Coube à UFBA a síntese deste material preliminar identificado e à UFF e UFPR a construção de reflexões sobre a PNCV no pós-IV CNC. Assim, propusemos a um conjunto de expressivos pesquisadores deste campo de pesquisa a possibilidade de contribuições a este e-book, considerando os diferentes entrelaçamentos conceituais e práticos com eixos estruturantes da PNCV e as discussões/enfrentamentos/possibilidades para o próximo decênio pós-IV CNC.

O que segue nos capítulos conjuga reflexões sobre o PCV, a PNCV, o SNC, a CNC e a formulação em curso para o Plano Nacional de Cultura 2025-2035. Optou-se por seguir os capítulos na ordem alfabética dos nomes dos autores, uma vez que - em sua maioria - os textos apresentam informações e reflexões que transitam entre a formulação da política de Cultura Viva e sua trajetória ao longo dos 20 anos, impasses e potências conjunturais, e implicações preliminares e posteriores da PNCV junto à IV CNC

e formulação do novo PNC. Cumpre destacar que dada a incidência de termos estruturantes que percorrem a quase totalidade das páginas deste livro – como Cultura Viva, Conferência Nacional, Plano Nacional, democracia, participação etc. – acordamos com os editores em não seguir uma indicação da Coleção Mirante, à qual este e-book integra: o Índice Remissivo.

Algumas considerações gerais merecem destaque quando se reflete sobre a política de Cultura Viva em nosso país. Iniciado em 2004 como um programa do governo Lula, com Gilberto Gil como ministro de Estado da Cultura, o Programa Cultura Viva (PCV) e os Pontos de Cultura (PdC) foi a política proposta e coordenada por Célio Turino como secretário no MinC. Representava naquele contexto uma importante virada na forma de parceria travada entre governo e sociedade civil e buscava reforçar perspectivas de autonomia junto aos sujeitos sociais; além do fato de significar certa ruptura com o modelo vigente de financiamento público à cultura, até então baseado quase que unicamente no modelo da renúncia fiscal e todo o desequilíbrio social por ele provocado e que deixava à margem dos investimentos públicos os fazedores de cultura mais populares e alijados de um mercado cultural muito baseado em expressões da cultura com maior apelo midiático e lucrativamente financeiro.

Foi, entretanto, uma política que enfrentou desafios profundos, dentre eles a inconformidade entre práticas e territórios da cultura com tais características e a dureza de um sistema de financiamento público baseado no formato de convênios cuja principal foco se aporta na gestão financeira do projeto, muito mais do que em sua realização. Some-se a isto tratar-se de uma política potente sim, mas dependente da vontade da gestão governamental. Disputas dos “ponteiros” por marcos legais e regulatórios foram encontrando brechas e apoios, de modo que o Cultura Viva torna-se, a partir de 2014, em uma política pública de Estado e num contexto respaldado por um novo marco regulatório, agora focado principalmente na realização do objeto pactuado entre os grupos sociais e as gestões públicas. E se deram a partir de duas leis em sequência: a PNCV (Política Nacional de Cultura Viva) é a lei 13.018/2014 e o MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) a lei 13.019/2014.

Dez anos se passaram e o PCV se tornou lei. Sua regulamentação incluiu o Cadastro Nacional dos Pontos e Pontões de Cultura (que permite o mapeamento da Rede Cultura Viva) e a Comissão Nacional de Pontos de Cultura (colegiado autônomo voltado à construção compartilhada da PNCV junto ao MinC). O ano de 2014 significou, também, a formalização do transbordamento de fronteira do Cultura Viva através do programa intergovernamental da OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos): Programa IberCultura Viva – um espaço de diálogo, articulação e cooperação dos Estados da Ibero-América para a promoção e o fortalecimento das políticas culturais de base comunitária.

Virou lei, foi regulamentada, mas crises institucionais (impedimento contra a presidenta Dilma Rousseff e tentativa de extinção do MinC em 2016 e sua extinção definitiva durante os anos de 2019 e 2022) trouxeram paralisações, desmanches e retrocessos à política federal de cultura no país e à PNCV. Um

dos impasses mais expressivos foi a ausência de indução e de financiamento da política de Cultura Viva. Tal quadro encontra-se em pleno processo de reversão. O MinC foi recriado em 2023 e a PNAB (Política Nacional Aldir Blanc) trouxe garantia de financiamento à PNCV até 2027.

Consolida-se cada vez mais a perspectiva da PNCV se constituir como a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e tais conjunturas apontam melhores possibilidades para os próximos 10 anos e espera-se que o novo PNC (2025-2035) contribua significativamente neste processo e caminhar.

Adair Rocha tece considerações sobre a conjuntura nacional e aportes da construção e desenvolvimento do PCV e da necessária aproximação entre esfera governamental e práticas socioculturais por vezes deixadas à margem. Como aponta o autor,

A natureza do Cultura Viva é o chão de onde brotam, nascem e proliferam todas as possibilidades de significação do que, aí sim, pode ser chamado de “milagre brasileiro”: enquanto se respira, uma nova Cultura chega viva.

E há manifestação plural, diversa e singular da vida, que faz com que uma Folia de Reis, por exemplo, se reconheça de um jeito em cada canto. E assim, com todas as tradições e origens da história que somos.

Essa imensa rede já provocou mudanças em nossa história.

Como apontado por Albino Rubim em seu capítulo – que reflete, em especial, sobre embates e impasses que o PCV enfrentou nas relações Estado-Sociedade:

Nada casual que o ministro Gilberto Gil, em práticas e discursos, tenha enfatizado, desde o início do mandato, que o ministério em horizonte alargado seria uma das marcas de sua gestão, com a adoção da noção ampliada de cultura. [...] Nada casual que o Programa Cultura Viva floresça como emblemático do novo Ministério da Cultura.

Rubim entrelaça suas reflexões com a trajetória do MinC e das políticas públicas de cultura do século XXI, em especial as de cunho democrático-participativo.

Alexandre Barbalho segue na perspectiva de um olhar ampliado, tecendo aproximações entre cultura e meio ambiente. Barbalho parte da premissa de que as conferências nacionais têm capacidade de agendamento junto às políticas do governo federal. Seu texto é estruturado conforme a seguir:

O capítulo está organizado em três seções. Na primeira, argumenta-se sobre a necessidade de superar o binômio cultura e natureza de modo a integrar as duas agendas em uma mesma frente de atuação. Na segunda, discute-se como a PNCV, por meio de alguns Pontos de Cultura (PC),

atua como um ambiente de interligação entre cultura, natureza e suas políticas, o que sinaliza para um compromisso mais sistêmico e ampliado das políticas públicas. Por fim, analisa-se como a PNCV e a questão ambiental foram abordadas na IV CNC.

Ana Lúcia Pardo nos instiga a questionar avanços, mudanças e desafios da PNCV e se baseia nas metas do PNC e nas propostas e moções da CNC. Como a autora aponta,

Utilizamos como método a análise de conteúdo, a partir das entrevistas realizadas com representantes de Pontos de Cultura com atuação no Estado do Rio de Janeiro. Dentre os principais desafios, estão a garantia de manutenção de apoio e sustentabilidade dos Pontos de Cultura, a necessidade de desburocratizar o acesso e rever os critérios dos editais, para evitar o mal uso dessa política pública, que passa pelo cumprimento do pacto federativo, nos Sistemas Municipais, Estaduais e Nacional de Cultura e a Política Nacional Cultura Viva.

Cleise Campos (Cleisemery Campos da Costa) em seu capítulo apresenta importante histórico das Conferências Nacionais e a busca por uma construção compartilhada de políticas federais a partir de 2003. Como a autora destaca,

Após uma lacuna de 11 anos [...] foi a maior Conferência Nacional de Cultura, em números, quando foram realizadas 26 conferências estaduais, 01 conferência distrital e mais de 2769 conferências municipais nas etapas anteriores de preparação para o encontro nacional. Encerrado o hiato de 11 anos, a 4ª CNC celebra a retomada das discussões das políticas culturais nas cidades e estados, em meio ao entusiasmo do retorno do próprio Ministério da Cultura, no terceiro Governo Lula.

Em seu texto, Davy Alexandriskiy inicia chamando a atenção:

[...] minha participação nessa publicação se dá pela minha condição de fonte primária dessa experiência revolucionária de construção de política pública. Lembrando, ainda, que aos 75 anos de idade os filtros do meu discurso se desmancham no ar, como tudo que é sólido. Assim, minha abordagem será um mero, porém franco, testemunho de quem vivenciou (e segue vivenciando) cada etapa dessa política pública, de modo visceral, sem qualquer compromisso formal com uma análise conceitual acadêmica.

Uma política pública comprometida com a disruptura na lógica que preside a formulação das políticas públicas a partir das carências para corrigir demandas emergenciais. A Cultura Viva nasce apostando na potência de bem-sucedidas ações culturais [...]

Referenciando o ministro Gilberto Gil, Davy traz a assertiva: “Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local.”

O texto de Clarissa Semensato, Deborah Rebello Lima e Luiz Augusto Rodrigues é parte do esforço de pesquisa do Consórcio e se vincula à continuidade da análise da potencialidade de agendamento da PNCV em processos participativos e programáticos, tais como: o caderno de propostas da IV Conferência Nacional de Cultura, os resultados da escuta popular e o documento em consulta pública do Plano Nacional de Cultura. A análise de ambas busca identificar de que maneira a PNCV aparece de forma direta nestes documentos e de qual forma, ponderando potenciais diferenças, por exemplo, em relação ao PNC cuja vigência se encerrou em 2024.

Como os autores destacam:

Este artigo intenta mensurar o peso que a PNCV obteve nos processos participativos que culminaram nos resultados finais da CNC, e foram encaminhados para o texto base do PNC. Para tanto, serão analisadas três momentos desse processo: o primeiro momento de participação, tendo como objeto de análise o caderno de propostas da CNC; o segundo momento, a CNC em si, tendo como objeto de análise o resultado das propostas elaboradas e votadas na plenária da CNC; por fim, o terceiro momento, a integração desse material ao PNC, tendo como objeto de análise a primeira versão do texto-base, colocado à consulta pública.

O texto de José Marcio Barros e Tayane Bragança busca compreender como a política Cultura Viva e os Pontos de Cultura foram tratados no primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC, 2010-2024) e como se fazem presentes no processo de construção de sua segunda edição (PNC, 2025-2035). Os autores concluem que

há uma maior presença da PNCV e dos Pontos e Pontões de Cultura no processo de construção do segundo Plano Nacional de Cultura. Essa maior presença refere-se a um maior número de propostas de metas, tanto na Conferência Nacional de Cultura, quanto nas oficinas territoriais e no processo de consulta. Além disso, parece ter emergido uma visão mais abrangente, fruto certamente dos 20 anos de experiência e atuação dos Pontos e da PNCV, que apresenta vinculações e articulações com outras temáticas e ações do campo das Políticas Públicas de Cultura.

Larissa Herédia e Luma Wyzykowska abordam aspectos ligados ao desafio da formação da juventude acerca da PNCV, em especial a partir de seus envolvimento na construção do podcast “Cultura é Viva!”, uma realização da UFF e UFPR junto ao Consórcio Universitário Cultura Viva formalizado junto à SCDC/

MinC. Como as autoras destacam:

fomos provocadas enquanto jovens pesquisadores a desenvolver um produto formativo que dialogasse com a juventude, direcionado aos novos Agentes Cultura Viva, selecionados pelos Pontões de Cultura contemplados no edital do MinC de 2023. [...].

Neste capítulo, abordamos especificamente sobre o processo de concepção, pesquisa e criação desse podcast, refletindo sobre os aspectos pedagógicos que atravessaram seu desenvolvimento.

Justificam a abordagem por conta dos enfrentamentos que envolvem a PNCV no contexto decorrente da IV CNC, e constataam:

Uma das demandas que vem sempre sendo apontada nas Conferências Nacionais de Cultura relaciona-se à formação no campo da organização da cultura e da gestão de suas políticas. [...]

Neste sentido, um dos desafios da retomada da PNCV diz respeito à como informar e atualizar a juventude sobre ações e conceitos de uma política que ficou pouco aquecida nos últimos anos. Trata-se, portanto, de uma política pública de Estado da qual, principalmente dentro do ambiente dos jovens, pouco ou nada se conhece, e é esse o foco do nosso trabalho no podcast e neste texto.

O capítulo de autoria de Lia Calabre traz o tema do território. Como assevera a autora,

No Brasil há, em torno da construção de políticas culturais, uma espécie de consenso de parte dos estudiosos de que estas devem ser construídas a partir do diálogo constante e intenso entre diversos atores sociais. É um tipo de política pública que, em sua essência, deve ser constituída de baixo para cima, ou horizontalmente, respeitando tanto as autonomias dos entes (municípios e estados), quanto os desejos da sociedade civil, necessita responder às dinâmicas culturais locais. Partindo desse princípio, se for elaborada no nível federal, tende a não conseguir estabelecer esse diálogo a fim de contemplar as diversidades, as multiplicidades e as especificidades territoriais.

Em outro momento do texto, Calabre argumenta: “Em todas as localidades a cultura pulsa dinâmica, a comunidade se reúne, as festas são realizadas, existem brincadeiras, ocorrem fazeres culturais das mais diversas naturezas.”

Luiz Augusto Rodrigues, Deborah Rebello Lima e Clarissa Semensato trazem impressões pessoais sobre a IV CNC e tabulações sobre a PNCV a partir das Propostas, das Metas priorizadas e da consulta pública pós Conferência. A preocupação do capítulo é identificar como a questão dos “territórios” cons-

tam ou não da atual retomada da política de Cultura Viva, que “ao ser tratada como uma política de base comunitária, transita em noções como participação, cidadania, fomento à diversidade e fortalecimento do território”.

Como os autores argumentam, a ideia do Cultura Viva dialoga com preceitos do bem viver, conceito que ganha força quando miramos a expansão dessa política junto a latino-america. E destacam:

A discussão sobre o bem-viver toca em temas como sustentabilidade, justiça social, diversidade cultural e equilíbrio entre os seres humanos e a natureza. Ele se opõe à homogeneização cultural imposta por muitas formas de globalização, e promove o respeito e a valorização das diferentes formas de viver e pensar - o que em certa medida requer mudanças profundas nas estruturas políticas, econômicas e sociais, com a necessidade de muitos governos e sociedades reorientarem suas prioridades, e tratarem criticamente o capitalismo exacerbado.

O texto de Valéria Labrea recupera a trajetória do PCV e da PNCV - do qual destacamos logo as primeiras palavras para esta Apresentação:

Nos últimos 20 anos diversas experiências culturais emergiram, permitindo vislumbrar uma tendência nas políticas culturais de potencializar espaços e investir recursos em diferentes expressões culturais, nas periferias e nas ruralidades do país, a fim de garantir às respectivas populações a fruição de seus direitos culturais. Essas iniciativas produzem, promovem e registram a circulação de novos discursos, linguagens e narrativas, abrindo-se para a diversidade cultural.

O capítulo final com o texto de Frederico Barbosa da Silva e Valéria Labrea foge à regra dos demais capítulos e por isso foi deixado para o final. Trata-se de um texto mais longo, mas que entendemos importante incluir por conta das diversas e diferenciadas análises de dados sobre esta política pública, a trajetória histórica de seus aparatos institucionais, marcos normativos, assim como seus discursos e representações. Como os autores apontam,

Nos propomos a construir algumas evidências a partir dos documentos, dados orçamentários e cadastro do programa. Veremos o quanto a implementação de um programa com muitas fases, níveis e ritmos podem produzir opacidades a respeito dos seus significados.

Ainda nas palavras dos autores, o texto se estruturou conforme segue:

A seção 2 apresenta as mudanças do PPA e segue as mudanças do próprio CV ao longo das suas formas de estruturação. Seguiremos dois passos nessa seção. Primeiro descreveremos a estru-

tura de programas do Plano Plurianual (PPA) do Ministério da Cultura (Minc) e depois localizaremos o Programa Cultura Viva no PPA.

A seção 3 mostrará a instabilidade das ações do programa do ponto de vista orçamentário. [...] e apontam para o fato de outras narrativas podem ser contadas a partir dos Editais, embora estejam claramente conectadas aos recursos financeiros e ao método de seguir o dinheiro (Barbosa da Silva; Labrea, 2014, p. 62).

O cotejo entre os dois primeiros Modelo Lógicos do PCV, a partir da aposta dos gestores e a análise da polissemia que o CV produz integra a seção 4, seguida das considerações finais.

Vinte anos de Cultura Viva, Potência do Território Periférico, dos Povos Tradicionais e Originários

ADAIR ROCHA

Vinte anos de Cultura Viva, Potência do Território Periférico, dos Povos Tradicionais e Originários

ADAIR ROCHA

Quando o Ministro Gilberto Gil assumiu o MinC (Ministério da Cultura), a convite do Presidente Lula, recebeu também, como presente, um projeto nacional encomendado ao Presidente. O Ministro Gil, imediatamente, o iniciou.

Como se tratava da construção de Centros Culturais multiuso nos municípios do Brasil, naturalmente, o envolvimento da construção civil era um pressuposto. Diante dos primeiros indícios de possíveis desvios, o governo o abortou. Senti essa atitude como a sintonia de outra cultura pública.

Os anos de 2003 a 2010 constituem um período de grande agitação na cultura brasileira, quando políticas públicas para o setor passaram por transformações radicais, tanto no plano conceitual quanto na forma de interação do governo com a sociedade civil. Por isso, as palavras dos dois ministros foram decisivas. Em linhas gerais, elas apontam para uma nova compreensão do papel do Estado Brasileiro, sobretudo, como articulador da Cultura em três dimensões: a simbólica, responsável pela elaboração do modo de ver e recriar o mundo; a cidadã, como fator de integração social; e a econômica, pela sua alta capacidade de produzir riquezas. (Almeida; Albernaz; Siqueira, 2016, p. 5)

Estava colocada a possibilidade da elaboração e prática de um projeto no qual a população fosse sujeito. Tratava-se do Cultura Viva, que se desdobra nos, sempre famosos, Pontos de Cultura.

É importante frisar, nesse início, que o Programa Cultura Viva nasce para além dessa confluência citada.

Desde o início, o Ministério da Cultura criou seminários nacionais e locais para compartilhar com instituições, militâncias, produções, meios acadêmicos e pesquisas e, sobretudo, as práticas culturais sem acesso ao poder público. Essas que dão a cor, o tom e o tempero da pluralidade e da diversidade brasileira.

Muitos autores locais, nacionais e internacionais inspiravam esse diálogo aos Ministro Gilberto Gil, o Secretário Executivo à época, Juca Ferreira, o recém-chegado Célio Turino, que veio à coordenação do Programa. Ainda Sá Leitão, Paulo Miguez, Salomão, Manevy, Sérgio Mamberti, Antônio Grassi, Acco e tantos outros e outras, dialogávamos ao extremo para a mudança do mapa de gestão a partir da perspectiva democrática.

Eagleton, Barbero, Brandão, Freire, Chauí, Cândido, Canclini e demais assessoravam nossas reflexões e práxis. Muitas vezes, estiveram presentes em nossos encontros domésticos, estaduais e nacionais.

Os Pontos de Encontro com as tradições, na sua diversidade plural, bem como a pluralidade diversificada, que dá vida à visão de folclore, do popular e da Cultura para além dos eventos, mas na amplitude da SIGNIFICAÇÃO, permite-nos simplificar e dar vida concreta ao Programa Cultura Viva, nos aclamados PONTOS de CULTURA.

No dizer de Eagleton (2003, p. 10 e 48)

... a cultura é um nível dominante da vida social... A política, a sexualidade e a produção económica estão, até certo ponto, presas a uma ordem simbólica de significado... Esse é o salto da cultura como representação cidadã, quando a política se torna uma dessas dimensões... Na raiz latina de “colere”, qualquer coisa pode ser lida... de colher ou cultivar, à ideia de civilizacional...

1.1. O encantamento dos Pontos de Cultura

A natureza do Cultura Viva é o chão de onde brotam, nascem e proliferam todas as possibilidades de significação do que, aí sim, pode ser chamado de “milagre brasileiro”: enquanto se respira, uma nova Cultura chega viva.

E há manifestação plural, diversa e singular da vida, que faz com que uma Folia de Reis, por exemplo, se reconheça de um jeito em cada canto. E assim, com todas as tradições e origens da história que somos.

Essa imensa rede já provocou mudanças em nossa história. Aliás num país, majoritariamente, católico, vimos as contradições se manifestarem, enfrentando a rigidez hierárquica institucional, com um novo modelo eclesial. Trata-se da grande revolução que vai para além das Tradições religiosas, as chamadas Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs, cuja rede está na origem, por exemplo, na criação do Partido dos Trabalhadores, cuja força histórica está em seus núcleos de base. Essa prática vai irrigando a força da fé e da política. Pode-se dizer, então, que a ideia de Pontos de Cultura traz vida nova a essa rede que, na verdade, nasceu antes de todas as outras. Sua expressão pode se manifestar até em pontos de ônibus.

Estava estabelecida a nova rede de políticas públicas a partir de uma relação direta com a vida da população, especialmente, aquela parte que sempre ouviu falar de políticas públicas, mas nunca sentiu de perto, como afirmou uma Mãe de Santo de Peixinhos, grande favela de Recife, contemplada no Edital do Cultura Viva: “Ministro Gil, desse púlpito posso afirmar que o governo, agora, chega nas favelas não só com a polícia. Agora ele chega através de mim. Portanto, se eu, com meu terreiro de Candomblé, hoje um Ponto de Cultura, der certo, é o governo acertando”

Vale lembrar essa perversa contradição urbana que, como afirmo em “Cidade Cerzida” (Rocha, 2012), o Rio de Janeiro é uma singularidade da imagem invertida do espelho: para o Vidigal, temos o Leblon,

para o Cantagalo, Ipanema, dos Cabritos, Tabajara, Pavão, Copacabana; Babilônia, Chapéu Mangueira, no Leme, Santa Marta em Botafogo e entre a Gávea e São Conrado, a maior favela do Brasil: Rocinha, e daí por diante, como observa Geovani Martins (2018, p. 17-18), detalhes dessa realidade carioca e fluminense:

As pessoas costumam dizer que morar numa favela da Zona Sul é privilégio, se compararmos com as favelas da Zona Norte, Oeste e Baixada. De certa forma, entendo esse pensamento, acredito que tenha sentido. O que pouco se fala é que, diferente das outras favelas, o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto, na Zona Sul, é muito mais profundo. É foda sair do beco, dividindo com canos e mais canos o espaço da escada, atravessar as valas abertas, encarar os olhares dos ratos, desviar a cabeça dos fios de energia elétrica, ver seus amigos de infância portando armas de guerra, pra depois de quinze minutos estar de frente pra um condomínio, com plantas ornamentais enfeitando o caminho das grades, e então assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis. É tudo muito próximo e muito distante. E, quanto mais crescemos, maiores se tornam os muros.

1.2. A práxis da Cultura

A principal marca da minha experiência na gestão cultural está, sem dúvida, no Cultura Viva, mesmo antes da sua existência formal. Digamos que meu território sempre circulou na Folias de Reis, da Favela e da periferia do espaço urbano, é de prática mais frequente nos rincões rurais, à sofisticada produção acadêmica e cultural, na longa estrada de professor, escritor, pesquisador e gestor público de Cultura.

Devo acrescentar, no entanto, nesse amplo espectro de troca de saberes, a experiência partidária, sem vínculo automático com a gestão, e sim com sua percepção teórica, e ainda, o vínculo eclesial, com a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base, completamente, consciente do papel do Estado, e sua laicidade, com certeza. Isso me constitui com originalidade como professor, pesquisador e gestor, como reconheço, acima.

Voltando à práxis da gestão territorial, devo, antes de tudo, reconhecer que o Nacional, Estadual e o Municipal, como entes federativos, me deram condições de perceber e vivenciar os mistérios tão evidentes da prioridade local e seus arranjos financiadores e a mobilidade de circulação. Baixada e favela têm aí sua possibilidade respiratória e revitalizante.

Há falecimentos que são natalícios, sobretudo, para os anônimos que se destacam na história e passam a simbolizar a construção do processo histórico. Um deles, que faleceu no 30 de novembro de 1980, Agenor de Oliveira, o CARTOLA, que se torna marca do Samba e da Mangueira, como Escola de Samba. Assim, a Orquestra Infantil do Centro Cultural Cartola já nasceu imbatível como concorrente a Ponto

de Cultura. Assim como o Museu da Maré, as Camélias do Manguê, o Museu do Pontal, a Associação das Folias de Reis do Sul Fluminense, o PIM de Vassouras, o Quilombo São José da Serra, já nascem imbatíveis, nos Editais, como Pontos ou Pontões de Cultura; Tive a confluência histórica de participar desse momento como gestor público local e nacional, que parte da defesa e escolhas dos mesmos. Circo Voador, Tablado, Tá na Rua, de Amir Hadad, Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, também são imposições históricas do Cultura Viva!

E no território da Pequena África, o IPN, Instituto dos Pretos Novos, também caracterizando cemitérios clandestinos como Nascimentos, nessa história tão longa do processo escravizador no Brasil, ainda com resquícios contemporâneos.

Que bons ventos soprem a atual gestão para debater e apontar bons caminhos. Viva o Cultura Viva que em seus 20 anos tem a perspectiva de se estruturar como política pública federativa organizada nacionalmente, possibilitada também pela Lei Aldir Blanc.

A Política Nacional Cultura Viva, em minha opinião, estrutura uma das partes do Sistema Nacional de Cultura com seus grupos coletivos integrantes da Rede. Por seu posicionamento articulador de comunidades de múltiplas formas, sejam elas territoriais e por engajamentos virtuais.

Além disso, a proposição da gestão compartilhada no apontamento das diretrizes da política normativa e prática, precisa ser resgatado por todos nós como um legado na organização do campo cultural.

1.3. A gestão territorial do Cultura Viva

Minha participação nas três instâncias federativas contribui, sobremaneira, para a organização da evolução das políticas públicas do Cultura Viva. Editais, fóruns, teias são a força da relação sociedade civil e Estado.

Na ordem, a primeira relação com os Pontos de Cultura foi feita, diretamente, pelo MinC, pela brevidade da mudança da direção e gestão de políticas culturais. De forma mais natural possível, os convênios com os Governos Estaduais, que coincidiu com minha passagem da Assessoria em Brasília para a representação regional no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, que me permitiu participar dos primeiros editais, nos dois Estados. Isso possibilitou escolher a força Viva da Cultura nos dois Estados, com forças simbólicas já descritas, com Museus de Favelas, Prostituição, Folias de Reis e instituições tradicionais, criando uma rede ou redes que se rearticulam em Pontos e Pontinhos de Cultura.

Com um certo atraso, consegue-se o convênio com a Prefeitura do Rio, somente a partir da presença de Sá Leitão à frente da Secretaria, com a ampliação, inclusive com os pressupostos do MinC, com Marcelo Calero, o Secretário seguinte.

Em termos de políticas públicas, cujo crescimento está, intimamente, ligado ao processo de construção democrática, vivemos como ponto negativo a excessiva exigência burocrática que impediu, inclusive, que grupos, originalmente e historicamente, verdadeiros Pontos de Cultura, não conseguissem concorrer. Outra decorrência se dá no grande número de inadimplências e a consequente dificuldade de prestação de contas. De um lado, estritamente necessário o rigor com a clareza e transferência da coisa pública, contraditoriamente, impeditiva pelas exigências iguais para experiências desiguais. Pode-se dizer que há setores, tecnicamente, absolutamente preparados, inclusive, profissionalmente (há os que vivem disso) e aqueles fazedores e criadores distantes da BU-RO-CRA-CIA.

1.4. Temer 2016-2018: Calero e Sá Leão

O destaque do Cultura Viva, sobretudo no Rio de Janeiro, traz para o centro das atuações instituições e grupos que destacam uma nova onda da cultura de raiz, como apontou o Ministro Gil, quando vaticinou que quem faz cultura não é o Estado, mas a população em sua diversidade plural que inaugura a cultura museal nas favelas, a posse da terra e do território do Jongo e do Quilombo, por exemplo, o São José das Artes, na Região Sul Fluminense. Isso desafia o papel do Estado que é o de abrir condições de apoio material para que cada cultura aconteça e sua distribuição – nas diferentes linguagens.

O destaque do Cultura Viva, sobretudo no Rio de Janeiro, traz para o centro das atuações instituições e grupos que destacam uma nova onda da cultura de raiz, como apontou o Ministro Gil, quando vaticinou que quem faz cultura não é o Estado, mas a população em sua diversidade plural que inaugura a cultura museal nas favelas, a posse da terra e do território do Jongo e do Quilombo, por exemplo, o São José das Artes, na Região Sul Fluminense. Isso desafia o papel do Estado que é o de abrir condições de apoio material para que cada cultura aconteça e sua distribuição – nas diferentes linguagens.

1.5. Cultura viva é utopia e é denúncia: síntese democrática

Muito recentemente, participando de um debate sobre Cultura Viva, no Teatro Sylvio Monteiro, em Nova Iguaçu, a convite do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro, criei o título acima, reaprendendo as questões atuais, do desenvolvimento nacional e local da Lei Paulo Gustavo, antecipada pela Lei Aldir Blanc.

No dia anterior, nosso aposentado “compulsório” Davy Alexandriski, nessa confluência particular comigo, os nascidos em 50, esteve presente nesse atual, sempre debate. Além do universo diverso do debate, em geral, compartilhava esse tema com gestores da cultura institucional local, com antigos Pontos de Cultura como o Lira de Ouro, em Caxias e o atual Gomeia Galpão Criativo. Ainda o Funk e a cultura originária indígena. Minha prática de cerca de 15 anos na gestão pública de cultura permitia entender a

complexidade da gestão territorial que provocou os mandatos Gil e Juca no desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC), na efetivação do acesso à política pública de cultura, em organicidade institucional que faz chegar as verbas públicas na PONTA, como acontece com o SUS e os outros sistemas.

Dessa forma, está em curso, na medida da construção democrática, a possibilidade da visibilidade dos “invisíveis”, na ampla couraça da cultura indígena, das tradições afro e dos demais imigrantes no Brasil. O combate político das também tradições racistas e aporofóbicas, naturalizadas na longa história Escravizadora e, portanto, preparadas para a existência do fenômeno social urbano perverso que são as favelas e a longa destruição das nações das populações indígenas.

Podemos, agora, dizer com clareza, a potência do Cultura Viva que se constitui também em amplitude de sua fragilidade que, ao ser detectada, a denúncia da invisibilidade torna-se natural, em consonância com a construção do processo democrático.

Sua situação atual vem da longa estrada dos seis anos, após o Golpe contra a Presidenta Dilma, com o Governo Temer que cria condições para a existência do governo de ultradireita no Brasil, onde a “Arquitetura da Destruição” se transforma em estrutura de governo, com a eliminação do MinC, de cujas consequências fui réu até poucos meses atrás em decorrência do OcupaMinC, quando era gestor, no Capanema, da Representação Regional, desse Ministério, no RJ e ES.

Em artigo numa publicação sobre o Bolsonarismo no Brasil, trabalhei sobre essa questão histórica (infelizmente) da “Arquitetura da destruição” que reproduz os pressupostos da compreensão da arte pelos setores autoritários e totalitários da ultradireita, de destruição e de mudanças de direção:

Atitudes criminosas com a história institucional da Cultura são tomadas com naturalidade dos sistemas mais autoritários, para quem a cultura é sempre um risco. Simbólica e, realmente, constringedora é a nomeação para a Fundação Palmares de um capitão do mato, negro, que entra negando Zumbi, na expressão clássica do NEGACIONISMO em curso no conjunto do governo e em suas instâncias comunicacionais, na maior parte, falsas e criminosas, a alarmada fake news. A “Arquitetura da destruição” vai ganhando corpo com a sequência das nomeações para o comando da Secretaria, com propaganda explícita de Goebbels do papel nazifacista da propaganda a que se reduz a cultura. (Rocha apud Monteiro; Costa, 2022, p. 252-253)

É neste contexto que a resistência cultural civil, na capilaridade do Cultura Viva, sobretudo, e nas demais de multacentralidade das artes em parcerias com os setores democráticos do Parlamento, os Programas Aldir Blanc e Paulo Gustavo, das respostas à Pandemia de COVID-19, bem como à “Arquitetura da destruição”.

Isso, naturalmente, seja o cuidado com o que chamamos de políticas assistenciais, em grande parte até necessárias, mas que precisam adquirir o caráter institucional de política pública, partindo de vitórias e conquistas anteriores e avançando no contexto atual, muito mais adverso à construção democrática

que aproximam o direito e acesso, incompatíveis com a “invisibilidade” das periferias que, como disse, são povos e sustentação da atualidade da ESCRAVIZAÇÃO.

1.6. Lições como possibilidades de conclusão

Esses vinte anos do Programa Cultura Viva possibilitaram avanços políticos, jurídicos e institucionais de grande porte. Isso porque o famoso “lugar de fala”, fala alto para executivos e parlamentares, tanto para os que sentem o faro ou o cheiro do voto, quanto os que veem aí, a cortina de rede democrática, ou o cerzimento da multacentralidade que a Cultura na sua diversidade plural, é capaz de SIGNIFICAR.

Do mandato de Gil ao de Margareth Menezes, as fragilidades do intervalo autoritário, de inspiração nazifascista, são superadas pela força e resistência e de conquistas democráticas quando a COVID-19 e a “Arquitetura da destruição”, não impedem um avanço inicialmente de políticas públicas assistenciais transformadas em políticas públicas que navegam na trajetória da gestão territorial, que fazem as verbas públicas chegarem ao lugar de origem da criação e da distribuição da Cultura Viva.

Pode-se dizer assim que o “SUS” da Cultura, traduzido por Sistema Nacional de Cultura (SNC) e Plano Nacional de Cultura (PNC), na sua relação com Estados e Municípios facilitam mais concretizações do acesso público aos editais, prêmios e diálogos que fazem a Cultura acontecer.

Esse processo se torna também exemplo de possibilidades de acesso, como pela Lei Rouanet com instituições públicas e privadas, atentas, cada vez mais, ao desempenho do Cultura Viva (saliente-se a parceria Lei Rouanet e Vale, para projetos oriundos de favelas e periferias) nos quase “metafísicos” Pontos de Cultura e as demais linguagens que traduzem a SIGNIFICAÇÃO de nosso cotidiano. Observa-se, no entanto, que o setor audiovisual, que se fortaleceu, enormemente, no Governo Lula, está carecendo de afirmação governamental a essa que é também uma tradição de envergadura que sempre diz... “Ainda estou aqui”, com capacidade de reler e atualizar a História, na linha de projetá-la, com o pressuposto das contradições, fiel escudo de leituras da História. Por fim, que é sempre início da maioria do Cultura Viva esteve projetada em seu nascimento, ao ouvir, na sua vida o barulho ensurdecido dos “invisíveis” e “periféricos” estão no centro de produção econômica, política e cultural da vida do país, no entanto sem acesso às políticas públicas urbanas e rurais. Paulo Gustavo celebra hoje, no Rio de Janeiro, Estado e Capital, as parcerias do MinC com as Secretarias de Cultura locais. Salve o Cultura Viva e sua luta!

Esse texto, em seus contornos quase conclusivos, ares que derivam de inspirações de sensibilidades e criatividade que sustentaram a revolta de sujeitos populares da política pública de Cultura, com o proposto “do-in” antropológico, por nosso sempre Ministro Gilberto Gil.

Que isso possa ser indicador e sustentação dos próximos vinte anos do Cultura Viva!

Referências

- ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício. Cultura pela Palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/ Gilberto Gil e Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Contra a escravidão voluntária. São Paulo: Autêntica, 2003.
- EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: UNESP, 2005.
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para liberdade e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, Celso. Raízes do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GIL, Gilberto. Discurso 2 de janeiro de 2003. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício. Cultura pela Palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010 / Gilberto Gil e Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- MARTINS, Giovani. O sol na cabeça. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ROCHA, Adair Leonardo. Cidade Cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Pallas, 2012.
- ROCHA, Adair Leonardo. Da arquitetura da destruição à arquitetura da criação, da construção e da resiliência. In: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; COSTA, Frederico Lustosa da (org.). O bolsonarismo no poder: rupturas institucionais e suas consequências. Rio de Janeiro: Anagrama, 2022, v. 1, p. 249-262.
- ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural e retórica do ódio: crônica de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: EDUSP, 2003.
- TURINO, Célio. Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anitta Garibaldi, 2010.

Desafios do Cultura Viva nos seus 20 anos

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM

Desafios do Cultura Viva nos seus 20 anos

Antonio Albino Canelas Rubim

O convite para comparecer com um texto no livro requer um necessário esclarecimento inicial. Sou estudioso de políticas culturais, mas não especificamente das políticas culturais que envolvam o Programa Cultura Viva, que já possui uma grande quantidade de análises e pesquisas realizadas, como comprovou há algum tempo, por exemplo, Gleise Oliveira, em sua dissertação de mestrado, que orientei (Oliveira, 2018). Naquele ano foram detectados 173 estudos, entre artigos, dissertações, teses etc. Assim, gostaria de afirmar que o presente texto, de algum modo, traduz um olhar estrangeiro ao campo especializado de estudos.

Na sua gestação, o Programa Cultura Viva cunhou emblemáticos princípios, fundantes de sua trajetória e originalidade, dentre eles: autonomia, empoderamento e protagonismo. Princípios incisivos e generosos que balizaram sua singularidade. Sua história, em grande medida, condensa a luta incessantemente travada durante os 20 anos para realizar seus princípios. Dilemas, impasses e desafios conviveram com tais embates em um itinerário de enorme riqueza.

1.1. Primeiros sobressaltos

Por volta do início da segunda década do século XXI, aos seus seis anos, o surgimento de questões polêmicas, a exemplo das dificuldades de prestações de contas, tensionou o programa e seus arredores no Ministério da Cultura, paralisando seu desenvolvimento. Um equivocado diagnóstico, entendia as dificuldades como sendo da alçada da gestão e sugeria corrigir os impasses via uma perspectiva administrativa-gerencial. Ledo engano.

Na época, pertencendo ao Conselho Consultivo do programa, elaborei um pequeno texto em que divergia radicalmente da concepção meramente gerencial dos dilemas vividos. Escrevi então:

O Programa Cultura Viva [...], ao fazer interagir o estado com tais modalidades culturais e seus atores, expõe de modo contundente este caráter excludente e denuncia a grave inadequação existente no país entre estado e sociedade. Transformar este sintoma em mera questão de ajustes formais e burocráticos é destruir seu potencial de rebeldia contra o estado elitista. O Programa [...] exige, pelo contrário, refazer o estado, em perspectiva radicalmente democrática e republicana. (Rubim, 2009, p. 21)

Em verdade, o Programa Cultura Viva, a exemplo de outros programas mais tímidos do próprio ministério, possibilitava que ele pudesse interagir com novos agentes e públicos culturais, nunca antes participantes

das parcerias da instituição. O ministério se abriu, de maneira inaugural, para populações excluídas das relações político-culturais com o estado brasileiro, passo fundamental para a inauguração de um novo e inovador ministério.

Um estado excludente e elitista, conformado tão somente para interagir e servir às classes dominantes, esquecendo e silenciando a maioria de vastos setores e classes sociais da população brasileira. Um estado construído a partir do genocídio indígena, da escravidão negra e da adoção dos valores mais retrógrados da cultura branco-ocidental, alijando suas versões críticas. Um estado que teve todos seus parques instantes de transição social feitos pelo alto, através da conciliação entre as classes dominantes, com exclusão visceral dos dominados, como bem assinalou Carlos Nelson Coutinho. Um estado e uma sociedade marcados sempre por modernizações conservadoras. Um estado, com tais origens e características, não poderia ter veleidades democráticas e republicanas, a não ser forçado pelas lutas dos explorados e oprimidos.

O caráter insubmisso e subversivo do Programa Cultura Viva para ser levado à sério, bem como seus princípios, exige mudanças no estado e não apenas cosméticas adequações administrativas-gerenciais, como diversos agentes pleiteavam dentro e fora do Ministério da Cultura. Tratava-se de respeitar seu potencial inovador e redefinir as relações com o estado brasileiro, buscando espaços de democratização e de republicanização.

Não é possível tratar os novos agentes e as suas manifestações culturais com os mesmos dispositivos estatais existentes, que acionavam mecanismos pertinentes às formalidades tecidas pelas classes dominantes e pelos setores médios escolarizados, com tradição de vivência de tais dispositivos, distantes das populações excluídas. Urge então desenvolver procedimentos democráticos, republicanos e transparentes, adequados às culturas de tais populações. Ou seja, trazendo para cena um exemplo expressivo e em linguagem incisiva: não se pode ter políticas satisfatórias para a agricultura familiar usando os mesmos mecanismos do agro-negócio. O estado tem obrigação de se abrir, de modo democrático e republicano, aos novos setores sociais convidados a participar das políticas culturais do ministério.

O Programa Cultura Viva e outros programas de menor alcance do ministério agiam, conscientemente ou não, em tal perspectiva. O Revelando Brasis, criado por Orlando Senna na Secretaria do Audiovisual, e o Brasil Plural, animado por Sérgio Mamberti, tinham tal atitude. O Revelando Brasis incorporando ao universo audiovisual populações de cidades de até 20 mil habitantes, em geral, carentes de criação e produção audiovisual, em um programa de desenvolvimento do audiovisual, que genialmente não se atinha aos agentes e comunidades profissionais do audiovisual, mas se abria à cidadania (Lima, 2023). O Brasil Plural, acolhendo culturas populares, ciganas, indígenas e outras, ignoradas e silenciadas na história nacional, através inclusive da inovadora possibilidade de projetos inscritos de maneira oral (Mamberti; Alves Jr., 2012). O programa respondia bem a uma questão fatal: por que exigir que, populações com culturas predominantemente orais, tivessem que se submeter à escrita para buscar apoio para as culturas orais? Delicadezas necessárias quan-

do se desejar efetivamente acolher.

Todos estes programas e outros tensionavam o ministério para assumir a noção e o sentido ampliados de cultura, para além das fronteiras das artes e do patrimônio, como ocorreu tradicionalmente na história da instituição, com apenas raros instantes momentâneos de insubordinação. Nada casual que o ministro Gilberto Gil, em práticas e discursos, tenha enfatizado, desde o início do mandato, que o ministério em horizonte alargado seria uma das marcas de sua gestão, com a adoção da noção ampliada de cultura (Gil, 2003).

Com estes e outros programas, com destaque para o Cultura Viva, dado sua envergadura, que adquiriu inclusive na parceria com entes federativos e em termos orçamentários, o Ministério da Cultura constituiu uma inauguradora base social, agora não apenas formada por artistas e pessoal de patrimônio, mas abarcando populações, classes sociais e agentes culturais, antes não incluídos em diálogo e parceria com a instituição. Tal base social nova torna possível a adoção efetiva da noção ampliada de cultura. Nada casual que o Programa Cultura Viva floresça como emblemático do novo Ministério da Cultura.

A federalização do Cultura Viva, ainda que não assumisse uma consciência federativa em plenitude, dada inclusive a escassa concepção de federalismo cultural então vigente, foi um experimento de atuação federativa do ministério. Sua existência viabilizou a expansão do Cultura Viva, pois sem ela, o ministério sozinho não teria condições de dar tal envergadura ao programa. Mas a concepção limitada e até instrumental da federalização, sem uma visão clara e bem definida da participação dos novos parceiros, inclusive na gestão do programa, criou tensões, ao não incorporar os diversos entes federativos de maneira adequada.

Não é exagero afirmar que o Ministério da Cultura, em verdade, passou por um processo de refundação, ainda hoje em andamento, transformando-se em um novo ministério, distante do anterior, preso a uma noção restrita e elitizada de cultura. Desde então, ele pretende abarcar a cultura em sua noção ampliada, ainda que o processo em curso crie tensões, avanços e retrocessos, como os vivenciados mesmo no governo Dilma e depois, de maneira bem mais acentuada, nas gestões Temer e Bolsonaro, como podem ser visto na bibliografia indicada no final do texto.

1.2. Ambiguidades e dilemas

Os impasses, equívocos e paralisias demonstraram a incapacidade de algumas direções do ministério em perceber a centralidade dos programas citados para a conformação do novo Ministério da Cultura e, mais que isso, de um novo país. Felizmente a tradução do programa fora do país como Cultura Viva Comunitária, quando ele quase agonizava aqui, deu sobrevida ao Cultura Viva, assim como a luta heróica de agentes culturais, que conquistou, em contexto já difícil, a Política Nacional de Cultural Viva (PNCV), por meio da Lei nº 13.018 de 22 de julho de 2014. Tais dinâmicas asseguraram vida ao Cultura Viva, mes-

mo que em circunstâncias nacionais hostis.

As ambiguidades vivenciadas no Ministério da Cultura em relação ao Cultura Viva foram seguidas por uma conjuntura ainda mais adversária ao programa e à cultura em geral. As gestões Temer e Bolsonaro significaram agressões, paralisias e garrote financeiro para o campo cultural e, por consequência, para o Cultura Viva. O risco de morte por inanição foi intenso. A sobrevivência do programa em tais adversidades demonstrou a capacidade de enfrentamento do Cultura Viva e como ele foi acolhido e adotado, em todo país, de maneira vigorosa pelos agentes e comunidades culturais.

Os ataques à cultura e aos fazedores de cultura inclusive levaram a gestão Bolsonaro a excluí-los do apoio emergencial votado pelo Congresso para minorar os graves efeitos da pandemia sobre a área cultural. A resiliência do campo da cultura possibilitou resistir às investidas e superar as adversidades. Mais que isto, viabilizou, junto com a sensibilização do Congresso Nacional, a conquista de três vitórias surpreendentes, devido ao cenário anticultural da gestão Messias Bolsonaro: as leis Aldir Blanc I e II e a Paulo Gustavo.

Paradoxal que uma gestão tão avessa à cultura, em especial em seus tons mais avançados e emancipatórios, tenha propiciado dialeticamente, pelo acionamento de contradições, a conquista de três leis, duas emergenciais e uma de vigência de cinco anos, que instalam os maiores orçamentos já vistos pela área cultural no Brasil. Difícil explicar tal situação a qualquer ser humano que acompanhe a trajetória dramática da cultura e dos fazedores de cultura naqueles anos. Tais vitórias improváveis, dado o contexto nacional, e a política de desmantelamento deliberado do campo cultural, com tentativas de imposição de culturas autoritárias não tão bem-sucedidas, configuram uma conjuntura político-cultural também paradoxal, vivenciada no país.

1.3. Conjuntura político-cultural de 2023

O Brasil viveu paradoxal conjuntura político-cultural em 2023. Ela combinou, de modo complexo e desafiador, a recriação do ministério inexistente, destruído e vilipendiado desde o golpe de 2016, com o maior orçamento já existente para a cultura, resultante de lutas e improváveis vitórias, com a conquista das leis Aldir Blanc I, Paulo Gustavo e Aldir Blanc II, ainda na gestão Messias Bolsonaro, caracterizada por intensa guerra cultural. A realidade, com suas contradições, nem sempre parece fácil de ser decifrada.

A recriação do Ministério da Cultura, extinto em 2019, implicou também em reanimar seus organismos, submetidos ao desmantelamento, com perdas de institucionalidade, estrutura, organização, planejamento, orçamento, pessoal, normas, rotinas etc. Muitos de seus órgãos foram submetidos à sabotagem interna, realizada pelos próprios dirigentes impostos. Talvez o exemplo mais escandaloso tenha sido a

Fundação Cultural Palmares. Ameaças, perseguições, censura, corrupções, destruições se tornaram acontecimentos cotidianos na Secretaria Especial de Cultura, que tomou o lugar do ministério. Outro dado complicado: a rotatividade de seus dirigentes foi intensa. Algo como nove dirigentes, entre nomeados e interinos, em quatro anos. A cultura foi intensamente maltratada.

O Ministério da Cultura refundado teve que lidar com tal herança traumática, mais que maldita, que pavimentou o retorno avassalador das três tristes tradições das políticas culturais no Brasil: ausências, autoritarismos e instabilidades. Recriar o ministério em tais condições tem sido um desafio de enormes proporções administrativas e políticas. O processo suga energias e recursos, que poderiam estar sendo empregados na criação e reconstrução de políticas culturais democráticas.

O maior orçamento da cultura nasceu também de outra conjuntura paradoxal e complexa. Ela conjugou a pandemia e a guerra cultural da gestão federal anterior, que dilaceraram o campo cultural, mas que foram ambiente fértil para possibilitar a convergências de lutas, mobilização e organização visando enfrentar a cruel situação vivida pelos fazedores de cultura. O campo cultural, paralisado pelas medidas necessárias de combate à Covid, havia sido excluído por Messias Bolsonaro, de modo deliberado, do auxílio emergencial geral proposto durante a pandemia. Tal atitude e as tensões decorrentes de inúmeros atritos com a gestão, por certo, devem ser consideradas para entender a capacidade de mobilização do campo cultural, além de algum nível de politização, advinda da memória das políticas culturais experimentadas nos governos petistas entre 2003 e 2016.

As lutas vitoriosas pelo apoio específico à cultura reuniram comunidade cultural, parlamentares e partidos democráticos, especialmente os de esquerda, engajados com a cultura; assessores parlamentares afinados com o tema; sagaz sensibilização da maioria do Congresso Nacional e mesmo a disputa entre partidos democráticos de esquerda pelo protagonismo na formulação e autoria das leis. Enfim, ampla conjunção de fatores e agentes político-culturais, que impuseram derrotas contundentes à gestão presidencial bolsonarista, com vitórias improváveis, difíceis de serem decifradas por explicações simplificadas.

A conjuntura paradoxal, difícil de enfrentar, jogou o ministério, que estava sendo gestado, em um turbilhão de demandas e urgências nada fácil de atender. O enorme esforço, para além das forças institucionais existentes, exigiu uma trabalhadeira incansável: viagens e viagens, conversas e consultas, diálogos mis, articulações essenciais e intensas, múltiplas frentes de atuação. Remontar tudo destruído e organizar as novas necessidades está sendo até hoje uma empreitada complexa, trabalhosa, delicada e nada simples. A instalação dos comitês de cultura, afirmados reiteradamente pelo presidente Lula, exige imaginação e articulação. Reanimar e reinventar políticas culturais requer empenho e inteligência enormes.

Dentre as múltiplas demandas da inovadora conjuntura paradoxal, uma delas, para o bem e para o mal, assumiu centralidade: pensar, regulamentar, mobilizar e assegurar ampla participação dos entes federativos na implementação das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II, derivadas das lutas político-culturais vitoriosas. A necessidade de implementar as leis durante o ano de 2023 se mostrou imperiosa. Impossível perder recursos em uma área sempre tão carente de verbas. Impossível não buscar envolver amplamente os entes federativos – estados, Distrito Federal e municípios – na implantação e execução das leis, ainda que em um complicado federalismo cultural capenga, instalado em 2022, quando era crucial utilizar recursos da União de maneira federalista, mas sem deixar que ela tomasse as deliberações, pois as atitudes antidemocráticas da gestão federal colocavam em perigo os bens e serviços simbólicos.

O processo em 2023 foi vigoroso, conforme atestam as quase universais adesões dos entes federados às leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II. Garantir a capacidade da cultura em executar recursos conquistados é, sem dúvida, vital. Tais movimentos, sem menosprezar outras atividades, programas e projetos do ministério, assumiram protagonismo central em 2023. Nada surpreendente que a atuação relativa à lei Paulo Gustavo e à Política Nacional Aldir Blanc apareçam nas primeiras páginas da publicação, que resume as “entregas” do Ministério da Cultura em 2023. Nada casual a transferência da Conferência Nacional de Cultura, antes marcada para dezembro de 2023, para o ano de 2024.

A Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), então formulada, terá repercussão significativa sobre o financiamento da Política Nacional Cultura Viva (PNCV), pois na PNAB existem previsões de destinação de recurso para o Cultura Viva. Em estados e do Distrito Federal, no mínimo 10% do valor recebido por meio do PNAB deve ser utilizado com a PNCV, enquanto em municípios que recebem a partir de R\$ 360 mil, no mínimo 25% do valor recebido deve ser utilizado com o Cultura Viva. A destinação de recursos para a PNCV precisará ser informada no momento do cadastro do plano de ação na Transferegov. Assim, a PNCV passou a ser irrigada com recursos próprios para seu desenvolvimento.

1.4. Retomar a conferência nacional

As conferências são não só momentos privilegiados de encontro político-cultural, mas também instantes de ampliação da democracia participativa no país. É preciso apontar as relações umbilicais entre a realização de conferências e a construção da democracia participativa. Nada casual que as gestões golpistas tenham barrado as conferências e atacado conselhos, colegiados e os canais de participação democrática existentes na sociedade brasileira. A democracia participativa é um longo processo em constituição, com avanços e retrocessos, que seu itinerário comporta. Ela é vital para consolidar e revitalizar a cultura e a democracia no Brasil.

Além de ser encontro, democracia participativa, estímulo e ânimo, a IV Conferência Nacional de Cul-

tura propiciou o debate e a formulação de propostas político-culturais, oriundas de reivindicações do campo cultural de todo país. Essa estruturação democrática e federativa, envolvendo entes municipais, estaduais, distritais e nacionais, possibilitou a conformação de um complexo panorama das demandas dos agentes e das comunidades culturais brasileiros, bem como expressou o estágio político-ideológico alcançado por tais formulações. Os conteúdos resultantes do intenso processo de conferências municipais, territoriais, estaduais, setoriais, livres e nacional, sintetizados nas 84 propostas aprovadas e 30 priorizadas na IV Conferência, são relevantes contribuições para entender o Brasil e sua situação cultural. Elas expressam, de modo vigoroso, movimentos, manifestações e reivindicações genuínas do complexo campo cultural nacional.

Na IV conferência se reafirmaram importantes pautas, como o Cultura Viva, mais também o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Plano Nacional de Cultura (PNC) e a preocupação com as culturas dos explorados e dos oprimidos na sociedade brasileira: mulheres, negros, índios, pessoas discriminadas por sua orientação sexual, deficientes, idosos e tantos outros. Novas demandas emergiram, dentre elas, a título de exemplo, a atenção com culturas de territórios fronteiriços e a presença internacional das culturas brasileiras. Impossível lembrar aqui a rica gama de manifestações expressas nas metas priorizadas. Esses são apenas exemplos do complexo panorama contido nas propostas. Mas é preciso também reconhecer os frágeis comparecimentos de temáticas de ampla envergadura, a exemplo das culturas midiáticas e das culturas das redes sociais, bem como do modelo de financiamento à cultura. Todos eles com grande impacto nas culturas brasileiras.

A conferência não foi conferência, no sentido de palestra, com sua feição unidirecional. Ela se realizou como conversatório e disputa em torno de temas, que importam para a cultura no país. As propostas aprovadas e priorizadas são traduções democráticas da criatividade e da vitalidade do campo cultural nacional. A IV conferência exprime a retomada político-cultural, que teve início em 01 de janeiro de 2023, com a posse do presidente Lula, e também a imensa demanda cultural represada, decorrente dos ataques à cultura entre 2016 e 2022.

Mas, como aprendemos, contradições constituem a realidade na sociedade capitalista. A conferência não pode deixar de ser perpassada por contrapontos, dificuldades, impasses, limitações e mesmo silêncios, próprios da sociedade desigual de classes e intensificados pelos tempos sombrios, que feriram, entre 2016 e 2022, cotidianamente o campo cultural.

A conferência só pode ser devidamente analisada no âmbito do processo de luta político-cultural vivido pela sociedade brasileira. Nele vários setores se contrapõem, com destaque nos anos contemporâneos, para os autoritários, com suas distintas configurações, e os democráticos, com suas diferentes nuances. Os autoritários tentam impor (mono)culturas, atitudes não republicanas, censuras, ameaças, violências, ódio e atacam, em especial: culturas democrático-emancipatórias; institucionalidade cultur-

al; canais de participação; federalismo cultural; territorialização da cultura; diversidade cultural; transversalidade da cultura; democratização do financiamento, dentre outros. Os agentes e comunidades culturais democráticos lutam por políticas e valores, que configuram cidadania cultural, direitos culturais, democracia cultural e a umbilical conexão entre cultura e democracia.

Cabe, por conseguinte, inscrever as anotações breves sobre a IV Conferência no âmbito do processo de disputa político-cultural, essencial para a sociedade brasileira e mundial. Além disso, é preciso assinalar que as anotações se voltam, em especial, para as 30 metas aprovadas, sem, infelizmente, contemplar toda dinâmica virtuosa de animação, encontro e diálogo da IV Conferência e, inclusive, com suas 84 proposições aprovadas.

Alguns aspectos chamam, de imediato, a atenção em uma conferência, que teve como tema principal Democracia e Direito à Cultura. A leitura das 30 metas contabiliza poucas referências à democracia na sociedade, fora do âmbito específico da cultura. A própria palavra democracia tem escasso comparecimento nas metas priorizadas. Algo muito preocupante se se considera o tema geral da conferência e a disputa político-ideológica primordial vivida hoje no país, em torno dos embates entre autoritarismos e democracias e das disputas entre as diferenciadas concepções possíveis de democracias, desde aquela restrita-formal, que aprisiona a democracia ao estado-governo, até a proposta ampliada-substantiva, que imagina não só a democracia aprofundada no estado-governo, quanto as relações democratizadas em toda sociedade. Tais contendidas têm imensa ressonância na cultura. Fácil demonstrar como o autoritarismo afetou a vida cultural no período pós-golpe de 2016 e na gestão de 2019-2022, bem como ainda persiste contaminando o ambiente com o ódio de suas guerras culturais. A bibliografia constante no final do texto traça um bom panorama da temática.

A escassa preocupação com a democracia fragiliza o horizonte das metas prioritárias, descolando-as da imprescindível interação com a sociedade e concentrando seus olhares, em grande parte, no próprio campo da cultura, tomado em um sentido corporativo. As metas comportam questões, sem dúvida importantes, mas, por vezes, perigosamente restritas aos ambientes somente culturais, inibindo a necessária transversalidade da cultura com outras áreas governamentais e sociais afins, seja por meio de acionamentos da questão democrática, seja através do envolvimento com o projeto de desenvolvimento nacional.

Tais obstáculos à transversalidade impedem que a cultura alcance a afirmada e desejada centralidade no governo e na sociedade, pois mantém a cultura isolada. Essa atitude contradiz a adoção da noção ampliada de cultura, referendada por agentes culturais nacionais, pelo ministério e pela comunidade cultural internacional. Difícil conciliar o conceito amplo de cultura com metas, que concentram sua atenção no campo da cultura, subsumidas a uma concepção corporativa. O quadro pode se mostrar hostil a imaginação de novos e inovadores programas e projetos, que dialoguem com distintos univer-

sos afins à cultura.

O descompasso precisa ser revisto. Novamente aqui os esforços do Ministério da Cultura, dos agentes e das comunidades culturais serão cruciais para, democraticamente, superar as dissonâncias entre a amplitude da noção de cultura e a reduzida abertura das metas aprovadas. A IV Conferência Nacional de Cultura, visando aprimorar desdobramentos, reivindica sua reinserção na disputa hoje primordial na sociedade brasileira. A cultura tem muito a contribuir para a sociedade no enfrentamento, nacional e internacional, entre democracias e autoritarismos.

Outro aspecto que precisa de cuidadosa reflexão: a pouca presença da sociedade e da democracia para além do universo da cultura. A cultura perpassa toda sociedade. Ela forja comportamentos, modos de vida, valores, concepções de mundo, pensamentos, afetos, emoções, sensibilidades, sentimentos: enfim, maneiras de os seres humanos viverem o mundo, inclusive em perspectiva crítica contra as desigualdades e os privilégios. Ela forja culturas democráticas cruciais para o processo de transformação democrática da sociedade brasileira e mundial, hoje tão ameaçadas por autoritarismos e neofascismos. A IV Conferência em seu processo de desdobramentos precisa corresponder às necessidades da atualidade nacional e internacional e se voltar para uma conexão radical entre democracias e culturas democráticas.

Para além da visão geral da IV Conferência Nacional de Cultura, o Cultura Viva teve presença vigorosa na IV Conferência Nacional de Cultura, seja através da participação dos pontos de cultura em todo processo e na etapa final da conferência, acontecido em Brasília de 04 a 08 de março de 2024, seja por meio de propostas aprovadas pela conferência. Dentre suas deliberações mais expressamente vinculadas ao Cultura Viva podem ser destacadas: a proposta de ampliar a implementação da PNCV como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, apontando uma imprescindível articulação entre a PNCV e o SNC, antes não explicitada de modo tão contundente, e a proposta de garantir, potencializar e financiar a implementação da PNCV. Tais propostas apontam a PNCV como uma das prioridades deliberadas da IV Conferência Nacional de Cultura.

1.5. Desafios da atualidade

O contexto nacional, antes esboçado, encontra-se na atualidade sobredeterminado pela conjuntura internacional, que congrega profundas tensões: mundo unipolar x mundo multipolar, autoritarismos x democracias, ambas com potente presença, e democracia representativa x democracia ampliada, ainda em perspectiva embrionária, dada a crise da democracia liberal-representativa e a pequena emergência de alternativas de modalidades outras de democracias. A incidência do contexto internacional sobre o nacional não deve de modo algum ser menosprezado, pois ele dá balizas de possibilidades para os

desafios colocados na contemporaneidade brasileira.

A retomada do Ministério da Cultura significou a reativação do Programa Cultura Viva em um patamar diferenciado. A existência da Lei da Política Nacional Cultura Viva; o movimento do Cultura Viva Comunitária em países no mundo e na América Latina, com sua articulação e seus congressos, com a participação brasileira; a presença ativa do Cultura Viva na IV Conferência Nacional de Cultura; e a previsão de recursos para o programa, por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), abrem um rico leque de potencialidades da reanimação do Cultura Viva no Brasil atual.

A fragilidade da institucionalidade cultural do ministério, somada à própria dificuldade da dinâmica institucional do Cultura Viva, decorrentes dos anos de ambiguidades e de maus tratos do programa, colocam a realização efetiva de seus princípios como horizonte orientador para seus desafios na contemporaneidade. Consolidar bases institucionais para realização plena de seus princípios orientadores emerge, portanto, como desafio maior. Nesse sentido, a superação da tentação de dependência e de submissão ao estado ganha relevo. A dinâmica do programa, criado pelo governo Lula, diferente do ocorrido com o Cultura Viva Comunitária, nascido de movimentos sócio-político-culturais de diversos países, ainda que com inspiração no Cultura Viva brasileiro, demanda a construção de autonomia frente ao estado, mantendo canais respeitosos de diálogo e negociação, bem como financiamento público. Trata-se de conquistar algo próximo à autonomia das universidades federais, malgrado a enorme diferença entre elas. Elas são públicas, possuem financiamento do estado, mas preservam sua autonomia e seu protagonismo.

A autonomia desejada como movimento político-cultural da sociedade civil não significa independência em relação às demandas e disputas da sociedade e do estado, nem pode ensejar a constituição de guetos autossuficientes, que se isolam e não interagem com as lutas presentes na sociedade e no estado no sentido de sua democratização e emancipação. O risco do gueto é sempre existente em uma sociedade marcada pelo neoliberalismo, que não pode ser pensado apenas em sua dimensão econômica, mas que abarca dimensões sociais, políticas e culturais (Romão, 2024).

Noções correntes na sociedade e na cultura, se não forem bem discutidas e tratadas, podem ser armadilhas para capturar o programa. A economia criativa como solução mágica para todas as questões da cultura, impregnando o universo simbólico novamente de uma visão economicista; o empreendedorismo responsabilizando apenas os cidadãos pela resolução pessoal de sua situação social, esquecendo o papel essencial do estado e das políticas públicas; a sustentabilidade, deslocada de meio-ambiente e de seu sentido original de demanda por um desenvolvimento que respeite as dinâmicas da natureza, e reduzida à cobrança de uma sustentação econômica para as atividades culturais, sem reconhecer que existem modalidades de cultura que nunca irão ser sustentáveis neste sentido restrito e, portanto, devem ser mantidas pelo estado e pela sociedade, sem um viés mercantil. Enfim, estas e outras noções

que circulam no imaginário da sociedade e do campo da cultura precisam ser cuidadosamente criticadas e discutidas para poderem ser assimiladas ou não por um programa que tem por objetivo vital garantir e efetivar: autonomia, empoderamento e protagonismo.

A vigilância contra a tentação dos guetos autossuficientes coloca em cena a necessidade política de que o Cultura Viva esteja articulado em sintonia com as lutas democráticas: de superação das desigualdades; de distribuição justa de recursos; de reconhecimento da pluralidade e da diversidade social e cultural; de socialização da política e ampliação da democracia, com expansão para sociedade de relações democráticas; de fortalecimento da república e de respeito à coisa pública.

A afirmação, proteção e promoção da diversidade social e cultural, forças imanentes do Cultura Viva, ocupa espaço vital na sua afirmação e na sua consolidação. Em uma sociedade em que monoculturas autoritárias parecem emergir em contraposição ao reconhecimento e ao desenvolvimento das diversidades sociais e culturais, o Cultura Viva, como movimento político-cultural, tem um papel fundamental na conexão e inscrição da diversidade como componente essencial da democracia.

Para além da dimensão política, mas a envolvendo, outro desafio torna-se vital para o Cultura Viva: a reanimação potente de sua capacidade de se articular em rede, seja através de encontros presenciais, com destaque para as famosas e potentes teias, seja por meio das tecnologias de produção e distribuição de bens simbólicos.

A retomada vigorosa do caráter de rede é imprescindível para a atuação e o impacto político-cultural-ideológico do programa como agente relevante no cenário nacional, regional e local. Em uma sociedade cada vez mais caracterizada por uma sociabilidade contemporânea, que combina de modo cotidiano o presencial e o remoto; o local e o global, sintetizado na noção glocal; a convivência e a vivência à distância, que se pode traduzir no termo televivência, as redes passam a ser dado essencial para a conformação de tal sociabilidade. A atenção e o desenvolvimento de redes tornam-se fundamentais para a sociedade e para o Cultura Viva.

Os desafios contemporâneos, por conseguinte, não são desprezíveis, mas o itinerário de lutas e conquistas do Cultura Viva, em meio as ambiguidades e os ataques vivenciados, permite acreditar em sua capacidade de se colocar como movimento autônomo, empoderado e protagonista, parceiro dos setores explorados e oprimidos e dos segmentos democráticos, na construção de uma sociedade melhor, mais justa e mais igualitária, além de desempenhar papel central na criação de culturas mais diversas, plurais e democráticas.

Referências

- BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise. O MinC e a politização do campo cultural brasileiro. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, janeiro/junho 2017.
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural en tiempos de crisis: el Ministerio de Cultura en el Gobierno de Temer. Revista de Políticas Públicas, São Luiz, v. 22, n. 1, p. 239-260, 2018.
- BOLÁN, Eduardo Nivón. La política cultural. Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006.
- BRANDÃO, Sandra (org.) Brasil: cinco anos de golpe e destruição. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2021.
- COSTA, Iná Camargo. Dialéctica do marxismo cultural. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- DUARTE, Luisa. Arte, censura, liberdade. Reflexões à luz do presente. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.
- EMPOLI, Giuliano da. Engenheiros do caos. São Paul:, Vestígio, 2020.
- GIL, Gilberto. Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.) Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LIMA, Solange. Depoimento sobre Orlando Senna. Salvador, XIX Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2023.
- LINERA, Álvaro García. La democracia como agravio. Buenos Aires: CLACSO, 2024.
- MAMBERTI, Sérgio; ALVES JR, Dirceu. Sérgio Mamberti. Senhor de meu tempo. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2021.
- MELLO, Patrícia Campos. A máquina do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- OLIVEIRA, Gleise Cristiane Ferreira de. Institucionalidade cultural. O Programa Cultura Viva da criação até a lei 13.018-2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- OLIVEIRA, Gleise Cristiane Ferreira de. A atuação político-cultural da gestão Messias Bolsonaro (2019-2022). Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.
- ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural e retórica do ódio. Goiânia: Caminhos, 2021.
- ROCHA, João Cezar de Castro Rocha. Bolsonarismo. Da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- ROMÃO, Wagner (org.) Democracia versus neoliberalismo. Reflexões sobre a sociedade desigual. São Paulo: Hucitec; Fundação Perseu Abramo, 2024.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. As políticas culturais e o governo Lula. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2011.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio. Cultura e política no Brasil atual. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, p.37-55.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. El pandemonio como estrategia político-cultural en Brasil. Comunicación y Medios, Santiago (Chile), v. 40, p. 82-92, 2021.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. La acción político-cultural del gobierno de Mesías Bolsonaro. Alteridades, México, v.

(60, p. 9-20, 2020. Disponível em: www.alteridades.izt.uam.mx/index/Alate/issue/view/66.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Programa Cultura Viva – Projeto Pontos de Cultura. In: RANGEL, Antonia; LABREA, Valéria (orgs.) Seminário Internacional do Programa Cultura Viva. Novos mapas conceituais. Brasília:, Ministério da Cultura, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (orgs.) Políticas culturais no governo Dilma. Salvador: EDUFBA, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio. Cultura e política no Brasil atual. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SANTOS, Márcio Tavares dos. A arte como inimiga. As artes reacionárias, o regresso da censura e a guerra cultural no Brasil (2013-2021). Tese (Doutorado em Artes Visuais). Universidade de Brasília, 2021.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

STEFANONI, Pablo. El teórico de la conspiración detrás de Bolsonaro. Olavo de Carvalho y la extrema derecha en Brasil. Nueva Sociedad, Opinión, janeiro de 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/conspiracion-bolsonaro-olavo-carvalho/>

VARELLA, Guilherme; BRANT, João. Do Estado da Cultura ao Estado anticultural. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Márcio (orgs.). Brasil: Estado social contra a barbárie. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 523-538.

A Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura como instrumentos para a superação do binômio cultura e natureza:

algumas especulações a partir da IV Conferência Nacional de Cultura

ALEXANDRE BARBALHO

A Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura como instrumentos para a superação do binômio cultura e natureza:

algumas especulações a partir da IV Conferência Nacional de Cultura

Alexandre Barbalho

As conferências nacionais de políticas públicas – por se articularem com conferências estaduais e municipais e, a priori, terem um caráter consultivo e deliberativo – são instrumentos fundamentais para a construção de agendas governamentais a partir do movimento bottom-up.

Viviane Petinelli, ao pesquisar as duas Conferências Nacionais de Aquicultura e Pesca e de Promoção da Igualdade Racial e os dois Encontros de Políticas para Mulheres, ocorridas entre 2003 e 2010, estava interessada em aferir o que denominou de “capacidade inclusiva da conferência”, ou seja, o grau de incorporação das diretrizes aprovadas nessas instâncias participativas na agenda do governo federal. A autora concluiu que as conferências não só agendaram as políticas públicas, como tiveram efeito prático, posto que muitas propostas foram implementadas.

O setor da cultura não ficou de fora do amplo movimento participativo, com seus avanços e recuos, que se deu no país estimulado pelos governos Lula e Dilma. No que diz respeito, especificamente, às Conferências Nacionais de Cultura (CNC), estas foram realizadas em 2005, 2010, 2013 e 2024. Ainda que não haja uma análise sobre a sua capacidade inclusiva, para retomar o termo de Petinelli, é possível presumir que ocorreu algum grau de incorporação e implementação, por parte do Ministério da Cultura (MinC), das propostas apresentadas nas três primeiras.

O objetivo deste capítulo é, partindo do pressuposto da capacidade de agendamento das CNCs, analisar como a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) foi incorporada nas propostas da IV CNC, mas a partir de uma das áreas de sua atuação que é a do meio ambiente. O recorte justifica-se pela premência desta agenda diante da crise ambiental, que também é econômica, social, política e cultural, portanto uma crise sistêmica que coloca em risco todo o planeta. Contudo, a cultura tem sido pouco ou nada mobilizada como recurso para enfrentar essa problemática, basta ver a sua participação reduzida no debate global sobre “desenvolvimento sustentável” (Jeannotte; Duxbury, 2010; Lavanga; Drosner, 2020).

O capítulo está organizado em três seções. Na primeira, argumenta-se sobre a necessidade de superar o binômio cultura e natureza de modo a integrar as duas agendas em uma mesma frente de atuação. Na segunda, discute-se como a PNCV, por meio de alguns Pontos de Cultura (PC), atua como um am-

biente de interligação entre cultura, natureza e suas políticas, o que sinaliza para um compromisso mais sistêmico e ampliado das políticas públicas. Por fim, analisa-se como a PNCV e a questão ambiental foram abordadas na IV CNC.

1.1. Colocando em xeque o binômio natureza/cultura

O projeto da Modernidade sedimenta o movimento de separação entre o homem e o meio ambiente, a cultura e a natureza, o biológico e o social que vinha se dando no Ocidente a partir da longa transição do feudalismo para o capitalismo. Com isso, a racionalidade científica fundamentada na separação entre sujeito e objeto orienta o surgimento não só das ciências exatas e da natureza, mas também das humanas.

Nos tempos atuais, contudo, vem ocorrendo uma desconstrução desse apartamento no campo científico como um todo, com alcance variado de acordo com a disciplina e com o espaço de produção de saber, entre outras variáveis possíveis. O antropólogo colombiano Arturo Escobar observa que “parecemos compelidos a levantar a questão da natureza em um novo modo” e se pergunta: “Seria isso por que os constructos básicos com os quais a modernidade nos equipou para esta tarefa [...] não nos permitem mais interrogar a nós e a natureza em modos que poderiam gerar novas respostas?” (Escobar, 2005, p. 18).

Referindo-se à Antropologia, mas que entendo como um debate que pode ser expandido para o restante das ciências sociais, Perig Pitrou (2015) fala que a superação de uma perspectiva dicotômica, limitada para explicar as práticas e as representações humanas, leva ao desafio de ir para “além de natureza e cultura”. Certamente esse é um chamado também para as políticas públicas, incluindo as de cultura. Um modo de expressar esse imbricamento é perguntando, por exemplo, como se pode falar de diversidade cultural sem considerar a justiça ambiental e vice-versa?

Tomando o Caribe como uma parte que vale pelo o todo do planeta, em particular aquelas parcelas que foram submetidas a processos coloniais, Malcom Ferdinand diz que “o navio-mundo está no meio da tempestade moderna” e chama atenção para o fato de que “as destruições ambientais não atingem todo mundo da mesma maneira, tampouco apagam as destruições sociais e políticas [e culturais, acrescento] já em curso”. Olhando a partir do “porão da modernidade”, Ferdinand diz que o Caribe [e a América Latina, acrescento], “com seus imaginários crioulos de resistência e suas experiências de lutas (pós-)coloniais [...] permite uma conceitualização da crise ecológica associada à busca de um mundo desvencilhado de suas escravizações, violências sociais e injustiças políticas [e culturais, acrescento]” (Ferdinand, 2022, p. 22).

Por meio de uma ecologia decolonial, propõe o pensador martinicano, é possível superar a “fratura ambiental” decorrente da modernidade, “a oposição dualista que separa natureza e cultura, meio ambiente e sociedade, estabelecendo uma escala vertical de valores que coloca ‘o Homem’ acima da natureza”

(Ferdinand, 2022, p. 24). Mas não de qualquer homem, e sim o branco colonizador ou neocolonizador que subsume as diversidades humanas e não humanas.

Andréa Zhouri (2008), por sua vez, chama atenção para a necessidade de equacionar, entre outros elementos, sustentabilidade e diversidade cultural. O que implica em enfrentar os “conflitos em torno de direitos territoriais e significados culturais que ultrapassam tentativas de valoração monetária da natureza, mesmo na forma de medidas mitigadoras ou compensatórias”. Estes conflitos, diz a autora, se dão “quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e dos usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território” (Zhouri, 2008, p. 105), inviabilizando, assim, a reprodução dos seus modos de vida. “Modo de vida”, aliás, é uma ótima noção para pensar a articulação natureza-cultura, afinal, em seu sentido usual, refere-se às especificidades culturais de um coletivo, mas traz na própria expressão a dimensão de estar vivo, portanto o dado biológico da existência.

Estas não são questões colocadas em debate apenas por pensadoras/es do Sul Global. Atuando na Finlândia, e tratando especificamente da política cultural, ou, melhor, do “discurso da política cultural antropocêntrica”, Miikka Pyykkönen argumenta que essa perspectiva

é muito problemática na era de uma crise ambiental em expansão, que exige com urgência não apenas novas e mais influentes políticas para o desenvolvimento ecologicamente sustentável, mas também uma maneira diferente de pensar sobre a relação entre humanos/cultura e natureza, que ainda permanece hegemonicamente dualista – ou mesmo binária –, derivada do modernismo (Pyykkönen, 2024, p. 02).

O mesmo raciocínio pode ser aplicado para a PNCV, como irei argumentar na próxima seção. Nesse sentido, é estratégico investigar como os PCs já vêm atuando por meio da cultura na área ambiental – e vice-versa – para, com isso, apontar os possíveis desdobramentos para os novos rumos que a PNCV pode tomar.

2.0. Cultura e natureza na PNCV e nos PCs

O Programa e depois Política Nacional Cultura Viva (PNCV) já traz em seu nome a articulação imprescindível da cultura com a vida, portanto com a dimensão imaterial, simbólica, e material, biológica, natural da existência humana, reivindicada na discussão feita anteriormente.

Tradução livre. No original: *I argue that this economic and anthropocentric approach is very problematic in the era of an expanding environmental crisis, which urgently calls for not only new and more influential policies for ecologically sustainable development but also a different way of thinking about the relationship between humans/culture and nature than the still very hegemonic dualist—or even binary—understanding derived from modernism.*

Por sua vez, ainda que não tenha uma presença que possa se dizer marcante em sua normativa, a PNCV faz referência explícita à natureza no Art. 5º, que, ao destacar o desenvolvimento de políticas públicas integradas e à promoção da interculturalidade, aponta, entre as ações estruturantes, “cultura e meio ambiente” (Brasil, 2014, s.n.). Mas essa relação está implícita no Art. 7º, que se refere ao reconhecimento dos PCs e dos Pontões como grupos e entidades que priorizam, entre outras ações, o “reconhecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida das populações indígenas e das comunidades rurais, tradicionais, quilombolas e itinerantes” (Brasil, 2014, s.n.). Ao apontar para uma perspectiva “antropológica” de cultura, como modo de vida, e destacar grupos e comunidades (indígenas, comunidades rurais, quilombolas etc.) – que se constituem na interação orgânica com seu habitat/território que não está, no geral, situado em ambiente urbano –, este artigo reconhece a premência da relação entre cultura e natureza.

Essa agenda – da relação natureza-cultura – também se faz presente, ainda que de forma muito tímida, na rede de PCs. A plataforma Cultura Viva permite fazer a busca de PCs a partir de suas áreas de atuação. Uma delas é “meio ambiente”. Quando isso é feito, o resultado aponta para 131 agentes, sendo 3 do tipo “individual” e o restante “coletivo” – no universo de 7.172 PCs cadastrados, ou seja, menos de 2% –, que incluem o tema entre aqueles nos quais age.

Esse universo reduzido, ainda por cima, não está distribuído por todo o país, sendo que estados como Rondônia e Acre – situados na região amazônica, reconhecida pela riqueza de seus biomas em seus aproximados 6,74 milhões km² onde vivem cerca de 47 milhões de pessoas – não possuem PCs atuando na área ambiental. Por outro lado, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram quase 40% dessas iniciativas.

Quadro 01: estados com PCs ligados à temática de meio ambiente

Estado	Quantidade de PCs
AM	05
BA	10
CE	03
DF	06
ES	01
GO	04
MA	05
MT	03
MS	01
MG	13
PA	04
PB	01
PR	07
PE	03
PI	01
RJ	15
RN	07
RS	10
RO	04
SC	03
SP	22
SE	01
TO	02
TOTAL	131

Fonte: Plataforma Cultura Viva

Não é o caso de revisitar a extensa bibliografia sobre os PCs, mas se faz presente, em grande parte dela, a referência ao caráter inovador dessa política, à sua ligação com o território e seus saberes e à multiplicidade de suas ações. Desse modo, podemos pensar os Pontos como espaços possíveis para o exercício de um “pensamento da ecologia”, provocando dessa forma, seguindo Ferdinand, “um deslocamento epistêmico dos pensamentos do mundo e da Terra [...], ou seja, uma mudança de cena das produções de discursos e saberes” e experienciando “terceiros termos da modernidade” (Ferdinand, 2022, p. 33), na superação do binarismo ocidental. Atuando de forma orgânica com a cultura e o meio ambiente, em seus territórios e em suas comunidades, os PCs “constroem’ a natureza de modo radicalmente distinto das formas modernas” e demonstram que “a natureza e a sociedade não são antologicamente separados” (Escobar, 2005, p. 34).

Disponível em [http://culturaviva.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(agent:!t\),filterEntity:agent,map:\(center:\(lat:-15.813395760460573,lng:-47.87841796875\),zoom:5\)\)\)](http://culturaviva.gov.br/busca/##(global:(enabled:(agent:!t),filterEntity:agent,map:(center:(lat:-15.813395760460573,lng:-47.87841796875),zoom:5)))). Consulta feita em 03 nov. 2024.

Para finalizar esta abordagem, é relevante trazer a avaliação que Hugo Leonardo Ribeiro e Mário Lima Brasil fizeram da PNCV e dos PCs a partir do Indicador de Felicidade Interna Bruta (FIB). Os autores defendem que os pilares da Cultura Viva criam “condições facilitadoras para o FIB” (Ribeiro; Brasil, 2016, p. 81 – itálico no original). A pesquisa trabalhou com os nove domínios do FIB (Bem-Estar Psicológico, Saúde, Educação, Cultura, Uso do Tempo, Boa Governança, Vitalidade Comunitária, Meio Ambiente e Padrão de Vida), analisados de forma individualizada, para identificar quais conceitos ou palavras-chave eram mobilizados pelos entrevistados/as, todos/as participantes dos PCs avaliados. Os pesquisadores concluíram que

Entre os nove domínios do FIB, alguns surgem de forma mais clara e evidente, enquanto outros mal são mencionados ou de difícil vinculação às ações do ponto. Quatro domínios se destacam entre os demais. São eles a Cultura, Uso do tempo, Bem-estar psicológico e Vitalidade comunitária. Em seguida, há um grupo de domínios cujas associações surgem somente em alguns dos pontos, ou de forma secundária nos demais, que são a Educação, Padrão de vida, Boa governança e Meio ambiente. Por fim, o domínio da Saúde é o que menos impacto direto é perceptível nessa pesquisa. (Ribeiro; Brasil, 2016, p. 194 – negrito no original)

A pesquisa de Ribeiro e Brasil confirmam o levantamento feito na plataforma Cultura Viva no sentido da pouca relevância que a pauta ambiental tem entre os PCs apesar da abertura conceitual e normativa da PNCV para essa temática.

Diante desse dado, na próxima seção, irei analisar se e como os termos cultura e natureza/meio ambiente aparecem e se relacionam nesse importante documento para as políticas públicas de cultura do país que é o relatório final da IV CNC.

3.0. Como andaram a PNCV e a relação cultura e natureza na IV CNC

Pensando a IV CNC como uma radiografia das demandas dos agentes culturais do país⁴ – afinal, como afirma o seu relatório final, “a conferência proporcionou uma oportunidade para revisar conquistas passadas e identificar lacunas na formulação e implementação de políticas culturais, reafirmando a cultura como um direito universal, conforme preceitos constitucionais” (Brasil, 2024, n.p.) – é possível afirmar

⁴ Além das etapas municipais e estaduais, a CNC contou 45 atividades autogestionadas e também reuniões organizadas pelo sistema MinC, entre as quais “Comissão Nacional dos Pontos de Cultura” e “Cultura Viva 20 Anos”, além de ter sediado o Encontro Nacional de Gestores e a Reunião da Rede de Gestores e atendimentos e reuniões com setores específicos (Indígenas; Ciganos; Colegiados Afro; Gestores; Mestres de Capoeira; Movimentos LGBT’s; PCD’s; Movimento de Mulheres Negras; e Representação de Universidades) (Brasil, 2024)

Dos dezoito PCs avaliados por Ribeiro e Brasil, todos situados na região Centro-Oeste, o tema do Meio ambiente só aparece em três e somente um promovia efetivamente ações nesse campo, inclusive em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e WWF-Brasil.

que a PNCV, apesar de ser uma agenda importante para os/as participantes, teve pouco destaque no resultado final das propostas priorizadas. Por sua vez, o tema do meio ambiente foi quase inexistente.

A importância da agenda se revela no primeiro dia do encontro, 4 de março, quando os integrantes da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC) se reuniram para discutir os principais desafios da PNCV a serem tratados na Conferência. Para João Pontes, que foi coordenador-geral do Plano Nacional de Cultura (PNC) no MinC, entre 2015 e 2016, e na atual gestão é diretor da PNCV, a referida política está passando por um momento de retomada e de reconstrução e recebendo um investimento histórico por meio da Política Nacional Aldir Blanc. Ainda segundo o gestor, a Cultura Viva “é fundamental e estratégica para os grandes desafios que a gente tem no país, como a valorização da democracia, da diversidade e da possibilidade de construção de sujeitos sociais que valorizam sua ancestralidade e suas trajetórias” (Pontes apud Brasil, 2024, p. 30 – *itálico meu*). O papel estratégico da PNCV também foi reconhecido pelo presidente Lula em seu discurso de abertura da Conferência, ao destacar o retorno desta política como uma das entregas da retomada do MinC.

Contudo, das 30 propostas priorizadas nas seis plenárias ocorridas na IV CNC, a PNCV só aparece como tema central em duas delas (Quadro 02). São propostas abrangentes, é verdade, sendo que a primeira reivindica a ampliação da política e seu posicionamento como base comunitária do SNC. Essa perspectiva comunitária, inerente aos objetivos centrais da PNCV, destaca a valorização de povos e culturas que estão organicamente relacionados com o ambiente natural, como os indígenas, ribeirinhas, quilombolas, rurais e da reforma agrária, povos das águas e povos da floresta. A segunda relaciona a implementação da PNCV com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e o Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, o que fortalecerá a interseção desta política cultural com a ambiental. A PNCV foi ainda objeto de duas moções na Plenária Final da IV CNC, ambas voltadas para os 20 anos da política, bem como para seu fortalecimento, incluindo a elaboração de um Plano Nacional específico (Quadro 03).

5. A PNPCT foi instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Neste documento, os povos e comunidades tradicionais são entendidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007, n.p. – *itálico meu*).

6. A proposta do Programa surgiu a partir da Conferência Temática (CT) de mesmo nome, realizada em Fortaleza, com a participação de mais de 150 pessoas de diferentes setores e de várias partes do país. O objetivo foi construir uma agenda de promoção e preservação da diversidade cultural específica de assentados da reforma agrária, agricultores familiares, trabalhadores rurais, povos de quilombo; das águas: ribeirinhos, pescadores, marisqueiras; das florestas: indígenas, extrativistas; fazedores e fazedoras de cultura que vivem e ou atuam nesses territórios; e lideranças de organizações sociais que atuem na área da cultura. Na avaliação de Fabiano Piúba, atual secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC, esta CT ajudou o MinC e as políticas culturais a “florestaniar”: “Então é cultivar, é arar, é aguar. Essa Conferência reúne cultura e meio ambiente, cultura e sustentabilidade. Quando a gente reúne uma Conferência Temática como essa, a gente tá reunindo duas dimensões muito importantes, que são as dimensões da cultura e da natureza (*itálico meu*)”. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/propostas-para-a-promocao-e-preservacao-da-diversidade-cultural-dos-povos-do-campo-aguas-e-florestas-serao-levadas-a-4a-cnc>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Quadro 02: A PNVC entre as propostas priorizadas na IX CNC

Eixo	Colocação	Quantidade de votos	Descrição
Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social	2º	124	Ampliar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), promovendo o exercício e a consciência dos direitos culturais; fortalecendo valores democráticos, a alteridade, a criatividade, a expressão, a ampliação de repertórios, a qualificação de ambientes sociais, a educação popular, a economia solidária, a cultura digital, a memória, a contracolonização e o bem viver. Potencializar os grupos culturais, os territórios, as comunidades, as diversas linguagens artísticas, a participação popular e a atuação em redes, com recorte nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais, indígenas, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, de matrizes africanas, rurais e da reforma agrária, povos das águas, povos da floresta, fronteiriços, periféricos e de favela, populações empobrecidas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, além da diversidade e o combate às desigualdades, na seleção de pontos e pontões de cultura, pontos de memória, pontos de memória dos territórios indígenas, casas de reza dos territórios indígenas e pontos de memória dos povos de matrizes africana, pontinhos de cultura, pontos de leitura, bibliotecas comunitárias e rurais, cineclubes, circos, pontos de cultura e de memória no exterior, a concessão de bolsas para agentes do Cultura Viva e para mestres e mestras das culturas populares. A garantia da descentralização territorial deve ser estabelecida em um pacto federativo que parta da centralidade da municipalização na aplicação de recursos, com a regionalização e o apoio às redes como atribuição dos governos estaduais, e a implementação de orçamentos participativos para orientação dos recursos, reduzindo/extinguindo a disputa via editais, e reconhecendo o Fator Amazônico
Eixo 4: Diversidade Cultural e	3º	108	Garantir, potencializar e financiar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/14) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, considerando a diversidade de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, pessoas em privação de liberdade, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior.

Fonte: Brasil, 2024

Quadro 03: Moções à PNCV na IX CNC

Monção	Propotente	Resumo
Nº 52 - Moção de defesa ao Cultura Viva	Jacqueline Baumgratz, Alcemir Palma	Recomendamos que o MinC - Ministério da Cultura, estabeleça interlocuções para defesa das pautas dos 20 anos da lei Cultura Viva incluindo o planejamento da volta das teias Nacionais junto a SCDC e todas as demais secretarias
Nº 92 - Plano Nacional Cultura Viva 20 anos.	Arthur Anderson Rodrigues Alves	Um momento de dar visibilidade à Política Nacional Cultura Viva 20 anos, referendar e atualizar a meta 23 do PNC e criar o Plano Nacional Cultura Viva 20 anos.

Fonte: Brasil, 2024

No que se refere à agenda ambiental, ela aparece de forma explícita na quarta proposta mais votada do “Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social” com 121 votos. Trata-se de uma reivindicação acerca da reestruturação e democratização do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) que demanda, entre outros pontos, incluir novas cadeiras no Conselho, entre as quais a de “bio-mas-cultura e natureza”.

O tema da natureza, em sua relação com a cultura, surge também no Anexo 4 do relatório, que registra os encontros setoriais ocorridos na Conferência. Desse modo, David Kopenawa, escritor e liderança dos povos Yanomami, que participou da mesa do setor Arquitetura e urbanismo, chama atenção do público para a indissociabilidade da natureza com a cultura entre os povos indígenas:

Sou ianomâmi, sou da cor de terra, não sou branco, somos misturados. Explica um pouco da diferença entre a cultura das pessoas da cidade, ensinadas na escola e a cultura dos povos indígenas que aprendem junto com a natureza. Está aprendendo sempre. Nossa arquitetura é diferente, não tem desenho no papel. Nós cuidamos muito e seguimos o caminho da natureza. (Kopenawa apud Brasil, 2024, p. 196).

No encontro setorial das Artes Visuais, a artista pernambucana pertencente ao povo Xukuru de Cimbres, situado na cidade de Pesqueira, Juliana Xucuru, em sua “fala inspiradora”, destaca:

nossa fé na sacralidade da natureza constitui a base de nossa existência e relações, conferindo força aos nossos territórios sagrados. Segundo a cosmovisão Xukuru, quando nos deparamos com experiências singulares ou lugares especiais que sentimos ser destinados a ocupar, interpretamos isso como um chamado, lembrando-nos de que todos fazemos parte da natureza e devemos zelar por esses territórios.

Foi nesse contexto que passei a adotar a cosmovisão e cosmogonia indígenas do meu povo Xukuru como principais referências em meus processos de pesquisa e expressão artística, tanto na formulação teórica quanto na concretização de formas por meio de diferentes meios. Nossa fé ou ciência, fundamentada nos Encantados e na Natureza Sagrada, nos ensina que existem múltiplas direções além das indicadas pela “bússola” do homem branco, mesmo que estas nos escapem à percepção” (Xukuru apud Brasil, 2024, p. 205).

No setorial das culturas indígenas, a “fala inspiradora” de Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC de 2011 a 2014 e na atual gestão, lembrou que

as comunidades indígenas nos ajudam a ampliar a visão de que a Terra e a natureza são sujeitas de direito, e que há muito ensinamento e aprendizados nesse campo e no campo da inovação, bem como nos campos da saúde, da educação, do desenvolvimento agrário, da cultura alimentar e da economia, campos que precisamos integrar para desenvolver uma política que beneficie a todos. (Rollemberg apud Brasil, 2024, p. 225)⁷.

Por fim, no setorial de museus, Alexandre Gomes, consultor da OEI pelo Ibram, em sua participação na mesa, ao discutir a questão da participação social no agendamento e implementação das políticas culturais governamentais, propôs alguns pontos de inflexão para um debate alinhado a uma museologia política, social e comunitária, entre os quais a “natureza como sujeito de direitos” (Gomes apud Brasil, 2024, p. 254).

Como podemos observar, ainda que quantitativamente as referências à PNCV e à articulação entre cultura e natureza na IV CNC sejam poucas, elas reivindicam um lugar estratégico dentro da política cultural brasileira, empoderando seus agentes e suas agendas, o que possibilita um espaço de articulação e agendamento aos agentes político-culturais interessados nessa perspectiva.

7. Interessante observar que o debate sobre patrimônio envolveu desde o início, tanto em âmbito internacional, quanto no Brasil, as dimensões culturais e naturais. A esse respeito ver Pelegrini, 2006.

Referências

- BRASIL. Ministério da Cultura. 4º. Conferência Nacional de Cultura. Relatório Final. Brasília: MinC, 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.
- ESCOBAR, Arturo. Depois da natureza – passos para uma Ecologia Política antiessencialista. In: PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Héctor (orgs). Políticas públicas ambientais latino-americanas. Brasília : Flacso, 2005, p. 17-64.
- FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.
- JEANNOTTE, M. Sharon; DUXBURY, Nancy. Culture, Sustainability, and communities: exploring the myths. Oficina do CES, v. 353, p. 1-26, 2010.
- LAVANGA, Mariangela; DROSNER, Martina. Towards a New Paradigm of the Creative City or the Same Devil in Disguise? Culture-led Urban (Re)development and Sustainability. In: OAKLEY, Kate; BANKS, Mark (Orgs). Cultural industries and the environmental crisis. New Approaches for Policy. Nova York: Springer, 2020.
- LOPES, Júlio. Viver em rede: as formas emergentes da dádiva. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2017.
- PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006
- PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). Opinião Pública, v. 17, p. 228-250, 2011.
- PITROU, Perig. Uma antropologia além de natureza e cultura?. Mana, v. 21, p. 181-194, 2015.
- PYYKKÖNEN, Miikka. Naturalizing culture—time for an ecological understanding of “culture” in international culture and sustainability policies. Frontiers in Political Science, v. 6, p. 1-11, 2024.
- RIBEIRO, Hugo; BRASIL, Mário (org). Programa Cultura Viva: impactos e transformações sociais. Brasília: UnB, 2016.
- ZHOURI, Andréa Diversidade cultural e justiça ambiental. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68, p. 97-194, out. 2008..

Que mudanças, avanços e desafios na Política Nacional Cultura Viva?

ANA LÚCIA PARDO

Que mudanças, avanços e desafios na Política Nacional Cultura Viva?

Ana Lúcia Pardo

1.0. Introdução

Cultura Viva é o nome de uma política pública, criada em 2004, na gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil, durante o governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, fundamentada na gestão compartilhada a partir de uma cultura de base comunitária. Por meio da Portaria nº 156, o Ministério da Cultura criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania Cultura Viva, em que seriam implantados 3.920 Pontos de Cultura, até o final do ano de 2010, com um investimento de R\$ 391,6 milhões voltados para a manutenção de espaços e na promoção das manifestações culturais (Memorial da democracia, 2024). Dez anos depois, em 22 de julho de 2014, na gestão da ministra da Cultura Marta Suplicy, o Programa Cultura Viva tornou-se uma política de Estado, ao ganhar a forma de lei, a Lei Cultura Viva nº 13.018, de 22 de julho de 2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, que instituiu legalmente a Política Nacional Cultura Viva – PNCV, visando simplificar e desburocratizar os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil. A partir daí, tornou-se um marco histórico na evolução das políticas culturais de base comunitária, regulamentada pela Instrução Normativa – IN/MinC nº 12 de 28 de maio de 2024 e sendo responsável por instituir o antigo Programa Cultura Viva em uma política de Estado, a Política Nacional Cultura Viva – PNCV, que tem como base as amplas ações estruturantes e seus instrumentos – os Pontos e Pontões de Cultura, – e está completando vinte anos nesse ano de 2024. O Programa Cultura Viva se inclui na dimensão simbólica e econômica da cultura, mas diz respeito, sobretudo, à dimensão cidadã. Nele se inserem os Pontos de Cultura. Estes são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local sem perder de vista a dimensão nacional. O nome surge do discurso de posse do ex-ministro Gilberto Gil, quando este afirma ser o Ponto de Cultura “um do-in antropológico, um massageamento dos pontos vitais da Nação”¹. O historiador Célio Turino, que assumiu, no período de 2004 a 2010, a função de Secretário da Cidadania Cultural no Ministério da Cultura, afirma que Ponto de Cultura é um conceito de política pública, em que organizações culturais da sociedade ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecerem uma parceria, um pacto com o Estado, destacando o conceito de gestão compartilhada, que se expressou no edital de 2004, voltado para seleção dos pri-

1. Citado no texto assinado pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil, na publicação “Cultura Viva – Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania Solidária, 3ª edição, página 9.

meiros Pontos de Cultura, que passaram a atuar como um elo na articulação em rede.

Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social. A gestão do Ponto de Cultura começa a partir do convênio e proponentes, definindo responsabilidades (acesso público ao Ponto, trabalho colaborativo, compartilhamento de decisões com a comunidade) e direitos (regularidade no repasse de recursos, acompanhamento e capacitação, acesso público e acesso aos bens e serviços adquiridos com os recursos repassados etc.). Como o Ponto continua desenvolvendo suas atividades, independente do convênio, a dinâmica de cada organização precisa ser respeitada. Algumas são ONGs voltadas para ações socioeducativas; outros, escolas de samba, associações de moradores, quilombolas, indígenas, grupos de teatro, conservatórios, núcleos de extensão universitária, museus, cooperativas de assentamentos rurais. Cada qual com sua especificidade e forma de organização (Turino, 2010, p. 64).

De acordo com Turino, no processo de implantação e acompanhamento dos Pontos de Cultura há tensão. “De um lado, os grupos culturais, apropriando-se de mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com normas de controle e regras rígidas” (2010, p. 64).

Ele considera que essa tensão, de certo modo inevitável, cumpre um papel educativo, resultando em mudanças no longo prazo, de ambos os lados, com capacitação, planejamento e um novo modelo de Estado

O objetivo seria uma democracia mais flexível e adequada à realidade da vida, assim como um movimento social mais bem preparado no trato das questões de gestão, capacitando-se para melhor acompanhar as políticas públicas e o planejamento de suas atividades específicas. Essa interação, que no início é difícil, exercita um novo modelo de Estado, de caráter intervencionista e burocrático, ou então o Estado mínimo, com sensibilidade às necessidades sociais igualmente mínima. Um Estado de “novo tipo”, que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou, vê os invisíveis. (Turino, 2010, p. 65).

Já nesse ano de 2024, de acordo com o Ministério da Cultura, entre 1º de janeiro e 8 de dezembro, foram certificados 2.646 coletivos e entidades culturais, em 1.600 municípios, que passou a contar com mais de sete mil Pontos e Pontões de Cultura registrados (Agência Gov, 2024, s.n.). O IberCultura Viva, programa de cooperação internacional, criado a partir da experiência brasileira com a Cultura Viva, completou 10 anos em 2024 com 13 países da região ibero-americana integrando essa iniciativa, que está sob a presidência do Ministério da Cultura no período de 2024 a 2026. A Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural Márcia Rollemberg destaca as parcerias estabelecidas com Pontões de Cultura.

Encerramos 2024 ainda mais fortalecidos em nosso compromisso de garantir os direitos culturais da população, de valorizar as diversas manifestações culturais do país e de reconhecer a importância dos saberes das mestras e mestres das culturas tradicionais. Celebramos os 20 anos da Cultura Viva, uma das portas mais democráticas de acesso às ações de fomento cultural no Brasil, em gestão compartilhada com a sociedade civil e os gestores culturais. Ampliamos as parcerias interministeriais, reativamos a rede colaborativa e fomentamos uma Rede Nacional de Cultura Viva do Tamanho do Brasil com 42 Pontos de Cultura para mapear as redes territoriais, identitárias e temáticas (Rollemberg apud Agência Gov, 2024)

Passados 20 anos, lançamos as seguintes indagações: que avanços, mudanças e desafios podemos destacar na Política Nacional Cultura Viva? E que desdobramentos possíveis, com base nas metas contidas no Plano Nacional de Cultura, como também nas propostas e moções apresentadas durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura?

Para fazer uma análise em torno de tais questões que norteiam esse trabalho, utilizamos como método a análise de conteúdo, enquanto uma técnica de investigação utilizada, nesse caso, para formular, a partir de informações e testemunhos colhidos nas entrevistas realizadas com representantes de Pontos de Cultura, com foco de atuação no Estado do Rio de Janeiro. E tomando como principal referência a trajetória histórica da Política Nacional Cultura Viva e os conteúdos extraídos das propostas, moções e metas relacionadas à PNCV e que foram defendidas na 4ª Conferência Nacional de Cultura.

1.1. Prioridades da Política Nacional Cultura Viva defendidas na 4ª CNC

Iniciamos esse trabalho na busca de identificar o que ressalta em termos de prioridades, nas propostas relacionadas à Política Nacional Cultura Viva e que foram defendidas na 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC). A Conferência é um dos elementos constitutivos que compõem os Sistemas Municipais, Estaduais e Nacional de Cultura, no que se refere à participação social na construção da política pública, juntamente com o Conselho de Política Cultural, o Órgão Gestor, o Plano de Cultura, o Fundo de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, o Sistema de Financiamento à Cultura, os Sistemas Setoriais de Cultura, o Programa de Formação na Área de Cultura, assim como as Comissões Intergestoras com pactuações de compromisso entre governo e sociedade (Pardo, 2024, p. 2). Com o tema central “Democracia e Direito à Cultura”, a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada no período de 4 a 8 de março de 2024, em Brasília/DF, teve como objetivo geral promover o debate sobre as políticas culturais com ampla participação da sociedade, visando o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos culturais em todos os âmbitos da federação, de forma transversal com as políticas públicas sociais e econômicas do Brasil (Brasil, 2023). De acordo com o Relatório Final da 4ª Conferên-

cia Nacional de Cultura, publicado no site do Ministério da Cultura, uma das propostas apresentadas, que foi aprovada com 124 votos, e está contida no Eixo 2: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, propõe ampliar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), a partir das seguintes ações:

promover o exercício e a consciência dos direitos culturais, fortalecer os valores democráticos, a alteridade, a criatividade, a expressão, a ampliação de repertórios, a qualificação de ambientes sociais, a educação popular, a economia solidária, a cultura digital, a memória, a contra-colonização e o bem viver. E potencializar os grupos culturais, os territórios, as comunidades, as diversas linguagens artísticas, a participação popular e a atuação em redes, com recorte nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais, indígenas, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, de matrizes africanas, rurais e da reforma agrária, povos das águas, povos da floresta, fronteiriços, periféricos e de favela, populações empobrecidas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, além da diversidade e o combate às desigualdades, na seleção de pontos e pontões de cultura, pontos de memória, pontos de memória dos territórios indígenas, casas de reza dos territórios indígenas e pontos de memória dos povos de matrizes africana, pontinhos de cultura, pontos de leitura, bibliotecas comunitárias e rurais, cineclubes, circos, pontos de cultura e de memória no exterior; além da concessão de bolsas para agentes do Cultura Viva e para mestres e mestras das culturas populares. (Brasil,, 2024, p. 59).

Essa proposta destaca ainda que a garantia da descentralização territorial precisa ser estabelecida em um pacto federativo, devendo partir da centralidade da municipalização para a aplicação de recursos, “com a regionalização e o apoio às redes como atribuição dos governos estaduais, e a implementação de orçamentos participativos para a orientação dos recursos, buscando reduzir e eliminar a disputa via editais e também reconhecer o Fator Amazônico” (idem). Já no Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural, a proposta apresentada e aprovada com 108 votos, defende a importância de garantir, potencializar e financiar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/14) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como, a elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, apresentando a seguinte justificativa.

[..] considerando a diversidade de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, popu-

lação LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, pessoas em privação de liberdade, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como trabalhadores da cultura brasileira que vivem no exterior (Brasil, 2024, p. 72).

Somadas às duas propostas, foram também apresentadas e aprovadas duas moções na 4ª Conferência Nacional de Cultura. No texto da Moção nº 52 de Defesa ao Cultura Viva, apresentada pelos proponentes Jacqueline Baumgratz e Alcemir Palma, na página 109, consta como providência solicitada:

Recomendamos que o MinC - Ministério da Cultura, estabeleça interlocuções para defesa das pautas dos 20 anos da lei Cultura Viva incluindo o planejamento da volta das teias nacionais junto à SCDC e todas as demais secretarias. E que todas as Secretarias do Ministério da Cultura sejam interlocutoras junto ao legislativo e executivo sobre a regulamentação dos recursos carimbados para a Lei nº 13.018/2014 (que institui a Política Nacional Cultura Viva Cultura Viva), incentivando numa grande campanha o estabelecimento da Lei Cultura Viva para políticas públicas de ampliação e subsídios contínuos para Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura e seus prêmios estruturantes em todos os estados e municípios brasileiros para a superação da meta 23 do então Plano Nacional de Cultura. (Brasil, 2024, p. 109)

Esta moção nº 52 de recomendação, afirma ter o propósito de fortalecer a pauta histórica dos Pontos de Cultura na 4ª CNC, no sentido de sensibilizar e conquistar o apoio como celebração dos seus 20 anos. Ao mencionar que só o estado de São Paulo agrega mais de 1.000 Pontos de Cultura já selecionados, resalta que o Pontão está voltado para ações de abrangência nacional e temática, sendo o Ponto voltado para ações municipais, regionais e estaduais e os Pontinhos para ações com foco na cultura da infância. Além de destacar exemplos de prêmios, como o Areté (fóruns, seminários etc.), ASAS (manutenção de espaços culturais), Tuxaua (articuladores de arte e cultura em diferentes segmentos), Mestres e mestras (para pessoas com mais de 60 anos e os aprendizes em seus ofícios) e o Escola Viva (projetos artísticos e culturais em escolas). Entre as principais metas destacadas estão:

- **Fundo Nacional Cultura Viva com valor carimbado de no mínimo 3 bilhões para políticas públicas de ampliação e subsídios contínuos para Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura e seus prêmios estruturantes em âmbito nacional, estadual e municipal para superação da meta 23 do então Plano Nacional de Cultura.**
- **Mais editais nacionais de prêmios para mestres, mestras, coletivos, trajetórias artísticas e culturais,**

cultura infância, apoio e construção conjunta para teias regionais, estaduais e nacionais com seus fóruns de deliberações para superação de municípios e estados que não se encontram alinhados com a política pública implementada pelo governo federal (Brasil, 2024, p. 109).

De fato, conforme é mencionada na referida moção, a Lei n.º 13.018/2014 que institui a Política Nacional Cultura Viva, foi uma importante referência para a construção da Lei Aldir Blanc, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e relatoria da deputada Jandira Feghali (PcdoB-RJ). E tornou-se posteriormente um dos pilares conceituais decisivos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), a partir do Projeto de Lei 1518/2021, de autoria da deputada Jandira Feghali e outros parlamentares. A PNAB foi instituída pela Lei n.º 14.399, de 8 de julho de 2022, que tem como objetivo fomentar a cultura nacionalmente, ao apoiar, nos próximos cinco anos, todos os estados, o Distrito Federal e os municípios brasileiros, com recursos de 15 bilhões de reais, sendo 3 bilhões a cada ano, no período de 2023 até 2027. Além da Moção n.º 52 de Defesa ao Cultura Viva, foi apresentada também uma segunda Moção n.º 92 Plano Nacional Cultura Viva 20 anos, proposta por Arthur Anderson Rodrigues Alves, na página 128, que destaca a necessidade de dar visibilidade para essa política e referendar e atualizar a meta 23 do Plano Nacional de Cultura. Com a criação do Plano Nacional Cultura Viva 20 anos, leis estaduais e municipais Cultura Viva em todas as federações e a internacionalização dos Pontos de Cultura. Ao ressaltar que se trata de uma rede comunitária orgânica de criação e gestão cultural, mediada pelos Pontos de Cultura, o proponente considera

que o seu desenvolvimento é semelhante ao micélio, um organismo vivo que se expande, criando uma rede de conexões entre mestres e mestras, artistas, artesãos, arte-educadores, fazedores, técnicos, gestores, produtores culturais, bem como, populações periféricas marginalizadas, quilombolas, terreiros, comunidade hip hop, capoeira, ciganos, pessoas com deficiência, povos originários, povos tradicionais, ribeirinhos, LGBTQI+, mulheres, negros e negras, caiçaras, infância e juventude e os idosos (Brasil, 2024, p. 128).

O foco dessa moção também está direcionado para ampliar o acesso aos meios de produção, fomentar projetos de entidades e coletivos culturais, artistas e demais trabalhadores da cultura, grupos e coletivos de base territorial; realizar a formação de agentes Cultura Viva, a inclusão digital e a difusão da cultura brasileira. Rodrigues Alves menciona ainda a realização da 1ª Conferência Nacional Livre de Cultura, em formato online, realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, em que, segundo ele, foram propostas metas de investimentos e de fomento, no Orçamento Anual da União, estados e municípios, voltados para a Política Nacional Cultura Viva.

A partir dessas propostas, metas e moções defendidas durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura,

buscamos obter algumas impressões de representantes de Pontos de Cultura, com atuação no Estado do Rio de Janeiro, em torno dos avanços, mudanças, desafios e possíveis desdobramentos na Política Nacional Cultura Viva. Assim, direcionamos as duas questões levantadas nesse trabalho, com base nas entrevistas realizadas com Davy Alexandrisky, de Niterói, representante do Ponto de Cultura Me Vê Na TV e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura; Gilberto Alves, do Ponto de Cultura Grupo Teatral ACTO, sediado em Macaé, e Paulo Henrique Menezes da Silva, conhecido como Mestre Paulão Kikongo, representante do Ponto de Cultura Rádio Capoeira, que atua no município de Guapimirim, na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

1.2. Impressões de Pontos e Pontões sobre caminhos da Política Nacional Cultura Viva

Sobre os avanços, mudanças e desafios a serem destacados na Política Nacional Cultura Viva (PNCV), que está completando 20 anos, nesse ano de 2024, Gilberto Alves (2024), do Grupo Teatral ACTO, faz uma breve avaliação em torno dessa política pública.

A Política Nacional Cultura Viva (PNCV), ao completar 20 anos, é um marco da democratização do acesso à cultura no Brasil. Seu avanço mais significativo é a consolidação dos Pontos de Cultura como espaços de protagonismo social e cultural. Mudanças como a ampliação de políticas digitais e a inclusão de povos originários e comunidades periféricas mostram sua evolução frente aos novos tempos. No entanto, o maior desafio continua sendo a instabilidade de financiamento e a burocracia para acesso aos recursos, que limitam sua capilaridade. É necessário garantir sustentabilidade a essas ações, valorizando sua potência transformadora para fomentar o direito universal à cultura.

Com relação aos desdobramentos, considerando as propostas, moções e metas discutidas nos grupos de trabalho e passado o processo de encontros e debates, ocorridos durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura, Alves destaca o que considerou relevante.

A 4ª Conferência Nacional de Cultura trouxe propostas inovadoras, reafirmando a Cultura Viva como uma ferramenta estratégica para a cidadania cultural. Destaco como desdobramentos possíveis a ampliação do orçamento destinado ao setor, a criação de redes de formação e a implementação de tecnologias sociais para potencializar os Pontos de Cultura. As moções enfatizaram a descentralização e a articulação de políticas intersetoriais, elementos essenciais para fortalecer a cultura como eixo do desenvolvimento humano e territorial. Acredito que, com foco e vontade política, essas metas podem criar um legado ainda mais inclusivo e potente (Alves, 2024).

Já na avaliação de Davy Alexandrisky, representante do Ponto de Cultura Me Vê na TV e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, ele considera que não houve avanço, apontando o que chamou de barbaridades, em que até mesmo entidades religiosas e também do mercado lojista estão habilitados para obterem a certificação como Pontos de Cultura.

Porque, sendo sincero, eu não só não vejo avanço, como vejo com muita preocupação esse inchaço do número de Pontos, na explícita intenção de justificar a meta 23, que prevê um número de 15.000 Pontos de Cultura até 2020. Faço parte da Comissão de Análise dos Requerimentos de Certificação Simplificada de Pontos e Pontões de Cultura, e tenho deferido barbaridades, que, de uma forma ou de outra, atendem à exigência institucional dessa política (Lei 13.018 e IN 8 – a IN 12 ainda modifica muito pouco a IN 8). Para você ter uma ideia, a Mitra de SP requereu o Certificado. E, institucionalmente, ela atende a todos os pré-requisitos para ser aprovada. Eu mesmo quase fui obrigado a aprovar o requerimento do CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas, porque estava impecavelmente apresentado, com bom portfólio de realizações Culturais de Base Comunitária. Na undécima hora encontrei um argumento para indeferir (não me recordo exatamente o meu parecer agora). (Alexandrisky, 2024)

No entendimento de Alexandrisky, a Política Nacional Cultura Viva está sendo banalizada e cada vez menos nacional, problematizando o fato dos editais permitirem certificar entidades e ações culturais que não têm qualquer alinhamento com o Ponto de Cultura.

Mas a PNAB, tem um Artigo que garante que qualquer concorrente que atinja a nota de corte (em alguns lugares é 5 e em outros é 7) seja AUTOMATICAMENTE certificado como Ponto de Cultura. Não importando se o último classificado para receber o prêmio tenha tido 94 pontos, se um determinado candidato ao Prêmio (sem a menor preocupação de se tornar Ponto) fizer 51 pontos, receberá o Certificado de Ponto de Cultura. Além de outras aberrações, do tipo: qualquer Edital para Ponto de Cultura exige que a instituição tenha pelo menos X anos de CNPJ naquele respectivo Estado ou Município. Eu deferi um monte de requerimento de Entidade com 3 meses de CNPJ – essa é a regra! Ou seja, quando tudo for Ponto de Cultura, Ponto de Cultura não será nada. Capoeira é Cultural. Mas nem toda Roda de Capoeira tem “alinhamento com Ponto de Cultura”. Mas do jeito que esse processo foi equacionado, toda roda de cultura vai ser Certificada Ponto de Cultura. Basta requerer. E duvido que alguém vá comprar essa briga contra os “Mestres” de capoeira. Isso vale para Escola de Samba, para grupo de Quadrilha de Festa Junina, para Terreiros de Candomblé... até para academias de balé, com CNPJ para fins não econômicos. Esses são alguns exemplos que podem parecer insignificantes. E talvez sejam mesmo. Mas, na minha, super pessoal, opinião, contra algumas vozes discordantes, a Política Nacional é cada vez menos nacional: mais ou menos como a Bíblia! Todo mundo respeita, mas cada um dá a interpretação que melhor lhe aprouver (...). As ações continuam espasmódicas e

sem consequência orgânica, fora a nossa cultural solução de continuidade a cada mudança de gestor. Enfim, eu teria muita dificuldade de falar em, ou de, “avanços” e “mudanças”. Desafios temos muitos, como eu comentei. (Alexandrisky, 2024).

Sobre os desdobramentos, a partir das propostas, moções e metas da Política Nacional Cultura Viva, Alexandrisky faz uma crítica com relação à 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Com relação a segunda pergunta sou ainda muito mais radical: tivemos uma grande celebração, quase catártica, para comemorar “a volta da Cultura” a “volta do MINC”, no encontro de Brasília que recebeu o Título de Conferência Nacional de Cultura. Minhas opiniões em relação à Cultura Viva podem até ser consideradas polêmicas, por serem exacerbadas. Mas com relação à Conferência Nacional, é o próprio MINC que atesta a minha opinião: O foco central da IV Conferência Nacional de Cultura era o Plano Nacional de Cultura! Acabada a IV Conferência Nacional de Cultura para discutir o Plano Nacional de Cultura, o MINC abre ausculta nacional para colher sugestões para a “correção” do Plano Nacional de Cultura, que depois de duas prorrogações, tinha sua vigência até anteontem, dia 2 de dezembro. Mas a IV Conferência não era para tratar disso? (Alexandrisky, 2024).

Na entrevista realizada com o Paulo Henrique Menezes da Silva, o Mestre Paulão Kikongo, representante do Ponto de Cultura Rádio Capoeira, certificado em 2018 e com atuação desde 2012, no município de Guapimirim, na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, ele avalia que a Política Nacional Cultura Viva ficou estagnada, tornando-se espetacularizada e pouco acessível, além do não cumprimento da meta 23 do Plano Nacional de Cultura.

A Política Nacional Cultura Viva, necessária para o fortalecimento de valorização de nossas diversas culturas, foi, ao longo dos anos (principalmente no último governo Dilma Rousseff e após o golpe sofrido por ela e a extinção do Ministério da Cultura), estagnada. As ações de fomento permaneceram paradas e o que vimos (e ainda temos visto), é uma política de espetacularização, com a divulgação de muitas ações por parte do MINC, mas os recursos não chegam na ponta. Haja visto o que vem acontecendo neste momento com o Edital de Seleção Pública MinC nº 8, de 31/08/2023, Premiação Cultura Viva Sérgio Mamberti, tendo muitos dos prêmios, ainda hoje, em dezembro de 2024, não pagos. Inclusive a Meta 23 do Plano Nacional de Cultura, que previa o cadastramento de 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento compartilhado entre os governos federal, estaduais e municipais, não aconteceu, mesmo com a simplificação do cadastro. Criou-se grande expectativa nos fazedores de culturas em todo o país, mas o reconhecimento através do fomento ainda não chegou, frustrando as muitas expectativas. (Kikongo, 2024)

Kikongo destaca como avanço a inclusão da Política Nacional Cultura Viva no Edital da Política Nacional Aldir Blanc, “que pretende disponibilizar recursos para todas as culturas e ainda as de base comunitária até 2027, pelo menos” (2024). E aponta que a ampliação da Política Nacional Cultura Viva foi aprovada como segunda proposta mais votada na 4ª Conferência Nacional de Cultura, no Eixo 2 - Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social. Segundo ele, os Pontos de Cultura aparecem trinta e três vezes entre as propostas apresentadas nos diversos outros eixos e nas moções ali aprovadas. Nessa entrevista, Kikongo questiona o fato de muitas das propostas aprovadas nas conferências nacionais de cultura, realizadas anteriormente, apesar de serem consideradas como prioritárias, não foram consolidadas. “As Conferências Nacionais de Cultura têm sido instrumento de legitimação, por parte da sociedade civil organizada, dos atos dos “governos de ocasião”, trazendo muito poucos benefícios para a sociedade” (Kikongo, 2024). Ele levanta questões, a partir da realidade vivida no seu município de Guapimirim, e aponta como principais desafios a garantia do direito e da sobrevivência de trabalhadores no campo cultural, provocando que deve se pensar no que chamou de “Sistema Navio de Cultura”.

Muitos dos fazedores e fazedoras de Cultura vêm ainda hoje “passando o pires” para manter os seus trabalhos de pé. Se a cultura é um direito, porquê àqueles que trabalham com a cultura não conseguem desta atuação sobreviver? Entendo que os desdobramentos, caso aconteçam, necessitará de um esforço concentrado da sociedade civil para manter o controle social destas ações. Lutamos pela Lei Paulo Gustavo, lutamos pela PNAB - Política Nacional Aldir Blanc para as Culturas e o que temos visto é o descaso por parte de centenas de cidades e alguns estados para com os gastos recebidos. Cidades como Guapimirim, no estado do Rio de Janeiro, recebeu os recursos da PNAB no primeiro semestre de 2024 e até hoje não os utilizou e o MinC faz o quê? Em nossa concepção, nada. Há que se pensar a estrutura atual do Sistema Navio de Cultura para que este funcione verdadeiramente de forma horizontal e integrada, com cada ente da Federação cumprindo com o seu papel, pois não dá mais pra gente esperar que, por questões ideológicas, nossas culturas sejam menosprezadas e atacadas por todos os lados. Se a Cultura é um Direito, temos o DIREITO de exercê-la com dignidade. (idem)

É possível observar, na formulação das propostas apresentadas na 4ª CNC, que, ao ser defendida a ampliação da Política Nacional Cultura Viva, é mencionada uma diversidade de pontos, culturas, mestres, comunidades, etnias e povos das águas, da floresta, da zona rural, da reforma agrária, fronteiriços, periféricos e de favela, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, no combate às desigualdades sociais, econômicas, culturais e a acessibilidade de gênero, raça, de idosos e crianças na política cultural. Vale ressaltar a importância de terem sido incluídas também nas propostas, as populações empobrecidas, em situação de rua, de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, neurodivergentes, pessoas em privação de liberdade, egressos do sistema prisional e toda a gente que costuma ficar inviabi-

lizada socialmente e excluída da cultura brasileira. Na direção de garantir de fato a democratização do acesso à cultura, a participação popular e a economia solidária em torno de uma cultura cidadã. Além de propor políticas intersetoriais, com a regionalização, o apoio às redes e o orçamento participativo na execução dos recursos, na intenção de eliminar a competitividade dos editais. Um outro ponto novo a destacar é a proposta de reconhecer o chamado “fator amazônico”, termo utilizado para referir-se aos custos adicionais de logística e transporte que são necessários para quem realiza ações na região amazônica, que é geograficamente constituída por um território que extrapola as fronteiras do Brasil.

Já nas moções apresentadas, em torno das pautas relacionadas aos 20 anos da Lei Cultura Viva, os proponentes recomendam o retorno das teias nacionais e a realização também de teias regionais e estaduais. E propõem políticas públicas de ampliação e subsídios, de no mínimo 3 bilhões ao ano, a serem destinados para Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura, implementados através da criação de um Fundo Nacional Cultura Viva, conforme consta na meta 23 do Plano Nacional de Cultura, que previa o cadastramento de 15 mil Pontos de Cultura. Assim como atualizar essa meta, com a criação do Plano Nacional Cultura Viva 20 anos, leis estaduais e municipais Cultura Viva em todas as federações e a internacionalização dos Pontos de Cultura.

Sobre as avaliações feitas por representantes de Pontos de Cultura, a Política Nacional Cultura Viva é bastante evidenciada como um marco de democratização do acesso à cultura no Brasil e ao reconhecer mudanças, a exemplo da inclusão de políticas digitais, povos originários e comunidades periféricas. Dentre os principais desafios mencionados, aparece a garantia de manutenção de apoio e a sustentabilidade dos Pontos de Cultura, solicitando inclusive resolver a pendência de pagamento de alguns proponentes que foram contemplados na Premiação Cultura Viva Sérgio Mamberti. Com relação aos editais, ao mesmo tempo que os representantes de Pontos de Cultura apontam a necessidade de desburocratizar o acesso aos recursos, chamam a atenção para a necessidade de rever os critérios de implementação e de seleção dos editais, a fim de evitar o mal uso e a apropriação dessa política pública. Alguns dos desdobramentos apontados referem-se à ampliação do orçamento destinado ao setor, a criação de redes de formação e a implementação de tecnologias sociais.

A garantia de sobrevivência de trabalhadores no setor cultural também aparece em destaque nos relatos colhidos nas entrevistas, como um dos principais desafios a serem enfrentados. Somada a uma profunda inquietação com o fato de muitos municípios e estados não terem executado os recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), cujo processo envolveu a participação da sociedade civil. Numa pesquisa recente (Pardo, 2021), realizada com base em entrevistas, trabalhadores e trabalhadoras da Cultura evidenciaram em suas falas a crescente precariedade em que se encontravam, sem qualquer garantia de renda, sem direitos trabalhistas, tributários e previdenciários. E todos avaliaram que a principal fragilidade no mercado de trabalho na Cultura é

o fato de ser regulado de acordo com os interesses e modismos do mercado empresarial, concentrado no entretenimento, cuja situação se agravou durante o governo de Jair Bolsonaro. No período pandêmico, tornou-se mais do que evidente a importância de nomear e conceituar a diversidade de fazedores de cultura, espaços e equipamentos culturais. Por trás de toda a difusão das atividades artístico-culturais, há uma dimensão humana que veio pra fora no período da pandemia e durante o processo de implementação das leis emergenciais, como a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, que são resultantes de uma intensa mobilização no país. Na Lei Aldir Blanc, inclusive buscamos ressaltar a importância dos cadastros estaduais, municipais, o Cadastro Distrital de Cultura, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNICC, o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, o Sistema Nacional de Cadastramento do Artesanato Brasileiro – SICAB e outros cadastros referentes às atividades culturais nas unidades da federação.

2. Algumas reflexões e considerações finais

Ao nos debruçarmos sobre esses conteúdos extraídos do Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Cultura e com base nas entrevistas realizadas com representantes dos Pontos de Cultura, é possível perceber, que nesses 20 anos, a Política Nacional Cultura Viva, assim como toda a cultura brasileira, passou por grandes avanços, mas também por muitos revezes e paralisações. Sobretudo, no período do golpe, ocorrido em 2016, com a retirada de Dilma Rouseff (PT) da Presidência da República, em que Michel Temer (PMDB), ao assumir o governo, decidiu extinguir o Ministério da Cultura – MinC, como também, os ministérios das Mulheres, Direitos Humanos, Igualdade Racial e Desenvolvimento Agrário. Da mesma forma, segundo Rodrigues e Pardo, (2020), na gestão de governo de Jair Bolsonaro (PSL), que tomou posse em 2019, além de ter sido novamente extinta a pasta do MinC, que tornou-se uma secretaria, o setor cultural passou por muitos cortes de recursos, retirada de peças teatrais e filmes de cartaz, dentre outras formas de censuras e perseguições, nas chamadas guerras culturais ocorridas naquele período, que resultaram numa crescente precariedade e no enfraquecimento das políticas culturais.

Nesse caso, embora um dos entrevistados avalie que as conferências de cultura tenham trazido poucos benefícios à sociedade, é fundamental considerar que a conferência é um dos principais eixos constitutivos da política pública do Sistema Nacional de Cultura, como forma de garantir o processo democrático de participação social, algumas inclusive são antecedidas por pré-conferências, compostas por grupos de trabalho, debates e pela formulação de propostas, que deverão resultar em metas e ações, a fim de compor um plano de cultura. No entanto, para que as propostas apresentadas saiam do papel e de fato sejam efetivadas, é decisivo o cumprimento do pacto estabelecido entre governo e sociedade, em que requer o compromisso, por parte do órgão gestor, em cumprir com o que foi pactuado com o setor cultural. Além disso, é decisivo o papel dos conselhos municipais, estaduais e nacional de cultura, para

que seja feito o acompanhamento e o controle social, através de seus representantes dos segmentos artísticos e culturais, como também, dos territórios e das regiões. Ou seja, sem uma política pública estruturante, – como a dos Sistemas Municipais, Estaduais e Nacional de Cultura, – torna-se difícil garantir a continuidade e a manutenção da Política Nacional Cultura Viva e demais políticas culturais numa eventual mudança de governo.

Portanto, o cumprimento desse pacto estabelecido, implica, dentre outras ações, na execução das reais funções de cada um de seus elementos constitutivos, ao realizar uma conferência; elaborar um plano; construir o mapeamento e levantamento de dados com o sistema de informações e indicadores culturais; criar os sistemas setoriais; implementar o fundo e o sistema de financiamento; fazer o acompanhamento e o controle social através do conselho e formular um programa de formação, conforme está previsto. É importante considerarmos que nas dez principais propostas apresentadas pelos estados, que foram encaminhadas ao Ministério da Cultura e debatidas durante a II Conferência Nacional de Cultura, em março de 2010, uma das principais necessidades defendidas por todos e que ganhou maior dimensão foi: “transformar o Programa Cultura Viva em política de Estado e não apenas numa política transitória de governo”, além de ser ressaltada por alguns a possibilidade de tornar-se uma lei. (Pardo, 2010, p. 210).

Uma outra questão a observar é a preocupação levantada por um dos entrevistados, com relação à necessidade de rever os critérios de certificação dos Pontos de Cultura, concedidos às entidades religiosas e ao mercado lojista. Nesse caso, verifica-se de certa forma uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo que se promove uma simplificação do cadastro e a ampliação de acesso nos editais, na intenção de justificar a meta 23 do Plano Nacional de Cultura, que previa o cadastramento de 15.000 Pontos de Cultura, de outro lado, corre-se o risco de mercantilizar tal política e perder o espectro de suas raízes oriundas de uma cultura de base comunitária. O que implica possivelmente em ter que rever os critérios, para que estejam devidamente alinhados com as bases de construção e o perfil de público a que se destina a Política Nacional Cultura Viva. De fato, é necessário garantir sustentabilidade a essas ações, a partir da manutenção das políticas públicas, valorizando a sua potência transformadora para fomentar o direito universal à cultura. E, assim, ampliar o acesso e a quantidade de beneficiários a serem atendidos, com os critérios de destinação orçamentária voltados para cada um dos segmentos, como também os elos da cadeia produtiva, não somente a produção, mas a fruição, a formação, a distribuição e a comunicação. Para isso, o diálogo com a sociedade civil é decisivo, no sentido de garantir que a execução orçamentária seja feita de acordo com o cumprimento dos critérios de isonomia, publicidade, universalidade e razoabilidade na distribuição dos recursos, conforme consta no artigo 37 da Constituição Federal.

Enfim, para se pensar a Cultura Viva como uma ferramenta estratégica para a cidadania cultural, na estrutura atual do que o Mestre Paulão Kikongo nomeou de Sistema Navio de Cultura, para que esta funcione verdadeiramente, de forma horizontal e integrada, cada ente da federação precisa cumprir com

o seu papel, que passa fundamentalmente pela implementação, fortalecimento e a garantia de manutenção das políticas públicas, seja através do Sistema Nacional de Cultura, seja da Política Nacional Cultura Viva.

Referências

AGÊNCIA GOV. EBC. Empresa Brasil de Comunicação. Brasil avança nas ações de cidadania e diversidade cultural. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/brasil-avanca-nas-acoes-de-cidadania-e-diversidade-cultural-em-2024>. Acesso em: 07 dez.2024.

ALEXANDRISKY, David. Entrevista concedida à Ana Lúcia Pardo, Rio de Janeiro, 02/12/2024.

ALVES, Gilberto. Entrevista concedida à Ana Lúcia Pardo, Rio de Janeiro, 02/12/2024.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2010.

BRASIL. MinC. Portaria do Ministério da Cultura nº 45, de 14/07/2023. Convocação da IV CNC. Diário Oficial da União, Brasília, edição 134, Seção 1, p. 13, 17 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-minc-no-45-de-14-de-julho-de-2023>. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. MinC. Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2024. Disponível em: www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/minc-divulga-as-30-propostas-prioritarias-aprovadas-durante-a-4a-conferencia-nacional-de-cultura/30_propostas.pdf. Acesso em: 02 nov. 2024.

KIKONGO, Mestre Paulão. Entrevista concedida à Ana Lúcia Pardo, Rio de Janeiro, 16/12/2024.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. MinC cria Pontos de Cultura nas Periferias. Em 06/07/2004. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/pontos-de-cultura-nas-periferias>. Acesso em: 05 dez. 2024.

PARDO, Ana Lúcia. A crescente precariedade do trabalho na cultura na cidade do Rio de Janeiro. PRAGMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói/RJ, Ano 11, n. 21, p. 188-228, set. 2021.

PARDO, Ana Lúcia. Os Pontos de Cultura no Brasil frente à hegemonia do capitalismo. Dissertação (de Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPFH UERJ. Rio de Janeiro, 2010. PARDO, Ana Lúcia. Que prioridades são destacadas nas propostas na 5ª Conferência Estadual de Cultura do RJ para a etapa nacional da 4ª CNC? In: Anais do XIII Seminário Internacional de Políticas Culturais 2024. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2024.

RODRIGUES, Luiz Augusto; PARDO, Ana Lúcia. Desmanche e retrocesso das políticas públicas federais de cultura no Brasil. La Roca, Argentina, Ano 7, p. 214-245, 2020.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura: O Brasil debaixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

Participação social e política cultural:

uma análise da PNCV na CNC e no
documento base do novo PNC

CLARISSA SEMENSATO
DEBORAH REBELLO LIMA
LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES

Participação social e política cultural: uma análise da PNCV na CNC e no documento base do novo PNC

Clarissa Semensato
Deborah Rebello Lima
Luiz Augusto F. Rodrigues

1. Introdução

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) é uma das políticas institucionalizadas no setor cultural, que ilustram de forma interessante as características do desenvolvimento do campo [campo cultural] no Brasil ao longo destes últimos 20 anos. Ela também pode ser considerada um exemplo evidente de mobilização da sociedade civil em torno da valorização de práticas comunitárias, da democratização do acesso aos meios e às produções culturais espalhadas nos mais diversos territórios deste país. E já foi alvo de diversas análises especialmente importantes em múltiplos aspectos, como ilustram os trabalhos de (Lima; Rodrigues, 2024; Turino, 2023; Calabre; Lima, 2014; Rodrigues, 2014; Lima, 2013; Silva; Araújo, 2010).

Neste sentido, a proposta deste artigo é analisar em que medida o tema da PNCV foi percebido nas demandas sociais presentes na IV Conferência Nacional de Cultura, e, se tais postulações foram também percebidas no documento colocado em consulta pública para a elaboração no novo Plano Nacional de Cultura (PNC) do país. Por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977; Mayring, 2002) de três documentos que remontam o exercício de fomento à participação e de retomada do planejamento em políticas culturais, almeja-se observar o agendamento do tema, a forma de interferência da sociedade civil e, em alguma medida, o lugar estratégico que se aponta para a PNCV nos próximos anos.

Acredita-se que um debate como este, pensando na chave do Consórcio Universitário Cultura Viva, formado pelas três instituições UFBA-UFF-UFPR, ilustra o lócus da produção de conhecimento, da análise de políticas públicas na reflexão e direcionamento da gestão. Para tanto, a proposta oferecida aqui é fruto de esforços maiores de pesquisa sobre a PNCV, mas que se detiveram especificamente sobre a importância e os impactos da IV Conferência Nacional de Cultura (CNC) e o novo PNC para os rumos desta que é uma das principais políticas de cultura mais capilarizadas no território nacional. O trabalho consorcial de pesquisa é um primoroso desafio e que conta com a parceria e a produção coletiva, focando em nosso objeto específico, mas também no reaquecimento do tema na agenda acadêmica, na promoção e formação de novos pesquisadores e na garantia de mais espaço de diálogo.

2. Contextualização

A agenda contemporânea de políticas culturais no Brasil é marcada por algumas características evidentes no que tange a construção de políticas públicas de cultura, especialmente levando em consideração o marco de 2003, com a gestão do então ministro Gilberto Gil e a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência, mergulhemos em algumas delas. A primeira e enfática característica dá conta da redefinição do papel do Estado, como uma espécie de moderador de processos sociais, nos quais a sociedade civil é a verdadeira protagonista, como remonta o simbólico discurso de Gil ao tomar posse no cargo:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas – já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira.[...]

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (Gil; MinC, 2003, p. 5)

Vinculada a esta redefinição do Estado, temos um olhar distinto para o papel da sociedade civil. Como

debateremos mais a frente, a ênfase na participação social não foi uma exclusividade do campo cultural, mas o marco daquela gestão e que se vincula ao próprio histórico do Partido dos Trabalhadores em momentos anteriores e que fortalece a sociedade civil na perspectiva decisória e de implementação das políticas públicas, não apenas no frio status de “controle social”, como consultiva das práticas governamentais, bem, pelo menos em discurso. Vários elementos reforçam essa ênfase na participação social a partir de 2003, a própria reativação do Conselho Nacional de Política Cultura (CNPC), em 2005, foi um dos símbolos marcantes desta priorização da participação social como um exercício de gestão compartilhada. Afinal, ele seria o símbolo deste “arejamento” da gestão de políticas culturais fora do gabinete e com a sociedade, segundo trecho a seguir.

[...] Quero ressaltar a necessidade de instituições arejadas e voltadas para um projeto de país socialmente justo e feito da base para cima. Uma política feita fora dos gabinetes, mobilizando o que o país tem de melhor em todos os seus estratos sociais. Acredito firmemente que temos renovado e produzido uma nova ideia sobre as instituições públicas brasileiras. No passado, o Brasil parece sempre ter oscilado entre governos que acreditavam numa mistura de Estado mínimo e democracia formal e, de outros governos que acreditavam em centralização de poder e um Estado forte. Ficamos oscilando nesse pêndulo, como se apenas houvesse duas alternativas, as duas incompletas, as duas insuficientes no plano da cidadania. Hoje estamos concebendo e praticando um Estado que recupera sua força e seu papel insubstituível de gerar justiça no mais amplo sentido, mas faz isso sem tirar força da sociedade; muito pelo contrário, a sociedade é o nosso maior patrimônio, é dela que tudo emana, é dela que toda política deve partir. Disso nasce um novo Estado diferenciado não pelo tamanho, mas por sua qualidade. Estado que não abre mão de seu papel de ter políticas públicas universais, sempre a partir das tecnologias dessa sociedade complexa, diversa e, todavia, ainda muito desigual. [...] Estamos provando assim que, para uma verdadeira democracia, é necessário, assim como é possível ter instituições reais, abertas e contemporâneas. Instituições que permitam maior participação da sociedade nos processos de formulação do Estado. Um Estado que se fortalece pelo fortalecimento de sua dimensão pública e republicana. Este é justamente o contexto da criação desta nova instituição, o Conselho Nacional de Políticas Culturais. (Gil; MinC, 2007, p. 2)

Soma-se a este percurso o olhar dedicado e preocupado com a valorização, a promoção e a proteção da diversidade cultural brasileira, em diálogo com o que vinha sendo debatido em fóruns internacionais, como a Unesco e que culminou com a aprovação da Convenção específica em 2005 (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais). O exemplo daquela gestão foi a criação de uma infraestrutura dedicada para observar as especificidades da diversidade cultural brasileira – em especial com a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, mas essencialmente uma reforma administrativa que olhava de forma transversal para os setores e não com exclu-

sividade para as linguagens artísticas, como era feito anteriormente.

Estas novas orientações foram a base de um novo conceito norteador para a elaboração de políticas públicas, o que fora chamado de tridimensionalidade da cultura, observando-a sob os vieses simbólico, econômico e cidadão (tal como já indicavam também os debates internacionais, destaca-se aqui o relatório Cuéllar – Nossa Diversidade Criadora como um marco importante na conformação desta agenda).

Historicamente, as políticas públicas de cultura do Brasil, desde a criação de sua pasta exclusiva, tiveram seus esforços prioritários na execução e gestão de fomentos por meio de leis de incentivo, com destaque específico para a Lei 8.313 de 1991, também conhecida como Lei Rouanet que, apesar de complexa e trazer mecanismos distintos para tratar o campo cultural, teve um histórico de desigualdades em sua operação.

Interessante ponderar o lugar da PNCV, naquele momento ainda Programa Cultura Viva. Ela surge, essencialmente, como uma política de fomento direto, direcionada para grupos culturais comunitários já atuantes em seus territórios. A ênfase prioritária era garantir o protagonismo decisório de como investir nos próprios grupos, preservando a potencialidade de práticas culturais fora de grandes circuitos culturais e que se alinhavam com a visão de cultura como um direito a ser garantido a todos os sujeitos, reforçando a importância do fomento direto como um elemento regulador do campo e como mecanismo para a diminuição de desigualdades históricas de acesso à fomento no setor cultural.

Considera-se, portanto, que o ideário que fundamenta a PNCV confere a ela um lugar especialmente privilegiado nesta agenda contemporânea que se inicia em 2003. Afinal, ela reforça a noção de redefinição do Estado e da sociedade civil na gestão e operacionalização de políticas públicas para o setor, indo enfaticamente com a noção de gestão compartilhada como um alicerce. Além de ser um claro e evidente exemplo de política com foco na ampliação do acesso e, conseqüentemente, na valorização de práticas e ações culturais diversas e, possivelmente, pouco conhecidas de macro circuitos de produção cultural. Ela acabou se fortalecendo como uma ação política que ilustrava muito fortemente a leitura da agenda brasileira de políticas públicas na valorização da diversidade cultural, focada nos fazeres comunitários, como característica da América Latina.

Neste sentido, é sempre relevante pontuar que a PNCV é uma das da políticas públicas de cultura de maior fôlego no cenário contemporâneo. Com uma trajetória de 20 anos de existência desde programa até os dias atuais, ela ao mesmo tempo em que cresceu e ganhou espaço na agenda governamental muito rapidamente, também foi de forma evidente atacada e teve uma marcante falta de

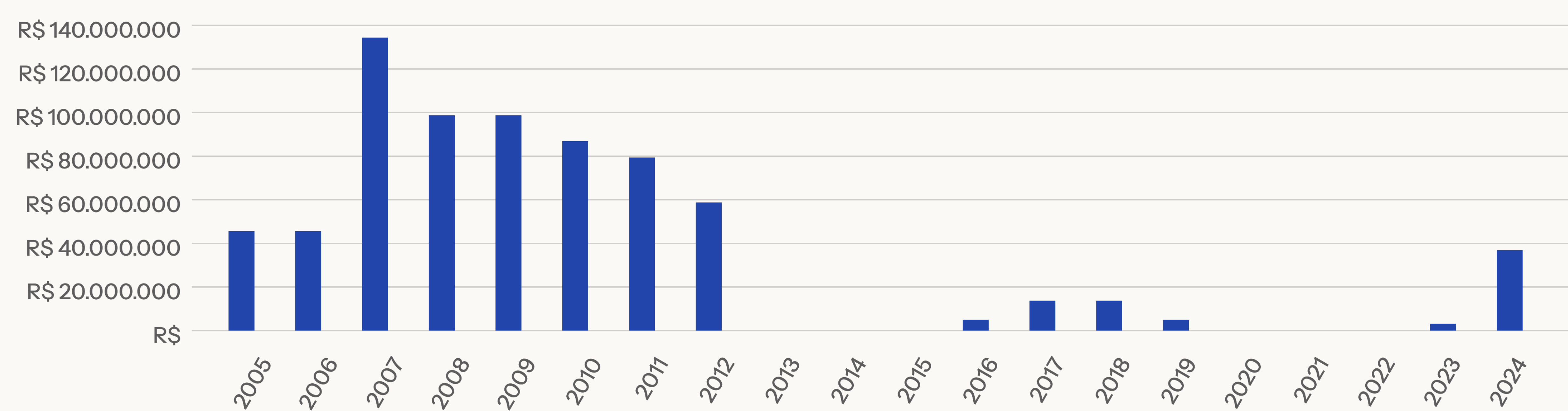
1. Para maiores detalhes sobre o histórico da política brasileira de Cultura Viva, ver, por exemplo, Calabre e Lima (2014) e Lima e Rodrigues (2024).

investimentos diretos por parte da União ao longo deste percurso histórico¹.

Neste exercício de contextualização sobre o debate proposto neste artigo, mergulhamos, portanto, nos avanços e retrocessos vividos no contexto. Afinal, se por um lado o tema alcançou avanços e realizou movimentos históricos, como por exemplo: a institucionalização da PNCV, a aprovação de da Emenda Constitucional que garantiu o Sistema Nacional de Cultura, a aprovação da lei complementar que instituiu o PNC; seu fortalecimento foi também diretamente proporcional ao movimento conservador contrário ao seu debate que surgiu no Brasil. Isso que proporcionou ao setor um desgaste e um cenário de ataques que se instituiu no país marcadamente desde 2016 até 2022. Neste contexto, destacam-se as duas extinções da pasta ministerial dedicada ao tema, a primeira de forma provisória, em 2016, e a segunda de forma definitiva de 2019 até 2022. Em ambos os casos, era evidente a sinalização para a sociedade de que a forma transversal, democrática e inclusiva que estava sendo proposta à agenda de políticas públicas no campo da cultura não dialogava mais com as gestões empreendidas no período.

De fato, o contexto adverso, o cenário político de ascensão de ideários à direita no país corroboram com um ambiente de perseguição e silenciamento de práticas culturais realizados até aqueles momentos. Em reflexões anteriores, Deborah Lima (2013) - parafraseando George Yúdice (2004) para o incremento do olhar para a cultura pela América Latina ocorrido anteriormente, fenômeno que o autor denominou como a Conveniência da Cultura - sinalizou o quando o tema tornou-se “inconveniente”. Em estudo levantado previamente, ainda na chave nas análises desenvolvidas pelo Consórcio Universitário Cultura Viva, com especial ênfase para o acompanhamento orçamentário da PNCV, é pertinente indicar o efetivo decréscimo de gastos com a política a partir de 2013. Indicando uma espécie de paradoxo, pois no momento em que a institucionalização da política ganha força na agenda pública, há uma considerável diminuição do esforço do

Gráfico 1: Histórico orçamentário do Cultura Viva



Fonte: Elaboração própria com extração de dados do SIOP (2023)

governo federal na liberação de recursos financeiros para a mesma, como remonta o gráfico a seguir: ta, como efetivamente realizando movimentos de tentativa de desmobilização da agenda anterior.

O dado objetivo em relação à PNCV citado anteriormente pode ser tomado como um indicativo geral do tema na agenda do governo. Durante a gestão de Michel Temer, o setor cultural, ainda que tenha recuperado a pasta ministerial após comoção e pressão popular, não se reverteu em efetiva ação no campo. O ambiente fica especialmente mais adverso com a chegada de Jair Bolsonaro, não apenas extinguindo a pasta, como efetivamente realizando movimentos de tentativa de desmobilização da agenda anterior.

Destacam-se aqui o primeiro exercício de divulgação de um edital de fomento a arte nacional, pelo então Secretário Ricardo Alvim que beirou um manifesto essencialmente nazista².

Além do movimento programático, o contexto geral foi ainda agravado pela deflagração da pandemia de Covid19. Além da ampla postura anti-vacina adotada pelo então governo, no que tange ao setor cultural, destaca-se a inércia na proposição de alternativas de socorro e auxílio ao setor, tão amplamente afetado também pelo necessário e urgente isolamento social.

3. A retomada da agenda de políticas públicas de cultura

A restituição da pasta ministerial para o setor cultural foi mais do que elemento de uma reforma administrativa de gestão, foi o símbolo de uma agenda governamental que compreende o setor cultural de forma mais ampla e como um elemento essencial para o fortalecimento de nossa democracia. Afinal, a gestão Bolsonaro se dedicou a exacerbar o discurso de criminalização da classe artística, de depreciação do investimento no campo e na descontinuidades de políticas e instrumentos estruturantes. Exemplos disso foram os adiamentos para a realização da IV CNC e, conseqüentemente, a elaboração do novo PNC que deveria ter entrado em vigor ainda em 2021.

Além da conjuntura desfavorável, havia o desafio de continuar a operacionalização do fomento direto federalizado pela execução da Lei Paulo Gustavo e a implementação da Política Nacional Aldir Blanc. Ambas as legislações foram fruto da mobilização social e da ação efetiva do legislativo para garantir ações de socorro e subsídio ao campo em virtude das consequências econômicas no cenário cultural, fruto da pandemia.

Neste sentido, a prioridade desta “retomada” das políticas culturais, esteve centrada em alguns pilares: a reconstituição dos espaços e oportunidades de participação social (com a realização da IV CNC e a re-

2. Ver: <https://www.google.com/url?q=https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml&sa=D&source=docs&ust=1739790480886181&usg=AOvVaw06HTyLe3qJqA2sKpKpsiHM>

estruturação do CNPC), a organização administrativa para garantir a plena execução do fomento direto federalizado (destacam-se aqui o denominado decreto de fomento à cultura e a posterior aprovação do Marco do Fomento), e, por último, a recomposição e continuidade em políticas estruturantes (a elaboração do novo PNC e a continuidade na regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, com legislação específica aprovada).

No que tange ao vínculo desta agenda com a Política Nacional de Cultura Viva, reforça-se mais uma vez o foco deste artigo. Afinal, com a retomada da agenda democrática de políticas culturais, a PNCV precisa ser observada com olhares atentos e destacam-se alguns argumentos a seguir. Em primeiro lugar, a PNCV completou 10 anos de institucionalização, 20 anos de existência como conceito, além de 10 anos de inspiração para outros países e ações multilaterais como o IberCultura Viva. Em segundo aspecto, a PNCV ocupou um lugar de destaque na nova regulamentação proposta pela gestão Lula em 2023, oferecendo “estofo programático” para a PNAB que se caracteriza essencialmente como um mecanismo de fomento direto ao setor. Em terceiro e último aspecto, é também essencialmente potente observar o lugar e importância da PNCV no processo de fortalecimento da participação social nas políticas públicas de cultura e no exercício compartilhado de elaboração de políticas, como um novo PNC.

Celebrar a retomada de espaços e instrumentos de participação social é algo especialmente importante. Afinal, a Conferência voltou! E nas palavras da Ministra Margareth Menezes, era preciso retomar práticas políticas que foram descontinuadas, como o especial compromisso com a escuta da sociedade.

Uma política cultural com a dimensão do Brasil e à altura de sua diversidade e riqueza, só pode ser formulada se os órgãos e gestores de cultura de todo o país estiverem em diálogo com trabalhadores e trabalhadoras da cultura que são o tecido vivo desta riqueza.

Desde o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o diálogo tem sido uma das marcas da atuação do Ministério da Cultura. A recriação do Ministério da Cultura também é o restabelecimento do diálogo e da participação social como valor central ao fazer política cultural.

E não há processo mais amplo deste diálogo do que a Conferência Nacional de Cultura, este espaço-tempo que se inicia nas conferências municipais, no território local de quem faz cultura, que vão levar seus delegados para as conferências estaduais que, por sua vez, farão chegar à Brasília seus confederados artísticos e culturais para um encontro do Brasil consigo mesmo.

A Conferência é a nossa instância máxima de participação e do exercício da democracia. Aliás, o exercício pleno da democracia passa pelo direito à cultura como um direito de cidadania e de livre expressão de criação e do pensamento. A Conferência Nacional de Cultura é justamente o ambiente para as múltiplas vozes da diversidade brasileira.

Esperamos que a 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC) seja um ambiente de reflexão crítica, mas também de proposições inventivas que farão fortalecer os direitos culturais e o es-

tado democrático de direito em nosso país. Em conjunto, vamos refletir sobre o papel da cultura para o fortalecimento da democracia. Vamos debater o papel da cultura no enfrentamento das desigualdades sociais, ao racismo, sexismo e todas as formas de discriminação. Vamos aprofundar nossos entendimentos sobre o que significa “federativar” as políticas culturais, para que qualquer cidadão no mais longínquo território do Brasil tenha as condições necessárias de exercer seus direitos culturais.

A Conferência Nacional de Cultura é também um espaço privilegiado para os debates que transversalizam nossa pauta de retomada e, neste sentido, considera o que já foi indicado nos vários debates sobre política cultural no Brasil, que traremos nesse processo para embasar a revisão do Plano Nacional de Cultura. (CNPC; MinC, 2024b, p. 6)

Neste sentido, como mencionado em texto deste mesmo livro pelos mesmos autores, o Consórcio Universitário Cultura Viva dedicou-se a acompanhar o engajamento dos Ponteiros (integrantes/representantes do pontos de Cultura) nos trabalhos da IV Conferência. Afinal, aquele processo poderia ser um indicativo importante da capacidade de mobilização destes agentes e geraria potenciais impactos no reconhecimento da importância estratégica da PNCV para as políticas públicas de cultura. Este artigo é a continuidade do trabalho que partiu de um acompanhamento e observação em campo, de entrevistas em profundidade realizadas com gestores e partícipes da PNCV para chegarmos, nesta fase, na análise de conteúdo dos documentos trabalhados aqui.

3.1. Ponderações sobre a construção dos documentos CNC e do novo PNC

A CNC tornou-se um grande marco para a participação social institucionalizada nas políticas culturais. Com uma metodologia capaz de coletar demandas de todo o território, tem seu ponto máximo na etapa nacional, cujos resultados proporcionam insumos para construção do PNC. Dessa forma, o planejamento das políticas culturais ao longo de dez anos intenciona a inclusão dos anseios de toda a sociedade civil do território brasileiro.

Este artigo intenta mensurar o peso que a PNCV obteve nos processos participativos que culminaram nos resultados finais da CNC, e foram encaminhados para o texto base do PNC. Para tanto, serão analisadas três momentos desse processo: o primeiro momento de participação, tendo como objeto de análise o caderno de propostas da CNC; o segundo momento, a CNC em si, tendo como objeto de análise o resultado das propostas elaboradas e votadas na plenária da CNC; por fim, o terceiro momento, a integração desse material ao PNC, tendo como objeto de análise a primeira versão do texto-base, colocado à consulta pública.

A análise dos documentos foi feita da seguinte forma:

- a)** mapeamento das propostas relacionadas à PNCV, com os seguintes critérios: menção à Política Nacional de Cultura Viva e/ou os instrumentos citados no art.4º da Lei nº13.018 de 22 de julho de 2014 (pontos, pontões de cultura e Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura; incluídas também suas variações como pontos de memória, pontinhos de cultura, pontinhos de leitura).
- b)** classificação da centralidade que a PNCV ocupou na proposta: se era prioridade/exclusividade, ou, se mencionada dentre outros objetivos e ações.
- c)** quantificação em relação à totalidade de propostas.

Cabe considerar os procedimentos adotados na elaboração dos documentos aqui analisados. O caderno de propostas da CNC envolveu a sistematização das demandas apresentadas e debatidas nas etapas prévias, quais sejam as conferências Municipais ou Intermunicipais; Regionais ou Territoriais; Livres; Temáticas; Estaduais e do Distrito Federal e Encontros Setoriais. O material desses encontros, após enviado ao MinC, foi analisado, codificado e dividido por grupo temático. Em seguida, textos de proposta similares foram aglutinados. As codificações, maiores detalhes sobre a metodologia e o rastreamento das demandas advindas das etapas prévias é explicitada no Caderno de Proposta da CNC (CNPC;MinC, 2024a), recebido por todos os participantes do evento e disponível on-line ³.

O Caderno foi o material recebido pelos participantes no momento da Conferência, que, divididos em Grupos de Trabalho (GT), por Eixos temáticos, se reuniram para debater o documento. O objetivo principal de cada grupo era propor emendas aditivas, supressivas ou aglutinativas e identificar lacunas nas propostas existentes. Poderiam também criar até duas novas propostas para abordar essas lacunas. ⁴

O resultado desses debates foram discutidos nas Plenárias dos Eixos temáticos, nas quais poderiam ser feitas emendas aditivas, supressivas (parcialmente) ou aglutinativas, desde que não comprometesse o conteúdo central da proposta. Nesse momento também eram eleitas cinco propostas prioritárias como indicativo para o material final da conferência a ser encaminhada à Plenária Final, na qual as propostas priorizadas foram lidas e aprovadas por aclamação em bloco. Todo esse processo participativo da CNC resultou em 84 propostas, sendo 30 prioritárias, que servem de base para a construção do PNC. Para esta tarefa, o Ministério da Cultura realizou 17 oficinas em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), entre Maio e Junho de 2024 ⁵, construindo os textos do preâmbulo, princípios, diretrizes, transversalidades, objetivos - a primeira versão do texto-base do PNC. É válido sublinhar que tal documento identifica quais propostas da CNC foram sistematizadas para gerar os respectivos obje-

3. Disponível em https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura/textos/CadernosdePropostas4CNC_Diagramacao_v311.pdf acesso em 01/12/2024

4. Informações disponíveis em https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/minc-divulga-as-30-propostas-prioritarias-aprovadas-durante-a-4a-conferencia-nacional-de-cultura/30_propostas.pdf, acesso em 15/15/2024.

5. Informação disponível em <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/491/>, acesso em 26/12/2024.

tivos; e essa rastreabilidade permite não só as análises deste artigo, como também o registro concreto da participação social nos documentos gerados e no desdobramento de políticas públicas.

O texto inicial do PNC foi colocado em um novo processo de consulta pública, entre outubro/2024 a janeiro/2025, de forma presencial e virtual, com o objetivo de coletar opiniões sobre os textos do preâmbulo, princípios, diretrizes, transversalidades, objetivos e propor metas vinculadas aos objetivos.

A seguir serão analisados os três documentos resultantes desses processos participativos: a etapa prévia da CNC, a CNC e o Texto-base do PNC.

2.2. Análise do Caderno de propostas da CNC

Foram mapeadas 11 propostas com referência à PNCV, de um total de 132, sendo que 2 delas tinham essa temática como central, e as outras nove faziam menção em meio a outros assuntos.

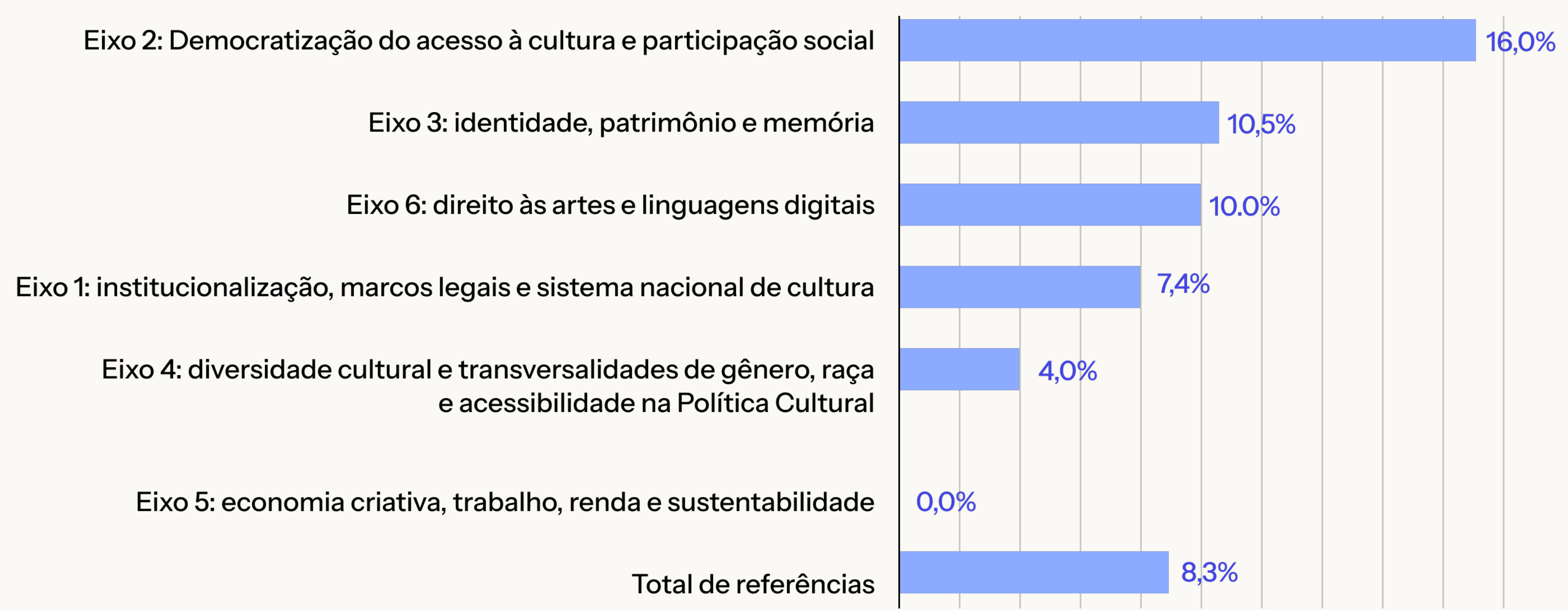
Tabela 1: Quantidade de referências à PNCV no Caderno de Propostas da CNC

Eixo	Inclui como prioridade	Inclui, dentre outros assuntos	não faz referência direta à PNCV	Total de propostas
Eixo 1: institucionalização, marcos legais e sistema nacional de cultura		2	25	27
Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social	1	3	21	25
Eixo 3: Identidade, patrimônio e memória		2	17	19
Eixo 4: Diversidade cultural e transversalidades de gênero, raça e acessibilidade na Política Cultural	1		24	25
Eixo 5: economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade			16	16
Eixo 6: direito às artes e linguagens digitais		2	18	20
TOTAL GERAL:	2	9	121	132

Fonte: Elaboração dos autores

O Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social foi o que mais reuniu propostas vinculadas à PNCV, o que é bastante simbólico já que o histórico dessa política vinca raízes justamente na participação social e na luta pelo reconhecimento de fazeres culturais por parte do Estado. Por outro lado, o Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade, não apresentou menções que fizessem referência direta à PNCV.

Gráfico 2: menções à PNCV por Eixo, no Caderno de Propostas da CNC



Fonte: Elaboração dos autores

As propostas que fizeram referência à PNCV representam 8,3% da totalidade, e estão distribuídas em quase todos os eixos, indicando que a Política e seus termos conseguem ser compreendidos e evocados por participantes de todo território brasileiro, além de ressaltar a inerente capacidade de transversalidade, dialogando com várias temáticas.

3.2. Análise do Documento final da CNC

O documento resultante da Conferência apresenta 84 propostas, sendo que 15 possuem alguma referência à PNCV. O Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social se manteve como aquele que mais reúne as demandas relativas à PNCV.

Tabela 2: Quantidade de referências à PNCV no documento final da CNC

Eixo	Inclui como prioridade	Inclui, dentre outros assuntos	não faz referência direta à PNCV	Total de propostas
Eixo 1: institucionalização, marcos legais e sistema nacional de cultura		2	6	7
Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social	1	5	9	15
Eixo 3: Identidade, patrimônio e memória		3	9	12
Eixo 4: Diversidade cultural e transversalidades de gênero, raça e acessibilidade na Política Cultural	1	1	26	28
Eixo 5: economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade			5	5
Eixo 6: direito às artes e linguagens digitais		3	14	17
TOTAL GERAL:	2	13	69	84

Fonte: Elaboração dos autores

Na comparação entre os resultados da conferência e o Caderno de propostas, nota-se o aumento considerável de propostas. Em valores absolutos, o número total de propostas passou de 11 para 15, assim distribuídas por eixos:

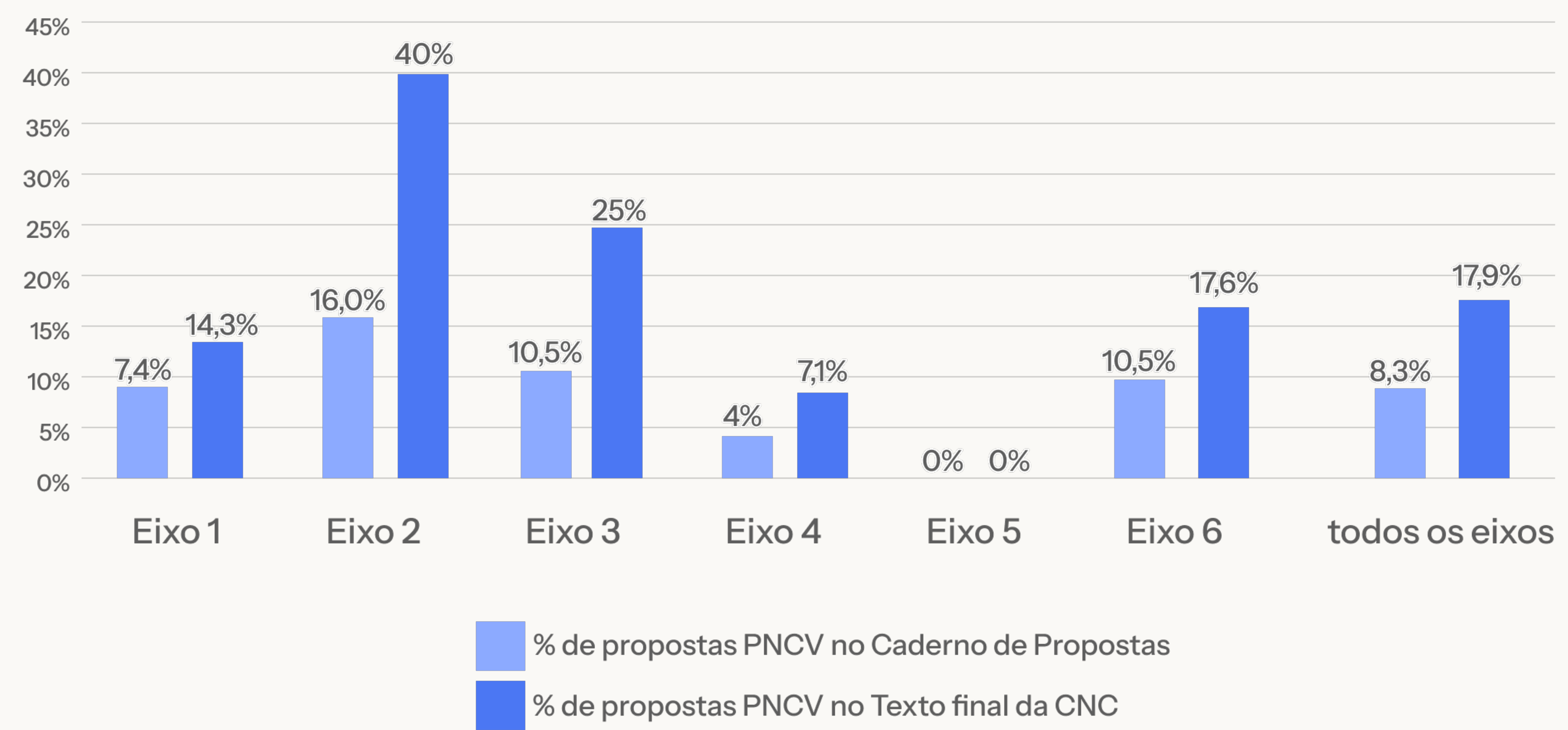
Tabela 3: Comparativo entre as Propostas e Aprovações (números absolutos)

	Caderno de propostas			Texto final da CNC		
Eixo	Inclui como prioridade	Inclui, dentre outros assuntos	total	Inclui como prioridade	Inclui, dentre outros assuntos	total
Eixo 1: institucionalização, marcos legais e sistema nacional de cultura		2	2		1	1
Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social	1	3	4	1	5	6
Eixo 3: Identidade, patrimônio e memória		2	2		3	3
Eixo 4: Diversidade cultural e transversalidades de gênero, raça e acessibilidade na Política Cultural	1		1	1	1	2
Eixo 5: economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade			0			0
Eixo 6: direito às artes e linguagens digitais		2	2		3	3
TOTAL GERAL:	2	9	11	2	13	15

Fonte: Elaboração dos autores

O aumento é ainda mais relevante quando se observa a proporção em relação à quantidade total de propostas existentes em cada um desses momentos. No primeiro há de um total de 132, e as propostas PNCV representavam 8,3%; num segundo momento, com o total de propostas de 84, as propostas PNCV representam 17,9% da totalidade. Esse fato evidencia o trabalho de articulação entre participantes interessados pela política para incluir/manter essas demandas nos textos finais das propostas durante a Conferência.

Gráfico 3: Comparativo entre as Propostas e Aprovações
(percentuais com base de referência no total de propostas de cada documento)



Fonte: Elaboração dos autores

Sublinha-se também que o aumento de propostas relacionadas à PNCV ocorreu na maioria dos Eixos, exceto Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura e Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.

Das 15 propostas resultantes da CNC, 9 foram eleitas prioritárias nas plenárias, assim distribuídas por eixo:

Tabela 4: Propostas com referência à PNCV eleitas entre as prioridades

Eixo	eleita entre as prioridades	não eleita	Total
Eixo 1: institucionalização, marcos legais e sistema nacional de cultura	1		1
Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social	2	4	6
Eixo 3: Identidade, patrimônio e memória	2	3	3

Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural	2	0	2
Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais	2	1	3
Total Geral	9	6	15

Fonte: Elaboração dos autores

As duas propostas que tinham a PNCV como temática central, estiveram dentre as mais votadas de seus Eixos, uma pertencente ao Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social, e outra, do Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural. Foram elas:

E2P2⁶: Ampliar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), promovendo o exercício e a consciência dos direitos culturais; fortalecendo valores democráticos, a alteridade, a criatividade, a expressão, a ampliação de repertórios, a qualificação de ambientes sociais, a educação popular, a economia solidária, a cultura digital, a memória, a contracolonização e o bem viver. Potencializar os grupos culturais, os territórios, as comunidades, as diversas linguagens artísticas, a participação popular e a atuação em redes, com recorte nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais, indígenas, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, de matrizes africanas, rurais e da reforma agrária, povos das águas, povos da floresta, fronteiriços, periféricos e de favela, populações empobrecidas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, além da diversidade e o combate às desigualdades, na seleção de pontos e pontões de cultura, pontos de memória, pontos de memória dos territórios indígenas, casas de reza dos territórios indígenas e pontos de memória dos povos de matrizes africana, pontinhos de cultura, pontos de leitura, bibliotecas comunitárias e rurais, cineclubes, circos, pontos de cultura e de memória no exterior, a concessão de bolsas para agentes do Cultura Viva e para mestres e mestradas das culturas populares. A garantia da descentralização territorial deve ser estabelecida em um pacto federativo que parta da centralidade da municipalização na aplicação de recursos, com a regionalização e o apoio às redes como atribuição dos governos estaduais, e a implementação de orçamentos participativos para orientação dos recursos, reduzindo/extinguindo

6. E2P2 é a codificação que significa Eixo 2, Proposta 2, ou seja, é a segunda proposta mais votada do Eixo 2.

a disputa via editais, e reconhecendo o Fator Amazônico.

E4P3: Garantir, potencializar e financiar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/14) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, considerando a diversidade de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, pessoas em privação de liberdade, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior.

A seguir, um quadro síntese da análise do documento final da CNC, com o resumo das propostas em sua referência à PNC e o código identificador de cada uma:

Quadro 1: Resumo das propostas PNCV no documento final da CNC

Eixo	Resumo da proposta e referência à PNCV
Eixo 1: institucionalização, marcos legais e sistema nacional de cultura	Criação de Fundo Cultura Infância onde o Conselho inclui representantes da PNCV — código: E1P5
Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social	Ampliar a implementação do Programa Cultura Viva — código: E2P2 Inclusão de representantes de pontos de cultura e memória no CNPC — código: E2P4 Plano Nacional Cultura na Infância, onde a PNCV é mencionada dentro dos marcos institucionais — código: E2P6 Plano nacional de espaços culturais (criação e apoio a existentes, incluindo pontos de cultura e memória) — código: E2P7 Programa de fomento, no qual Cultura Viva (dentre outros) é mencionado no público alvo — código: E2P9 Caravana Nacional de Cultura, com participação de pontos de cultura e memória (dentre outros públicos) — código: E2P11

Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória	Criação de pontos de cultura e pontos de memória (dentre outras ações) na Política Nacional de Proteção e Valorização dos Conhecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais — código: E3P2 Referenciamento de redes de apoio da cadeia do Cultura Viva, dentre outras ações — código: E3P5
Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural	Garantir implementação da Política Nacional de Cultura Viva (dentre outras de base comunitária) — código: E4P2 Programa Nacional de Formação Continuada, no qual pontos e pontos de cultura são locais de ação — código: E4P4
Eixo 5: Direito às Artes e Linguagens Digitais	Criar fomentar circuitos e festivais de cultura (base comunitária), realizados por pontos de cultura (digitais e outros), dentre outras iniciativas — código: E5P3 Mapeamento e diagnóstico, que integre políticas de pontos de cultura, dentre outras — código: E5P4 Política de preservação digital que considere acervos de pontos de memória, memória, leitura, dentre outros grupos — código: E5P6

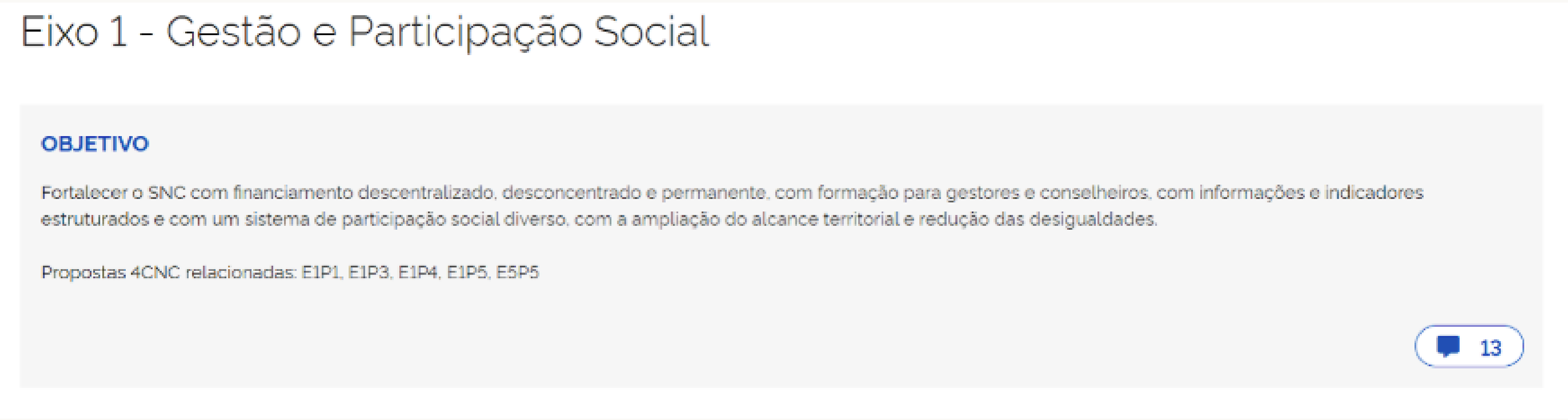
Fonte: Elaboração dos autores

3.3. Análise do Texto-base PNC

O primeiro texto-base do PCN conta com a explanação de objetivos, divididos por eixos temáticos. Cada um deles exhibe, através da codificação⁷, a proposta referência da CNC, conforme demonstra a imagem a seguir:

7. A codificação é composta, em primeiro lugar, pelo número do Eixo, em seguida pelo número da proposta, na ordem da votação das Plenárias dos Eixos. Por exemplo, a E5P5 significa a Proposta 5, do Eixo 5, que inclusive foi a quinta mais votada de tal eixo.

Figura 1: Texto base exposto no site
https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/, para etapa de participação social virtual



Fonte: *https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/298/ acesso em 26/12/2024*

A transparência no método de construção do texto, com a exibição dos códigos das propostas, viabiliza a rastreabilidade e permite mapear quantas vezes e em quais objetivos cada uma das 9 propostas da PNCV eleitas entre as prioridades da CNC foram alocados. Contabiliza-se que elas foram referenciadas 21 vezes, com o seguinte número de menções:

Tabela 5: Quantitativos de propostas com referência à PNCV no novo PNC

Proposta PNCV**	Quantidade de referências nos objetivos do PNC
E1P5	1
E2P2	3
E2P4	0
E3P1	3
E3P3	1
E4P3	1
E4P4	5
E6P3	4
E6P5	3
Total Geral	21

Fonte: *Elaboração dos autores.*

A proposta 3 do Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais (E6P3) foi a que recebeu mais menções:

E6P3 - Fomentar, implementar e apoiar circuitos e festivais culturais dos povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, afro e afrodescendentes, com estímulo à produção da cultura digital, que contemplem as diferentes linguagens artísticas e apoiando artistas a aprimorar o uso da tecnologia para criação artística, valorizando a pluralidade das etnias existentes em todo território nacional, com a participação das instituições públicas de ensino federais, estaduais e distritais. A criação dos circuitos e festivais deve contar com a idealização de comitês de cultura, pontos de culturas digitais e demais pontos como base para o fomento do uso desses conteúdos, utilizando a criação de uma plataforma e de núcleos de pesquisas que assegurem que as produções sejam reconhecidas como patrimônio imaterial para assegurar direitos de uso, garantindo a acessibilidade plena.

Por outro lado, a proposta 4 do Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social (E2P4), apesar de uma importância estratégica e de toda a mobilização em torno de sua aprovação durante a IV CNC, não foi referenciada nenhuma vez no texto-base:

E2P4 - Reestruturar e democratizar o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), a partir da revisão da composição e funcionamento, de modo a:

- (a) garantir assento para todas as setoriais e retorno da eleição de representantes pela sociedade civil;*
- (b) instalar fóruns regionais, contemplando a representatividade de cada estado;*
- (c) ter um olhar diferenciado para os estados que compõem a Amazônia Legal, considerando o Fator Amazônico;*
- (d) implementar um programa de formação permanente de conselheiros, setoriais, regionais, atores e agentes culturais em diálogo com a participação dos entes federados;*
- (e) reconhecer e garantir assento a outras e/ou novas expressões e manifestações artísticas e culturais, fortalecendo as identidades regionais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade;*
- (f) incluir as cadeiras de artes visuais, música, teatro, teatro de bonecos, dança, circo, audiovisual, literatura/livro/leitura, arte digital, arquitetura e urbanismo, design, artesanato, moda, economia popular e solidária, cultura hip hop, funk, patrimônio cultural, pontos de cultura e memória, culturas populares, cultura de rua e arte urbana, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras, produção cultural, cultura infância, capoeira, biomas-cultura e natureza, culturas de favela, povos tradicionais de matriz africana, áreas técnicas, familiares de presos, agricultura familiar, assentados de reforma agrária, povos das águas, povos das florestas, povos ciganos, povos quilombolas, povos e comunidades tradicionais, cultura alimentar, cultura LGBTQIAPN+, pessoa idosa e cultura DEF.*

As duas propostas que consideravam a PNCV como elemento central foram referenciadas em três dos

objetivos: a E2P2 foi referenciada nos Eixos 3, 7 e 8; enquanto a E4P3 foi referenciada apenas uma vez, no Eixo 7, como é possível observar no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Propostas com referência à PNCV utilizadas como insumos para os Objetivos no novo PNCV

Eixo do PNC	Objetivos do PNC	Propostas relacionadas à PNCV utilizadas como insumo
Eixo 1 - Gestão e Participação Social	Fortalecer o SNC com financiamento descentralizado, desconcentrado e permanente, com formação para gestores e conselheiros, com informações e indicadores estruturados e com um sistema de participação social diverso, com a ampliação do alcance territorial e redução das desigualdades.	E1P5
Eixo 2 - Fomento à Cultura	Reduzir as desigualdades no acesso ao fomento à cultura, promover ações afirmativas e reparatórias, desconcentrar a distribuição de recursos da política de fomento no território, considerando o fator amazônico, e garantir acessibilidade cultural nos projetos e ações culturais fomentadas.	E4P4; E6P3; E6P5
Eixo 3 - Patrimônio e Memória	Garantir a preservação e difusão de bens culturais, materiais e imateriais, nos diversos territórios brasileiros, com políticas afirmativas e reparatórias de patrimônio e memória.	E2P2; E3P1; E3P3; E6P5
Eixo 4 - Formação	Promover a presença das artes, da cultura e da memória como linguagens e ferramentas de aprendizagem em instituições de ensino básico, superior, técnico, profissional e tecnológico numa abordagem diversa, acessível, interseccional e vinculada aos territórios. Reconhecer agentes, coletivos, espaços e organizações culturais como produtores de conhecimento e aprendizagem.	E4P4; E3P1; E4P4

Eixo 5 - Infraestrutura, Equipamentos e Espaços Culturais	Ampliar a presença de infraestrutura cultural com a implantação, reforma e manutenção de equipamentos e espaços culturais qualificados, acessíveis e sustentáveis com infraestrutura cultural diversificada e aderente aos contextos locais, com prioridade a territórios periféricos ou vulnerabilizados, considerando as desigualdades federativas e regionais. Apoiar a gestão, manutenção, sustentabilidade, e ampliar o uso e ocupação dos equipamentos e espaços culturais pela população com promoção de programação cultural diversa e acessível.	-
Eixo 6 - Economia Criativa, Proteção social, Emprego, Trabalho e Renda	Fortalecer redes, arranjos e territórios criativos para potencializar a participação da economia criativa na economia nacional. Promover qualificação, profissionalização e a geração de emprego e renda dos trabalhadores da cultura, ampliar seu acesso aos mercados nacionais e internacionais e reconhecer, regulamentar e assegurar seus direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.	-
Eixo 7 - Bem viver e Justiça Climática	Fortalecer, valorizar e fomentar conhecimentos e modos de vida dos povos indígenas, povos e comunidades de matrizes africanas e de povos e comunidades tradicionais como estratégias de enfrentamento e mitigação dos efeitos da injustiça climática e de desigualdades sociais. Desenvolver e implementar estratégias para fortalecer a resiliência climática dos agentes, grupos e espaços culturais e reduzir o impacto ambiental de sua atuação, com protocolos para mitigar os impactos de desastres e emergências ambientais, reconhecendo as diversidades culturais e sociambientais locais.	E3P6; E2P2;E3P1; E4P3; E4P4 E4P4;
Eixo 8 - Cultura Digital e Direitos Digitais	Promover a ocupação diversa e democrática no ambiente digital e a expressão, produção, difusão, memória e fruição da cultura digital, com incentivo ao pensamento crítico, às redes colaborativas, aos conteúdos livres e acessíveis. Assegurar os direitos de autores, artistas e demais titulares de direitos de autor e direitos conexos, bem como de culturas tradicionais, povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, e de grupos de cultura popular, no âmbito do ambiente digital.	E2P2; E6P3; E6P5; E6P3;

Fonte: Elaboração dos autores

Note-se que a disposição do texto-base do PNC não utiliza os mesmos Eixos orientadores das propostas da CNC. Não há, no texto-base, ou mesmo no site de consulta pública (<https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/>) justificativa sobre a mudança. Mas, desde já, os autores deste artigo sublinham que o estabelecimento dos Eixos em um documento de planejamento de longo prazo são marcos importantes para o estabelecimento do agendamento da política pública, bem como para o encadeamento de fatos que levam até sua execução e efetividade.

Quadro 3: Comparativo entre os eixos na CNC e PNC

Eixo CNC	Eixo PNC
Eixo 1: institucionalização, marcos legais e sistema nacional de cultura	Eixo 1: institucionalização, marcos legais e
Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social	Eixo 2: Fomento à Cultura
Eixo 3: Identidade, patrimônio e memória	Eixo 3: Patrimônio e Memória
Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural	Eixo 4: Formação
Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	Eixo 5: Infraestrutura, Equipamentos e Espaços Culturais
Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais	Eixo 6: Economia Criativa, Proteção social, Emprego, Trabalho e Renda
	Eixo 7: Bem viver e Justiça Climática
	Eixo 8: Cultura Digital e Direitos Digitais

Fonte: Elaboração dos autores

Embora a E2P2, a principal proposta da PNCV, tenha sido evocada em três objetivos e eixos do PNC, causa certo estranhamento que não tenha sido referenciada como insumo do Eixo 1 - Gestão e Participação Social do PNC. Afinal, tal Política não só é produto do debate sobre democracia e participação social pertencente ao Eixo 2: democratização do acesso à cultura e participação social da CNC, como também possui, historicamente, uma vinculação com a participação social nas Políticas Culturais no Bra-

sil. Isso não só pela mobilização gerada no processo de elaboração e a aprovação da Lei nº 13.018/2014, mas principalmente porque ela representa a luta pelo reconhecimento de diversos modelos de gestão e fazeres culturais por parte de um Estado burocrático. Não por acaso, a maior parte das propostas PNCV foram formuladas no Eixo 2: da CNC (foram 6, de um total de 15 propostas desse eixo, ou seja, 40% das propostas de tal eixo, mencionaram a PNCV - ver gráfico 3).

A PNCV é, por suposto, um caso emblemático de cidadania cultural (Chauí, 2021), uma vez que imbuí os agentes envolvidos de reconhecimento sobre si mesmo como sujeitos, capazes de transformar realidades a partir da participação ativa nos processos decisórios das políticas públicas. Desse modo, cabe este olhar crítico sobre os insumos utilizados no Eixo que remonta participação social no PNC.

4. Considerações Finais

A análise presente neste artigo, como percurso de continuidade dos esforços de pesquisa empreendidos na chave do Consórcio Universitário Cultura Viva, exaltam a importância da retomada de canais de participação social, como a Conferência Nacional de Cultura e a valorização da rede Cultura Viva em sua potencialidade. Mais do que isso, destaca-se o esforço do MinC em mobilizar agentes, inclusive convidados, para garantirem mobilização e representatividade, sem perder de vista a potencialidade da renovação, durante a IV CNC. Bem como, a realização de encontros de arregimentação da rede de Ponteiros ao longo destes dois anos de gestão. Reforça-se ainda a transparência da metodologia aplicada pela Conferência Nacional de Cultura, o trabalho estratégico desenvolvido pela Flacso-Brasil e a possibilidade de transparência nas notas metodológicas que permitiram a rastreabilidade de dados e análise de trajetória do processo de priorização ofertada aqui.

Antes de uma crítica arbitrária é importante ressaltar a compreensão de que os objetivos do PNC são propostas mais abrangentes, cabendo às metas maior concretude aplicável ao planejamento das políticas públicas. Desse modo, embora a Cultura Viva não tenha para si um objetivo específico, é possível que ela venha aparecer em uma ou mais metas atreladas aos objetivos já estabelecidos - e, para garantir que isso ocorra, ainda é preciso que os atores envolvidos continuem monitorando as propostas na conferência na elaboração do texto final do PNC. Sabe-se também que o texto do PNC analisado está em processo de construção, inclusive com mais etapas de participação social.

Entretanto, a alteração do Eixo da PNCV no texto do PNC, desvinculando-a da participação social, demanda olhares cautelosos sobre a política, para que seu tão almejado reaquecimento não venha acompanhado de esvaziamento do que há de mais potente nela: a capacidade de dotar os sujeitos culturais de reconhecimento sobre si, para promover transformação social através da participação política.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. Do do-in antropológico à política de base comunitária – 10 anos do Programa Cultura Viva: uma trajetória da relação entre Estado e Sociedade. Políticas Culturais em Revista, v. 2, n. 7, p. 6-25, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: O Direito à Cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CNPC; MinC [Conselho Nacional de Política Cultural; Ministério da Cultura]. Caderno de Proposta – 4ª CNC. 2024a. Disponível em https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura/textos/CadernosdePropostas4CNC_Diagramacao_v311.pdf acesso em 01 dez. 2024

CNPC; MinC [Conselho Nacional de Política Cultural; Ministério da Cultura]. Relatório Final – 4ª CNC. 2024b. Disponível em https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/minc-divulga-as-30-propostas-prioritarias-aprovadas-durante-a-4a-conferencia-nacional-de-cultura/30_propostas.pdf, acesso em 15 dez. 2024.

GIL, Gilberto; MINISTÉRIO DA CULTURA. Discurso do Ministro Gilberto Gil na Cerimônia de anúncio da instalação do Conselho Nacional de Política Cultural. Brasília, 19 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://cultura.gov.br/324345-revision-v1/> Acesso em: 10 out. 2024.

LIMA, Deborah Rebello As teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Deborah Rebello; RODRIGUES, Luiz Augusto F. Cultura Viva – 20 anos: uma análise da trajetória entre programa, política e conceito em políticas públicas de cultura. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói/RJ, Ano 14, n. 26, p. 29-57, mar. 2024.

MAYRING, Philipp. Introdução à Pesquisa Social Qualitativa. Uma orientação ao pensamento qualitativo. Weinheim: Beltz, 2002.

RODRIGUES, Luiz Augusto. Puntos de cultura y juventud: estratégias de participación. In: Anais do 1º Congreso Latinoamericano de Gestión Cultural. Chile: Red Latinoamericana de Gestión Cultural, 2014. p. 1-10.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (orgs.). Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania. Brasília: Ipea, 2010.

TURINO, Célio. Viagem à semente: uma anamnese da Cultura Viva. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades Núcleo de Estudos das Diversidades, intolerâncias e conflitos (DIVERSITAS) da Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2023.

YÚDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Tempo, processo e construções: 4ª Conferência Nacional de Cultura e 20 anos de Programa Cultura Viva

CLEISEMERY CAMPOS DA COSTA

Tempo, processo e construções: 4ª Conferência Nacional de Cultura e 20 anos de Programa Cultura Viva

Cleisemery Campos da Costa

Nos dois primeiros governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, a existência de uma contínua promoção do exercício da cidadania cultural, da liberdade de expressão, da autonomia, da diversidade e memória, contribuiu para a potencialização dos processos culturais e artísticos no Brasil. Período esse que proporcionou um cenário favorável para a implantação do Programa Cultura Viva.

Nos pilares norteadores do Ministério da Cultura, capitaneado pelo Ministro Gilberto Gil, nos quais o investimento de uma política cultural para todos os brasileiros perpassava as características do Programa Cultura Viva uma das políticas inovadoras implantadas pelo Governo Lula no qual estavam inseridos vários grupos de excluídos, de socialmente desfavorecidos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, o inovador programa demarca tempos novos na Cultura brasileira.

É identificável a linha adotada pelo Ministério da Cultura (MinC), com as novas orientações de governo para a área cultural, de acordo com as propostas do documento A imaginação a serviço do Brasil, elaborado por especialistas do Partido dos Trabalhadores e apoiadores (2002), contendo um conjunto de temas com um novo projeto de políticas públicas de cultura para o País, na então terceira campanha de Lula (PT) para Presidente do Brasil.

As novas práticas implantadas pelo MinC, para a garantia do acesso à cultura, envolvendo de modo amplo, inclusivo e democrático estímulos para a participação social, na vivência do conceito “Cultura é direito”, possibilitou a ousadia de pensar um programa com a envergadura do Cultura Viva¹, que descortina um Brasil para muitos, ainda desconhecido.

O Cultura Viva, criado por decreto em 2004, foi institucionalizado 10 anos depois por meio da Lei Federal Nº 13.018/2014. É a política cultural de base comunitária mais importante do Brasil, atuando na defesa e promoção da diversidade cultural, a partir do fortalecimento, articulação, capacitação e fomento

1. Portaria/MinC nº 156/2004 - Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA. A Política Nacional de Cultura Viva – PNCV, é uma política pública de Estado gerida de forma compartilhada pela SCDC/MinC em parcerias intergovernamentais e com governos estaduais, distrital, municipais, grupos e instituições culturais, gestores e produtores culturais e sociedade civil, para articular, capacitar e fomentar ações realizadas por entidades, coletivos e agentes culturais em suas comunidades, bem como apoiar, valorizar, reconhecer, dimensionar e divulgar as culturas e os fazeres culturais em seus diferentes territórios. Surgiu com o antigo Programa Cultura Viva (2004) e sua origem remonta à Constituição Federal de 1988, que estabelece o dever do Estado (Poder Público de todas as esferas) em garantir ao cidadão o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além do fomento, valorização e incentivo à produção, difusão e circulação de conhecimento, a universalização do acesso aos bens e serviços culturais e a cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural, entre outros (CF/88, art. 216-A, § 1º, incisos I a IV).

de ações de entidades, coletivos e agentes culturais, além de apoiar, valorizar e divulgar as culturas e os fazeres culturais em seus diferentes territórios. No período de 2004 a 2011 o Programa Cultura Viva apoiou a instalação de 3.670 Pontos de Cultura, presentes em todos os estados brasileiros, alcançando cerca de mil municípios.

A implementação do programa Cultura Viva, um conjunto inovador de políticas nos diversos territórios, chegou a investir mais de R\$ 100 milhões por ano. No Brasil existem movimentos sociais e culturais expressivos, com espaços alternativos e dinamismos que em nada se assemelham aos das grandes indústrias culturais. Esses movimentos e/ou grupos foram reconhecidos em sua atuação cultural através do programa Cultura Viva, como PONTOS DE CULTURA. Essa dinâmica cultural passou a ser reconhecida nas políticas culturais brasileiras de forma significativa, em especial, através do Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva. O Ipea realizou a primeira pesquisa sobre o programa Cultura Viva, com 526 pontos de cultura conveniados em todas as regiões do país (em 2010 esse número já ultrapassava as 2.500 unidades). Hoje estão presentes em todos os estados do país e, em sua maioria, através dos convênios entre o governo federal, os governos estaduais, ou iniciativas de prefeituras. Acordado ao aparato redistributivo como marca do período Lula, o programa reivindica a ampliação do número de destinatários dos fundos públicos para a produção da cultura. Esta síntese reuni as características da autonomia da gestão à dureza do trajeto burocrático do campo político, sem os rompimentos com as estruturas majoritárias do financiamento à cultura, com base nas leis de renúncia fiscal. Empresta a correspondência do carisma ao grupo ministerial, em especial ao seu criador, Célio Turino, e constrói as posses de atributos dos demandantes nas escolhas do próprio Ministério, como a intensa promoção de mudanças institucionais para executar o programa que impacta a produção cultural popular, funcionara como um amplo repositório de editais dedicados a políticas de fomento e premiação a segmentos culturais com baixa capacidade de disputa nas leis de incentivo, por suas características identitárias de organização e acesso às políticas públicas de cultura, e ao Estado de maneira geral. (Domingues, 2008, p.43)

Integrando o contexto que prepara o ambiente para a implantação do Programa Cultura Viva, inicialmente deflagrado com os primeiros 100 Pontos de Cultura selecionados a partir de seleção pública do Ministério da Cultura, identifica-se uma relação direta do Cultura Viva com as Conferências Nacionais de Cultura, palco de fortalecimento e estímulo de criação e gestão cultural no Brasil, nas quais uma rede de parceiros e variados sujeitos sociais, grupos, coletivos e entidades culturais, sem fins lucrativos, debatem sobre políticas públicas do país.

O Seminário “Cultura para Todos”, em 2003, que fez parte do percurso da construção coletiva do projeto democrático inaugurado pelo MinC, foi o primeiro passo de uma série de ações voltadas ao envolvimento dos cidadãos na avaliação e no direcionamento dos rumos das políticas culturais, base para planejamentos futuros, pontualmente discutidos e avaliados na 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005.

A realização de três Conferências Nacionais organizadas pelo MinC (1ª conferência nacional - 2005; 2ª conferência nacional - 2010 e 3ª conferência nacional - 2013), com a presença de diversos atores da sociedade civil, até então excluídos do processo de participação direta na construção de propostas para as políticas públicas, além de traçar tarefas para a formulação do Plano Nacional de Cultura (PNC), desencadeou um processo singular de potencialização do fazer artístico e cultural em escala nacional, saindo do costumeiro eixo Rio – São Paulo.

As conferências, com agendas periódicas, envolvendo o poder público e a sociedade civil, convocadas pelo Poder Executivo (da União, estados, municípios e Distrito Federal), conferem momento único para avaliar as políticas culturais. E ainda, analisam a conjuntura cultural do país, potencializando a mobilização de novos sujeitos sociais.

Tais desdobramentos são evidenciados pela presença dos novos debates públicos, pela visibilidade ampliada do setor cultural com a participação direta dos atores interessados. Novas perspectivas, articulações e arranjos de aprofundamento da democracia. Para o MinC, a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC), entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2005, na Academia Nacional de Tênis (Brasília-DF), foi estratégica para estimular e provocar a mobilização da sociedade e dos governos (municipais e estaduais) em torno da constituição do novo modelo de gestão de política cultural, o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que tinha, entre outras ações e atribuições, a operacionalização do PNC. A 1ª CNC gerou mais de 400² encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais, além da plenária nacional. Com o tema “Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura”, cinco eixos norteadores movimentaram as cinco regiões do Brasil: gestão pública da cultura; cultura é direito e cidadania; economia da cultura; patrimônio cultural e comunicação é cultura.

Após a 1ª CNC, o MinC avança na institucionalidade do SNC com a instalação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), com as discussões para formulação e elaboração do PNC e para a aprovação de um mecanismo estratégico, o Fundo Nacional de Cultura, na composição do chamado “CPF da Cultura”: Conselho (e Conferências), Plano e Fundo.

A 2ª Conferência Nacional de Cultura (2ª CNC), realizada entre os dias 11 e 14 de março de 2010, com o tema “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, foi o primeiro grande encontro de debate público sobre as políticas culturais e a institucionalização do PNC. Sobretudo, o encontro estimulou, nas cinco regiões do país, a elaboração de planos estaduais e municipais, discutindo estratégias de implantação e instrumentos de avaliação e acompanhamento dos planos de cultura. Na CNC a sociedade civil visual-

2. O ciclo de discussões mobilizou mais de 60 mil pessoas, incluindo gestores de cerca de 1200 municípios, de 19 estados e do Distrito Federal. Todos esses números atestam a fabulosa estratégia que foi a 1ª CNC, como mais uma etapa de implantação do próprio SNC, envolvendo os entes federados. Das finalidades propostas na 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC), foi fundamental a articulação efetivada entre entes federados - prefeituras e governos estaduais - na viabilização de construção de uma política cultural de âmbito nacional, que pudesse ser chamada de públicas. (Anais da 1ª CNC, 2005)

iza claramente a definição de responsabilidades das organizações públicas, privadas e civis. É a ocasião que se mede, em detalhes, funcionamento, acompanhamento e avaliação das políticas culturais no Brasil, com a adoção de uma nova rota quanto a execução das políticas públicas para o setor cultural.

A 3ª Conferência Nacional de Cultura (3ª CNC), realizada entre os dias 26 e 29 de novembro de 2013, tratou do tema: “Uma Política de Estado para a Cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”. Dos seus objetivos principais, a discussão para o aprimoramento da articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, para a dinamização dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais/Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura, envolvendo os respectivos componentes.

Dentre os desdobramentos das três conferências nacionais, momento em que pela primeira vez na história do Brasil é traçada uma autêntica linha norteadora de política de Estado para a cultura, se destaca a construção de novos marcos legais para nortear as políticas culturais dos próximos anos, com a participação da sociedade civil.

Em especial, um conjunto de propostas aclamado pela maioria dos delegados, como a necessidade de implantação dos sistemas nacional, estaduais, distrital e municipais de cultura, a consolidação, institucionalização e implementação do SNC, constituído de órgãos específicos de cultura, conselhos de política cultural consultivos, deliberativos e fiscalizadores, tendo, no mínimo, 50% de representantes da sociedade civil eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, planos e fundos de cultura, comissões intergestoras, sistemas setoriais e programas de formação na área da cultura, na União, Estados, Municípios e no Distrito Federal e garantia de realização periódica das conferências de cultura.

A efetividade de tais políticas só alcançará ser empreendida e avalizada por um sistema de gestão articulado para a otimização dos investimentos -, e com participação qualificada pelo grau de informação agregado aos processos decisórios e pela qualificação do funcionamento do Estado e dos próprios agentes sociais, que passam, enquanto representantes, a integrar o conceito de Poder Público que a Conferência consagra e que nós abraçamos. Tal sistema está batizado como o Sistema Nacional de Cultura. (Brasil, 2006)

Resultado direto das conferências nacionais, as pautas que são tratadas no Congresso Nacional se desdobram em reflexos para algumas Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras de Vereadores, como a PEC 416/2005, que institui o Sistema Nacional de Cultura; a PEC 150/2003, que designa recursos financeiros à cultura com vinculação orçamentária; a PEC 049/2007, que insere a cultura no rol dos direitos sociais da Constituição Federal; projetos de lei que instituem o Plano Nacional de Cultura e o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura e a Lei Cultura Viva (Nº 13.018 de 22 de julho de 2014), que institui a

Política Nacional de Cultura Viva, dentre outras. Após uma lacuna de 11 anos foi realizada, entre os dias 04 e 08 de março de 2024, a 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC) sob o tema “Democracia e Direito à Cultura”, com quase 5 mil participantes no Centro de Convenções Ulysses Guimarães (Brasília – DF). Entre delegações estaduais, delegações setoriais, convidados e observadores, a expectativa de discussão acumulava seis anos de retrocesso, retratação e perseguição que o setor cultural sofreu ao longo dos Governos Temer e Bolsonaro.

Ovacionado na abertura da 4ª CNC, a presença do Presidente Lula demarca, de modo histórico, o que foi a maior Conferência Nacional de Cultura, em números, quando foram realizadas 26 conferências estaduais, 01 conferência distrital e mais de 2769 conferências municipais nas etapas anteriores de preparação para o encontro nacional. Encerrado o hiato de 11 anos, a 4ª CNC celebra a retomada das discussões das políticas culturais nas cidades e estados, em meio ao entusiasmo do retorno do próprio Ministério da Cultura, no terceiro Governo Lula.

Delegada pela sociedade civil nas três conferências nacionais anteriores, participei da 4ª CNC como convidada da Secretaria Nacional dos Comitês de Cultura – MinC. Identifiquei situações peculiares entre os participantes: alguns se moviam sob interesse pessoal, sem avaliar a potência e amplitude das ações coletivas, ou ainda, sem o acúmulo de uma discussão do que o setor cultural tinha conquistado, entre 2003 e 2010.

As manifestações e falas mais acaloradas, desinformação e ansiedade, demonstraram a falta de acompanhamento do contexto de muitos dos participantes, frente ao volume de informações para o debate expresso nos objetivos da 4ª CNC³. Na divisão dos grupos, por eixos, ficou ainda mais evidente a distância entre os participantes, com instantânea identificação daqueles classificados como “dinossauros”, pela trajetória antecedente dos recentes 20 anos, e aqueles recém chegados no processo, ainda por absorver e compreender o contexto das políticas culturais conquistadas a partir do ano de 2003, no início da gestão do Ministro Gilberto Gil à frente do MinC.

Mais uma vez, desde a realização da 1ª CNC, a constatação quanto à necessidade fundamental de manter contínuo investimento para formação e capacitação de gestores públicos de cultura e dos trabalhadores de cultura atuantes na sociedade civil.

Na discussão dos eixos⁴ havia muitos ponteiros de cultura, fato que retrata ação constante ao longo de 20 anos, e a prática das características do Programa Nacional Cultura Viva: reconhecer e valorizar a di-

3. Objetivos 4ª CNC: I – ampliar o debate com a sociedade sobre o conceito de cultura como política; II – promover a avaliação do Plano Nacional de Cultura – PNC; III – propor diretrizes para a criação de um novo PNC; IV – definir diretrizes prioritárias para garantir transversalidades nas políticas públicas de cultura; V – potencializar a adesão dos Estados e Municípios ao Sistema Nacional de Cultura – SNC; VI – debater sobre a divisão de atribuições entre os entes federados; e VII – construir uma política sociocultural que fortaleça a democracia participativa. (CADERNO DA 4ª CNC, 2024)

versidade cultural do país; promover e preservar a memória ancestral e impulsionar a construção coletiva de um futuro culturalmente rico, criativo e inclusivo.

Apesar dos números eloquentes e do ambiente festivo, ainda com respingos da terceira vitória de Lula para o Planalto, a 4ª CNC, que enfrentou desafios indiscutíveis para sua realização, apresentou resultados abaixo da expectativa que a antecedeu, em especial, pela fragilidade das discussões e pela metodologia aplicada para validação dos desdobramentos em torno da revisão do PNC, matéria prioritária na convocação da 4ª CNC, mesmo com uma presença mais participativa do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

Mesmo com tais percepções, com pouco mais de um ano do Ministério da Cultura retomado, se reorganizando institucionalmente na estrutura do governo federal, ainda sob muitos efeitos do desmonte promovido pelo governo anterior, a realização da 4ª CNC e o tanto que ela provocou e estimulou nos estados e cidades, foi impacto positivo para o setor cultural⁵.

A recepção da Ministra Margareth Menezes, em pessoa, saudando a chegada dos delegados, convidados e observadores no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, foi demonstrativo afetuoso do que representou a 4ª CNC. E ainda, a agenda meticulosamente planejada do MinC, junto com parlamentares, para aprovação do projeto de lei que criou o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, em plena 4ª CNC. Incluída na pauta para votação, o projeto de lei aprovado garante os direitos culturais entre os entes federativos (gestão conjunta das políticas públicas do setor), previsto na Constituição Brasileira (emenda 71), fundamentado no Plano Nacional de Cultura (PNC - Lei 12.343/2010).

O anúncio foi festejado entre delegados, observadores e convidados da 4ª CNC, com notícia amplamente explorada Brasil afora pela Rede Nacional de Gestores Municipais de Cultura, com entusiasmada presença de parlamentares do Congresso Nacional no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

As agendas que se multiplicam em celebração pelos 20 anos do Programa Cultura Viva, refletem os desdobramentos do processo da 4ª CNC, onde a valorização e reconhecimento dos Pontos e Pontões de Cultura, espalhados pelo país, é fato político para ser amplificado em valorização direta às manifestações da cultura brasileira, perseguida nos recentes anos anteriores com ações sistemáticas dos governos Temer e Bolsonaro pela invisibilidade desses agentes culturais, naquela que foi, deliberadamente, no âmbito do Estado brasileiro uma atitude de apagamento da dimensão simbólica da nossa Cultura.

O MinC, ao potencializar os 20 anos do Programa Cultura Viva, em paralelo a realização da 4ª CNC, com

4. Temas Eixos 4ª CNC: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; Democratização do acesso à cultura e Participação Social; Identidade, Patrimônio e Memória; Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; e Direito às Artes e às Linguagens Digitais (CADERNO DA 4ª CNC, 2024).

5. Acesso às informações da 4ª CNC (Portaria MinC Nº 45, de 14 de julho de 2023, e Portaria de prorrogação), documentos orientadores e programação. Disponível em: <https://www.gov.br/.../4a-conferencia-nacional-de-cultura-1>.

espaço de reunião da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC), em ampla discussão dos principais desafios da Política Nacional Cultura Viva e outras agendas envolvendo diversos sujeitos sociais, entre artistas, acadêmicos, pesquisadores, trabalhadores de cultura, parlamentares e gestores públicos, demarca os objetivos do Programa Nacional Cultura Viva, em uma atitude de retroalimentação da sua própria recondução na estrutura governamental e na retomada da promoção da arte e da cultura na pauta nacional.

Nesta atitude, o investimento do MinC, ao realizar a 4ª CNC, investe na sintonia dos anseios e perspectivas dos defensores do Programa Cultura Viva e potencializa os objetivos do Governo Lula com a própria retomada da pasta da Cultura.

Como sinalizou a Ministra de Estado da Cultura Margareth Menezes da Purificação (apud Caderno da 4ª CNC, 2024):

Desde o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o diálogo tem sido uma das marcas da atuação do Ministério da Cultura. A recriação do Ministério da Cultura também é o reestabelecimento do diálogo e da participação social como valor central ao fazer política cultural. Pensar e implementar política cultural também é fazer cultura. O campo cultural configura a sua política, e esta ajuda a reconfigurar o seu campo, num processo de retroalimentação histórica contínua. E a cultura de política cultural que almejamos é inclusiva, democrática e comprometida com o processo de desenvolvimento pleno do Brasil. Hoje, em um contexto de retomada democrática, o norte da participação social torna-se ainda mais estratégico. Se democratizar a cultura sempre foi um debate necessário, torna-se igualmente relevante culturalizar a democracia no Brasil.

Para o MinC, era vital o movimento político de garantir o exercício dos direitos culturais dos cidadãos brasileiros e da promoção de inclusão social, com o combate à discriminação, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural brasileira.

Tal movimento, junto com o estímulo de retomada de maior participação social na elaboração e gestão de políticas públicas, está associado à garantia do respeito à cultura como direito de cidadania, em uma soma necessária para o estabelecimento de um ambiente de fortalecimento institucional do próprio Ministério da Cultura, tanto na estrutura governamental, como em especial, diante da sociedade brasileira.

O indiscutível apoio do MinC pela revitalização dos Pontos e Pontões de Cultura, com uma vultosa projeção orçamentária através da Política Nacional Aldir Blanc | PNAB⁶, e destinação de políticas específicas⁷, além de ações em cumprimento à ampliação de Pontos e Pontões, como previsto no PNC, evidenciam a importância da capilaridade da política de Cultura Viva para o fortalecimento da pasta da Cultura no

terceiro governo Lula.

Entre a portaria, no ano de 2004, a aprovação da lei em 2014⁸, até esse momento de celebração de 20 anos, a Política Nacional de Cultura Viva, apesar do vácuo provocado pela ausência de investimentos e ações pontuais do Poder Executivo, em alguns períodos, apresenta uma consistente resistência, considerando a própria verve do Cultura Viva, os pilares do programa – Empoderamento; Autonomia; Protagonismo sociocultural.

Um passeio pelas trocas de mensagens e conversas nos Fóruns dos Pontos de Cultura municipais, regionais e o do Estado do Rio de Janeiro, esse último fruto direto daquela que foi a primeira crise dos Pontos de Cultura (o não pagamento dos agentes de cultura viva em 2006, quando o Ministro da Cultura Gilberto Gil e seu Secretário Célio Turino passam horas em negociação com os ponteiros de cultura no Palácio Capanema), atestam a condição de manutenção da concepção dos Pontos de Cultura, as relações conceituais que entrelaçam os sujeitos sociais que abraçam o Cultura Viva como ação constante e contínua de sua prática e fazer cultural.

Entre 2016 e 2022, esse fazer cultural manteve a luta pelo território, pela terra, pelo reconhecimento de gênero, cor e raça, na qual Pontos de Cultura e Pontões, ultrapassaram o formato dos planos de trabalho para além de suas atividades estabelecidas nos convênios, tratados, prêmios e bolsas concedidas pelas diferentes esferas de governo.

6. A Política Nacional Cultura Viva (PNCV) foi retomada em 2023 com o maior investimento da história por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que fomentará o setor cultural mediante repasses anuais de R\$ 3 bilhões da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada até 2027, totalizando R\$ 15 bilhões. Desse total, pelo menos, R\$ 1,6 bilhão serão destinados à Cultura Viva, considerando os cinco anos de implementação da PNAB. Somente neste ano, o valor deverá chegar a R\$ 400 milhões. Isso porque os municípios beneficiados com mais de R\$ 360 mil da PNAB deverão destinar, no mínimo, 25% desse valor para a Cultura Viva, enquanto os estados e o DF investirão ao menos 10% do valor recebido. Os demais municípios também podem investir na PNCV, fazendo a ampliação do acesso ao fomento cultural aos grupos locais. Disponível em: < <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/rede-cultura-viva/cultura-viva-na-pnab> >. Acesso em 07 dez.2024.

7. Cartilha Cultura Viva. Disponível em: < https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/rede-cultura-viva/cultura-viva-na-pnab/pg_cartilha-culturaviva_pnab-0107.pdf >.

8. Lei Cultura Viva – Nº 13.018 de 22 de julho de 2014, que institui a PNC. Caracteriza-se como a primeira política de base comunitária do Sistema Nacional da Cultura (SNC) e alcança grande dimensão nacional e internacional, sendo ainda a base para a criação do Programa IberCultura Viva em 2014 – sendo, atualmente, uma referência para políticas culturais de base comunitária em vários países da América Latina. Desenhada para valorizar a cultura de base comunitária, a articulação em rede e a gestão compartilhada, com base nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil, a PNCV contempla iniciativas ligadas à economia solidária, produção cultural urbana e periférica, cultura digital, cultura popular, às comunidades indígenas, quilombolas, de matriz africana, aos segmentos da infância e juventude, abrangendo todos os tipos de linguagem artística e cultural como: artesanato, música, artes cênicas, artes visuais, cinema, circo, literatura, entre outras. Tem o objetivo de promover a articulação dessas iniciativas em rede e contribuir para a inclusão social, o combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação e intolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira e o pleno exercício dos direitos culturais. Além de garantir a continuidade das ações em âmbito nacional e internacional, a Lei Cultura Viva cria outras formas de apoio financeiro a iniciativas culturais, simplifica e desburocratiza os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil. Atualmente está presente nos 27 estados brasileiros, em cerca de mil municípios e no exterior, sendo uma política pública de grande capilaridade e visibilidade do Ministério da Cultura, atualmente com mais de 4.300 Pontos e Pontões georreferenciados no Mapa da Rede Cultura Viva. Disponível em: < <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/> >. Acesso em: 07. dez. 2024.

No movimento “Ocupa MinC”⁹ entre os muitos agentes culturais na resistência das políticas culturais ali materializadas na defesa do prédio monumental, o Palácio Capanema, sede do MinC na cidade carioca, capital do Estado do Rio de Janeiro, vários ponteiros de cultura, incentivando, apoiando e fortalecendo aquela ação emblemática, após o golpe que afasta Dilma Rousseff da Presidência da República.

Coordenadora de um dos primeiros 100 Pontos de Cultura do Brasil (Convênio Ministério da Cultura e ONG Semear, 2005), e na direção do Pontão Rede Fluminense de Cultura (Convênio MinC e COM-CULTURA RJ, 2009), vivenciei a oportunidade de atuar diretamente no Programa Cultura Viva, acompanhando vários ponteiros de cultura que ampliaram suas vozes, de pessoas comuns, a partir da oportunidade de ver suas histórias e narrativas sendo reconhecidas, suas versões de vida e trajetória que se interligam diretamente na formulação de políticas culturais.

Se existe um ganho valioso da lista que pode ser detalhada que o Programa Cultura Viva promoveu no Brasil, desde 2004, é o processo da participação social, em si, envolvendo os sujeitos sociais nos processos de discussão para a implantação de políticas públicas, no limiar desse novo modelo organizacional promovido pelo MinC, iniciado em 2003. Percebo esses sujeitos sociais com uma trajetória comum, entre muitos anônimos atuantes na cultura brasileira, em muitas cidades do estado do Rio de Janeiro, que passaram a ocupar lugares de destaque nos espaços das decisões políticas, como por exemplo, nos Conselhos de Cultura (municipais, estaduais e nacional).

O reconhecimento das diversas vozes que atuam de modo convergente ou divergente, como atores de um processo em construção das políticas públicas culturais, apresentou profunda associação com os objetivos e características, no âmbito do Programa Cultura Viva, com o local, o regional, o estadual e o nacional. Nesta trajetória, um caminhar que atesta legitimidade dos princípios de inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum que norteiam e alimentam o Cultura Viva.

Mesmo com o lapso de ausências, entre 2016 e 2022, sem apoio ou ação consistentes dos governos, é possível localizar, com as devidas especificidades, a disposição de boa parte dos Ponteiros de Cultura de manter as trocas de conhecimentos, reflexões, reunindo e articulando pessoas realizadoras da Cultura Viva, em suas diferentes formas de atuação.

9. Atos de resistência ao fim do Ministério da Cultura. Protestos mais significativos contra o golpe de Michel Temer. Ocupações de prédios ligados ao Ministério da Cultura em capitais brasileiras por manifestantes contrários ao governo de Michel Temer, em 27 cidades. As ocupações tinham, inicialmente, a proposta de reabrir o Ministério da Cultura, que havia sido fechado por Temer no mesmo dia em que o golpe contra Dilma Rousseff foi consumado. As ocupações alcançaram impactante importância, tornando-se os atos mais significativos da resistência contra o golpe do Michel Temer. No Rio de Janeiro e em São Paulo, onde foram organizadas as iniciativas, os ocupantes dividem os dias em apresentações artísticas, rodas de Atos de resistência ao fim do Ministério da Cultura. Protestos mais significativos contra o golpe de Michel Temer. Ocupações de prédios ligados ao Ministério da Cultura em capitais brasileiras por manifestantes contrários ao governo de Michel Temer, em 27 cidades. As ocupações tinham, inicialmente, a proposta de reabrir o Ministério da Cultura, que havia sido fechado por Temer no mesmo dia em que o golpe contra Dilma Rousseff foi consumado. As ocupações alcançaram impactante importância, tornando-se os atos mais significativos da resistência contra o golpe do Michel Temer. No Rio de Janeiro e em São Paulo, onde foram organizadas as iniciativas, os ocupantes dividem os dias em apresentações artísticas, rodas de debate, protestos e shows gratuitos de artistas renomados do cenário cultural brasileiro, como Arnaldo Antunes, Otto e Caetano Veloso, que tocou no Palácio Capanema, no Rio de Janeiro. Os atos ganharam unidade sob o nome #OcupaMinC

A Plataforma Rede Cultura Viva, que registra em seu mapeamento 4.328 Pontos e Pontões de Cultura georreferenciados no Brasil, sendo 396 no Estado do Rio de Janeiro é valioso reconhecimento da potência do Cultura Viva, onde vários desses Pontos e Pontões, mantendo seu acervo histórico, alimentam uma rede de comunicação e interação que é estratégica ação articuladora para sua própria manutenção.

A atenção que o MinC estabelece para a promoção de uma agenda específica para os Pontos e Pontões de Cultura durante a 4ª CNC, e os anúncios da PNAB com percentual de recursos destinados ao Cultura Viva, demonstram o quanto é importante para o MinC, o potencial que é o Cultura Viva, o horizonte que a PNCV representa neste tempo da história brasileira. A questão é como se dará o processo de potencialização da PNCV, em prol de sua real efetivação, sem criar armadilhas que possam produzir efeito contrário.

Em entrevista com uma das lideranças nacionais do Cultura Viva, de marcante atuação ao longo desses 20 anos, ao ser indagado quanto a sua avaliação sobre os avanços da PNCV neste momento de celebração de duas décadas do Cultura Viva, o fotógrafo Davy Alexandrisky destaca uma de suas preocupações:

Eu não só não vejo avanço, como vejo com muita preocupação esse inchaço do número de Pontos, na explícita intenção de justificar a meta 23 do PNC, que prevê um número de 15.000 Pontos de Cultura. Faço parte da Comissão de Análise dos Requerimentos de Certificação Simplificada de Pontos e Pontões de Cultura, e tenho deferido barbaridades, que, de uma forma ou de outra, atendem a exigência institucional. A Mitra de SP requereu o Certificado. E, institucionalmente, atende a todos os pré-requisitos para ser aprovada. Eu quase fui obrigado a aprovar o requerimento do CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas, porque estava impecavelmente apresentado, com bom portfólio de realizações Culturais de Base Comunitária. Na undécima hora encontrei um argumento para indeferir. Na PNAB, tem um artigo que garante que qualquer concorrente que atinja a nota de corte (em alguns lugares é 5 e em outros é 7) seja automaticamente certificado como Ponto de Cultura. Quando tudo, ou quase tudo, for Ponto de Cultura, Ponto de Cultura não será nada.” (Davy Alexandrisky - Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Dezembro de 2024)

Mesmo diante de um horizonte incerto, é evidente o esforço militante de milhares de fazedores de cultura ligados na teia do Cultura Viva, que ainda dedicam seu tempo para discutir a construção de um Estado inclusivo e democrático, em condições de impactar e reatualizar o espaço público.

Boa parte dessa militância continua atuando pela ampliação da interlocução do conjunto das políticas públicas adquiridas ao longo dos recentes 20 anos, que tem perpassado por marcas de projetos políti-

cos, predominantemente, longe do modelo de democracia participativa, ao contrário, centrados em um populismo estatal, ou mesmo de modelos conservadores de desprezo à Cultura, notadamente, adotados pela linha da extrema direita.

Ao final da 4ª CNC, entre os desafios da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) que foram destacados, alguns caminhos apontam os próximos passos, considerando a necessidade de atualizar a lei, que é resultado de uma mobilização social, manter o contínuo investimento no setor cultural, com a participação de estados e municípios, o incentivo de cooperação e integração local, nacional, regional e internacional, e ainda, maior fortalecimento da cultura digital e da comunicação cultural.

Sobre o aspecto da comunicação cultural, de modo pontual, destaco a necessidade de agregar e potencializar, cada vez mais, as alternativas possíveis de ampliação do diálogo com a sociedade como um todo, no qual o campo progressista possa garantir mais espaço para apresentação e manutenção de sua narrativa. Afeita às redes sociais, com nula prática deste veículo de comunicação e trocas, há poucos meses fui convocada para interagir mais neste canal, enxergando o potencial que representam hoje as redes sociais, o que representa essa ocupação digital para a propagação e projeção da narrativa do campo da esquerda, frente ao bombardeio da extrema direita nos ataques frequentes ao setor cultural.

No artigo “Guerra cultural: a dominação pela cultura”, Guilherme Leite Cunha (2023), artesão-marceneiro, Mestre em Estética e História da Arte (USP), aborda uma reflexão quanto às forças de direita no Brasil, liberais ou fascistas, que se valem há décadas do amplo uso da cultura e das artes para dominação e construção de uma hegemonia ideológica, questionado como se posicionam as forças de esquerda, frente o poderio econômico histórico da direita.

Apesar de haver um senso comum que diz que o universo artístico e cultural esteja dentro do espectro político e ideológico progressista – o que é validado ciclicamente em apoios a candidatos de esquerda nas eleições, como a cada eleição de Lula –, a realidade material é bem mais complexa. Quando os governos de esquerda saem de cena, essas políticas, mesmo que exitosas, são rapidamente desmontadas, fazendo com que não se tenha projetos de longo prazo, fundamentais para a ação cultural de fomento à arte. Para o florescimento de novas produções culturais é preciso estabilidade e permanência. Uma vez que é a estabilidade financeira que dará ao trabalhador-artista tempo para criação. E é a permanência dessa estabilidade que dará previsibilidade e poder de planejamento e pesquisa. (CUNHA, , 2023, s.n.)

Dos desafios que podem ser identificados hoje, nos 20 anos da Política Nacional Cultura Viva, além daqueles destacados ao final da 4ª CNC, a complexa projeção da meta do PNC - atingir 15 mil pontos de cultura no Brasil –, é questionamento para uma outra reflexão, considerando os critérios e condições

que estão pautadas para certificação estabelecidas pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural – MinC, que abre brechas preocupantes quanto à legitimidade da condição de Pontos e Pontões de Cultura, ainda que sejam cumpridas as exigências legais.

E ainda, para que as linhas prioritárias da PNAB, em atendimento e atenção ao Cultura Viva sejam aplicadas e executadas, citando apenas esses aspectos após a realização da 4ª CNC, refletindo sobre as reais possibilidades de êxito para aplicabilidade da PNCV, para a próxima década, devem ser mensurados, pelo MinC, o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços no âmbito das políticas culturais, a tempo de acompanhar as necessidades reais do Cultura Viva, para que sejam estimuladas reais condições para as gentes e os agentes culturais que alimentam o Cultura Viva.

O rico processo de participação social estimulado no primeiro governo do Presidente Lula, agora um dos grandes desafios do MinC, no governo atual, acentua a reflexão sobre as dificuldades que precisam ser enfrentadas para concretizar a retomada potencial que é o Cultura Viva, no qual a participação social segue como ativo indiscutível frente os arranjos do novo modelo organizacional das políticas culturais no Brasil, projetando afirmativa e contínua presença do Programa Nacional Cultura Viva para os próximos anos.

Referências

BRASIL. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006 Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília: SAI/MinC, 2007.

BRASIL. Cartilha Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) Lei nº 14.399/2022. Brasília: MinC, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt.br/assuntos/pnab/copy_of_cartilha012510online1.pdf . Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20131.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Cultura: Relatório 2021 de acompanhamento das metas. Brasília: MinC, 2022. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2022/06/RELAT%C3%93RIO-DEMONITORAMENTO-DO-PNC-2021.pdf> . Acesso em: 06 out. 2024.

BRASIL. Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Brasília, edição nº 139, p. 1-2, 23 jul. 2014. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/07/2014> . Acesso em: 02 dez. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 1., 2005, Brasília. Anais. Brasília: MinC, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 4., 2024, Brasília. Caderno. Brasília: MinC, 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/.../4a-conferencia-nacional-de-cultura-1> >.

CUNHA, Guilherme Leite. Guerracultural: a esquerda vai contra-atacar? Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/21/guerra-cultural-a-esquerda-vai-contra-atacar> .

DOMINGUES, João Luiz Pereira. Programa Cultura Viva: políticas culturais para emancipação das classes populares. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

PARTIDO DOS TRABALHADORES et al.. A Imaginação a Serviço do Brasil. Programa de Políticas Públicas de Cultura. São Paulo: Coordenação de Campanha Lula Presidente, 2002.

PIVA, Glauber. Regulação da Comunicação e Liberdade de Expressão no Brasil. Margem Esquerda, Rio de Janeiro (Boitempo), n. 19,, 2012.

PONTES, João. Lei Aldir Blanc 2 tornará a Cultura Viva e os Pontos de Cultura do tamanho do Brasil. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/06/lei-aldirblanc-2-tornara-a-cultura-viva-e-os-pontos-de-cultura-do-tamanhodo-brasil> . Acesso em: 10 nov. 23.

VARELLA, Guilherme. Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

VILUTIS, Luana. Plano Nacional de Cultura e programa Cultura Viva: aproximações distanciadas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). Planos de Cultura. [Coleção Cult]. Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31289/1/CULT%2032-Planos%20de%20cultura-miolo-RI.pdf> . Acesso em: 10 nov. 23.

Entrevista: Davy Alexandrisky. 75 anos, Fotógrafo e Turismólogo. Conselheiro Municipal de Cultura de Niterói, Conselheiro Estadual de Cultura (Rio de Janeiro) e Conselheiro Nacional de Política Cultural. Sociedade Civil. Vídeo-entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Dezembro de 2024.

2004 + 20: Uma história em construção

DAVY ALEXANDRISKY

2004 + 20: Uma história em construção

Davy Alexandrisky

Para alguém que se dedica entusiasticamente à proposta da Cultura Viva desde sempre, é muito gratificante comemorar seus 20 anos. Mais gratificante ainda é poder participar de uma publicação que marca essa data histórica.

Vale ressaltar, no entanto, que a minha participação nessa publicação se dá pela minha condição de fonte primária dessa experiência revolucionária de construção de política pública. Lembrando, ainda, que aos 75 anos de idade os filtros do meu discurso se desmancham no ar, como tudo que é sólido. Assim, minha abordagem será um mero, porém franco, testemunho de quem vivenciou (e segue vivenciando) cada etapa dessa política pública, de modo visceral, sem qualquer compromisso formal com uma análise conceitual acadêmica.

Uma política pública comprometida com a disruptura na lógica que preside a formulação das políticas públicas a partir das carências para corrigir demandas emergenciais. A Cultura Viva nasce apostando na potência de bem-sucedidas ações culturais de Instituições de caráter privado da sociedade brasileira. Uma abordagem vista de uma mirada diferenciada da mirada do pesquisador. Nem mais nem menos importante: apenas diferenciada. Elaborada a partir de uma prática vivencial que não pode ser captada na íntegra pela pesquisa acadêmica, comprometida com as regras, enquanto a fonte primária pode se dar ao luxo de trabalhar com exceções, de acordo com a sua experiência no processo.

Aliás, dentro da linha editorial dessa publicação que se propõe a estabelecer uma correlação entre esse momento dos 20 anos da Cultura Viva e o resultado da IV Conferência Nacional de Cultura, para uma avaliação sobre as perspectivas para o próximo decênio da Cultura Viva, mais uma vez a minha contribuição também se dá na estrita condição de fonte primária, pela minha participação efetiva nas quatro Conferências Nacionais de Cultura.

Portanto, mais do que uma leitura, as pessoas estão convidadas a experimentar um mergulho em apenas num oceano de sentimentos e emoções de toda ordem, junto a quem renunciou a quase tudo, para se doar cotidianamente à construção de um sonho de transformação social através da Cultura. E, de repente, se deparou com a formulação de uma Política Pública de Cultura, da lavra do Secretário Célio Turino, que se configura como uma ferramenta democrática de caráter emancipatório, com base num tripé vigoroso: autonomia, protagonismo e empoderamento.

Quando eu digo “de repente” é porque Cultura Viva não estava no horizonte do programa de governo do Presidente Lula, naquele momento. A grande “revolução” proposta pelo PT na área da Cultura era

um projeto batizado com o nome “Bases de Apoio à Cultura – BACs”, que, por sua vez, fazia parte de um Programa intitulado “Cidade Aberta” para apoiar as iniciativas culturais nas periferias das grandes cidades e no interior do Brasil. Uma das principais características do Programa “Cidade Aberta” era descentralização do Programa, que se daria a partir de parcerias a serem estabelecidas com governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil.

As BACs eram construções de espaços multiculturais com infraestrutura básica, no maior número possível de Municípios, que teriam a sua gestão a cargo das respectivas Prefeituras, muitas vezes com um pequeno órgão para gestar a Cultura do Município. No MinC a Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC, é quem cuidaria do Projeto.

Ainda no primeiro ano da gestão do Ministro Gil, por questões que não cabem tratar aqui, o Secretário da SPPC deixou o cargo, e a Secretaria ficou sem Secretário até a chegada do gestor Célio Turino, que, em princípio tinha a missão de dar continuidade ao projeto das BACs, uma proposta que aparecia em alguns pontos do programa de governo do PT para a Cultura, num documento intitulado: “A Imaginação a serviço do Brasil: Programa de políticas públicas de cultura”. O proposta que defendia a necessidade da construção de vários módulos multiuso de cultura, para abrir espaço para a produção e difusão da criação cultural local e, ao mesmo tempo, poder receber de maneira adequada às diversas linguagens da produção cultural que chega de outras regiões do país, no item que abordava a “Transversalidade das políticas de cultura”.

Simpático ao Programa “Cidade Aberta” o Gil passou a falar em “Refavela” como um amplo programa de apoio às iniciativas culturais que nascem – mas não se sustentam – nas periferias e no interior do Brasil. Um desperdício inaceitável de talentos invisibilizados. Um Programa (“Refavela”) que daria conteúdo ao Projeto das Bases de Apoio à Cultura.

Essas ideias da gestão do MinC naquele momento, somadas às experiências pretéritas do Célio Turino, como gestor municipal de Cultura, nos municípios de Campinas e de São Paulo, foram a senha para a criação da proposta do Programa Cultura Viva. O caldo de cultura estava maduro para a criação de um Programa para atender justamente a esses agentes culturais marginalizados, trabalhando em guetos, periféricos à produção cultural hegemônica da indústria da cultura, que desenvolviam ações culturais de base territorial potentes, independente da linguagem de expressão utilizadas por esses grupos.

Mas ainda faltava vencer um obstáculo: botar o guizo no pescoço do gato!

O Célio Turino precisava dizer ao Ministro Gil que gastar dinheiro com obras para depois entregá-las às gestões municipais eram dois equívocos. Primeiro porque usar os recursos da Cultura para “comprar cimento e ferro”, por si só não tinha muito sentido diante do universo de trabalhadores e fruidores da

cultura que não seriam alcançados por esse extraordinário investimento. E, segundo, porque ainda seria preciso confiar numa aposta em relação às gestões municipais, na condição de mantenedoras desse patrimônio e da sua gestão cultural. Ou seja, em Português claro, convencer o Ministro que aquele não era o melhor caminho para os propósitos alimentados por ele próprio, na sua intenção de alargar os horizontes para os periféricos, como havia explicitado no seu discurso de posse em 2003:

[...] Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos.

E não só o Célio Turino teve a audácia de colocar o guizo no pescoço do gato, como o gato com o sino no pescoço (Ministro Gil) decidiu apostar todas as suas fichas nos seus argumentos contra gastar os poucos recursos da Cultura para enriquecer empreiteiras, sob a justificativa de que essa proposta da Cultura Viva, com seus Pontos de Cultura, materializava seu discurso de posse, no trecho em que ele afirma:

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (Gil, 2003)

Nascia assim uma política pública subordinada à tradição e à invenção, ao mesmo tempo, por contraditório que se possa interpretar apressadamente, desafiando a máquina burocrática do Estado brasileiro, com suas regras perversas, que privilegiavam os repasses de recursos públicos da Cultura para uma casta de privilegiados, treinada para acessá-los.

Uma política pública de cultura que era cultural em si mesma.

Uma proposta com a missão de ativar pontos adormecidos e desprezados do nosso corpo cultural. Pon-

tos que nos dão a cara do povo que somos: ancestrais e contemporâneos a um só tempo.

Uma experiência capaz de ressuscitar a expressão utopia, com toda a sua vitalidade. Ressuscitar, também, outra expressão surrada e maltratada: “atitude revolucionária”, por botar em cheque e demolir estruturas anacrônicas. Ou, ainda, ressuscitar de forma desassombrada e elástica a compreensão sobre estatização (“Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante...” Gil).

Uma ideia de política pública tão simples quanto mágica, apesar de inspirada nas densas leituras do seu formulador, Célio Turino: Milton Santos, Baruch Espinosa, Paulo Freire, Leonardo Fibonacci, entre outros, mas assimilada com a mesma naturalidade com que um período da história do Brasil é assimilado através da letra de um samba enredo de uma Escola de Samba.

Uma proposta que, apesar de contar com o universo conspirando a favor, exigiu muita negociação em várias frentes, altos riscos políticos e jurídicos-burocráticos, remanejamento de recursos e uma ampla pactuação, interna e externa ao Ministério da Cultura.

A prova dos nove disso é que qualquer Ponteiro ou Ponteira tem na ponta da língua o conceito de que Cultura Viva é um “do-in antropológico”, independente da maneira como interpreta, ou não, essa metáfora.

Por isso, mágica, sedutora, envolvente, encantadora, empática...

Ou, ainda, como dizia Célio Turino, uma subversão na lógica do Estado que impõe, substituído pelo Estado que dispõe!

A propósito, abrindo aqui um parêntese típico de fonte primária, nunca ninguém chamou um beneficiário do Programa Bolsa Família – da mesma época – de “Bolseiro”. Ou “Caseiro” o beneficiário do Programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”, enquanto os beneficiários do Programa Cultura Viva são conhecidos e se apresentam como Ponteiros e Ponteiros, criando inclusive um neologismo para nomear um coletivo de Ponteiros e Ponteiros: “Ponteirada”. Uma alcunha – quase uma patente – que se tornou um sonho de consumo de muitos trabalhadores e trabalhadoras da cultura.

E é com esse fôlego que reforço o convite que fiz a você, para mergulharmos juntos nesse oceano de sentimentos e emoções, voltando, sempre que necessário, à superfície para nos agarrarmos às boias salva-vidas e enchermos os pulmões de ar, e voltarmos novamente às muitas atmosferas desse mergulho.

Vamos lá! Mergulhando: 23, 22, 20, 17, 12, 08... 2004, mergulhando direto no ano do lançamento do Programa Cultura Viva. O ano em que entrei sem entrar na, ou para, Cultura Viva. Porque participei desse primeiro Edital para Ponto de Cultura, mas acabei ficando de fora da seleção por uma pequena diferença de pontuação entre a nossa proposta e a do último selecionado. Mas já sabia que era uma questão de tempo para eu ser cancelado Ponto de Cultura. Para me tornar um Ponteiro! O que aconteceu menos

de um ano depois desse primeiro resultado, já no segundo Edital.

Ainda na profundidade de 2004, arpão na mão, iniciemos essa jornada na profundidade do tempo, para fisgar alguns relatos das autoridades da Cultura naquele momento, que retratam bem o ânimo especial que dominava o Brasil, com a surpreendente chegada de um operário à Presidência da República.

Arpão lançado hoje, sobre o discurso do Ministro Gilberto Gil na ocasião, pescamos: - Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local.

Do Secretário Executivo do MinC, Juca Ferreira, fisgamos: - O Cultura Viva pavimenta o caminho de reaproximação e repactuação entre os vários Brasis... Uma cultura viva, porque diminui a segregação social do País, multiplica os espaços e as chances reais de cada um. Oportunidades de voz, de comunicação e de vida.

Finalmente, antes de voltar à superfície para recuperar o fôlego, lançamos o arpão sobre a fala do formulador do, então, Programa Cultura Viva, dez anos antes de se consolidar como política de Estado, Célio Turino, para capturar: - O programa Cultura Viva ainda não tem uma resposta acabada a todo esse processo que apenas se inicia, mas, tenta identificar caminhos. Ou, pelo menos, identificar aqueles caminhos que não devem ser trilhados.

Subindo! De volta à superfície, apoiado na boia do Programa que se tornou Política de Estado, conforme todas as previsões, é hora de apreciarmos o resultado da pescaria:

A arpoada sobre a fala do Ministro Gil investiga as “Querelas do Brasil”, cantadas por Maurício Tapajós e Aldir Blanc, colocando a Cultura Viva a serviço de apresentar o Brasil ao Brasil que ele não conhece, nunca foi, não merece e, até, estava matando o Brasil.

Num cardume da mesma família, a pescaria sobre a fala do Juca Ferreira, reforça a vocação do Programa Cultura Viva para - uma vez apresentado o Brasil ao Brasil - restabelecer e repactuar uma identidade cultural diversa, pela multiplicação do espaço de voz que o Programa oferecia (e oferece) aos seus agentes culturais.

Por fim, o produto da pesca sobre a fala do Célio Turino receberá um tratamento diferenciado, preservado em aquário, ao longo desses nossos mergulhos no oceano de sentimentos e emoções, porque em se tratando de uma família de “pescado mutante” sem o sabor e formas prontas e definidas (pelo inacabamento freiriano que inspirou o Programa), faz por merecer que se acompanhe as suas transformações.

Enfim, nosso primeiro mergulho à profundidade de 2004, é uma fotografia de um momento muito bem

traduzido por uma citação do Ministro Gil, na ocasião do lançamento do Programa: - O que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos...

Mais uma vez: não podemos nos esquecer que era tudo muito novo, fazendo parecer que o Brasil havia “virado a chave”. Que tudo era possível!

Pois, importante que se ressalte, vinte anos depois, o cenário do País é absolutamente distinto. Sendo inadequado pensar a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) para o próximo decênio com a mesma lógica da sua fundação.

Mas, ao mesmo tempo, seria totalmente equivocado desprezar ou demonizar os seus princípios fundantes e até um certo romantismo que ainda envolve a PNCV. Porque sem essa mística da Cultura Viva seria insustentável manter a utopia que garantiu que um Programa de Governo se transformasse numa política pública de Estado, e garantir, com unhas e dentes, que ela não se tornasse letra morta da Lei.

Não foram poucos os momentos em que ela seguia “se arrastando que nem cobra pelo chão”, igual a “Procissão” do Gil, porque a PNCV não tinha as duas pernas que fazem uma política pública caminhar: orçamento e escala. E “as pessoas que nela [foram] passando”, perseguiram seus sonhos porque “acreditam nas coisas lá do céu”! Não há outra explicação possível, diante de tanta obstinação frente às seguidas frustrações experimentadas.

E a Ponteirada continua “penando aqui na Terra / esperando o que Jesus prometeu. E Jesus prometeu coisa melhor!”

“Coisa melhor”, motor de uma inexplicável esperança – de esperar (não de esperar) – que continua movendo a Ponteirada nessa profissão de fé, e multiplicando o número de Instituições interessadas em participar dessa fantástica Rede de Pontos e Pontões de Cultura.

Comprovando que o diagnóstico de que o Brasil não conhecia/conhece o Brasil estava/está claro. Todo o resto: “despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias” (pescado na fala do Ministro); para “pavimentar o caminho de reaproximação e repactuação entre os vários Brasis” (pescado na Fala do Juca), se configura a partir de uma expectativa, de uma proposta de política pública “sem resposta acabada”. Que “tenta identificar caminhos. Ou, pelo menos, identificar aqueles caminhos que não devem ser trilhados” (pescado na fala do Célio).

Uma proposta na qual o inacabamento é uma virtude e não um defeito!

Um audacioso convite para construir uma aeronave em pleno voo. Mas uma construção atípica, diferente de uma linha de montagem tradicional, como a caricaturada por Chaplin, em “Tempos modernos”.

Uma construção em que todos os seus construtores e construtoras precisam vibrar na mesma direção e intensidade (vibrávamos e vibramos na mesma direção).

Se fosse a hora de bater martelo, as batidas precisam ser, e são, uníssonas, subindo e descendo a mão que empunha o martelo num só tempo, como os arcos dos violinos de uma orquestra. Na hora de apertar as porcas dos parafusos, o movimento tem que ser um balé preciso e uniforme, como os das apresentações de nado sincronizado.

Nunca é demais lembrar que o nosso mergulho chegou à profundidade do ano de 2004, período mágico da história do Brasil, para tratar de uma política pública revolucionária, em um momento muito diferenciado. Com divergências, sim! Mas divergências que nem me arrisco a comparar com as divergências que dividem ao meio a sociedade brasileira atualmente, para não contaminar esse meu testemunho de 20 anos de Cultura Viva.

Sem prejudicar esse meu relato, bem poderíamos dizer que eram divergências prosaicas, diante da multiplicação da intolerância atual.

Só para avivar a memória dos que viveram na plenitude esse momento da formulação e implantação do Programa Cultura Viva, ou mesmo para situar os que chegaram depois, o grande debate daquele momento, às vezes até um pouco mais acalorado, era em torno do Programa Bolsa Família, que dividia a sociedade brasileira entre quem achava que era preciso dar o peixe para quem tinha fome e quem achava que o certo era dar a vara e ensinar a pescar.

A propósito, como era muito difícil, quase impossível, fugir dessa “grande dialética metafórica nacional”, nas mesmas falas em que arpoamos os trechos aqui citados, do Gil, Juca e Célio, podemos pescar uma oportuna citação do Ministro Gilberto Gil, que retrata bem esse momento da vida brasileira: – Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a “pesca” que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar.

Porque a gênese inspiradora da formulação dessa política pública pelo Célio, que é datada, está sintetizada numa expressão: potência! Uma formulação de política pública, então, de Governo, datada, 6 de julho de 2004, e com paternidade definida: Secretário Célio Turino.

Porém, como o próprio Célio repete incansavelmente, cabe ao Ministro Gil o mérito de ter “comprado” a sua proposta, porque se o Ministro não tivesse decidido, politicamente, pela sua implantação, seria apenas mais uma bela ideia que não chegaria à ponta. Uma “compra” que enfrentou muita oposição dos Setores Meio do Ministério, que enxergavam muitas transgressões burocráticas na formulação do Programa.

“Transgressões” que fizeram a burocracia do MinC evoluir uma enormidade, em muito pouco tempo. Claro, com algum (ou muito) sofrimento da Ponteirada e, até, do corpo burocrático do MinC. Mas, obviamente, muito pior para a Ponteirada.

(para quem tiver interesse de ler na íntegra os trechos aqui “arpoados”, pode fazê-lo no link: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/MinC-2010-Programa_Nacional_Arte_Educacao_Cidadania_Economia_Solidaria-3a_Edicao.pdf)

Mas é hora de encher os pulmões de ar, para voltarmos ao fundo do oceano de sentimentos e emoções. Vamos lá! Mergulhando: 23, 22, 20, 17, 12, 08... 2005, mergulhando direto no ano da nossa 1ª Conferência Nacional de Cultura. O ano em que enfrentei vinte e uma horas de viagem, num ônibus precário, em pleno calorão de dezembro (de 13 a 16 de dezembro), com o ar-condicionado pifando aos poucos, até parar de funcionar definitivamente (e a volta foi muito pior), saindo da cidade do Rio de Janeiro, rumo a Brasília.

Entre homens e mulheres éramos 50 Delegados do Estado do Rio de Janeiro naquele ônibus. Sem poder afirmar com precisão, arriscaria dizer que a média de idade dos viajantes girava em torno dos 40 anos. Eu tinha acabado de completar 55 anos. Mas o clima dentro do ônibus era de euforia, como numa excursão colegial. Muitos instrumentos embarcados, tocávamos e cantávamos sem parar. A maior parte dos homens sem camisa, diante do calor infernal, tentando quebrar as travas das janelas do ônibus, para minorar o sofrimento das mulheres com o calor.

Insisto mais uma vez: o momento histórico do Brasil era de puro encantamento. Vivíamos o momento com mais Conferências Nacionais de toda a história do Brasil. A nossa da Cultura era a primeira, mas bebia na fonte de outras experiências de Conferência de outros setores da vida brasileira. Hoje as condições são muito distintas, exigindo soluções igualmente distintas.

E quando falo que novos problemas exigem novas soluções, assevero que em nenhum momento se deva desprezar as experiências pretéritas: mas é preciso adequá-las à nova realidade.

Por isso, sempre na condição de fonte primária, aproveito o fôlego da chegada à profundidade do ano 2005, para tentar esclarecer, didaticamente, que, ao contrário do que o imaginário coletivo celebra como Conferência Nacional de Cultura em Brasília, na verdade, trata-se da terceira e última etapa de uma Conferência Nacional de Cultura.

Qualquer Conferência Nacional, seja ela de Assistência Social, da Criança e Adolescente, Saúde... obedece a uma lógica que exige que o tema central, organizado em eixos e subeixos, pelo respectivo Conselho do Ministério em questão, seja apreciado pelas esferas municipais e estaduais, antes de chegar a Brasília, onde se cumpre a etapa da esfera federal, com base nos documentos produzidos, uniformemente, nas duas etapas anteriores, submetidos a uma mesma e única orientação daquele Ministério. O

que, definitivamente não aconteceu nessa IV Conferência Nacional de Cultura.

Por conta de um conjunto de situações, com forte viés político partidário, que não cabe aqui detalhar, a Conferência Nacional, adiada algumas vezes, depois de um longo processo de discussões sobre a sua forma e prazos, já com os calendários das etapas municipais e estaduais pactuados pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais, com o desenho dos eixos e subeixos definidos para inspirar as diretrizes do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), que norteará a pasta na próxima década, foi simplesmente adiada mais uma vez, para que pudesse acontecer sob o novo governo do Presidente Lula.

Voltava-se a estaca zero sobre a discussão da Conferência Nacional de Cultura, o que, naturalmente, deveria adiar, igualmente as suas etapas municipais e estaduais, para que todo o conjunto dos agentes culturais do Brasil recebessem as orientações sobre os eixos e subeixos a serem discutidos, para formar o documento de referência para a discussão na fase nacional. Mas isso, também, não aconteceu. E as Conferências Municipais e Estaduais, divorciadas entre si e de qualquer orientação da IV Conferência Nacional de Cultura, se multiplicaram pelo Brasil, tratando, basicamente, das suas questões provincianas. Conferências, essas, que acabaram validadas como etapas Municipal e Estadual, ferindo de morte o princípio de uma Conferência Nacional de Cultura. E a prova material dessa minha avaliação é que passado pouco tempo da IV Conferência Nacional de Cultura com o tema central afeto ao novo Plano Nacional de Cultura, obrigou o Ministério da Cultura abrir uma ausculta pública para colher sugestões para essa construção do novo Plano Nacional de Cultura.

Aliás, hoje, dia 15 de dezembro de 2024, enquanto escrevo essas mal traçadas linhas, o Plano Nacional de Cultura, que teve uma nova Medida Provisória prorrogando sua validade até o dia 2 de dezembro de 2024, caducou e até agora não temos nenhuma nova prorrogação institucional.

Ainda que a minha participação nessa publicação, na condição de fonte primária, seja um simples testemunho vivencial de Ponteiro e de participante das Conferências Nacionais de Cultura, considero oportuno abrir parênteses nesse ponto, para trazer algumas informações de caráter orgânico, como na intenção de compartilhar alguns conhecimentos absorvidos no exercício dessas duas condições – Ponteiro e participante das Conferências Nacionais de Cultura – com você que me lê e, eventualmente, não tenha muita intimidade com os processos de gestão pública da Cultura no Brasil, para melhor compreensão das minhas conclusões, em relação à proposta editorial dessa publicação, que sugere uma relação entre a IV Conferência Nacional de Cultura e suas consequências para o próximo decênio da/na Cultura do Brasil.

De saída, acredito importante destacar que o Capítulo III Seção II da Constituição Brasileira, do Art. 215 ao 216-A tratam, constitucionalmente, da Cultura brasileira. Sendo que o Art. 216-A institui o Sistema Nacional de Cultura. Sistema que, de acordo com o que estabelece o § 3º desse Art., será regulam-

entado por Lei Federal: Lei 12.343. Lei que tinha inicialmente um prazo de vigência de 10 anos e que, prorrogado duas vezes por Medida Provisória, ganhou mais 4 anos, e caducou em 2 de dezembro de 2024.

Outro ponto importante, o Sistema Nacional de Cultura impõe aos entes federados a criação de um Conselho de Políticas Culturais, um Plano de Cultura – Municipal ou Estadual, e um Fundo de Cultura, que ficaram popularmente consagrados como “CPF da Cultura”, em analogia ao nosso Cadastro de Pessoa Física.

Daí a imposição ao Ministério da Cultura ter um Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC, paritário, com metade dos Conselheiros escolhidos pela Sociedade e a outra metade escolhida pelo Governo.

O Conselho Nacional é uma Instituição de apoio ao Ministério da Cultura. Enquanto a Conferência Nacional de Cultura é uma Instituição de apoio ao Conselho Nacional (essa lógica se reproduz nas esferas estadual e municipal). Lembrando que o Conselho sendo paritário, e a Conferência sendo um instrumento do Conselho, ela é tanto do interesse da Sociedade quanto do Governo. Conferência, repito, que tinha como prioridade debater e colher sugestões para embasar as diretrizes do novo Plano Nacional de Cultura, para o próximo decênio.

Esquemática e resumidamente, o CNPC cria uma Comissão da Conferência Nacional de Cultura, de forma paritária, com o mesmo número de assentos para Governo e Sociedade, e define o Foco da Conferência, e a distribuição da discussão desse foco, por eixos e subeixos temáticos. Desenho feito, a Comissão da Conferência leva o desenho à discussão no Pleno do CNPC para os devidos ajustes finos. Esse desenho, devidamente aprovado, é transformado num Caderno de Orientações que depois de distribuídos para os entes federados, passa a valer para as três etapas da Conferência: Municipal, Estadual e Nacional. A partir dessa orientação central do CNPC (Sociedade e Governo) as etapas vão se sucedendo naturalmente de forma orgânica e encadeada, sempre com foco na Política Nacional de Cultura, porque toda a discussão será apropriada pelo Ministério da Cultura para a formulação de uma política nacional de Cultura, voltada às demandas auferidas na, ou pela, última etapa da Conferência Nacional. Ou seja, aquilo que acontece em Brasília sob o título de Conferência Nacional de Cultura é apenas a terceira etapa da arquitetura de uma Conferência Nacional de Cultura.

O acúmulo das proposições feitas pelos agentes culturais municipais é devidamente sistematizado em um novo Caderno de Propostas para serem debatidas e aprimoradas na etapa Estadual, por um grupo de agentes culturais oriundo das suas respectivas etapas Municipais da Conferência Nacional de Cultura.

Nessa etapa Estadual da Conferência Nacional a tarefa é afunilar as propostas de dezenas ou centenas de municípios do respectivo Estado, de tal forma que as políticas públicas formuladas pelo Ministério

da Cultura atendam as necessidades dos Estados atenderem às necessidades dos seus Municípios, igualmente sistematizadas num novo Caderno que chegará à etapa Nacional da Conferência Nacional de Cultura.

Por isso é que uma Conferência Nacional ocupa praticamente um ano inteiro. E depois de participar de quatro Conferências Nacionais de Cultura, além de outras Conferências Nacionais, sempre me choca ver como as pessoas da área da Cultura têm tanta dificuldade para compreender esse processo, reagindo à obrigatoriedade de pensar localmente as políticas nacionais, acreditando que uma política nacional possa atender em detalhes as especificidades dos 5.565 municípios brasileiros, ignorando as políticas públicas de outras Pastas da Esplanada dos Ministérios.

Na Educação, por exemplo, a grade curricular e a carga horária, previstas por uma Política Nacional de Educação, são rigorosamente iguais tanto na Serra da Saudade–MG, menor município Brasileiro, com uma população de 833 habitantes, quanto em São Paulo, capital, com seus 11.450.000 habitantes. Simplesmente por ser uma política pública de caráter nacional. A escolha do exemplo da Pasta da Educação poderia ser trocada por qualquer outra Pasta.

Feitas essas considerações genéricas, pouco familiares para parte das pessoas que se interessam pelas políticas públicas de cultura e seus processos orgânicos de sustentação, passo a caminhar para as conclusões, buscando estabelecer as conexões entre a IV Conferência Nacional de Cultura e a Política Nacional de Cultura Viva, e, sobretudo, as perspectivas para o próximo decênio, com base nos dois mergulhos: à profundidade do ano de 2004, ano do lançamento da Cultura Viva e do ano de 2005, ano da I Conferência Nacional de Cultura, para a devida contextualização histórica. E o faço abrindo um novo parênteses para destacar que a Cultura Viva promoveu uma “atividade autogestionada” na IV Conferência Nacional, reunindo a CNPdC – Comissão Nacional de Cultura, SCDC – Secretaria de Cidadania e Diversidade do MinC e o Consórcio Universitário Cultura Viva, formado pelas Universidade Federal Fluminense – UFF, a Universidade Federal da Bahia – UFBA, e a Universidade Federal do Paraná – UFPR, justamente para levantar os problemas e eventuais soluções para o fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva para o próximo decênio.

O que indubitavelmente se constitui numa ação efetiva para recuperar uma prática histórica da Cultura Viva, que são os encontros presenciais da CNPdC, desde as criações do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e da CNPdC – Comissão Nacional de Pontos de Cultura, na TEIA Tudo de Todos, em Belo Horizonte, no ano de 2007, com a missão de operar esforços para adequar a Cultura Viva aos novos tempos, com novos desafios, para serem equacionados com novas ferramentas, ainda não inventadas. Aliás, um problema recorrente na área das políticas públicas de Cultura de um modo geral.

Sabendo dos riscos que corro, me permito manifestar uma opinião polêmica em relação aos instrumentos ditos de controle social da Cultura: Conselhos, Conferências, o próprio Plano Nacional de

Cultura etc..

Vejam, por exemplo, o que poderia (ou deveria) ser considerado o caso mais dramático: o esgotamento do prazo de vigência do atual Plano Nacional de Cultura, que é a Lei que regula o Sistema Nacional de Cultura, sem outro para substituí-lo, apesar de ter tido seu prazo prorrogado duas vezes, num total de quatro anos, e ter caducado desde 2 de dezembro, não implicou em qualquer consequência prática que tenha afetado diretamente à cultura, seus trabalhadores e fruidores.

O Conselho Nacional de Políticas Culturais, responsável pelo desenho da IV Conferência Nacional de Cultura é regulamentado pelo Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, decretado pelo Vice-Presidente da República, Antônio Hamilton Martins Mourão no exercício do cargo de Presidente da República do governo Bolsonaro, também não implicou em qualquer consequência prática que tenha afetado diretamente à cultura, seus trabalhadores e fruidores.

Sobre as Conferência há até um meme que diz que as Conferências de Cultura são o melhor momento para se conferir que nada do que foi proposto na conferência anterior foi executado, mais uma vez, sem qualquer consequência prática que tenha afetado diretamente o curso da Cultura no Brasil.

As propostas priorizadas nessas Conferências são recorrentemente repetidas, com pequenas variações de redação. Talvez, até, porque seus Delegados só mudam o CPF, mas a origem é a mesma, fruto de um aparelhamento cada vez mais escandaloso. Metade do tempo das etapas Municipais e Estaduais da Conferência Nacional de Cultura é gasto com acordos e conchavos políticos de corredores, para a divisão política do número de Delegados para cada agente do Executivo e do Legislativo, envolvido nesse tipo de disputa/negociação.

Qual agente cultural que vive da venda da sua força de trabalho no campo das culturas tem interesse em participar desses processos? Eu mesmo, fui às Conferências Nacionais de Cultura ou como Delegado nato ou como convidado. Nunca sequer tive a oportunidade de participar de qualquer chapa para formação de Delegados, mesmo tendo participado da Comissão de Organização de uma ou mais etapa de todas as quatro Conferências Nacionais de Cultura, inclusive na condição de orador responsável pelo primeiro discurso na solenidade de abertura oficial da III Conferência Nacional de Cultura, na condição de “representante” da Sociedade Civil.

Eu sei que tem muita gente que discorda de mim e acha/pensa que aquela belíssima celebração à Cultura Brasileira, em todo o esplendor da sua diversidade, que aconteceu em Brasília, de 4 a 8 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, pode ser chamada de Conferência Nacional de Cultura, sem que as etapas Municipais e Estaduais estivessem, necessariamente, alinhadas ao tema central oficial da IV Conferência Nacional de Cultura, seus eixos e subeixos, determinados pelo CNPC, sob o pretexto de que muitos entes federados já tinham realizados suas Conferências locais antes da distribuição dos Caderno de Orientação produzido pelo MinC, e, daí, sem condições de organizarem

as suas respectivas etapas Municipais e Estaduais.

Enfim, uma Conferência Nacional de Cultura que prometia em todos os seus textos oficiais de divulgação: “debater políticas públicas culturais e definir orientações prioritárias para assegurar transversalidades nas ações do setor. Com as propostas aprovadas durante o evento embasando as diretrizes do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), que nortearão a pasta na próxima década”, que mal terminada, obrigou ao MinC a sair em campo para, através de uma ausculta pública, colher as sugestões de propostas esperadas na Conferência, o que definitivamente não aconteceu.

Imaginem, se a IV Conferência Nacional de Cultura, que não conseguiu contemplar a missão de colher contribuições para a construção do novo Plano Nacional de Cultura para o próximo decênio, que era sua máxima prioridade, poderia trazer alguma contribuição para os graves problemas enfrentados pela Cultura Viva, nesse momento, de crescimento desordenado, o que uma parte da Ponteirada prefere chamar de “inchaço desmedido”, com a sua multiplicação exponencial de novos Pontos e Pontões de Cultura, que, teoricamente, se agregam a Rede Cultura Viva, assimetricamente em relação aos Pontos e Pontões que ganharam a chancela através de Editais, cumprindo um conjunto de exigências que não são cobradas aos novos Pontos e Pontões de Certificação Simplificada.

São muitas as perguntas no ar: como se dará a governança dessa política que estabelece em Lei (13.018/2014) uma Gestão Compartilhada? Como gestar uma TEIA Nacional que afetava um universo de menos de 10% do atual número de Instituições chanceladas? Se uma Política Pública é um “ser bípede” caminhando com uma perna/escala e outra/orçamento vai se equilibrar com uma das pernas/escala, decuplicando seu tamanho, enquanto a outra/orçamento, tem seu tamanho encolhido?

Esses são uns poucos exemplos de perguntas que não querem calar. Mas eu poderia encher mais duas páginas com outras perguntas angustiantes e ameaçadoras, em relação à sobrevivência dessa Política Nacional.

Uma Política Nacional cuja própria autora, Deputada Jandira Feghali, num gesto de desprendimento admirável e elogiável, admite ter envelhecido e estar necessitando de uma revitalização de sua legislação a partir da experiência vivencial da Ponteirada, que ela se dispõe a levar ao Congresso Nacional e agilizar a sua aprovação.

O simbolismo desses 20 anos de Cultura Viva é um marco extraordinário de apoio para a alavanca capaz de mover seu mundo. Ou aproveitamos plenamente essa oportunidade ou assinaremos a sua sentença de se tornar outra coisa sem qualquer, sem a menor ligação com os sonhos sonhados pelo time que comandava o MinC em 2004, ou com o investimento de uma vida da Ponteirada que batalhou muito (e continua batalhando) para a sua consolidação como a mais importante política pública de Cultura de todos os tempos do Brasil.

Antes de Edgar Morin defender “a importância de valorizar o erro como instrumento de aprendizagem” a sabedoria popular já decretava: “a melhor forma de aprender é com o erro... dos outros!!! Porque com os nossos o aprendizado é muito doloroso!”

Paremos, pois, de errar (principalmente de repetir os erros, como insistimos fazer)! Afinal, não errar já é um primeiro passo para acertar. Um dos erros que precisamos abandonar é insistir em adotar velhas soluções para novos e cada vez mais complexos problemas.

De velho o que mais precisamos recuperar é o afeto; elegendo como expressão de trabalho o termo: a confiança! Confiança mútua entre todas e todos atores envolvidos nessa Política Nacional de Cultura Viva!

Cultura Viva na 4ª Conferência Nacional de Cultura e no novo Plano Nacional de Cultura

JOSÉ MARCIO BARROS
TAYANE BRAGANÇA

Cultura Viva na 4ª Conferência Nacional de Cultura e no novo Plano Nacional de Cultura

José Marcio Barros
Tayane Bragança

1.0. Introdução

Criado pelo Ministério da Cultura em 2004, o Programa Cultura Viva busca, desde a sua origem, ampliar e democratizar o acesso aos meios e processos de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais, por meio de uma perspectiva de base comunitária.

A partir da colaboração entre os entes federados, governos estaduais, municipais e o governo federal, grupos, coletivos e movimentos socioculturais da sociedade civil e outras instituições como sindicatos e universidades o Cultura Viva buscou e busca “desesconder o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo” (Laboratório de Políticas Culturais, [s.d.]) por meio do desenvolvimento do que se convencionou chamar de cultura de base comunitária.

Este conceito refere-se simultaneamente a duas realidades. Uma primeira é a existência de movimentos, coletivos e organizações culturais comunitárias, formais e informais, que “desenvolvem ações culturais, educacionais e/ou de comunicação popular vinculadas a um território, de maneira permanente, não diretamente vinculadas ao âmbito estatal ou ao mercado de bens, produtos e serviços culturais” (IberCultura Viva, [s.d.]). E por outro lado, ao movimento latino-americano que emerge e se consolida a partir de 2010 quando organizações culturais se reúnem em Medellín na Colômbia e fundam a Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária.

Em 2014, com a Lei 13.018/ 2014, Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), conhecida como a Lei Cultura Viva, o Programa é transformado em política de Estado, ancorada na existência e atuação de Pontos e Pontões de Cultura que atendem a uma tipologia diversa e heterogênea tanto do ponto de vista temático, organizacional e territorial. Marca a PNCV a transversalidade de suas ações, a gestão compartilhada envolvendo governos e sociedade civil, e a organização em rede.

De acordo com a plataforma Rede Cultura Viva ¹, o Brasil conta atualmente com mais de 7 mil Pontos e Pontões de Cultura localizados em 1.700 municípios brasileiros. O objetivo do MinC é de expandir as certificações e ampliar a política de fomento, e isso vem se dando por meio da estratégia de certificação simplificada e da destinação de recursos financeiros da Lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc para este fim e para a consolidação dos Pontos já existentes. Somente em 2024, o MinC emitiu 2.646 certificações de coletivos e entidades culturais, o que corresponde a cerca de 38%

1. <http://www.culturaviva.gov.br/>

do total existente. Se para a instituição esse é um ponto muito positivo, pois trata-se do maior número de reconhecimentos em toda a trajetória da Política Nacional de Cultura Viva, para muitos Ponteiros e Ponteiros (nome dado aos agentes culturais que integram Pontos de Cultura) esse expansionismo pode favorecer o oportunismo de grupos que não possuem atuação de base comunitária, assim como pode ocasionar pulverização de recursos.

Este texto busca compreender como a Cultura Viva e os Pontos de Cultura foram tratados no primeiro Plano Nacional de Cultura e como se fazem presentes no processo de construção de sua segunda edição.

2.0. Alguns antecedentes históricos

A 1ª Conferência Nacional de Cultura – CNC foi realizada em 2005 e culminou na elaboração do primeiro Plano Nacional de Cultura (Calabre, 2013). Uma série de conferências municipais, intermunicipais e estaduais antecederam a realização da conferência, envolvendo uma média estimada de 55 mil pessoas. As contribuições coletadas nestas etapas foram organizadas num caderno de diretrizes que distribuía 893 diretrizes entre os eixos temáticos da CNC.

A plenária da 1ª CNC aprovou 63 diretrizes que deveriam integrar prioritariamente o Plano Nacional de Cultura. O Ministério da Cultura deu início ao processo de elaboração das Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura em 2006 e, após uma série de estudos, pesquisas estatísticas, audiências e consultas públicas, fóruns e seminários, o Plano Nacional de Cultura foi publicado através da promulgação da Lei 12.343/2010, em conformidade com o § 3º do art. 216 da Constituição Federal. Ao longo dos cinco capítulos do plano, são distribuídas 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações. Ainda segundo Calabre,

O processo de tradução das ações, estratégias e diretrizes em metas foi complexo e teve como resultado final o estabelecimento de 53 metas, que, seguindo o modelo de gestão que guiou todo o trabalho, foram submetidas à consulta pública antes de sua publicação final. As metas são as traduções das ações com base na capacidade operacional do Ministério e a participação dos outros órgãos de cultura nos níveis estadual e municipal (2013, p. 13-14).

Em 2010, além da promulgação da Lei do Plano Nacional de Cultura, vimos ser realizada a 2ª Conferência Nacional de Cultura. Em 2013, foi a vez da realização da 3ª Conferência que contou com a participação cumulativa de cerca de 450 mil pessoas em mais de 2800 municípios do país (Brasil, [s.d.]).

Entre 2016 e 2022, as políticas culturais de escopo federal sofreram um processo de quase total abandono e descontinuidade durante os períodos pós impeachment da presidente Dilma Rousseff e do mandato de Jair Bolsonaro. Para os objetivos desta análise, importa apontar que tanto as conferências, quanto o plano nacional e a própria política Cultura Viva foram descontinuados, se não abandonados

pela Secretaria Especial da Cultura (órgão que sucedeu o Ministério da Cultura).

O Plano Nacional de Cultura deveria ter vigência decenal e, portanto, encerrar-se-ia em 2020, mas foi prorrogado até o final de 2024. Em 2023, com a recriação do MinC e a retomada das políticas culturais no terceiro mandato do presidente Lula, o início do processo de construção do segundo PNC foi retomado e teve impulso. Após um hiato de mais de 10 anos, a 4ª Conferência Nacional de Cultura foi realizada em março de 2024. Com o tema central “Democracia e Direito à Cultura”, a Conferência objetivou “promover o debate sobre as políticas culturais com ampla participação da sociedade, visando o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos culturais em todos os âmbitos da federação, de forma transversal com todas as políticas públicas sociais e econômicas do Brasil” (Brasil, 2024e) e, entre seus objetivos específicos, buscou realizar uma avaliação do primeiro Plano Nacional de Cultura e propor diretrizes para a criação do novo PNC, além de marcar o retorno das políticas públicas de cultura no âmbito federal (ibidem). 30 propostas prioritárias foram aprovadas na Conferência, e passaram a ser debatidas em oficinas regionais, além de se abrir um processo de consulta virtual, de modo a fomentar ampla participação social na formulação dos objetivos e das metas que constituirão o Novo Plano Nacional de Cultura.

3.0. A Cultura Viva no primeiro Plano Nacional de Cultura

O primeiro e único Plano Nacional de Cultura trazia uma perspectiva temporal de 10 anos e previa uma revisão de suas metas quando completasse 4 anos. No entanto, nem a revisão foi realizada e nem a vigência foi cumprida como estabelecido na previsão legal. A revisão das metas, a despeito de iniciada em 2014 por meio da Portaria 309/2014 que constituiu um Grupo de Trabalho intitulado “GT MinC-PNC” com a participação de técnicos do Ministério da Cultura e de suas instituições vinculadas, nunca foi concluída. Além disso, o Art. 12 da referida lei definia que a tarefa deveria ser realizada por um Comitê Executivo.

O Comitê Executivo será composto por membros indicados pelo Congresso Nacional e pelo Ministério da Cultura, tendo a participação de representantes do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, dos entes que aderirem ao Plano Nacional de Cultura - PNC e do setor cultural.

Durante 2 anos (2014 e 2015), o GT se reuniu por 11 vezes e construiu uma proposta de revisão de suas metas, o que foi apresentado ao Conselho Nacional de Política Cultural e posteriormente colocada em consulta virtual. De acordo com pesquisa realizada anteriormente (Barros; Ribeiro, 2018), a participação social resultou em 1.956 votos, sendo 1.796 (91,82%) favoráveis à revisão e 160 (8,18%) contrárias

às propostas de revisão das 53 metas do PNC. Porém, este processo foi interrompido após o impeachment de Dilma Rousseff, de modo que as metas originais não chegaram a ser alteradas, como se previa na lei.

Já com relação à vigência do PNC, destaca-se que os prazos de validade foram dilatados por duas vezes. Duas medidas provisórias realizadas durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro – uma em 2020 e outra em 2022, ambas no período de desmontes das políticas culturais – prorrogaram a sua vigência até o final de 2024.

A respeito da execução das metas do Primeiro Plano Nacional de Cultura, o Relatório Final de Avaliação ex post do Plano Nacional de Cultura, construído pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública e a então Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, indica que apenas 3 metas foram cumpridas de forma integral:

- *A Meta 31, que previa o aumento do número de municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural;*
- *A Meta 3, que definia a realização de um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas do Brasil;*
- *e a Meta 18, que definia um aumento de 100% no total de pessoas qualificadas em cursos, oficinas, fóruns e seminários na área cultural. (Universidade Federal de Minas Gerais, 2022, p. 136-137):*

As demais 50 metas tiveram desempenho inferior, sendo que 25 das 53 não chegaram a 50% de realização. Além do não cumprimento da maioria das metas, o balanço realizado evidenciou sérios problemas que deverão ser corrigidos no processo de construção do segundo PNC. De acordo com Thaís SAGRANFEDO e Anna ORTEGA, da Associação Cultural Nonada Jornalismo, organização social que atua nas áreas da cultura e jornalismo, o relatório aponta para problemas estruturais do PNC, quais sejam:

- *Imprecisão no planejamento do monitoramento e avaliação das metas;*
- *Falta de definição das unidades responsáveis pela execução da meta;*
- *Metas correlacionadas que interferem no alcance de outras;*
- *Metas com previsão de alcançar percentuais muito elevados, como 100%;*
- *Tempo definido incompatível com a meta;*
- *Abrangência geral, pouco específica, para compreensão de termos e conceitos da meta;*
- *Pouca capacidade de aferição da meta;*
- *Indicadores abrangentes e pouco precisos;*
- *A falta de continuidade das políticas públicas que estavam previstas à época (Nonada, 2024).*

3.0. Como a Cultura Viva está representada no primeiro Plano Nacional de Cultura?

No primeiro Plano Nacional de Cultura, encontramos uma única meta, dentre as 53, que se refere diretamente ao Programa Cultura Viva, transformada em Política Nacional de Cultura Viva a partir de 2014.

Trata-se da **META 23** que definia como perspectiva a existência de “15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação (UFs) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC)”, até 2020 e posteriormente até 2024. Tal meta incluía não apenas os Pontos, mas também os chamados Pontões de Cultura. Segundo a publicação “Balanço de Metas Plano Nacional de Cultura 2010 – 2024”, documento que publiciza a avaliação sobre a realização das metas do primeiro PNC, até 2022 havia sido cumprida apenas 29% do que fora estabelecido no Plano, com 4.329 Pontos de Cultura tendo recebido apoio do Ministério da Cultura. Além do baixo índice de cumprimento, o documento aponta falta de consistência na apuração e avaliação do cumprimento da meta:

CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO? Sim, mas sem consistência necessária. Apenas o indicador proposto, nº de pontos de cultura, com apoio do MinC, não consegue medir questões como a promoção da cidadania e a valorização de manifestações culturais. O termo “Em funcionamento”, também gerou diferentes entendimentos ao longo dos anos. Por um período, foi considerado o número de projetos fomentados ao longo do tempo, de tal maneira que, não raro, um mesmo Ponto tenha contado com mais de um projeto fomentado, o que foi contabilizado desta forma.

Em período mais recente, passou-se a considerar apenas os Pontos certificados no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, uma forma de manipular o conceito e retirar a obrigação do Estado em fomentar as iniciativas de base comunitária (e, portanto, invisibilizar o abandono e desmonte da PNCV no período mais recente). É necessário que a meta seja focada no fomento, e que se defina os parâmetros: não ser considerado o fomento cumulativo (ao longo dos anos), mas concomitante (número de Pontos fomentados simultaneamente por ano); ser considerada a unidade como o número de Pontos fomentados (não o de projetos). (BRASIL, 2024, p. 98).

A despeito de uma única meta referir-se diretamente ao Cultura Viva e aos Pontos de Cultura, outras 8 metas foram consideradas pelo balanço realizado pelo Ministério como indiretamente relacionadas ou que, em seu cumprimento, atingiu o Cultura Viva e/ou os Pontos de Cultura. São elas:

- A META 2 que estabelecia 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com dados atualizados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), a META 3 que previa a realização de uma “Cartografia da diversidade das expressões culturais realizada em todo o território brasileiro”, e a META 48, “Plataforma de governança colaborativa implementada como

instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país”, foram consideradas articuladas à criação das bases do Cadastro de Pontos de Cultura (SCDC) integrados ao SNIIC.

- Já a META 4 que previa a criação de uma “Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada”, e a META 6 que propunha “50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no sistema nacional de informações e indicadores culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural”, apesar de não terem sido medidas em função da dificuldade de encontrar indicadores objetivos, são consideradas correlacionadas com o lançamento de editais tais como: Edital Rede Cultura Viva Afro-brasileira em 2014; editais Pontos de Cultura Indígena de 2015 e 2017; o edital de premiação Sérgio Mamberti que aconteceu em 2023 com a premiação de 1.117 iniciativas de ações culturais de base comunitária, por meio dos prêmios “Culturas Populares e Tradicionais”, “Diversidade Cultural” e “Cultura Viva”; Edital Prêmio Construção Nacional da Cultura Hip-Hop também em 2023.
- A META 13, que previa “20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada”, teve um desempenho de 25% e é considerada relacionada ao Cultura Viva pelo fato de, em 2012, ter acontecido um mapeamento e georreferenciamento dos Territórios Educativos referentes às escolas públicas da Educação Básica, com equipamentos culturais, de saúde e pontos de cultura.
- Já a META 24, “60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais”, teve um desempenho pífio de apenas 12%, e é considerada relacionada à Cultura Viva por meio do Edital Prêmio Construção Nacional da Cultura Hip-Hop, que premiou 325 iniciativas culturais da Cultura Hip-Hop. O edital, de acordo com o MinC, contribuiu para implementar os objetivos e as ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva.
- Por fim, a META 43, “100% das Unidades da Federação (UFs) com um Núcleo de Produção Digital”, teve um desempenho de 50%, e se relaciona à institucionalização do Programa #RedeLabs – Articulação com os laboratórios dos Pontões de Cultura (SCDC), em 2024, e do projeto Open Labs em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, que se caracterizou como uma ação transdisciplinar por meio dos Pontos de Cultura.

Como é possível perceber, a presença Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura no primeiro Plano Nacional de Cultura, é bastante pontual, limitando-se a uma única meta – meta esta que, mal dimen-

sionada, não conseguiu atingir um desempenho razoável. As demais possibilidades de associação da Cultura Viva com o primeiro PNC expressam mais os esforços institucionais do MinC em estabelecer conexões entre a execução do Plano e ações realizadas pela instituição, especialmente antes de 2016 – quando a política federal de cultura começa a sofrer descontinuidades e, posteriormente, a partir de 2019, inoperância e obstruções – e a partir de 2023, com a recriação do Ministério.

4.0. A Cultura Viva na 4ª Conferência Nacional de Cultura e no novo Plano Nacional de Cultura

Finalizada a vigência do primeiro Plano Nacional de Cultura, o novo PNC está em construção, tendo a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura como seu dispositivo deflagrador. Inicialmente planejada para ocorrer em 2023, a 4ª Conferência Nacional de Cultura foi adiada para 2024 após uma mobilização do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados, e do Conselho Nacional de Política Cultural.

Após um hiato de mais de 10 anos, a nova Conferência foi realizada em março de 2024 e teve como tema central a “Democracia e Direito à Cultura”, sendo antecedida por Conferências Municipais ou Intermunicipais, Conferências Estaduais e do Distrito Federal, Conferências Livres e Conferências Temáticas, iniciadas no primeiro semestre de 2023.

De acordo com a metodologia traçada pela Comissão Organizadora Nacional da conferência e equipe da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), a etapa preparatória foi composta por conferências Municipais ou Intermunicipais; Conferências Livres; Conferências Temáticas; Conferências Estaduais e do Distrito Federal e Encontros Setoriais.

as Conferências Estaduais e do Distrito Federal debateram o Documento Base da 4ª CNC e, a partir das propostas encaminhadas pelas conferências municipais e intermunicipais, elaboraram propostas que foram encaminhadas para a etapa nacional e contribuíram para a definição de ações e estratégias futuras na área da cultura. Cada conferência selecionou até 14 propostas, considerando o número mínimo de 02 (duas) propostas por Eixo Temático. Dentre as 14 propostas, duas deveriam ser priorizadas, independente do Eixo, conforme o nível de importância em relação às necessidades e especificidades locais. Três delas deveriam, ainda, receber o marcador “proposta para colegiados setoriais de cultura”, resultantes dos debates dos encontros setoriais. (Brasil, 2024a, p. 22).

A Etapa Nacional foi constituída por três momentos complementares: os Grupos de

Trabalho, as Plenárias Temáticas e a Plenária Final. As atividades foram assim organizadas:

Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

GT 01 – Governança federativa e fortalecimento da gestão GT 02 – Fomento e financiamento

GT 02 – Fomento e financiamento

Eixo 2: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

GT 03 – Territorialização das políticas culturais

GT 04 – Participação social nas políticas públicas de cultura

Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória

GT 05 – Educar a cultura e culturalizar a educação

GT 06 – Sustentabilidade, diversidade e gestão compartilhada

Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

GT 07 – Ações afirmativas e acessibilidade cultural GT 08 – Promoção da diversidade cultural

GT 08 – Promoção da diversidade cultural

Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

GT 09 – Estratégia Nacional de Economia Criativa GT 10 – Formação e trabalho na arte e cultura

GT 10 – Formação e trabalho na arte e cultura

Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais

GT 11 – Cultura digital GT 12 – Direito às artes GT 13 – Setoriais

GT 12 – Direito às artes

GT 13 – Setoriais

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Cultura

Foram recebidas 415 propostas que, após análise temática e aglutinação realizada pelo MinC, resultaram em 132 propostas sistematizadas e apresentadas no Caderno de Propostas (Brasil, 2024b, p. 6-7). Ao longo da Conferência, os 13 Grupos de Trabalho discutiram e definiram as propostas que consideravam

importantes para a construção do novo Plano Nacional de Cultura.

Posteriormente foram realizadas 6 Plenárias, uma de cada Eixo, que apreciaram as 84 propostas aprovadas nos GTs e tiveram como tarefa eleger, por Eixo, 5 consideradas prioritárias que foram levadas à Plenária Final para votação. Assim, a Plenária Final aprovou um total de 30 propostas priorizadas (Brasil, 2024c).

O tema da Política Nacional Cultura Viva foi discutido de forma transversal em vários Eixos da 4ª Conferência Nacional de Cultura, mas esteve presente formalmente em três deles:

- *Eixo 2 - Democratização do acesso à cultura e Participação Social;*
- *Eixo 3 - Identidade, Patrimônio e Memória;*
- *Eixo 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e*
- *Acessibilidade na Política Cultural. (Brasil, 2024d, p. 98).*

Entre as 30 propostas prioritárias votadas na Plenária Final da 4ª CNC, duas se relacionam diretamente à Política Nacional Cultura Viva:

A primeira delas, a proposta 2 do Eixo 2 – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, obteve 124 votos e reivindicava

Ampliar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), promovendo o exercício e a consciência dos direitos culturais, fortalecendo valores democráticos, a alteridade, a criatividade, a expressão, a ampliação de repertórios, a qualificação de ambientes sociais, a educação popular, a economia solidária, a cultura digital, a memória, a contracolonização e o bem viver, potencializando os grupos culturais, os territórios, as comunidades, as diversas linguagens artísticas, a participação popular e a atuação em redes, com recorte nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais, indígenas, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, de matrizes africanas, rurais e da reforma agrária, povos das águas, povos da floresta, fronteiriços, periféricos e de favela, populações empobrecidas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, além da diversidade e o combate às desigualdades, na seleção de pontos e pontões de cultura, pontos de memória, pontos de memória dos territórios indígenas, casas de reza dos territórios indígenas e pontos de memória dos povos de matrizes africana, pontinhos de cultura, pontos de leitura, bibliotecas comunitárias e rurais, cineclubes, circos, pontos de cultura e de memória no exterior, a concessão de bolsas para agentes do Cultura Viva e para mestres e mestras das culturas populares. A garantia da descentralização territorial deve ser estabelecida em um pacto federativo que parta da centralidade da municipalização na aplicação de recursos, com a regionalização e o apoio às redes como atribuição dos governos estaduais, e a implementação de orçamentos participativos para orientação dos recursos, reduzindo/extinguindo a disputa via editais, e reconhecendo o fator

amazônico” (Brasil, 2024a, p. 59).

A segunda, a Proposta 3 do Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural, foi priorizada com 108 votos e propunha

Garantir, potencializar e financiar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/14) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, considerando a diversidade de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, pessoas em privação de liberdade, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior” (Brasil, 2024a, p. 72).

Além dessas duas propostas prioritárias, a Política Nacional de Cultura Viva e/ou os Pontos de Cultura foram objeto de outras referências e proposições:

- **A Proposta 5 do Eixo 1** – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura, considerada prioritária com 160 votos e que previa a “Criação do Fundo Setorial Nacional Cultura”, propondo também, para a sua gestão, a criação do “Conselho Nacional Cultura Infância, composto de forma tripartite por: 1/3 de integrantes do Ministério da Cultura (MinC) e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); 1/3 de representantes da Política Nacional Cultura Viva (PNCV)” (Brasil, 2024a, p. 57).
- **A Proposta 4 do Eixo 2** – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, priorizada com 121 votos e que propunha “Reestruturar e democratizar o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC)”, com a criação de uma cadeira para os Pontos de Cultura e Memória (Brasil, 2024a, p. 61).
- **A Proposta 1 do Eixo 3** – Identidade, Patrimônio e Memória, priorizada por 100 votos em sua plenária de eixo e que propunha “Dar continuidade à Política Nacional de Proteção e Valorização dos Con-

hecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais (atual meta 4 do PNC) sob articulação do Ministério da Cultura” e que definia como uma das prioridades a “Criação de Pontos de Cultura e Pontos de Memória nas comunidades objeto deste programa” (Brasil, 2024a, p. 66).

- **A Proposta 3 do Eixo 3** – Identidade, Patrimônio e Memória, foi priorizada com 89 votos e versava sobre a criação de “uma política descentralizada específica, localizada e acessível de educação cultural, popular, patrimonial e museal”, a qual pretende garantir a “inclusão do ensino das artes, cultural, patrimonial e museal nos currículos escolares, de modo a promover [...] o fortalecimento de redes de apoio do cadastro do Cultura Viva” (Brasil, 2024a, p. 67).
- **Por fim, a Proposta 3 do Eixo 6** – Direito às Artes e Linguagens Digitais, priorizada com 130 votos, destinada a “fomentar, implementar e apoiar circuitos e festivais culturais dos povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, afro e afrodescendentes”, propunha que a criação de tais circuitos devessem contar com a idealização de “pontos de culturas digitais e demais pontos como base para o fomento do uso desses conteúdos”. (Brasil, 2024a, p. 85).

Numa comparação entre as propostas sistematizadas no Caderno de Propostas (Brasil, 2024b) a partir de etapas anteriores à 4ª CNC e as propostas aprovadas na Plenária Final, é possível notar que as duas propostas que envolviam diretamente o Cultura Viva foram priorizadas, e que as demais propostas foram também contempladas ou absorvidas por propostas mais amplas. Percebe-se também que outras propostas que inicialmente não citavam explicitamente o Cultura Viva passam a fazê-lo na versão final da redação, após discussão na CNC.

Três moções apresentadas na Plenária final fizeram a defesa da continuidade e ampliação da Política Nacional de Cultura Viva. Importa ressaltar que as temáticas Cultura Viva e Pontos de Cultura estiveram presentes nas Conferências Temáticas Culturas Digitais e Cultura da Infância. Foram também realizados o Fórum Cultura Viva Infância e a atividade especial do MinC, Cultura Viva 20 Anos. Os encontros setoriais de Arquitetura e urbanismo, Artes Visuais, Circo, Culturas Indígenas, Dança, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material citaram, em seus debates também citaram A Cultura Viva e os Pontos de Cultura (Brasil, 2024a).

5.0. A consulta pública e os Encontros Setoriais na 4ª Conferência Nacional de Cultura

Após a Conferência, teve início uma outra etapa do processo de construção do novo PNC. A partir da sistematização das propostas prioritárias e de elementos norteadores e transversais, a sociedade civil

foi convidada a colaborar na construção de metas, por meio de oficinas territoriais, realizadas (presencial ou virtualmente) entre outubro e dezembro de 2024 em todos os estados e distrito Federal, além da construção de uma consulta pública por meio da Plataforma Brasil Participativo². Nesta plataforma, foram disponibilizados textos sobre os princípios, diretrizes, transversalidades e eixos temáticos. Além disso, a sociedade pôde propor metas, votar e/ou complementar metas já propostas no âmbito das oficinas territoriais ou diretamente na plataforma.

Até 13 de janeiro de 2025, último dia da consulta popular, a Política Nacional Cultura Viva, os Pontos e/ou Pontões de Cultura estavam presentes em 38 das 1214 metas incluídas na Plataforma Brasil Participativo. Destas, 20 foram propostas durante as oficinas territoriais sobre o novo Plano Nacional de Cultura, distribuídas da seguinte maneira:

- 4 (quatro) metas são resultantes da oficina realizada no Paraná;
- 3 (três) do Distrito Federal;
- 3 (três) do Espírito Santo;
- 2 (duas) da Paraíba;
- 2 (duas) de São Paulo;
- 2 (duas) de Goiás;
- 1 (uma) do Mato Grosso;
- 1 (uma) do Maranhão;
- 1 (uma) do Tocantins
- e 1 (uma) da Bahia.

Outras 18 (dezoito) metas foram cadastradas por indivíduos que acessaram a Plataforma Brasil e inscreveram as suas propostas

Das 38 (trinta e oito) novas metas sugeridas acerca do Cultura Viva,

- 3 (três) foram propostas no âmbito do Eixo 1 - Gestão e participação;
- 11 (onze) no Eixo 2 - Fomento à cultura;
- 5 (cinco) no Eixo 3 - Patrimônio e memória;
- 4 (quatro) no Eixo 4 - Formação;
- 9 (nove) no Eixo 5 - Infraestrutura, equipamentos e espaços culturais;

2. <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura>

- 2 (duas) no Eixo 6 – Economia Criativa, Trabalho, Emprego, Renda e Proteção Social;
- 2 (duas) no Eixo 7 – Bem viver e justiça climática;
- e 2 (duas) no Eixo 8 – Cultura digital e direitos digitais.

A meta mais votada, até o dia 10 de janeiro, somou 42 (quarenta e dois) votos, enquanto 15 (quinze) delas não tiveram nenhum voto. No total, as metas relacionadas ao Cultura Viva somaram 194 (cento e noventa e quatro) votos³.

Conforme Quadro 1, a maior parte das sugestões de metas relacionadas à Política Nacional Cultura Viva referem-se ao fortalecimento da PNCV, ao financiamento e fomento aos Pontos de Cultura e a expansão deles para todos os territórios brasileiros. Há propostas de metas relacionadas ao reconhecimento das relações dos Pontos de Cultura com equipamentos culturais, escolas e espaços comunitários. Há, também, aquelas relacionadas à criação de Pontos de Cultura temáticos, ligados à resiliência climática, favelas e Hip-Hop. Importa frisar que algumas manifestações não se caracterizam propriamente como uma proposta de meta, configurando-se mais como uma manifestação de apoio à PNCV e aos Pontos

Quadro 1: Metas referentes à Política Nacional Cultura Viva
propostas na Plataforma Brasil Participativo⁴

Proposta de Meta	Oficina Territorial ou proposta individual	Eixo	Votos
Sustentabilidade dos Pontos de Culturais	Individual	5	42
Reconhecimento de coletivos, pontos de cultura e agentes culturais chega a níveis de excelência no país, através da certificação de espaços culturais como pontos de conhecimento e transmissão de saberes, e dos títulos de notório saber para mestres e mestras	Oficina Territorial	4	18

3. A informação sobre a quantidade de votos de cada proposta de meta ficou disponível durante o período de consulta pública. Após o encerramento das contribuições, foi ocultada na Plataforma. É possível filtrar as propostas mais endossadas sem que se visualize a quantidade total de votos.

4. Os textos das sugestões foram mantidos tal como apresentados na Plataforma. As propostas sinalizadas com asterisco são as que não mencionam o Cultura Viva, Pontos e/ou Pontões de Cultura no seu título, mas mencionam na descrição da meta.

PNCV Política Nacional de Cultura	Individual	4	15
Ampliação dos Agentes Territoriais e sua interação com o Hip Hop (pontos e pontões na descrição)	Individual	4	14
Garantia de equipamentos e outros benefícios continuados para cultura Hip Hop*	Individual	5	13
99,9% dos municípios com conselhos plano e fundo implantadores*	Individual	1	11
Cultura Infância-Prioridade absoluta	Individual	2	11
Fomento a todos os Pontos e Pontões de Cultura do Brasil	Individual	6	11
Fortalecimento pontos de cultura nas Favelas	Individual	5	11
Pontos de Cultura	Individual	2	10
Reconhecer Pontos de Cultura como equipamentos fomentados necessários em todas as cidades do país	Individual	5	8
Certificação e fortalecimento de pontos de cultura reggae e sound systems	Individual	3	7
Agentes Territoriais de Cultura*	Individual	1	5
Reconhecer povos e comunidades indígenas, tradicionais e de matrizes africanas como “protetores da floresta” e estabelecer subsídios por esse trabalho (PONTOS DE CULTURA SOCIO AMBIENTAIS)	Oficina Territorial	7	4

Fortalecer os Pontos de Cultura com fomento específico	Oficina Territorial	2	3
Expandir os pontos de cultura com financiamento contínuo, instituir modelo de fomento contínuo com orçamento participativo e diminuir insatisfação da população em acessar políticas de fomento.	Oficina Territorial	2	2
Fomentar coletivos, associações e pontos de cultura que possam servir como conexão entre o poder público e as populações locais	Oficina Territorial	2	2
Investir mais em politicas publicas para o combate ao racismo*	Individual	5	2
Transformar locais degradados em ponto de cultura territorial, favorecendo a comunidade local. (transforme um elefante branco em um espaço cultural)	Individual	1	2
Recuperar os imóveis tombados para uso e ocupação pelos diversos grupos culturais; Fortalecer a rede de pontos de cultura, política nacional cultura viva; Fortalecer os centros de referência para bens culturais; Implementar políticas efetivas de regularização de territórios sagrados; Desburocratizar	Oficina Territorial	3	11
Reconhecer agentes culturais (Solo) por território para desenvolvimento de atividades no território. Ampliar a atuação do educador social voluntário para o campo da cultura, como agente cultural. Parcerias entre escolas e pontos de culturas para uso dos espaços e formação de plateia. Certificação	Oficina Territorial	5	1

Fomento Contínuo a Pontos e Pontões de Cultura	Individual	6	1
Fomentar a rede cultura viva de pontos de cultura em todos os Estados e municípios brasileiros	Individual	2	0
Política Cultura Viva alcançou Pontões e Pontos em todo o Brasil e reduziu desigualdades socioeconômicas e culturais contemplando as 98 categorias da Conferência (4a. CNC)	Oficina Territorial	2	0
Política Nacional Cultura Viva implementada em todos os municípios.	Oficina Territorial	2	0
Criar um título de mestres e mestras da cultura nacional*	Individual	3	0
Fortalecer o programa cultura viva	Oficina Territorial	3	0
Cultura Viva remunera 100% dos pontos e pontões mapeados e em funcionamento	Oficina Territorial	2	0
Aumento dos termos de cessão de uso/ doação e alvarás de funcionamento de pontos de cultura	Oficina Territorial	5	0
Garantia de distribuição de kits multimídia para pontos de cultura	Oficina Territorial	8	0
Brasil é exemplo no acolhimento de refugiados climáticos, promovendo integração social e cultural, respeitando as diversidades culturais de origem: Fortalecer pontos de cultura para a resiliência climática	Oficina Territorial	7	0

Promover o reconhecimento de espaços comunitários como detentores de memória e pontos de cultura	Oficina Territorial	3	0
Garantir recurso para pontos de cultura para manutenção da programação cultural mesmo em municípios com população menor	Oficina Territorial	5	2
Fortalecer pontos de cultura	Oficina Territorial	2	0
Onde tem escola tem cultura: a criação de Pontos de Cultura nas escolas públicas	Individual	5	0
Todos os municípios com, pelo menos, 01 ponto de cultura certificado e fomentado.	Oficina Territorial	5	0
Todos os pontos e pontões de cultura ativos remunerados	Oficina Territorial	8	0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Plataforma Brasil Participativo

de Cultura.

Em que pese a importância e a abrangência das propostas de metas cadastradas na Plataforma Brasil Participativo acerca da Política Nacional de Cultura Viva, dos Pontos e Pontões de cultura, elas representam apenas 3,21% do total de sugestões cadastradas na Plataforma. Para a definição de quais metas integrarão o PNC, a metodologia proposta indica que

todas as propostas das oficinas e as 5 mais votadas em cada eixo na Plataforma serão analisadas pelo Ministério da Cultura e demais responsáveis para verificar a possibilidade de incorporar ou não. Os proponentes das 2 propostas mais votadas por eixo serão convidados para um encontro virtual com a equipe do Ministério da Cultura para apresentar e discutir as propostas. As respostas da enquete e das contribuições no texto base serão tratadas em conjunto e servirão de insumo para o plano. O Ministério da Cultura fará uma devolutiva desse processo em 2025 e publicará na página do Brasil Participativo (Brasil, 2024f).

A despeito do baixo engajamento no que diz respeito às propostas relacionadas à PNCV, a presença de metas propostas nas oficinas territoriais e a existência de duas propostas prioritárias diretamente relacionadas à Política permitem supor que o Novo Plano Nacional de Cultura contemple o Cultura Viva em ao menos uma de suas metas. No entanto, é importante que tal meta seja adequadamente dimensionada e construída, para que não se repita o erro ocorrido com a meta 23 do primeiro PNC que, mal dimensionada, não conseguiu ser atingida em patamares coerentes – nem mesmo com a prática expansionista adotada a partir de 2023, a qual envolveu a certificação simplificada de pontos de cultura, ampliando o perfil e possibilitando o aumento da quantidade de pontos certificados. Além disso, é essencial que se definam formas de apuração e avaliação do cumprimento, visando o correto acompanhamento de sua execução. Por fim, é importante que não se restrinja a metas quantitativas sobre pontos de cultura existentes, mas que inclua as necessidades de fomento público e territorialização na PNCV.

6.0 Considerações finais

Como procuramos evidenciar, há uma maior presença da PNCV e dos Pontos e Pontões de Cultura no processo de construção do segundo Plano Nacional de Cultura. Essa maior presença refere-se a um maior número de propostas de metas, tanto na Conferência Nacional de Cultura, quanto nas oficinas territoriais e no processo de consulta. Além disso, parece ter emergido uma visão mais abrangente, fruto certamente dos 20 anos de experiência e atuação dos Pontos e da PNCV, que apresenta vinculações e articulações com outras temáticas e ações do campo das Políticas Públicas de Cultura.

Na visão de João Pontes, responsável pela Diretoria da Política Nacional de Cultura Viva na estrutura do MinC,

Muitas resoluções aprovadas fazem menção direta à Cultura Viva e aos Pontos de Cultura. Mesmo aquelas que não citam explicitamente esses temas estão relacionados à perspectiva da política de base comunitária. Afinal, tudo o que envolve o Sistema Nacional de Cultura dialoga diretamente com o Cultura Viva: desde as políticas de patrimônio, memória, fomento, formação, artes e internacionalização até o fortalecimento institucional e a participação social. O saldo da Conferência foi bastante positivo, com os Pontos de Cultura marcando presença no conjunto das resoluções aprovadas (Pontes, 2025 – entrevista concedida a José Marcio Barros em 13/01/2025).

Entretanto, como adverte Davy Alexandriski (entrevista concedida a José Márcio Barrose em 04/01/2025), fotógrafo e membro da Comissão Nacional de Pontos de Cultura desde a sua criação, a 4ª CNC foi mais

importante como momento de celebração, reencontro e reafirmação da importância da cultura do que propriamente em sua função deliberativa – o que não retira a sua importância e necessidade, mas que relativiza seus efeitos práticos. Prova disso é a própria realização do processo de escuta territorial e consulta digital que reabriu a apresentação de propostas de metas, as quais deveriam ter sido deliberadas no percurso das conferências municipais/estaduais e conferência nacional.

A respeito do processo de consulta pública de metas na Plataforma Brasil Participativo, destaca-se a importância da possibilidade de inclusão da sociedade civil na sugestão, complementação e engajamento na proposição das metas. O grande volume de metas propostas, no entanto, não indica necessariamente a assimilação, no PNC, das proposições da sociedade civil, uma vez que apenas as cinco metas mais votadas, além das propostas de oficinas territoriais, serão analisadas. Além disso, o baixo engajamento – como se pode ver no total de votos apurados nas metas referentes à PNCV – demonstra que tal participação está longe de representar os interesses de todos os envolvidos na referida política.

Outra questão a ser considerada refere-se à metodologia adotada, que predefiniu um número máximo de 30 propostas prioritárias. Se tal definição atendeu às avaliações negativas do número excessivo de metas e ações no primeiro PNC, isso acabou por reinaugurar a prática de aglutinação, em uma única proposta, de ações de natureza distintas. Tal ponto pode ser comprovado numa leitura atenta das propostas de metas que direta ou indiretamente se referem à PNCV ou aos Pontos e Pontões.

Para João Pontes, o próximo Plano Nacional de Cultura deve ter como principal foco o aumento de escala da PNCV, de modo a fazer com que os Pontos e Pontões de Cultura sejam conhecidos e frequentados pela população brasileira.

O próximo Plano Nacional de Cultura, que definirá os horizontes culturais do Brasil para os próximos dez anos, precisa garantir que a Política Cultura Viva alcance uma escala significativamente maior do que nos últimos 20 anos. O grande objetivo do próximo plano deve ser fazer com que a Cultura Viva seja do tamanho do Brasil, uma política presente no dia a dia da população, reconhecida como um direito social básico (2025, entrevista concedida a José Marcio Barros em 13/01/2025).

Em sua perspectiva, para que isso aconteça é essencial:

- a definição clara dos papéis dos entes da federação na execução e expansão da política;
- A integração da PNCV aos instrumentos de fomento, como os fundos culturais, as leis de incentivo e políticas como a Lei Aldir Blanc;
- a consolidação da PNCV como uma estratégia de Estado, consolidando-se como uma política es-

sencial para o Brasil;

- a participação dos Pontos e Pontões de Cultura como instâncias potentes de defesa da cultura e da democracia.

Por fim, João Pontes lembra que:

O novo Plano Nacional de Cultura precisa ser mensurável, executável e consistente. Mais do que isso, deve colocar a Cultura Viva como um direito social básico, acessível a todos os brasileiros. Essa é a visão que estamos debatendo atualmente no Ministério da Cultura, com o objetivo de construir uma estratégia que amplie o alcance da política e torne a Cultura Viva uma parte essencial da vida de cada cidadão. Esse é o desafio do momento: fazer com que a Cultura Viva seja do tamanho do Brasil e esteja plenamente integrada ao novo Plano Nacional. (2025 – entrevista concedida a José Marcio Barros em 13/01/2025)

Mas nesses novos desafios, algumas questões precisam ser levadas em conta, de modo a não se repetir os problemas que marcaram o primeiro PNC:

Um problema – que encontra ressonância na visão de Davy Alexandrisky – refere-se à própria natureza da PNCV e dos Pontos de Cultura. É necessário que esta se consolide como uma política pública e tenha um conjunto de ações de base efetivamente comunitária e organizada em rede, evitando a redução do debate às questões de financiamento e fomento. Conforme relembra o Ponteiro, “Pontos de Cultura só existem se estiverem ligados em rede e com ações de base comunitária” (Alexandrisky, 2025 – entrevista concedida a José Marcio Barros em 04/01/2025).

Além disso, duas perguntas precisam ser continuamente feitas e refeitas. Em primeiro lugar, é preciso se perguntar o que é e para que serve um Plano Nacional de Cultura, de modo a atualizar princípios e objetivos, oferecendo coerência, concretude e exequibilidade aos seus conteúdos estratégicos e práticos. Em segundo lugar, é necessário se questionar sobre o que é um Ponto de Cultura, na perspectiva rizomática e comunitária de sua originalidade e na atualidade.

Mas algo permanece como uma incógnita: haverá tempo suficiente para que este processo aconteça, considerando os processamentos técnicos, os procedimentos de legitimação política, os trâmites legislativos e a aproximação das eleições de 2026? Cumpridos os prazos, outra questão emerge: haverá vontade política e disponibilidade de recursos financeiros e humanos para esse número crescente de Pontos e Pontões de Cultura que são certificados de forma simplificada?

Referências

ALEXANDRISKY, Davy. Entrevista concedida a José Marcio Barros, em 04 jan. 2025.

BARROS, José Marcio; RIBEIRO, Núbia Braga. A participação social como conquista e desafio: um olhar sobre a consulta pública para a construção das metas do Plano Nacional de Cultura. *Perspectivas em Políticas Públicas*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 95– 128, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/2889>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Histórico SNC. [s.d.]. Disponível em: <https://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/#:~:text=1%C2%B0%20Confer%C3%Aancia%20Nacional%20de,o%20%C2%A73%C2%BA%20no%20art>. Acesso em: 8 dez. 2024

BRASIL. Ministério da Cultura. Relatório Final da 4ª CNC – Conferência Nacional de Cultura. 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/minc-divulga-as-30-propostas-prioritarias-aprovadas-durante-a-4a-conferencia-nacional-de-cultura/30_propostas.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Caderno de Propostas da 4ª CNC – Conferência Nacional de Cultura. 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencianacional-de-cultura/textos/CadernosdePropostas4CNC_Diagramacao_v311.pdf

BRASIL. Ministério da Cultura. MinC divulga as 30 propostas prioritárias aprovadas durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura. Portal do Ministério da Cultura: 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/minc-divulga-as-30propostas-prioritarias-aprovadas-durante-a-4a-conferencia-nacional-de-cultura>. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL, Ministério da Cultura. Balanço das Metas Plano Nacional de Cultura 2010-2024. Brasília: 2024d. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacionalde-cultura/imagem/arquivos-pdf-documentos/copy_of_FSBcartilhametasPNC_MinCmiolo_compressed1.pdf. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. 4ª Conferência Nacional de Cultura: Perguntas frequentes. 2024e. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/perguntasfrequentes/perguntas-frequentes-4a-cnc>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Brasil Participativo: Plano Nacional de Cultura. 2024f. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/491/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Podcast “Cultura é Viva!”: processos pedagógicos no contexto de retomada da Política Nacional de Cultura Viva.

LARISSA HELENA OLIVARES HERÉDIA
LUMA CORTES WYZYKOWSKA

Podcast “Cultura é Viva!”: processos pedagógicos no contexto de retomada da Política Nacional de Cultura Viva.

Larissa Helena Olivares Herédia
Luma Cortes Wyzykowska

1. Introdução

Não teria como começar este capítulo sem mencionar o Consórcio Universitário Cultura Viva, afinal, foi através dele que esta pesquisa-ação foi concebida. A ideia foi unir um grupo de trabalho formado por pesquisadores de três instituições: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC - MinC), para desenvolver uma série de pesquisas que vão além do modelo acadêmico tradicional, no intuito de colaborar para o reaquecimento e fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), não só gerando dados e informações sobre ela, como também criando produtos formativos à seu respeito.

Concomitantemente às pesquisas bibliográficas e de campo, fomos provocados enquanto jovens pesquisadores a desenvolver um produto formativo que dialogasse com a juventude, direcionado aos novos Agentes Cultura Viva, selecionados pelos Pontões de Cultura contemplados no edital do MinC de 2023. Assim surgiu o podcast “Cultura é Viva! Um podcast de valorização da diversidade cultural brasileira e da Política Nacional de Cultura Viva”.

Neste capítulo, abordamos especificamente sobre o processo de concepção, pesquisa e criação desse podcast, refletindo sobre os aspectos pedagógicos que atravessaram seu desenvolvimento. Mas antes, faz-se necessário traçar um panorama geral de contextualização da pesquisa e o porquê de trazer esta abordagem para uma publicação voltada a tratar desdobramentos pós-IV Conferência Nacional de Cultura (realizada em março de 2024), considerando os diferentes entrelaçamentos conceituais e práticos, com eixos estruturantes da PNCV e as discussões/enfrentamentos/possibilidades para o próximo decênio pós-IV CNC.

Uma das demandas que vem sempre sendo apontada nas Conferências Nacionais de Cultura relaciona-se à formação no campo da organização da cultura e da gestão de suas políticas. Para IV Conferência Nacional de Cultural, promovida em março de 2024 o objetivo geral descrito é: “Promover o debate sobre as políticas culturais com ampla participação da sociedade, visando o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos culturais em todos os âmbitos da federação e de forma transversal com

todas as políticas públicas sociais e econômicas do Brasil^{1.}”

Neste sentido, um dos desafios da retomada da PNCV diz respeito à como informar e atualizar a juventude sobre ações e conceitos de uma política que ficou pouco aquecida nos últimos anos. Trata-se, portanto, de uma política pública de Estado da qual, principalmente dentro do ambiente dos jovens, pouco ou nada se conhece, e é esse o foco do nosso trabalho no podcast e neste texto.

O elemento norteador para o Consórcio é a Política Nacional de Cultura Viva, uma política cultural de base comunitária, que pressupõe a valorização de saberes e fazeres tradicionais diversos em uma lógica de gestão participativa. Assim, a integração entre os saberes produzidos na academia e os saberes populares representados pelas diversas práticas culturais dos Pontos de Cultura, constituem-se como elementos essenciais de todo processo de pesquisa.

Para nós, autoras deste texto, essa pesquisa teve início no ano de 2023, através da Iniciação Científica (IC), antes mesmo da consolidação do Consórcio. Foi no início de 2024, que passamos a participar de reuniões quinzenais de discussão teórica entre os pesquisadores da UFPR e da UFF, com intuito de promover uma integração interpessoal na equipe. Além disso, esse processo foi importante para que todos pudessem assentar um nivelamento e entendimento básico acerca de determinados contextos sócio-históricos e conceitos fundamentais que atravessam a temática de pesquisa. Dentre esses temas, temos, por exemplo, o histórico das políticas culturais no Brasil e participação social em políticas públicas.

Para além desse nivelamento conceitual, os pesquisadores encarregaram-se de familiarizar-se com objeto de pesquisa, a Política Nacional de Cultura Viva, através da leitura integral do livro “Ponto de Cultura: O Brasil de baixo pra cima” (2010), onde o autor e então secretário de cultura, Célio Turino, discorre sobre o processo de idealização e implementação do Programa Nacional de Cultura Viva. Neste livro, Turino disserta não só sobre as premissas filosóficas acerca da noção de cultura que embasou a PNCV, como também sobre os exemplos de casos de diversos pontos de cultura contemplados pelo então programa. Não obstante, estão presentes na obra de Turino, relatos sobre os desafios político-institucionais que atravessaram todo esse processo de concepção e implementação desta política pública.

Os pesquisadores foram divididos em grupos de trabalho que se debruçaram em diversas tarefas a partir das diferentes frentes de pesquisa. As revisões bibliográficas proporcionaram um aprofundamento teórico nas dinâmicas históricas, políticas, conceituais e institucionais acerca da Política Nacional de Cultura Viva. E uma frente colabora com a outra na totalidade da pesquisa, visto que os assuntos

1. Site oficial do Governo Federal: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura/4cnc> na janela “Etapa Nacional”, disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura/textos/etapa-nacional> Acesso em 12/12/24.

se entrelaçam e as discussões sempre colaboram para a continuidade umas das outras. Destacamos o Podcast nesse caso, porque ele centraliza e descentraliza os temas de todas as frentes ao longo de seus episódios.

Conforme mencionado anteriormente, todos estes processos de pesquisa corroboraram para o percurso de desenvolvimento do “Cultura é Viva! – um podcast de valorização da diversidade cultural brasileira e da Política Nacional de Cultura Viva!”. Esta ação de divulgação científica foi pensada no sentido de contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento produzido academicamente e em consonância com as premissas conceituais da própria política, bem como suas demandas atuais, no sentido da formação dos novos Agentes Cultura Viva.

2.0. Da concepção à criação do podcast “Cultura é Viva!”

O processo de criação do podcast envolveu a elaboração de um episódio teste, no qual os orientadores propuseram aos pesquisadores de IC a provocação de criar um projeto piloto de podcast sobre a PNCV. Nenhum dos pesquisadores tinha experiência em produzir um podcast, o que se tornou o primeiro desafio. Nós, autoras desse texto, participamos ativamente desse processo desde o princípio, colaborando na elaboração do roteiro dessa peça piloto, que na primeira gravação ainda não contava com as nossas duas vozes.

O produto piloto que criamos foi bem recebido pelos professores orientadores e demais colegas que estavam atuantes em outras frentes de pesquisa, mas ainda precisava de ajustes técnicos e de conteúdo. Logo, a professora orientadora, Deborah Rebello Lima, passou a coordenar a frente do podcast, colaborando no sentido de organizar, lapidar e revisar os conteúdos da série, justamente por ter idealizado a proposta, possuir vasta experiência de pesquisa sobre a temática, além de ter também formação na área da comunicação.

A frente se reorganizou e passou a trabalhar em conjunto para a concepção, criação e elaboração desta série de episódios, em paralelo às demais ações realizadas no grupo de pesquisa. Através de discussões coletivas, foram criadas pela professora orientadora as sinopses para todos os dez episódios da primeira temporada. Posteriormente, um grupo de roteiristas formado pelos pesquisadores de IC envolvidos, se debruçou sobre o roteiro do primeiro episódio – “O que é Cultura Viva?” – que foi escrito de maneira colaborativa online pela plataforma Google Docs.

Partimos enfim para a gravação do primeiro episódio, de forma remota, para contar com a locução de um sotaque carioca (Luma) e de um sotaque sulista (Larissa). Nós nunca tínhamos mexido com programas de gravação de áudio e sabíamos da importância da qualidade de áudio para o podcast. Como isso acabou sendo uma questão com o uso do celular no episódio piloto, Luma gravou no estúdio de um

amigo e Larissa de casa, utilizando equipamentos básicos que já possuía (microfone, interface de áudio e computador).

Fizemos a gravação ao vivo, com a chamada de vídeo em uma guia e o programa gravando nossos microfones em outra, para assim manter a naturalidade da conversa entre as falas. Depois, os áudios foram enviados para a pesquisadora Bruna Kochhann (UFPR)² que ficou responsável pela edição, para que ela fizesse a montagem e inserção das vinhetas etc. Quando pronto, este novo episódio piloto foi submetido à avaliação crítica da Rede de Pontões de Cultura, através de quatro grupos focais realizados durante o Encontro Nacional Cultura Viva – 20 anos, que ocorreu na Casa Rosa (Salvador/BA) em julho de 2024³. Participaram desses grupos, representantes dos 42 Pontões selecionados pelo edital de 2023 e que terão a gestão dos novos Agentes Cultura Viva.

Além do episódio piloto, também foram submetidos às análises do grupo, as propostas de sinopses para os demais episódios da série. Neste grupo focal foram levantados aspectos como: a percepção sobre os temas abordados e a ordem de disposição deles; identificação de “vazios” temáticos e avaliação de incorporação; possíveis diálogos com outras ações formativas já construídas ou em elaboração pelos Pontões; estratégias de distribuição de conteúdos; aspectos técnicos sobre o produto de áudio; etc.

Discutimos bastante sobre a importância de vozes que vivem a Cultura Viva na pele sendo incorporadas no podcast, e foi aí que começamos a inserir nos roteiros de todos os episódios seguintes, sonoras de ponteiros, ponteiros, ex-agentes e demais figuras relevantes na PNCV, como pequenas entrevistas. Outro assunto relevante que também emergiu nos grupos focais, foi a questão da linguagem. Tendo em mente que o podcast é direcionado ao público jovem, era imprescindível que as explicações conceituais fossem atrativas e destrinchadas para que quem estivesse entrando em contato pela primeira vez conseguisse absorver o máximo de informações de forma leve e de fácil entendimento.

De modo geral o podcast foi bem recebido pelos ponteiros respondentes da pesquisa, houve algumas sugestões relacionadas: às ordens dos episódios; às possíveis plataformas que poderiam ser utilizadas para a publicação do *podcast*³; com relação à edição e uso de sonoras para maior dinamismo; temporalidade de lançamento dos episódios; sugestões para criação de um canal para recebimento de feedbacks dos ouvintes; e interlocução com os Pontões para ações colaborativas futuras, no intuito de valorizar os saberes populares dos ponteiros e ponteiros.

Depois das sugestões recebidas pelo grupo – consideradas na medida do possível, para poder viabilizar

2. Tecnóloga em Produção Cênica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

3. Durante o encontro, também foram realizadas pelas pesquisadoras de IC, entrevistas com ponteiros, ponteiros e pesquisadores da PNCV, de modo que as sonoras captadas pudessem ser incorporadas nos episódios.

4. O debate da Cultura Digital é de grande importância para a Cultura Viva, a rede de pontos promove a utilização de softwares não proprietários como um prerrogativa política de suas ações.

em tempo hábil a realização da primeira temporada da série – foi dada a largada para a fase de planejamento de produção do podcast, começando pela elaboração dos demais roteiros. Nesta fase estabeleceu-se da seguinte forma a metodologia de trabalho do grupo: os episódios foram divididos entre as pesquisadoras responsáveis pela frente de roteiros, que ficaram com a função de elaborar individualmente cada uma um episódio. Posteriormente, a ideia era revisar colaborativamente os episódios dos colegas, tudo sempre supervisionado pelos orientadores do projeto.

Já as gravações permaneceram realizadas de maneira remota – visto que uma locutora – Luma – se encontra em Niterói (RJ) e a outra – Larissa – em Curitiba (PR). A edição foi centralizada na Bruna, que por ter maior afinidade com ferramentas específicas para edição de áudio, se disponibilizou para essa tarefa. Ela inclusive foi a criadora da vinheta composta por trilha original. Todos os 10 episódios já estão disponíveis e podem ser acessados nas plataformas do Consórcio, no Peertube e no Spotify.

A partir desta breve descrição do processo a partir de um ponto de vista técnico/prático, fica evidente que o percurso foi de muitos desafios. A seguir, fazemos um relato-reflexão do ponto de vista formativo e pedagógico, intrínseco ao desenvolvimento do podcast “Cultura é Viva!”.

3. Relatos–Reflexão: dinâmica pedagógica do processo de criação do podcast “Cultura é Viva!”

3.1. Educação popular e ação Agente Cultura Viva: aproximações teórico-práticas.

Nessa frente de pesquisa que se dedicou à produção do podcast, passamos a refletir sobre a sua totalidade, que ao se tratar de uma série de episódios, precisaria necessariamente ser pensado em sua completude. Isso implicou também na reflexão acerca dos objetivos em desenvolver esse produto comunicacional. O primeiro objetivo imediato é ser um produto formativo, de caráter dinâmico e pedagógico, que possui como público alvo prioritário jovens selecionados via edital de chamamento público para a retomada da ação “Agente Cultura Viva”.

Esta ação surgiu no início do Programa Cultura Viva, no intuito de corroborar para a inserção de jovens no mundo do trabalho da economia criativa. A ideia era que os Pontos e Pontões de Cultura selecionassem jovens das comunidades para se tornarem bolsistas e atuarem em conjunto com os ponteiros e ponteiros, desenvolvendo e implementando ações culturais em seus territórios. Entretanto, – como mencionamos no episódio três do Cultura é Viva!” – aquilo que era para ser uma ação de inserção no mundo de trabalho demonstrou ir muito além disso, revelando um caráter pedagógico dialético: os jovens transformaram os Pontos e os Pontos transformaram os jovens, resultando em ações culturais engrandecedoras para toda a comunidade envolvida e para a própria PNCV, tornando-se uma de suas ações estruturantes.

No texto “Ação Agente Cultura Viva: contribuições para uma política cultural de juventude”, Luana Vi-

lutis (2011) parte das premissas teóricas da Cultura Viva enquanto política de fomento à cidadania cultural de base comunitária, para realizar uma análise da experiência da ação Agente Cultura Viva. A autora transita entre diferentes abordagens, tanto teóricas sobre os elementos pedagógicos desta ação, como também aspectos relacionados aos desafios para a sua plena realização enquanto política pública, dando especial enfoque ao seu caráter formativo enquanto uma política cultural de juventude:

O reconhecimento do espaço cultural e político que hoje ocupam os jovens é parte integrante do desenvolvimento de uma nova cultura política. Na perspectiva de reformulação do papel do Estado, apontamos para a necessidade de geração de uma autonomia sustentada por meio das ações públicas propostas, de modo que não seja transferida a responsabilidade de sustentabilidade dos projetos, dos programas ou das iniciativas, mas que sejam criadas as condições para sua fruição de forma processual e continuada (Vilutis, 2011, p.134).

Tais apontamentos, contribuem para a reflexão acerca do caráter da ação Agente Cultura Viva, bem como suas características específicas em relação à educação e sociabilidade das juventudes. Além de pensar a ação Agente Cultura Viva em termos da “inserção do jovem no mundo do trabalho da economia criativa” e das ações efetivamente realizadas pelos Agentes junto aos pontos de cultura, elementos como pertencimento, identidade e territorialidade também atravessam a discussão, revelando imbricamentos indissociáveis entre cultura, educação e política:

O fato dessas ações não estarem inseridas no marco escolar faz que sua prática se vincule mais ao contexto em que está inserida e reúna um conjunto muito diversificado de atividades. Outras características dessa perspectiva educativa referem-se à articulação da formação cidadã com formação teórica, vivência prática e desenvolvimento de ações que estimulem a conexão dos saberes sensíveis e reflexivos (Vilutis, 2011, p. 121).

As conexões entre cultura educação e política, encontram-se em evidência também nas perspectivas da pedagogia libertadora, proposta na práxis do grande educador brasileiro, Paulo Freire. Segundo esta perspectiva, a conquista do saber só é possível através do livre exercício das consciências acerca das circunstâncias concretas e práticas que lhes atravessam (Weffort, 1967).

No ensaio “Educação e Política” Francisco Weffort (1967) reflete sobre como o processo pedagógico que propõe a conscientização passa necessariamente pela reflexão acerca da realidade na qual os sujeitos estão inseridos, o que por sua vez, leva inevitavelmente à crítica social e muitas vezes à organização e à luta por condições sociais mais justas.

O autor defende que Paulo Freire não se torna educador em razão de suas perspectivas políticas, mas

ao contrário, as reivindica na medida em que assume o papel de educador popular, em razão da indissociabilidade entre esta prática educacional e a crítica social e política. A perspectiva Freiriana da Pedagogia como Prática da Liberdade, compreende portanto a educação não como um dado abstrato, mas como uma necessidade concreta, intrínseca ao exercício da liberdade:

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição (Weffort, 1967, p.4).

Não obstante, é notável que tal entendimento se encontra também no cerne da ação Agentes Cultura Viva:

Na ação cultural para a libertação, os sujeitos assumem papel de criadores, pois o processo de conscientização e desmitificação da realidade mobiliza a criação de novas expressões de mundo e a produção de sentido dessa realidade, provocando assim o desenvolvimento da linguagem e a ampliação da capacidade criadora dos sujeitos. A conscientização é, portanto, um meio para a criação e a transformação, expandindo a relação entre ação cultural e renovação cultural. (Vilutis, 2011, p. 114)

Os chamados “círculos de cultura” da educação libertadora, seriam então estes lugares de encontro dos educandos com saberes sensíveis e reflexivos sobre suas realidades concretas, construídos de maneira coletiva, a partir de uma lógica participativa e não hierárquica. Diferente dos espaços de escolarização formal, baseados em uma perspectiva de docilização dos corpos e subjetividades (Foucault, 1987),

Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem. O coordenador, quase sempre um jovem, sabe que não exerce as funções de “professor” e que o diálogo é condição essencial de sua tarefa, “a de coordenar, jamais influir ou impor” (Weffort, 1967, p.4).

A Cultura Viva enquanto política e conceito é por essência uma perspectiva popular acerca da noção de cultura. O ensaio de Weffort sobre educação e política dialoga fortemente com as perspectivas educacionais e pedagógicas da Cultura Viva, na medida em que trata justamente da educação sob uma

perspectiva popular, libertadora, em oposição à escolarização formal, autoritária em suas próprias concepções, historicamente estruturadas. Em oposição, o educador participante é entendido não como professor, portador de autoridade inerente à sua função, mas como “coordenador”, responsável pela mediação do processo pedagógico no qual o diálogo constitui-se como condição essencial para aprendizagem coletiva.

Entendendo os e as jovens agentes, ouvintes do podcast, no papel de educandos, e partindo da concepção de educação popular, é importante reconhecer que este processo implica numa dinâmica de ensino-aprendizagem contínua e interativa. Nessa visão, a relação entre o sujeito educador e o sujeito educando não é apenas transmissiva, mas caracteriza-se por uma troca constante de saberes e experiências, essencial para a construção coletiva do conhecimento.

Dessa forma, ao pensar em um produto formativo emancipador, surge um desafio significativo: como criar uma proposta que seja, ao mesmo tempo, alinhada às premissas da política que a orienta e capaz de respeitar as especificidades do processo de ensino-aprendizagem. A interação rica entre educador e educando, que é a base da educação popular, não pode ser comprometida pelo formato ou objetivo do produto educacional.

Portanto, foi necessário um cuidado especial para que o produto formativo, mesmo assumindo um formato assíncrono – podcast –, preservasse sua essência como um espaço de troca e crescimento mútuo. A superação de qualquer barreira que limite essa interação é crucial para garantir a eficácia de um processo verdadeiramente emancipador e transformador.

Não obstante, os círculos de cultura envolvem a aplicação de todos os conceitos que também são parte da PNCV: diálogo, participação, respeito, trabalho coletivo, etc. É um espaço que privilegia as relações interpessoais, culturais e interculturais, para debater temas e problemas de forma democrática. Logo, nosso trabalho com o podcast tem como objetivo ser um ponto de partida, subsidiando as discussões temáticas realizadas pelos Pontões na formação dos Agentes Cultura Viva, uma vez que a ideia é que todos escutem coletivamente com outros agentes e também com os ponteiros e ponteiros.

O podcast, portanto, não se propõe a ter um fim em si mesmo, se não ele seria apenas informativo. Nós sempre afirmamos que ele tem o caráter formativo, e essa característica só se dá a partir do momento que todo o conteúdo entra em discussão e debate. É nesse momento que temos a conexão direta entre a pedagogia libertadora e a Cultura Viva.

Diante destas condicionantes tornou-se imperativo olhar para as potencialidades e possibilidades. Ao refletir sobre os aspectos pedagógicos e de pesquisa que atravessaram a criação do podcast, percebe-se que sua própria equipe de produção (pesquisadores de Iniciação Científica) constitui-se – ainda que à sua maneira – como um “círculo de cultura”, onde a nossa aprendizagem enquanto educandos

se dá de maneira construtivista, crítica e colaborativa. É importante se colocar no lugar de ouvinte e se questionar: dispostas de que maneira essas informações todas fariam mais sentido se eu as tivesse ouvindo pela primeira vez? O que me cativaria ou interessaria mais sobre elas?

Como alunas-pesquisadoras-educadoras-participantes foi imperativo transitar por estes papéis imaginados e praticados, procurando compreender cada vez mais sobre a PNCV, investigando-a em profundidade nas suas múltiplas dimensões temporais, conceituais, teóricas e práticas, ao mesmo tempo pensar em como reorganizar as formas para multiplicar os conteúdos, os saberes apreendidos. Trata-se portanto de um movimento dialético também, de descobrimento, associação, reflexão e elaboração a seu respeito.

3.2. Relato-reflexão: Larissa

Ainda que a criação de todos os roteiros do podcast tenha sido coletiva e colaborativa, em um primeiro momento cada pesquisador se responsabilizou pelo esboço inicial dos episódios. O esboço base de roteiro para os episódios três e cinco e cinco ficaram sob minha responsabilidade, cada um deles foi especialmente desafiador, por motivos diferentes. O episódio três era sobre a ação Agentes Cultura Viva, um episódio estratégico da série. E o episódio cinco, sobre as redes locais e temáticas, com especial foco para a Cultura Digital, um episódio complexo.

O tema sendo descrito justamente para o público de jovens agentes, implicou necessariamente no desafio e na responsabilidade de sintetizar para os e as ouvintes do que se trata esta ação na qual estão se inserindo, de modo que o conteúdo fosse elucidativo no que diz respeito a esta ação na prática porém sem perder a sensibilidade acerca daquilo que há de profundo e potente sobre a ação cultural destes agentes em seus respectivos territórios.

Não obstante, diante de um cenário cada vez mais vasto de comunicação instantânea através das bolhas e algoritmos das chamadas Big Techs, percebe-se nas novas gerações uma propensão ao consumo de conteúdos chamativos de maneira cada vez mais rápida, dinâmica e “personalizada”. O formato de podcast tem sido cada vez mais difundido entre os jovens. Ainda assim, não bastaria fazer uso desse tipo de formato para uma ação de divulgação científica sem pensar na adaptação da linguagem e na sistematização dos conteúdos, preocupação evidente também nos próprios grupos focais realizados com a Rede.

Assim, somaram-se aos enclaves deste percurso de elaboração da série, o desafio de transpor a linguagem formal acadêmica para uma linguagem coloquial, que fosse ao mesmo tempo acessível e atrativa para uma diversidade de jovens ouvintes. Há ainda este elemento que complexificou ainda mais este cenário: as juventudes não são um dado uníssono e homogêneo, pelo contrário, são múltiplas tal qual a

cultura! Conforme salientado por Vilutis:

Reconhecemos que não existe apenas uma juventude e, ao analisá-la mais profundamente, encontramos muitas especificidades em sua composição, como a divisão de classe, etnia, gênero, juventude rural ou urbana, entre outras. A opção que fizemos por trabalhar os jovens tem como motivação abordar a especificidade e a singularidade destes, sem negar sua complexidade, como fenômeno multidimensional, e a existência dos diversos fatores que definem a identidade juvenil (Vilutis, 2011, p. 114).

Como então se dirigir de uma única forma a uma juventude que é diversa? Em resposta a esta constatação pode-se dizer que a premissa norteadora do trabalho foi justamente ter como foco principal o que há de comum a esses jovens: a ação agente cultura viva e consequentemente a Política Nacional de Cultura Viva. Isso significa mergulhar na essência da PNCV, tendo como práxis o reconhecimento desta diversidade, enaltecendo-a através de uma posição de alteridade.

Trata-se portanto de um esforço não só de seleção e concepção dos conteúdos para um público diverso e de transposição linguística mas fundamentalmente de humildade e empatia, no intuito de criar um produto formativo que fosse concomitantemente dinâmico e profundo, evitando cair em armadilhas narrativas que o tornasse esvaziado de seu propósito didático, cultural e político.

Em última instância, a finalidade deste podcast é justamente acessar os e as jovens Agentes, informando-os sem subestimá-los, a fim de disputar sua cada vez mais demandada atenção para um projeto de sociedade que seja emancipador e diverso, conforme as premissas da Política Nacional de Cultura Viva.

3.2. Relato-reflexão: Luma

Todo esse processo de trabalhar no Podcast foi muito novo para mim. Apesar de ter feito uma outra graduação anteriormente, nunca tinha passado por uma experiência de Iniciação Científica. Sempre tive muito contato com leituras e fichamentos, mas, no caso da proposta desse Podcast, foi necessário entender uma nova forma de escrita. E quando digo uma nova forma, eu estou falando tanto do processo de entender como estruturar um roteiro que será lido e falado, quanto da necessidade de adequar a linguagem para um público específico e de transformar algo que vem de um estudo acadêmico em um produto formal, mas ao mesmo tempo conseguir manter um ar coloquial e cotidiano.

Sempre tive contato com textos teatrais, minha área de formação principal, e acredito que isso tenha criado uma facilidade maior de escrever de forma que “coubesse na boca”, como falamos no teatro. A

questão mais difícil foi pensar no recorte de idade de 16 aos 24 anos, pois dando aula e estando em contato com essa geração, é possível perceber como as gírias e os interesses são diferentes. O próprio formato do Podcast já é algo que eu, pessoalmente, não tenho costume de consumir, mas que sei o quanto é difundido atualmente na internet, especialmente por essa nova geração. Fiquei responsável pela escrita geral dos episódios dois e nove, mas participei ativamente da revisão de todos os episódios para essa adequação linguística.

Outra questão foi a manipulação de programas de áudio que eu nunca havia tido contato. No primeiro episódio teste, usamos o celular. Já no episódio piloto, que veio a se tornar o primeiro episódio oficial, pedi para um amigo me ajudar e permitir que gravasse no estúdio dele. Do segundo episódio oficial em diante, precisei criar outras formas de manter a qualidade inicial. Eu já tinha um bom microfone em casa, mas adquiri uma interface de áudio para poder conectá-lo no computador. Depois, Larissa pediu para que o companheiro dela ensinasse a gente a configurar as gravações. E assim fomos, colaborativamente, montando as peças desse Podcast. A forma como construímos essa estrutura do Podcast dialoga direto com a própria política da Cultura Viva. Uma rede desencadeando as ações necessárias para que, no final, pudéssemos atingir nosso objetivo.

Outro destaque que gostaria de fazer, é sobre as entrevistas. Foi muito rico trocar mensagens com os entrevistados, ouvir as experiências. Tivemos alguns desafios em relação a isso, com algumas pessoas que acabaram não podendo participar, o que nos levou a ter que modificar algumas sonoras. Porém, também tiveram várias pessoas abertas a conversar e trocar experiências e que pretendo manter o contato e acompanhar em todas as oportunidades que surgirem dos trabalhos dentro dos Pontos e Pontões.

Gostaria de citar a fala de Célio Turino quando ele diz o seguinte sobre a Cultura Viva:

Os Pontos de Cultura e o programa Cultura Viva, a síntese da ousadia e dos novos paradigmas. A cultura que o povo faz, o desenvolvimento em rede, a autonomia, o protagonismo e o empoderamento das comunidades. As trocas simbólicas, a quebra da hierarquia na cultura e a construção das novas legitimidades. O povo pelo povo, na voz e na expressão do povo, as interações estéticas; os griôs e a cultura tradicional transmitida pela oralidade; os Pontinhos e a cultura infantil e lúdica; a Cultura e Saúde; os Agentes Jovens da Cultura Viva; a Cultura Digital, o software livre, o trabalho em rede, colaborativo, a generosidade intelectual; a economia viva e a economia solidária e criativa, as economias da vida, da dádiva e da colaboração; a mídia livre; as Asas e as Teias. O entrelaçamento de sujeitos, a criação, a poesia e a cultura do encontro. (Turino, 2017).

Toda a criação e elaboração deste Podcast foi também uma síntese da ousadia e dos novos paradig-

mas. Nenhum dos pesquisadores envolvidos imaginava chegar no resultado que alcançamos quando começamos. E foi a mistura e a troca de experiências e saberes que nos proporcionou acreditar que nós somos capazes de criar e produzir pesquisa em formatos diversos e para públicos diversos. Dentro desse processo também tivemos nosso contato com os conceitos que permeiam a Cultura Viva na prática. Criamos nossa própria “rede” – claro que em um sentido diferente – com o intuito de chegar no mesmo fim.

Enfim, todo esse processo me aproximou muito mais das leituras e sinto que esse movimento de transportar essas diferentes linguagens acabou me instigando e me fazendo aprender muito mais sobre nosso recorte temático. Condensar o conteúdo em diálogos e depois fazer a gravação, fez com que eu mesma entendesse melhor as discussões, pontos positivos e desafios da Política Nacional de Cultura Viva e todos os seus desdobramentos. Foi uma experiência muito rica, e espero que o resultado seja satisfatório e atinja seu objetivo na proposta da formação dos Agentes Cultura Viva.

4.0. Considerações finais

O presente texto, surge a partir das ações de pesquisa e formação realizadas coletivamente no âmbito do Consórcio Universitário Cultura Viva⁵. Por esse motivo, trata-se de um relato sobre uma pesquisa-ação, na qual investigações científicas sobre Política Nacional de Cultura Viva serviram como base para a elaboração de diversos materiais de divulgação científica, dentre eles o podcast “Cultura é Viva! – um podcast de valorização da diversidade cultural brasileira e da Política Nacional de Cultura Viva”.

Tal produto formativo tem como objetivo principal contextualizar e conscientizar os e as jovens selecionadas no edital do MinC de 2023 para participar da ação “Agente Cultura Viva”, sobre o contexto histórico da PNCV e seus principais conceitos. Mergulhando no contexto da PNCV e da ação Agente Cultura Viva e tendo por base premissas teóricas da educação popular, foi realizado um relato de experiência sobre este percurso formativo de concepção, pesquisa e elaboração do podcast. Na medida em que as pesquisadoras de iniciação científica transitaram entre os papéis de educandas e educadoras, foi possível perceber um caráter dialético intrínseco a este processo de ensino-aprendizagem.

É importante ressaltarmos que a Política Nacional de Cultura Viva representa uma perspectiva relativamente recente e absolutamente potente e na forma de o Estado olhar e tratar a cultura, uma forma que em sua essência pauta-se na valorização da diversidade cultural e na democratização do acesso à

Nesse contexto, gostaríamos de agradecer e citar todos os envolvidos especificamente no desenvolvimento dessa frente do Podcast: os orientadores Luiz Augusto Rodrigues e Deborah Rebello Lima e os pesquisadores Clarissa Semensato, Bruna Kochhan, Gustavo Torquato, Luis Fernando da Rocha, Ellen Sader, Júlia Rios, Ana Carolina Assumpção, Ana carolina Casaril, Paula Roberta Correia e Artur Barbosa. Um agradecimento especial também a todos os integrantes da Rede de Cultura Viva, especialmente aos que nos ajudaram a construir este podcast, concedendo entrevistas e sonoras e cuja a diversidade de vozes enriqueceu em muito o conteúdo dos episódios.

recursos que fortalecem as ações culturais nos territórios. Perspectivas que longe de garantidas, seguem em permanente disputa.

Por essas e outras razões, que neste momento de “retomada” da PNCV e suas ações estruturantes, é imprescindível que os e as jovens Agentes, entendam o contexto desta política cultural da qual passam a fazer parte, tomando consciência sobre a sua história e se apropriando dela no momento presente; perpetuando os valores da PNCV enquanto uma política de base comunitária que presa pela autonomia e empoderamento dos sujeitos; e colaborando para a construção de práticas culturais participativas, populares e de celebração da alteridade, no agora e no futuro.

Por fim, pode-se afirmar que pesquisar a Política Nacional de Cultura Viva é imprescindível para sua plena realização enquanto política pública de cultura, além de gerar dados e informações exemplares sobre processos de gestão participativa em políticas públicas como um todo. Não obstante, reitera-se que a PNCV, a ação Agente Cultura Viva e suas demais ações estruturantes, são peças fundamentais para que possamos caminhar para o horizonte de um Estado efetivamente democrático e participativo e consequentemente de uma sociedade que de fato celebra e valoriza sua própria diversidade cultural.

Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, p. 325 – 357.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opin Publica, 2008, p. 43–64.

ANZALDUÁ, Gloria. COMO DOMAR UMA LÍNGUA SELVAGEM. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, no 39, p. 297-309, 2009.

BARROS, José Márcio. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In.: Barros, José. Diversidade Cultural : da proteção à promoção / José Márcio Barros, organizador. (p. 15-22)

BARROS, José Márcio; DUPIN, Giselle; OLIVEIRA JÚNIOR, José. MONDIACULT: referências, políticas e atualidades para a promoção da diversidade. Bahia, EDUFBA, 2022, p. 92-117.

BRASIL. Plano Nacional de Cultura, 2010. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/> Acesso em: 21 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Balanço de Metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2024.

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah. DO DO-IN ANTROPOLÓGICO À POLÍTICA DE BASE COMUNITÁRIA - 10 ANOS DO PROGRAMA CULTURA VIVA: UMA TRAJETÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SO-

CIEDADE. Políticas Culturais em Revista, 2(7), p. 6-25, 2014.

CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. Cidadania, paridade de participação e o modelo de análise tridimensional de Nancy Fraser. Revista Sem Aspas , Araraquara, v. 1, n. 1, p. 103–116, 2012. DOI: 10.29373/sas.v1i1.6976. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/6976> .

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, 2004, 139-164.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

LIMA, Deborah Rebello; CALABRE, Lia. Cultura e Participação Social: o caso do conselho nacional de políticas culturais. In: XVII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2021, Salvador Anais do XVII ENECULT. SALVADOR: CULT, 2021. v1, p. 4 - 14.

OLIVEIRA, Gleice. INSTITUCIONALIDADE CULTURAL: o Programa Cultura Viva da criação até a lei nº13018/2014. Universidade Federal da Bahia, 2018.

RODRIGUES, L. A. F. ; LIMA, D. R.; SEMENSATO, C. A. G.; et al. Boletim Vivo nº 01 - Aplicação de recursos da Política Nacional Aldir Blanc na Política Nacional de Cultura Viva. 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1boiX_LPNnTkMDBZInFIIdaM6NEsl2V3Y/view

O Programa Cultura Viva e os desafios da territorialização da política

LIA CALABRE

O Programa Cultura Viva e os desafios da territorialização da política

Lia Calabre

Desde o início dos anos 2000, o Ministério da Cultura vem trabalhando no intuito de construir o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que em síntese, é a estrutura de articulação federativa na implementação de políticas públicas de cultura. O Sistema permite a ampliação do grau de institucionalidade, de capilaridade e de efetividade das políticas públicas de cultura. Estamos tratando de ações que devem ser compartilhadas entre os diversos níveis de governo com as respectivas distribuições de responsabilidades e aplicações de recursos. Partindo de uma abordagem sob um olhar retrospectivo, o Programa Cultura Viva foi sendo construído em uma linha paralela a do Sistema Nacional de Cultura, mas sempre em diálogo e sintonia com os princípios do mesmo. O encontro entre o Programa e o Sistema (em construção) somente se deu no final do segundo mandato do Presidente Lula, na gestão do Ministro Juca Ferreira. Em consonância com outros programas do governo federal, foi criado o Programa Mais Cultura, que foi considerado um exercício de descentralização de recursos preparatório para a futura instalação do Sistema Nacional de Cultura. O Programa Cultura Viva já havia iniciado a fase da federalização com o repasse de recursos, através de convênio, para os estados e alguns municípios que passavam a operar o Programa diretamente no território.

A ideia do presente artigo é refletir sobre o lugar e contribuição dos Pontos de Cultura na futura estruturação do Sistema, com base na trajetória de vinte anos do Programa Cultura Viva, na realização da IV Conferência Nacional de Cultura, na elaboração do II Plano Nacional de Cultura e na aprovação da regulamentação do SNC.

1.0. O Cultura Viva, o território e o tempo

O Programa Cultura Viva possui várias características peculiares. Entre elas, vamos começar destacando, a de nascer centralizado no governo federal, em um país que tem um sistema federativo, no qual o nível territorial tem uma grande autonomia. O Cultura Viva foi inicialmente desenhado para ser um programa de aplicação de recursos federais com gestão centralizada no MinC visando à potencialização de ações ocorridas especificamente nos territórios.

Tal desenho se justificava, em parte, por ter sido aplicado em um país que possui tanto territórios múltiplos quanto múltiplos territórios, considerando a dinâmica da diversidade cultural do país. Isso significa que, devemos estar atentos ao fato de que, até mesmo em pequenos limites territoriais, formalmente estabelecidos, convivem múltiplos territórios culturais, muitas vezes não reconhecidos como tais pela administração local. Da mesma forma que os estados, os municípios, as cidades, são formados por múltiplos territórios com seus modos de fazer e de estar no mundo e que extrapolam os limites formais a que foram submetidos – estamos nos referindo tanto aos mais comumente citados, tais como os territórios indígenas e quilombolas, um pouco mais reconhecidos como específicos, quanto aos territórios rurais, ou ainda aos territórios ciganos, aos ribeirinhos. Existem assim os diferentes territórios que con-

vivem em uma mesma área urbana, muitas vezes separados somente por uma rua, ou por um muro¹. A presença dessa multiplicidade, dessa diversidade cultural foi, na maioria dos casos, ignorada por muito tempo pelos governos locais.

Tendo em vista as dimensões do Brasil, suas diversidades socioambientais e culturais, desenhar uma política na esfera nacional para ganhar efetividade nos territórios é um desafio de proporções consideráveis. No Brasil há, em torno da construção de políticas culturais, uma espécie de consenso de parte dos estudiosos de que estas devem ser construídas a partir do diálogo constante e intenso entre diversos atores sociais. É um tipo de política pública que, em sua essência, deve ser constituída de baixo para cima, ou horizontalmente, respeitando tanto as autonomias dos entes (municípios e estados), quanto os desejos da sociedade civil, necessita responder às dinâmicas culturais locais. Partindo desse princípio, se for elaborada no nível federal, tende a não conseguir estabelecer esse diálogo a fim de contemplar as diversidades, as multiplicidades e as especificidades territoriais.

Foi com a disposição, o empenho e a ousadia utópica do Ministro Gil, do Secretário Célio Turino² e de toda a equipe do MinC da primeira década do século XXI, de vislumbrar a possibilidade da criação de ações, programas e políticas que trilhassem o caminho do bem comum, do reconhecimento da cidadania cultural, da diminuição da desigualdade de acesso, que o piloto do Programa Cultura Viva foi implementado.

Vamos, aqui, nos permitir uma digressão temporal para o início dos anos 2000, na busca de reforçar a ideia da necessidade de, contemporaneamente, recolocarmos em cena o pensamento utópico. Isso significa em essência o exercício de pensar a estruturação de uma organização política e social em contraposição a realidade atual do país, na qual os níveis de desigualdade foram infinitamente ampliados. Implica ainda em acreditar que é possível “fazer diferente”. O Programa Cultura Viva foi gestado e ganhou vida com a chegada de Célio Turino no Ministério da Cultura. É necessário sonhar e acreditar na possibilidade da construção de uma outra realidade, esse é o caminho da mudança. O mundo está ficando muito sem sentido, sem utopias e sem ousadias criativas. Na virada do século XXI, no Brasil, a chegada do Presidente Lula no poder, somada a uma conjuntura democrática que se foi construindo na América Latina, fez crescer uma espécie de aposta que seguíamos na direção da construção de uma nova realidade e o Programa Cultura Viva, no campo da cultura, representa bem esse sentimento. É essa conjuntura que vai, de alguma maneira, explicar o rápido enraizamento do Cultura Viva pela América Latina adentro. Mas, o desejo utópico que moveu a mudança foi sendo enfraquecido. Na segunda década do presente século, caminhamos na direção das distopias, importantes em alguns mo-

1. Aqui queremos nos referir também às graves desigualdades sociais, econômicas e culturais que são a marca das nossas metrópoles cindidas tanto por barreiras visíveis quanto por outras teoricamente invisíveis

2. Historiador, escritor, gestor, foi Secretário de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura de 2004 a 2010. Idealizador e gestor responsável pela implementação do Programa Cultura Viva.

mentos, mas que não alimentam a esperança da construção futura de mundos possíveis.

Retornando à questão anterior, por que me referi a esse período de 2004 até mais ou menos 2007/2008 como o de aplicação de um piloto do Programa Cultura Viva? Primeiro porque já no fim do mandato do Ministro Gilberto Gil e da gestão do Ministro Juca Ferreira, o programa começou a ser federalizado. O Ministério da Cultura não tinha, e não tem, condições técnicas para manter o crescimento do número de pontos de cultura, de realizar a gestão e o acompanhamento do mesmo de forma que atendesse a demanda da sociedade. Em segundo lugar, frente às próprias dificuldades e conflitos entre os integrantes do Programa e o Ministério da Cultura, os ponteiros³ iniciam uma intensa mobilização e negociação com o poder legislativo para a aprovação da Lei Cultura Viva. Havia uma grande preocupação com a demora no lançamento de novos editais e a diminuição da dinâmica das atividades do Programa. Além do fato de que muitos pontos permaneciam com problemas na prestação de contas e com os recursos bloqueados.

Em 22 de julho de 2014, foi publicada a Lei nº 13.018, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Em seu artigo 1º, a lei previa que a PNCV seria aplicada: “tendo por base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais”. A articulação federativa entre os diversos níveis de governo e a sociedade civil é reforçada ao longo de todo o texto da Lei Cultura Viva.

A Lei traz algumas inovações. Até a aprovação da PNCV, para ser reconhecido oficialmente como um ponto de cultura, uma entidade teria que ter sido conveniada pelo programa. Ainda que, por princípio, para participar do edital, para ser conveniada e passar a ter tal denominação, a entidade já deveria realizar atividades culturais previamente. Era essa experiência preexistente que permitia que a instituição passasse a ser denominada como ponto de cultura a partir do convênio com o poder público. Esse reconhecimento, agora, poderia se dar sem necessariamente o repasse oficial de recursos e o convênio por parte dos governos.

No texto da PNCV, em seu artigo 4º, são apresentados os instrumentos da lei: os Pontos de Cultura, os Pontões de Cultura e o Cadastro Nacional dos Pontos e Pontões de Cultura. Está ainda definido que os pontos de cultura são: “entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades.” Ou seja, o ponto preexiste ao convênio. Quanto ao Cadastro Nacional é integrado “pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura”,

3. Expressão utilizada pelos próprios gestores dos pontos de cultura para se referirem ao coletivo dos participantes do Programa.

esses pontos, que existem independente dos aportes de recursos do governo, podem se candidatar e integrar o Cadastro Nacional do Pontos de Cultura e assim, mais, facilmente, concorrer a diversos tipos de financiamento. A lei contém mais uma série de detalhamentos e inovações que não serão aqui explorados.

O que nos importa destacar no presente artigo é o reconhecimento efetivo da existência de uma série de entidades, coletivos, grupos da sociedade civil, que realizam ações no campo da cultura e que devem ser considerados como pontos de cultura. Na base da construção da Lei Cultura Viva está expresso o projeto de que um conjunto das iniciativas culturais que estão presentes nesse Brasil afora e adentro, possam integrar o Programa Cultura Viva, fazendo dele uma ação capilarizada, tão presente em todo o país como, por exemplo, as estruturas da educação básica.

O princípio basilar da construção da Lei reflete a realidade: os pontos de cultura estão em todos os lugares do país! Em todas as localidades a cultura pulsa dinâmica, a comunidade se reúne, as festas são realizadas, existem brincadeiras, ocorrem fazeres culturais das mais diversas naturezas.

Deriva desse mesmo período da construção da PNCV as discussões sobre a existência de uma cultura da base comunitária, um conceito que no Brasil estamos ainda aprendendo a trabalhar com ele. Com o processo de territorialização e de ampliação conceitual e numérica dos pontos de cultura podemos afirmar que o Cultura Viva tem materialidade, tem potencial suficiente para ser um programa de base dentro da lógica do Sistema Nacional de Cultura.

2.0. Pontos de Cultura e Sistema Nacional de Cultura: confluências

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) tem em seus componentes centrais as conferências de cultura, os planos de cultura e os fundos de cultura. Os estudos e esforços de construção do Sistema foram iniciados em 2003. O processo de aprovação e de efetiva implementação do SNC terminou sendo antecedido pelas Conferências Nacionais de Cultura (2005/2006; 2010), pelo Plano Nacional de Cultura (2010) e pela implantação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (2007) – ferramentas e instrumentos que compõem o Sistema. O SNC somente foi criado em 2012, através da Emenda Constitucional nº 71/2012, mas regulamentado somente em 2024.

Na lógica dos sistemas existentes no Brasil, o governo federal realiza transferências de recursos para os outros níveis de governo, preferencialmente através dos fundos (nesse caso de cultura) para serem investidos em ações específicas, pactuadas entre os entes. Também ocorre a distribuição de competências e responsabilidades entre os níveis de governo. Assim como, também há uma definição de equipamentos/atendimento mínimo que deverá estar em funcionamento nos municípios e estados para

efetivação das políticas e atendimento da população, com complementação de recursos orçamentários por parte do Governo Federal quando necessário. Estas questões ainda estão por ser definidas no caso do Sistema Nacional de Cultura. Essa lacuna entre a lei de criação do SNC e sua regulamentação deveu-se, em grande parte, aos processos de desmonte e descontinuidades vivenciados pelo campo da cultura. Porém, o exercício da federalização dos recursos federais para os entes federados, vinha ocorrendo antes mesmo da regulamentação do Sistema, em algumas ações pontuais.

Em 2020, o mundo foi assolado pela pandemia do Covid. No Brasil o setor das atividades culturais esteve entre os primeiros a ser totalmente paralisado. Isso ocorreu em uma conjuntura que já não era favorável ao setor, desde 2019 os fazedores de cultura vinham sendo atingidos duramente com cortes orçamentários e perseguições por parte do governo federal. Para enfrentar a pandemia, os trabalhadores da cultura, contando com o apoio do poder legislativo federal, mobilizaram-se de forma intensa pela aprovação da lei emergencial da cultura. O movimento contou com uma participação expressiva dos pontos de cultura.

A partir da luta e da aprovação da primeira lei emergencial, a Lei Aldir Blanc, em 2020, se seguiu a construção de mais duas leis: a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Esta última foi aprovada em 2022, com vigência de cinco anos. É importante ressaltar que a mobilização intensa e em rede dos trabalhadores da cultura, do poder legislativo federal, dos poderes legislativo e executivo estadual e municipal, foi fundamental para a aprovação das leis em uma conjuntura completamente adversa para a área da cultura. O então Presidente da república Jair Bolsonaro tentou vetar a lei, barrar os auxílios, mantendo os ataques ao campo da cultura até o final de 2022 quando terminou seu governo.

A PNAB foi regulamentada por portaria ministerial específica. No que diz respeito ao Cultura Viva, está estabelecido que Estados e Distrito Federal devem aplicar 10% do total recebido através da Política Nacional Aldir Blanc na PNCV. No caso dos municípios, aqueles que receberem valores acima de 360 mil reais devem investir, no mínimo, 25% na PNCV, para os que recebem valores inferiores a esse, não há percentuais vinculantes, mas há a recomendação de investimento. (Portaria MINC nº 80, de 27/10/2023). A Política Nacional de Cultura Viva é a única política de aplicação direta de recursos do Ministério que está estruturada com legislação própria, regulamentação aprovada e possui caráter federativo, o que a coloca em uma posição de destaque em referência ao Sistema Nacional de Cultura⁴.

A lacuna temporal entre a aprovação do Sistema (2012) e sua regulamentação (2024), acompanhada de todos os processos de enfraquecimento de muitos dos seus mecanismos, fez com que muito do que estava planejado para mais de uma década atrás, não tenha ocorrido e que deva ser repensado. A prorrogação do tempo de vigência do Plano Nacional de Cultura (de 2010-2020 para 2010-2024), a brusca

4. O financiamento através das leis de incentivo (Rouanet e a do Audiovisual) tem vigência sobre todo o território nacional, mas são regidas por outra lógica que não é a das relações federativas.

diminuição do número de cadeiras do Conselho Nacional de Políticas Culturais e sua quase inoperância no governo anterior, por exemplo, fizeram com que muitos processos tivessem que ser reconstruídos. Junto a isso, a própria pandemia vivida por todos provocou a aceleração do uso intenso das TICs, fatores que também causaram forte impacto sobre o setor da cultura. As bases e modelos de produção das atividades artísticas e culturais sofreram alterações profundas. O ano de 2024 foi fundamentalmente de redesenho e reestruturação do conjunto das atividades que foram abandonadas⁵, levando em conta as novas dinâmicas culturais territoriais e tecnológicas.

Com a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura em 2024, torna-se necessário rever e estruturar os mecanismos que o compõem, assim como projetar, planejar, sua efetivação nos territórios – de preferência com doses de ousadia e espírito utópico. Os Pontos de Cultura, já conveniados ou não, mas reconhecidos, registrados no Cadastro Nacional, podem cumprir um papel estratégico no processo de implementação do SNC.

Os materiais informativos criados a partir de 2023, pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, já tratam o Programa Cultura Viva como “a cultura de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura”. Como já foi citado anteriormente, a criação da Política Nacional de Cultura Viva em 2014, somada às ações emergenciais ocorridas em um período de desmonte absoluto das políticas de cultura em nível federal, colocaram em evidência a importância das ações culturais de base territorial.

Tendo em vista a hipótese da existência efetiva de pontos de cultura em todos os municípios brasileiros, já reconhecidos (certificados) ou não, talvez possamos começar a trabalhar com a ideia de que esse seja o caminho para responder à seguinte questão: Qual deve ser o equipamento cultural mínimo existente nos municípios? Essa é uma questão importante para a estruturação do SNC. Talvez possa ser respondido que o Ponto de Cultura deva ser esse equipamento mínimo.

Todos os municípios brasileiros têm, no mínimo, uma associação, uma atividade cultural coletiva organizada pela sociedade (bandas, grupos de manifestações populares, grupos coletivos de artesanato, irmandades etc.), inclusive, em geral, há mais de um ponto, mais de uma atividade realizada por município.

A Lei Cultura Viva transformou o Programa em Política de maneira mais efetiva, buscando que o Estado, nos seus diferentes níveis de governo, tenha comprometimento com a implementação da mesma. Mas essa é uma política que tem um desenho muito diferente das políticas públicas em geral. Ela é diversa, pois não diz respeito, não está restrita a uma determinada atividade, prática cultural, ou linguagem artística. A Política Nacional de Cultura Viva é construída a partir da autonomia dos sujeitos, das

5. Tais como ações de fortalecimento da diversidade cultural, ampliação do financiamento direto em cultura, diálogo com estados e municípios, regulação da internet, entre outras.

dinâmicas culturais locais, e não através de desenhos institucionais pré-determinados, não é uma atividade feita pelo Estado⁶. Ela tem por base o conceito ampliado de cultura. Nela a problemática da transversalidade da cultura está presente de uma maneira muito intensa. Isso pode ser observado quando, por exemplo, estamos tratando sobre as práticas alimentares, as crenças, as práticas e conhecimentos da medicina popular, os processos formativos, todas esses fazeres têm sua governança originalmente subordinada a outras áreas de políticas públicas, e não à cultura. Na área da educação, por exemplo, temos uma infinidade de ações transversais com a cultura.

Ainda que o Programa Cultura Viva com suas particularidades e regulamentações possa parecer uma política específica, à parte, dentro do contexto do MinC, ele integra o Sistema Nacional de Cultura, deve estar presente e articulado no Plano Nacional de Cultura e ter previsão de recursos orçamentários dentro da lógica do Sistema.

Como elemento integrante da política de cultura, o Ponto de Cultura pode e deve ser um elemento fundamental constituinte do Sistema Nacional de Cultura, como, por exemplo, a unidade de atendimento básico é a menor unidade do SUS, ou a escola de ensino básico é a unidade do Sistema de Educação. É importante ressaltar que a própria lógica de construção das políticas culturais reserva para a sociedade civil um papel mais atuante que na maioria das outras políticas públicas. A política cultural traz em seu cerne a proposta de gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil.

A proposição de os pontos de cultura ocuparem um lugar básico no SNC, recoloca em pauta as discussões sobre a definição do que é um ponto de cultura em si mesmo. Entre os “ponteiros”, tem surgido uma grande preocupação com o estabelecimento de alguns critérios para o reconhecimento das iniciativas como ponto de cultura. Com a necessidade de estruturação e atualização do Cadastro de Pontos e Pontões de Cultura, previsto por lei, foi criada uma Comissão de Certificação que analisa as demandas de certificação da sociedade e que é formada por membros dos pontos de cultura ativos. O crescimento e a ampliação da certificação dos novos pontos geraram uma série de questionamentos dos próprios integrantes do Programa. Talvez a principal questão esteja na existência de muitas iniciativas que se autointitulam pontos de cultura em um mesmo território e na impossibilidade dos editais atenderem a todas, o que gera uma espécie de concorrência entre eles por recursos. Ocorrem reclamações, por exemplo, de setores das tradições da cultura popular ou de coletivos com existência centenária, em receber um reconhecimento de igual peso a uma manifestação mais contemporânea que muitas vezes não tem nem uma década de atividades, mas que vai concorrer e ser reconhecida em iguais condições.

Essas questões necessitam ser cuidadosamente negociadas no processo de gestão compartilhada da sociedade civil com o poder público. Não podemos esquecer que a potência e o diferencial do Pro-

6. Diferente, por exemplo, dos projetos de construção de uma biblioteca pública por município, que vêm sendo implementados desde os anos 1930.

grama Cultura Viva era exatamente a da ausência de uma definição mais modelada sobre as atividades realizadas. A própria existência do Programa há vinte anos, estimulou o surgimento de novas atividades que se auto reconhecem como pontos de cultura. Esse é um desafio a ser enfrentado e equacionado.

3.0 Reflexões finais

A área da cultura ainda está se recuperando de um processo de desconstrução e de intensa perseguição e descaracterização das políticas e das ações realizadas. Disputas simbólicas que ocorrem cotidianamente, foram transformadas pelo governo anterior em verdadeiras guerras culturais, fazendo emergir com força posições de extremo conservadorismo, muitas delas portadoras de visões que se considerava ultrapassadas na contemporaneidade. Muitas vezes a partir de informações distorcidas ou de fakes news ocorreram (e ocorrem) verdadeiras campanhas de difamação dos trabalhadores da cultura e demonização dos seus fazeres.

Não nos enganemos! Essas guerras não cessaram, continuam a ser travadas cotidianamente, os valores democráticos e de direito, que nos garantem a liberdade de manifestação e expressão, precisam ser defendidos no dia a dia.

Algumas das nossas manifestações tradicionais, especialmente as de matriz africana e as indígenas, são atacadas muito frequentemente pelos que professam religiões intolerantes e seguem as ideologias fascistas. Temos que admitir que algumas batalhas são perdidas, resultando no abandono das brincadeiras, dos festejos e até da fé originária de matrizes africanas, por alguns de nossos mestras e mestras, capturados por ideologias religiosas colonizadoras, dominadoras da alegria e da alma.

Dentro de um projeto de políticas culturais que tenha como base a garantia e a ampliação dos direitos culturais, que se estrutura sob a ideia de cidadania cultural ampliada, os pontos de cultura representam parte da efetivação de tal projeto, de territorialização da política e de seus princípios.

A manutenção e o estímulo à prática do fazer cultural libertador, inventivo e crítico contribuem efetivamente para o processo de fortalecimento democrático, assim como para a descolonização do pensamento. Os antagonistas das práticas da liberdade democrática e da valorização da diversidade são fortes, muitas vezes contam com parte da máquina pública a seu favor e detém o controle das redes de tecnologia e de cultura digital.

Nesse sentido, cada ponto de cultura cumpre um papel de base fundamental. Quanto mais saímos dos grandes centros urbanos, mais essa importância se amplia. Em algumas localidades é através do Pontos

que as crianças e os jovens têm a oportunidade de alargar suas visões de mundo, vislumbrando, quem sabe, um mundo mais justo e mais diverso. Os Pontos têm a capacidade de propiciar um olhar positivo e um sentimento valorizador para os fazeres e tradições locais, permitindo o fortalecimento da memória e da autoestima das comunidades locais.

Para cumprir seu papel de base territorial e comunitária do Sistema Nacional de Cultura, os Pontos precisam reativar e fortalecer as redes digitais – elas não podem ser atividades desenvolvidas somente em momentos de crise. É necessário produzir e difundir conteúdos diferenciados, disputar os espaços de visibilidade, “torturar os algoritmos” que buscam nos colonizar. Quanto mais falamos de territorialização, mais temos que tratar de ação em rede, quanto maiores as distâncias geográficas maiores também são as necessidades de articulação digital, de trabalhos coletivos. As unidades do Sistema têm que ter estratégias de articulação, para além dos canais oficiais dos governos, que muitas vezes podem ser bloqueados, como já ocorreu.

O conceito de Cultura Viva Comunitária pode expressar a diversidade, a autonomia e o fortalecimento dos laços entre os sujeitos em prol da coletividade. A efetividade desse sentido está posta no processo de participação democrática da comunidade nos processos decisórios sobre a elaboração e implementação das políticas culturais. Dentro desse cenário os pontos de cultura nos pequenos municípios, nas áreas rurais ganham mais destaque e, talvez, responsabilidades adicionais. Precisamos democratizar a democracia.

Há um trabalho conjunto a ser realizado. A efetivação territorial das políticas culturais precisa ser feita de maneira colaborativa, potencializando a riqueza e a dinâmica culturais locais. Não faz muito sentido planejar a construção de manutenção de equipamentos culturais em municípios de 5 mil habitantes, quando os recursos públicos produzidos neles não chegam a cobrir 10% das despesas geradas, necessitando serem suplementados pelo Fundo de Participação dos Municípios repassado pelo governo federal. A não ser que haja uma demanda da sociedade e um projeto local específico que justifique tal empreitada. Não podemos desprezar o potencial dos pontos de cultura nos seus territórios. É necessário envolver a juventude nos programas de base comunitária fortalecendo os laços dos sujeitos com o território, reconhecendo e valorizando as dinâmicas locais, na busca de imaginar e efetivar futuros possíveis.

Referências

BRASIL. Almanaque Cultura Viva. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/Minc. 2010.

CALABRE, Lia.. Riqueza e desafios das políticas públicas de cultura: o programa cultura viva e os diálogos com a América Latina. Brazilian Journal of Latin American Studies, v. 21. n. 42, p. 289-314, 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.185303>

CALABRE, Lia.. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam Extraprensa, São Paulo, v. 13, n. 2, 2020 <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.170903> Acesso: 01/11/2023

Lima, Deborah R. Pontos de Cultura. Políticas Culturais Em Revista, v. 4, n. 2, .2012. <https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v4i2.5606>

MACEDO, Cesária Alice; CASTRO, Cluádia Houara de. A estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais. In: Anais do X Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, Ed. FCRB, 2019. (p. 1542). Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/16423>.

SILVA, Benedita da et al. Cartilha, Memória e Análise da Lei Aldir Blanc. Brasília: s. ed., Março/junho 2020

TURINO, Célio. Por todos os caminhos: pontos de cultura na América Latina. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

Política de Cultura Viva e a questão territorial – considerações sobre a PNCV no antes e no depois da IV CNC

DEBORAH REBELLO LIMA
LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES
CLARISSA SEMENSATO

Política de Cultura Viva e a questão territorial – considerações sobre a PNCV no antes e no depois da IV CNC

Deborah Rebello Lima
Luiz Augusto F. Rodrigues
Clarissa Semensato

1.0. Preâmbulo - Impressões pessoais durante a IV CNC:

Na manhã do primeiro dia de Conferência, nosso primeiro movimento foi participar na reunião da SCDC/MinC com a CNPdC. Na tarde/noite do segundo dia acompanhar a Atividade Autogestionada realizada pela CNPdC. Com a sala repleta (cerca de 120 pessoas), o início foi marcado pelo que se tornou uma espécie de ponto-hino do movimento Cultura Viva e que reproduzo a seguir:

*Oh marinheiro é hora, é hora de trabalhar
É o céu, é a terra, é o mar
Oh marinheiro, olha o balanço do mar
É o céu, é a terra, é o mar
Oh marinheiro, olha o balanço do mar*

Neste momento foi possível observar tanto pautas relacionadas à atualização necessária dos valores destinados aos Pontos e Pontões de Cultura e a ampliação das entidades fomentadas para além da meta 23 do Plano Nacional de Cultura (PNC) com a duplicação dos previstos 15 mil Pontos de Cultura incentivados. Foi lido o documento “Manifesto Cultura Viva 20 anos”. As diversas falas apontaram a retomada da PNCV e os desafios futuros, tendo sido destacado aquele momento como o primeiro encontro presencial da Cultura Viva em 8 anos. Cabe destacar alguns trechos líricos: “a PNCV é um lugar onde a gente transborda...”; “um Ponto de Cultura não é apenas um selo [...] é um colar, uma planta...”; “o futuro ou será pela base, ou não será”; “Pontos de Cultura são territórios do cuidar - das crianças, dos idosos...”

Foi lembrada frase de TT Catalão, que foi gestor do Programa Cultura Viva durante um breve período entre 2010 e 2011: “O Cultura Viva revelou para o Brasil um Brasil que o país não conhecia”. Tendo sido destacado que “nasceu como Programa, gerou um Movimento e hoje é mais do que isso”.

No terceiro dia foi feita a divisão das pessoas pelos GTs dos Eixos e passo aqui a considerações sobre o

GT 08, Eixo 4. Chamou a atenção o silêncio quase completo aos termos cultura viva e pontos de cultura, o que não impediu que a proposta 17 – que fazia referência à PNCV – fosse a terceira mais votada neste GT de Promoção da Diversidade Cultural. As “disputas” neste GT giraram principalmente em torno do reconhecimento da diversidade dos grupos minorizados, e também em relação aos portadores de deficiências (PCDs).

Chamaram atenção, também, as articulações dos representantes da região Norte, em especial dos estados do Pará e do Acre, o que fez a temática do fator amazônico ganhar relevo. De todo modo, e no geral da Conferência, a participação me pareceu ficar aquém da necessária/desejável, tendo como um dos indícios de tal observação o fato de em vários momentos delegações dos estados se ausentarem quase por completo das discussões/votações para fazer foto com a Ministra da Cultura. Na contramão desta tendência cabe destacar as falas de repúdio de delegações de alguns estados cujos voos foram marcados para a sexta-feira pela manhã (a exemplo da BA, MA, SP, CE – segundo as falas), inviabilizando assim a participação na Plenária final de votação das propostas. Tal fato fez com a metodologia da IV CNC trouxesse a votação (ao menos parte dela) para a tarde/noite da quinta-feira.

Falta de representatividade foi tema recorrente, por exemplo: “não tem representação indígena no MinC”; “os povos do mar não estão sendo incorporados e defendidos nas políticas, e na cultura isso também tem impacto”; “as comunidades tradicionais não são ouvidas”; “dos 153 delegados do RS, apenas um cigano e um indígena”. De fato são questões complexas e acabam por “contaminar” inconscientemente determinadas falas, como por exemplo a de uma pessoa LGBT, de terreiro e PCD que pede que “pensem no conjunto das pessoas, incluindo as normais [sic]”.

A manhã do dia 7 de março foi destinada à plenária conjunta (no meu caso, do eixo 4, com os GT 07 e 08) para definição de cinco propostas prioritárias. Grupos de articuladores garantiram facilmente as definições. Na parte da tarde/noite foi iniciada a Plenária Final (que foi invertida na metodologia com a votação das Moções). Na manhã do último dia teve a continuação da Plenária Final. Tendo sido votadas as propostas já priorizadas pelas plenárias dos eixos 1 a 4 no dia anterior, passou-se a simples leitura das prioritárias dos eixos seguintes (5 e 6), mantendo-se o mesmo formato: leitura das metas e votação por aclamação em conjunto. As Moções tiveram tratamento parecido, por votações em bloco após leitura dos cabeçalhos das mesmas.

Considereei importante destacar minhas percepções sobre o processo da Conferência em si antes de focalizar o pós-Conferência. Entendo o momento diferenciado desta conjuntura após onze anos sem a realização de conferências nacionais, mas me chamou a atenção a descontinuidade do processo participativo e a atrofia de determinados protagonismos da sociedade como um todo (voltarei a tal tema mais adiante). Considerando que o conceito do Cultura Viva se baseia bastante nas ideias de participação e governança, de diversidade e diferença, de base territorial e comunitária,

entre outras, fica evidente os desafios nacionais na retomada da PNCV.

2.0. Base comunitária e recorte territorial da/na PNCV:

No intuito de discutir movimentos de Cultura Comunitária pode-se exemplificar, por exemplo, ações junto aos povos indígenas e também ações junto a grupos étnicos específicos e mesmo populações periféricas. Podemos ilustrar com ações na Colômbia ligadas ao projeto das Parque Bibliotecas e no Brasil – se retomarmos lá à década de 1960 – um exemplo seria o projeto dos Centros Populares de Cultura (CPC) que aconteceu muito por iniciativa dos movimentos sociais e que podemos entender como uma política cultural comunitária.

Essas políticas também buscam promover a inclusão social, utilizando a cultura como uma ferramenta para combater a desigualdade. A cultura comunitária oferece espaços de expressão para grupos marginalizados, fortalecendo sua autoestima e coesão. Muitas iniciativas de política cultural comunitária incluem programas de educação e formação que visam capacitar as comunidades a gerir seus próprios projetos culturais. Cabe destacar o entendimento de Cultura para além das Artes, muito além das práticas hegemônicas, e enquanto possibilidade de transformação social e mesmo da necessidade de mitigar aspectos opressores que também marcam muitas práticas culturais, apontando necessidades de desculturalizar a cultura (Vich, 2022 [2014]).

Entendo que a participação da sociedade na construção das políticas públicas é algo a ser ampliado, porém que passa por tensões de vários tipos: 1. Crescente individualização do corpo social, o que reduz práticas coletivas em função de enfoques individualizados; 2. Descrença nas estratégias de governança por conta das conjunturas de exclusão e autoritarismo por que passam e/ou passaram vários países; 3. Crescente valorização de cunho ideológico, em especial assentada na ideologia capitalista, que tende a ver a dimensão política (enquanto disputas de narrativas e de ações) substituída por dimensão tecnicista (enquanto visão de mundo que valoriza o empresariamento das relações, inclusive nos governos).

Continuando o debate sobre culturas comunitárias, uma dimensão que pode ser apontada e destacada é a da participação. Reforçar a dimensão participativa é transitar no campo da cidadania e da ética, ou seja a dimensão do Outro. Somos sujeitos de direitos e temos que lutar por isso, mas isso não pode pressupor a busca individualizada. A dimensão participativa precisa ser vista na perspectiva do bem comum, e isso necessariamente pressupõe incorporar os outros também como portadores de direitos e de felicidade plena. Tal perspectiva nos move em algumas dimensões, das quais destacamos o reconhecimento das diversidades e das diferenças, sem atrofias, e disputas equilibradas por reconhecimento identitário que se somem às disputas por justiça social e econômica – como destacou Nancy Fraser (2002). Diversidade é justamente o que fazemos para e com nossas diferenças.

O conceito de bem-viver é uma filosofia e uma forma de vida que emergiu, principalmente, das cosmovisões indígenas da América Latina, especialmente dos povos andinos e amazônicos. Ele se contrapõe ao modelo ocidental de desenvolvimento, que frequentemente prioriza o crescimento econômico acima de outros valores. A discussão sobre o bem-viver toca em temas como sustentabilidade, justiça social, diversidade cultural e equilíbrio entre os seres humanos e a natureza. Ele se opõe à homogeneização cultural imposta por muitas formas de globalização, e promove o respeito e a valorização das diferentes formas de viver e pensar – o que em certa medida requer mudanças profundas nas estruturas políticas, econômicas e sociais, com a necessidade de muitos governos e sociedades reorientarem suas prioridades, e tratarem criticamente o capitalismo exacerbado.

Somando-se à noção de bem-viver, outras premissas podem ser traçadas: a participação horizontalizada e cidadã, a apropriação territorial e fortalecimento das identidades locais e o reconhecimento das diferenças, preservação das tradições e aceitação do Outro. Tais questões apontam para um modelo alternativo de política pública que valoriza o poder das comunidades e suas culturas. São políticas culturais marcadas por um esforço de descentralização, dando voz e protagonismo às comunidades, especialmente aquelas historicamente marginalizadas, como as populações indígenas, afrodescendentes, quilombolas, camponesas etc.

Nestes sentidos, políticas de base comunitária se veem atrofiadas quando sob tais perspectivas governamentais, em especial em contextos de fraco capital social e desconfianças de que os governos possam ser, de fato, dimensões de mediação e regulação social. Desta forma, a política de Cultura Viva ao ser tratada como uma política de base comunitária, transita em noções como participação, cidadania, fomento à diversidade e fortalecimento do território.

Para focalizar os territórios traço aqui algumas premissas conceituais que se complementam. Começo tratando o conceito de território apoiado no geógrafo Milton Santos (2005; 2012), “território enquanto espaço vivido” ou seja a dimensão territorial com foco nas apropriações e práticas (territorialidades) e não na geopolítica simplesmente. Outra contribuição importante da geografia veio com Rogério Haesbaert (2014) e a dimensão de poder nos territórios; o autor discutiu bastante a questão das territorializações destacando que nenhum grupo social consegue ficar desterritorializado, então são processos que se articulam em multiterritorializações. Ao conceber articulações entre território e poder, Haesbaert destaca que também as sociabilidades podem produzir território e serem fontes de poder.

Como parte dessas disputas territoriais, vejamos alguns outros autores. Michel de Certeau (2014) nos incita a entender o território a partir de suas práticas, com destaque para os usos e formas cotidianas de estar no espaço – o que chamou de “praticantes ordinários”, ou seja com foco na dimensão do comum, do singular, das “táticas” – no sentido de que as táticas são as astúcias desenvolvidas pelos sujeitos sociais para ocupar e praticar o espaço – em oposição às “estratégias”, que seriam normativas institucio-

nais, legislações urbanas etc. que definem formas de usar o espaço. Certeau chama atenção para as táticas que vão sendo desenvolvidas pelos sujeitos e grupos para poderem estar no espaço segundo outras lógicas.

Destacam-se também os argumentos de Jorge Barbosa (2014) ao trazer luzes sobre a potência dos espaços populares, dos espaços periféricos, dos espaços dos mais subalternizados. Ao invés desses lugares serem percebidos como lugares de vulnerabilidades ou de poucas práticas, Barbosa destaca o contrário: os espaços populares têm muita potência, eles são construídos mais a partir das relações e não por elementos espetacularizados e cenográficos, discussão que se soma à crítica situacionista dos anos de 1960 (Debord, 1997), e que Paola Jacques (2007) vai propor como “corpografias urbanas” em oposição às cenografias urbanas – os corpos e suas vivências que grafam o espaço, e são grafados por estes. Outras referências a nos apoiar são Henri Lefebvre (2001) e o direito à cidade no qual o autor vai destacar que os espaços da cidade são (ou devem ser) construídos segundo as práticas dos sujeitos no espaço. Também se somando às discussões trazidas por Michel Foucault (2013) ao que ele chamou de “outros lugares” ou de lugares heterotópicos. A partir de Lefebvre e de Foucault – mas também de Harvey (2014) – pode-se pensar que essas heterotopias são muito mais próximas dos espaços produzidos sob a lógica popular marcada pelas diversidades que acontecem nos territórios, em oposição aos espaços “isotópicos” produzidos pela lógica capitalista e da atratividade turística segundo modelos muito parecidos, muito regulares, muito homogêneos (mesmo que travestidos em heterogeneidades de formas e estéticas). Espaços pensados enquanto valor de troca e não de uso.

A valorização desses territórios populares e suas “invencionices”, suas táticas certeunianas muitas vezes elas ao invés de valorizadas tendem a ser criminalizadas na cena contemporânea, discussão trazida pela urbanista iraniana Faranak Miraftab (2016) que vai chamar atenção para a criminalização do que ela chama de “espaços inventados” em oposição aos “espaços convidados” produzidos por lógicas capitalistas que não pressupõem equidade social. Neste sentido, políticas culturais comunitárias se mostram cada vez mais necessárias e urgentes de serem incorporadas pelas políticas governamentais.

A perspectiva da política de Cultura Viva como uma política de base comunitária ganhou relevância a partir da internacionalização que o Programa Cultura Viva passa a ganhar a partir de 2009 e que vai resultar na criação do programa intergovernamental alavancado pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) instituído em 2014: Programa IberCultura Viva. As políticas envolvendo a Cultura Viva e os Pontos de Cultura em diversos países latino-americanos ganham a terminologia Cultura Viva Comunitária.

3.0. Política Nacional de Cultura Viva – tabulações do antes e pós IV Conferência Nacional de Cultura:

Na proposta de observar desdobramentos da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)² no pós-IV Conferência Nacional de Cultura, inicio com pontos observados na Conferência Livre Cultura Viva, realizada em 26 de fevereiro de 2024. A Conferência Livre “Cultura Viva – 20 anos” – etapa vinculada à IV Conferência Nacional de Cultura (CNC) foi organizada pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) e teve como objetos a PNCV e sua articulação com o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e com a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

A conferência livre teve 402 inscritos e pôde-se constatar uma frequência média de 100 participantes na Sala virtual e outros 90 participantes pelo Canal Youtube da CNPdC. O objetivo de consolidar propostas para votação de três propostas prioritárias a serem levadas à IV CNC – votação que foi apontado ficaria disponível até 28/março na plataforma <https://plantaformas.org/conferences/cultura-viva-20anos>

Para o desenvolvimento do SNC, sob o prisma dos Pontos de Cultura, foram propostos os seguintes temas de debate:

1. Fortalecimento Institucional e Segurança Jurídica;
2. Qualificação da Participação Social;
3. Cultura Digital e Inovação em Redes Socioculturais;
4. Orçamento e Gestão Participativa;
5. Cultura e Desenvolvimento Socioambiental;
6. Fomento, Financiamento e Economia Criativa e Solidária;
7. Integração e Federalização do PNCV / SNC / PNAB

Foi distribuído virtualmente o documento “Roteiro/Metodologia Conferência Livre Cultura Viva”, contendo também o “Manifesto Cultura Viva 20 anos”.

Passou-se às falas, das quais destaco alguns argumentos. Na segunda fala – Momento de memória do CV – coube à Davy Alexandriski, gestor da OSC Campus Avançado, em Niterói/RJ, traçar parte do histórico do Programa Cultura Viva, de 2004, e destacou que o desenho descentralizado que o Programa recebeu a partir de 2010 fez esmorecer –segundo ele– o conceito do Cultura Viva pois cada gestor estadual ou municipal tinha sua própria ideia conceitual sobre o tema.

Passando-se para as falas e respostas, algumas questões foram apresentadas, como: nenhuma prioridade

2. Cabe lembrar que o programa de Pontos de Cultura (PdC) compôs a Meta 23 do PNC (2010-2024), com previsão de atingir 15 mil PdC fomentados pelo MinC, ao que o Caderno de Metas de 2024 informa que apenas 29% da meta foi realizada, chegando-se até 2022 com apenas 4329 entidades pactuadas.

sobre o CV veio nas propostas dos estados; que os Pontos de Cultura são contrapontos ao fascismo que ainda ronda a sociedade brasileira; que a PNCV precisa de recursos próprios e não ficar refém da Política Nacional Aldir Blanc³; que o tema da infraestrutura tecnológica (software e conhecimentos livres) precisam avançar; a necessidade da crescente municipalização do CV; a importância dos PdC em interação com as escolas; entre outras.

Passando-se a palavra de volta à Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC) Márcia Rollemberg, a mesma se colocou em concordância com a necessidade de financiamento permanente, vinculação municipal, recuperar as pautas da territorialização, da acessibilidade, das ações afirmativas, da formação, enfim questões que estavam no radar quando esteve à frente da SCDC de 2011 a 2014.

Passo a destacar pontos da IV Conferência Nacional de Cultura: Democracia e Direito à Cultura. A IV CNC foi estruturada em seis eixos, tendo cada um deles dois Grupos de Trabalho (GT), conforme segue:

Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

GT 01: Governança federativa e fortalecimento da gestão

GT 02: Fomento e financiamento

Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social

GT 03: Territorialização das políticas culturais

GT 04: Participação Social nas políticas públicas de cultura

Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória

GT 05: Educar a cultura e culturalizar a educação

GT 06: Sustentabilidade, diversidade e gestão compartilhada

Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

GT 07: Ações afirmativas e acessibilidade cultural

GT 08: Promoção da Diversidade Cultural

Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

3. Como ilustração, destaque-se que a PNAB é uma lei de fomento à cultura, da ordem de 3 bilhões de reais por ano, de 2023 a 2027. A PNCV ficou vinculada na PNAB com a obrigatoriedade de que, 1. os estados invistam ao mesmo 10% dos recursos da PNCV; 2. os municípios que recebem mais de 360 mil reais invistam, ao menos, 25% na PNAB.

GT 09: Estratégia Nacional de Economia Criativa

GT 10: Formação e Trabalho na arte e cultura

Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais

GT 11: Direito à cultura digital

GT 12: Direito às artes

Considerando-se o Caderno de Propostas compiladas para a IV CNC, e os termos específicos listados na planilha a seguir, temos o seguinte resultado preliminar:

Planilhamento de termos no Caderno de Propostas – IV CNC

Termo	Eixo	GT/proposta	Página
PNCV	4	GT 8/05	37
Cultura Viva	2	GT 3/12	20
Pontões de Cultura	1	GT 1/08	12
Pontão	-	-	-
Agente CV	-	-	-
Griô	4	GT 7/01	32
Pontos de Memória	2	GT 3/12	20

Fonte: Elaboração do autor

Eis o que aponta cada proposta (grifos do autor, com itálicos para destacar referências aos territórios e à base comunitária):

GT 1/08

Fomentar a cooperação técnica entre o Ministério da Cultura, municípios, conselhos, escolas públicas e redes de pontos de cultura, para criar um programa de formação continuada de gestores públicos, classe artística, agentes culturais e sociedade civil, sobre elaboração e gestão de políticas culturais, captação de recursos, prestação de contas, análises jurídicas, organização da participação social, participação em editais e elaboração de projetos, portfólios e produções culturais.

GT 3/12

Ampliar a implementação do Programa Cultura Viva, promovendo sua descentralização territorial, com recorte para os povos e comunidades tradicionais, e garantindo a diversidade cultural na seleção dos pontos de cultura e pontos de memória.

GT 7/01

Criar Programa Nacional de Formação Continuada para promover a qualificação cultural de estudantes, educadores, gestores e fazedores de cultura, garantindo: (a) a conscientização sobre a importância da diversidade, identidade e acessibilidade cultural; (b) o enfrentamento do racismo, da LGBTQIAPN+ fobia, do capacitismo, da misoginia, do feminicídio, do genocídio da população negra, do extermínio dos povos indígenas, da intolerância religiosa e das demais formas de violência, opressão, desinformação, discriminação e preconceito; (c) o letramento cultural, racial, de gênero, de acessibilidade e de religiões de matriz africana nas escolas, setor público e espaços culturais; (d) o fortalecimento da Pedagogia Griô e a integração de programas artísticos e culturais nas escolas, ofertando educação cultural com base nos sabores, fazeres e saberes tradicionais e de base comunitária, para incentivar o contato dos estudantes com as expressões da diversidade desde a infância; (e) a transversalidade da cultura com temáticas da educação, saúde e assistência social, bem como com questões econômicas, históricas e socioambientais e; (f) a divulgação das ações através das diversas mídias sociais e meios de comunicação.

GT 8/05

Garantir a implementação da Política Nacional de Cultura Viva e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, considerando a diversidade dos sujeitos e segmentos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, povos das águas e demais comunidades tradicionais, bem como sua diversidade geracional, racial, étnica, de gênero e afetivo sexual.

Feitos os destaques em relação às Propostas, seguem-se os mesmos destaques em relação às 30 propostas aprovadas na IV CNC.

Planilhamento de termos nas Propostas priorizadas na IV CNC

Eixo	Ranking da votação	N ° de votos	Termo(s)
1	5ª	160	Cultura Viva (CV)
2	2ª	124	PNCV / Ponto de Cultura (PdC) / Pontões / Ponto de Memória / Pontinhos etc.
2	4ª	121	PdC
3	1ª	100	PdC/Ponto de Memória
3	3ª	89	CV
3	4ª	86	CV
4	3ª	108	CV
4	4ª	107	Pontões/Griô

Fonte: Elaboração dos autores

Eis o que aponta cada proposta priorizada (grifos do autor, com itálicos para destacar referências aos territórios e à base comunitária):

Eixo 1, 5ª mais votada, com 160 votos

Criação do Fundo Setorial Nacional Cultura Infância, composto por recursos provenientes de multas resultantes de processos ligados à Resolução 163/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em alinhamento ao previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Código de Defesa do Consumidor, com ações geridas por um Conselho Nacional Cultura Infância, composto de forma tripartite por: 1/3 de integrantes do Ministério da Cultura (MinC) e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); 1/3 de representantes da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e; 1/3 de agentes culturais da sociedade civil, complementado por uma sala técnica consultiva composta por igual número de pessoas de 00 a 12 anos.

Eixo 2, 2ª mais votada, com 124 votos

Ampliar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), promovendo o exercício e a consciência dos direitos culturais; fortalecendo valores democráticos, a alteridade, a criatividade, a expressão, a ampliação de repertórios, a qualificação de ambientes sociais, a educação popular, a economia solidária, a cultura digital, a memória, a contracolonização e o bem viver. Potencializar os grupos culturais, os territórios, as comunidades, as diversas linguagens artísticas, a participação popular e a atuação em redes, com recorte nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais, indígenas, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, de matrizes africanas, rurais e da reforma agrária, povos das águas, povos da floresta, fronteiriços, periféricos e de favela, populações empobrecidas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, além da diversidade e o combate às desigualdades, na seleção de pontos e pontões de cultura, pontos de memória, pontos de memória dos territórios indígenas, casas de reza dos territórios indígenas e pontos de memória dos povos de matrizes africanas, pontinhos de cultura, pontos de leitura, bibliotecas comunitárias e rurais, cineclubes, circos, pontos de cultura e de memória no exterior, a concessão de bolsas para agentes do Cultura Viva e para mestres e mestras das culturas populares. A garantia da descentralização territorial deve ser estabelecida em um pacto federativo que parta da centralidade da municipalização na aplicação de recursos, com a regionalização e o apoio às redes como atribuição dos governos estaduais, e a implementação de orçamentos participativos para orientação dos recursos, reduzindo/extinguindo a disputa via editais, e reconhecendo o Fator Amazônico.

Eixo 2, 4ª mais votada, com 121 votos

Reestruturar e democratizar o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), a partir da revisão da composição e funcionamento, de modo a: (a) garantir assento para todas as setoriais e retorno da eleição de representantes pela sociedade civil; (b) instalar fóruns regionais, contemplando a representatividade de cada estado; (c) ter um olhar diferenciado para os estados que compõem a Amazônia Legal, considerando o Fator Amazônico; (d) implementar um programa de formação permanente de conselheiros, setoriais, regionais, atores e agentes culturais em diálogo com a participação dos entes federados; (e) reconhecer e garantir assento a outras e/ou novas expressões e manifestações artísticas e culturais, fortalecendo as identidades regionais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade; (f) incluir as cadeiras de artes visuais, música, teatro, teatro de bonecos, dança, circo, audiovisual, literatura/livro/leitura, arte digital, arquitetura e urbanismo, design, artesanato, moda, economia popular e solidária, cultura hip hop, funk, patrimônio cultural, pontos de cultura e memória, culturas populares, cultura de rua e arte urbana, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras, produção cultural, cultura infância, capoeira, bio-mas-cultura e natureza, culturas de favela, povos tradicionais de matriz africana, áreas técnicas, familiares de presos, agricultura familiar, assentados de reforma agrária, povos das águas, povos das florestas, povos ciganos, povos quilombolas, povos e comunidades tradicionais, cultura

alimentar, cultura LGBTQIAPN+, pessoa idosa e cultura DEF.

Eixo 3, 1ª mais votada, com 100 votos

Dar continuidade à Política Nacional de Proteção e Valorização dos Conhecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais (atual meta 4 do PNC) sob articulação do Ministério da Cultura, tendo como prioridades: (a) Elaboração e implementação de um Plano Nacional para as Culturas Populares e Tradicionais que reconheça e promova os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, hip hop, funk, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico, assegurando o protagonismo destes nas diversas etapas dos processos de tomada de decisão; (b) Aprovação da Lei dos Mestres e da Lei do Patrimônio Vivo, garantindo bolsas vitalícias concedidas por instituições de ensino públicas e/ou privadas, equiparadas às bolsas de doutorado e mestrado; (c) Destinação de 30% do orçamento da Política Nacional Aldir Blanc para esse segmento; (d) Parcerias com instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, para a outorga de títulos de notório saber e inclusão remunerada dos mestres e mestras como professores nas universidades, institutos federais e escolas das redes públicas, museus, arquivos e bibliotecas, colaborando com a efetivação da lei 11.645/2008; (e) Incremento e simplificação dos processos de tombamento e registro, garantindo a responsabilização dos entes federativos pelas ações de preservação e salvaguarda em uma gestão partilhada com a sociedade civil; (f) Criação de Pontos de Cultura e Pontos de Memória nas comunidades objeto deste programa.

Eixo 3, 3ª mais votada, com 89 votos

Criar uma política descentralizada específica, localizada e acessível de educação cultural, popular, patrimonial e museal, com planos e programas intersetoriais em espaços formais e informais (como quilombos e praças, entre outros) e numa estrutura interministerial, articulando as políticas culturais de museologia social e educação museal, educação patrimonial, educação intercultural, integral e integrada alocadas no IBRAM e IPHAN, Fundação Cultural Palmares e Ministério da Educação, como estratégias de reparação histórica de populações subalternizadas, priorizando a construção coletiva e participativa de programas, projetos e ações com os diferentes grupos sociais e valorizando o território, autogestão da memória e o protagonismo desses grupos na identificação e gestão de suas referências culturais. Garantir a inclusão do ensino das artes, cultural, patrimonial e museal nos currículos escolares, de modo a promover a elab-

oração de projetos culturais educativos, que envolvam a integração da educação com a cultura, o fortalecimento de redes de apoio do cadastro do Cultura Viva, colaboração e reconhecimento do patrimônio cultural e natural, o estímulo a práticas e ações educativas em museus de conservação e preservação patrimonial e estímulos de práticas educativas em museus e memórias LGBTQIAP+. Além disso, promover: (a) o desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas, publicações, cartilhas, tecnologias digitais, conteúdos culturais educativos e materiais didáticos específicos e localizados; (b) a contratação de profissionais das áreas artísticas, patrimoniais e culturais nas escolas; (c) a formação de profissionais da educação, com mecanismos de acompanhamento, avaliação e formação e educação continuada; (d) a criação de cursos continuados de nível técnico e superior que abordem a preservação do patrimônio cultural; (e) a realização de rodas de conversas e de leitura, feiras literárias, exposições, saraus, oficinas, cursos, eventos, bibliotecas, arquivos, programas de formação cultural e intercâmbios com espaços culturais; (f) a valorização, preservação e a divulgação das manifestações culturais e das profissões artísticas, tais como: dança, teatro, música, capoeira, audiovisual (produção, preservação e difusão de acervos), artesanato, culturas urbanas, artes visuais, circo, cultura hip-hop, funk, literatura, design e culturas tradicionais, os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico. Dialogar com o comitê técnico interministerial de cultura e educação.

Eixo 3, 4ª mais votada, com 86 votos

Criar e implementar uma Política Nacional de valorização das identidades culturais de bem viver, por meio do apoio ao reconhecimento, à produção, difusão e salvaguarda da arquitetura e urbanismo populares e anti-hegemônicos como direito e estratégia de integração cultural e territorial, bem como da valorização contínua dos saberes e fazeres dos diferentes grupos, povos e comunidades, através: (a) da educação e formação profissional oferecida por mestres e mestras dos territórios sendo centros de memória e cultura viva; (b) do mapeamento e inventário sociocultural e socioambiental das iniciativas já existentes; (c) da elaboração de instrumentos de fomento direto com distribuição dos fundos de forma equânime em todos os territórios; (d) da cocriação e construção coletiva de micro intervenções e do desenvolvimento, qualificação e manutenção de edifícios e espaços públicos e de base comunitária, fixos ou itinerantes, com impacto ambiental e social positivo e acessibilidade universal; (e) do serviço permanente de assessoria e assistência técnica de arquitetos e urbanistas; (f) da criação de instâncias participativas de acompanhamento, monitoramento e gestão compartilhada dos patrimônios culturais, naturais

e ancestrais e da arquitetura da paisagem (rural e urbana), priorizando os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, hip hop, funk, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico; (g) da internacionalização da cultura e dos saberes e fazeres dos mestres da cultura, através da realização de festivais de música, exposições, saraus, oficinas, cursos e outros eventos em espaços e equipamentos culturais no exterior; (h) do monitoramento contínuo e fiscalização específica com publicação de relatórios periódicos da proteção do patrimônio cultural natural dentro das poligonais de tombamento nos estados abrangidos pela reserva da biosfera.

Eixo 4, 3ª mais votada, com 108 votos

Garantir, potencializar e financiar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/14) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, considerando a diversidade de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, pessoas em privação de liberdade, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior.

Eixo 4, 4ª mais votada, com 107 votos

Criar Programa Nacional de Formação Continuada de responsabilidade do poder público, inclusive com cursos virtuais e etapas obrigatórias de treinamento qualificado anticapacitista, para acesso a mecanismos de fomento direto e indireto pelo Ministério da Cultura, com a participação de entidades representativas e em parceria com Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério

do Turismo, Ministério do Trabalho, Ministério da Comunicação e Conselho Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, para promover a qualificação cultural de estudantes, educadores, gestores e fazedores de cultura, garantindo: (a) a conscientização sobre a importância da diversidade, identidade e acessibilidade cultural; (b) o enfrentamento do racismo, da LGBTQIAPN+fobia, do capacitismo, da misoginia, do feminicídio, do genocídio da população negra, do extermínio dos povos indígenas, da intolerância religiosa, racismo religioso e das demais formas de violência, opressão, desinformação, discriminação e preconceito; (c) treinamento qualificado anticapacitista no uso de recursos de acessibilidade em seus diversos prismas, como arquitetônico, digital, cultural, programático, metodológico, estético, natural, atitudinal, instrumental e comunicacional, entre outros; (d) o letramento cultural, racial, de gênero e sexualidades, de acessibilidade e de povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, indígenas e de matriz africana e outras diversidades nas escolas, setor público e espaços culturais, respeitando as realidades dos estados de fronteiras geográficas, e as línguas faladas no território; (e) o fortalecimento da pedagogia griô e da cultura hip hop, como pedagogia de base periférica, no sistema de educação básica e unidades de atendimento socioeducativo, bem como a integração de programas artísticos e culturais nas escolas, ofertando educação cultural com base nos sabores, fazeres e saberes tradicionais e de base comunitária, para incentivar o contato dos estudantes com as expressões da diversidade desde a infância; (f) a transversalidade da cultura com temáticas da educação, saúde e assistência social, bem como com questões econômicas, históricas e socioambientais;

(g) a promoção de campanhas de conscientização e processos formativos, intercâmbios, vivências, palestras e oficinas entre artistas, estudantes e trabalhadores da cultura, que reconheçam e divulguem nas escolas, museus, pontos e pontões de cultura, centros culturais, universidades, bibliotecas, arquivos e espaços públicos em geral, as iniciativas, lutas e culturas invisibilizadas dos povos indígenas, tradicionais, povos de matrizes africanas, quilombolas, juventudes, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas com neurodivergência, comunidades linguísticas, povos ciganos, mulheres, pessoas negras e demais populações e grupos apagados da história, possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam a história, memória e cultura dos grupos interseccionais oprimidos; (h) reformulação junto ao Ministério de Educação do currículo dos cursos de licenciatura no ensino superior para inclusão das questões de acessibilidade; (i) formação para uso da linguagem neutra.

Após apresentar as métricas anteriores à Conferências e as deliberações da mesma, passo a apontar dados sobre a consulta pública para a formulação no novo PNC (2025-2035), extraídas da plataforma <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/287>, acessada em 30/out/2024.

O novo PNC está estruturado em 8 eixos, cf. a seguir:

1. Gestão e participação
2. Fomento à cultura
3. Patrimônio e memória
4. Formação
5. Infraestrutura, equipamentos e espaços culturais
6. Economia Criativa, Trabalho, Emprego, Renda e Proteção Social
7. Bem viver e justiça climática
8. Cultura digital e direitos digitais

Com a consulta pública, as 5 metas mais votadas de cada eixo seguirão para análise, de modo a complementar as 30 metas priorizadas na Conferência Nacional.

Considerando consulta à plataforma com referência até 24 de outubro de 2024,

Encontramos as seguintes referências, a partir das palavras-chaves indicadas para busca:

Ponto de Cultura: 3 metas

1. Um ponto de cultura em cada município com menos de 20.000 pessoas até 2027
2. Fomentar com aportes direcionados aos Pontos de Cultura que tenham em seu estatuto social projetos culturais que atendam intergeracionalmente e interdisciplinarmente com arte, cultura cidadania, meio ambiente, saúde, esporte, educação, abrangendo o atendimento a população e que seja reconhecido com um selo nacional como ponto de cultura. E principalmente sejam entidades do terceiro setor. Não bares/restaurantes temáticos/ local de shows e eventos particulares que se definem ponto de cultura.
3. Até 2035, certificar como Pontos de Cultura Viva pelo menos 100 radiolas, sound systems, aparelhagens e espaços comunitários dedicados à cultura reggae, com incentivos financeiros e estruturais.

Em relação à proposta de meta “Um ponto de cultura em cada município com menos de 20.000 pessoas até 2027”, cabe apontar dados de estudo do Ipea a partir da Munic 2021 (IBGE, 2022):

Os equipamentos culturais são importantes para a democratização do acesso à cultura, uma vez que proporcionam oportunidades de participação e envolvimento com as diferentes man-

ifestações artísticas e históricas. Museus, teatros, bibliotecas e centros culturais não apenas oferecem espaços para a exposição de expressões artísticas, mas também constituem ambientes propícios para troca de ideias, aprendizado e enriquecimento cultural. Além disso, os equipamentos culturais contribuem para a dinamização econômica das comunidades, atraem visitantes, estimulam o turismo cultural e fomentam atividades econômicas locais.

[...] [Os dados da Munic 2021 revelam] que os equipamentos culturais mais comuns nos municípios brasileiros incluem estádio e/ou ginásio poliesportivo (94,5%), biblioteca pública (83,3%), clubes e associações recreativas (43,8%), centro cultural (39,8%), lan houses (37%), pontos de cultura (36,1%) e unidades de ensino superior (30,1%). (Ipea, 2024, p. 12, grifo do autor)

4.0. Conclusões inconclusas

Os desafios das políticas públicas de cultura no Brasil são grandes e em diversas perspectivas. O presente texto buscou refletir sobre a Política de Cultura Viva e a questão territorial – considerações sobre a PNCV no antes e no depois da IV CNC. Foram destacados aspectos ligados aos processos participativos e focalizou-se a questão territorial, ou mesmo sua ausência.

A política de Cultura Viva me parece a possibilidade mais potente das políticas públicas de cultura avançarem e fortalecerem a dimensão territorial e participativa, dada as intencionalidades desta ser uma política de base comunitária.

Entretanto, o território e suas práticas têm ocupado lugares muito frágeis nas políticas culturais instituídas. Um dos alicerces mais fortes da territorialização das políticas de cultura e da culturalização das políticas urbanas costumam ser a produção de espaços de atratividade turística a partir de espaços culturais projetados por arquitetos de destaque mundial e a realização de eventos culturais de grande porte e captação de interesse (e de recursos financeiros, certamente). As singularidades dos territórios “comuns” e das territorialidades cotidianas costumam ter pouco destaque ou interesse, o que fortalece as desigualdades sociais e atrofia as diversidades culturais. A retomada da PNCV, na atual conjuntura acompanhada de uma política mais consistente de financiamento público possibilitado pela PNAB, pode significar importante inflexão dessas incongruências apontadas, mas o percurso se nos apresenta ainda com muito a pavimentar, e com muitas ausências a serem supridas. As premissas territoriais e comunitárias dos Pontos de Cultura estão aí como possibilidades, mas as políticas públicas necessitam de esforços que as compreendam e mesmo ajudem a conter certas práticas contemporâneas que minimizam a potência das singularidades e da coesão social.

Os destaques observados nas mobilizações e discursos a partir da Conferência Nacional de Cultura de 2024 e da atualização do Plano Nacional de Cultura para vigência de 2025 a 2035 me parecem apontar indícios de ainda um difícil caminho a percorrer.

Referências

- BARBOSA, Jorge. Territorialidades da cultura popular na cidade do Rio de Janeiro. PragMATIZES- Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói, ano 4, n. 7, p.130-139, set. 2014.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOUCAULT, Michel. O corpo utópico; As heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 7-20, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Viver no limite. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes; do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2024. (BPS, n. 31 - Capítulo 9: Cultura – 49p)
- JACQUES, Paola. Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência. Cadernos PPG-AU/FAU UFBA. Ano 5, número especial, p. 93-103, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, Deborah Rebello; RODRIGUES, Luiz Augusto F. Cultura Viva – 20 anos: uma análise da trajetória entre programa, política e conceito em políticas públicas de cultura. PragMATIZES- Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói, Ano 14, n. 26, p. 29-57, mar. 2024.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, Recife, v.18, n.3, p.363 -377, set-dez. 2016.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires : CLACSO, Año 6, nº. 16, p. 2510-261, 2005.
- TURINO, Célio. Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- TURINO, Célio, LIMA, Deborah Rebello; RODRIGUES, Luiz Augusto F. Cultura Viva e o transbordamento de fronteira – entrevista com Célio Turino. PragMATIZES- Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói, Ano 14, n. 26, p. 58-79, mar. 2024.
- VICH, Víctor. Desculturalizar a cultura – teoria crítica e gestão cultural. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC/UFF, 2022. Disponível em: <https://labacuff.wordpress.com/colecao-mirante-2/>

VICH, Víctor. Desculturizar la cultura: La gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

A implementação da Política Nacional de Cultura Viva 10 anos depois da Lei nº 13.018: confluências e rupturas

VALÉRIA VIANA LABREA

A implementação da Política Nacional de Cultura Viva 10 anos depois da Lei nº 13.018: confluências e rupturas

Valéria Viana Labrea

Introdução

“Eu ouço as vozes, eu vejo as cores, eu sinto os passos de outro Brasil que vem aí.”

Gilberto Freyre

Nos últimos 20 anos diversas experiências culturais emergiram, permitindo vislumbrar uma tendência nas políticas culturais de potencializar espaços e investir recursos em diferentes expressões culturais, nas periferias e nas ruralidades do país, a fim de garantir às respectivas populações a fruição de seus direitos culturais. Essas iniciativas produzem, promovem e registram a circulação de novos discursos, linguagens e narrativas, abrindo-se para a diversidade cultural.

Os principais protagonistas dessas experiências são gestores, produtores culturais e artistas oriundos das periferias urbanas, das zonas rurais e de povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Esses grupos culturais, que até pouco tempo atrás eram considerados irrelevantes e subalternos, invisíveis para o restante da sociedade, conseguem, por meio da articulação em redes culturais, ganhar visibilidade e legitimar seus discursos, práticas e saberes, criando uma tensão onde antes havia silêncio e opacidade (Labrea, 2014).

Um espaço especialmente fértil para observar estas experiências é o Programa Cultura Viva (PCV) do Ministério da Cultura (MinC), em que, desde 2004, projetos culturais comunitários recebem recursos financeiros do Estado para “continuar fazendo o que fazem”. Os pontos de cultura já contavam com o reconhecimento e o respaldo de suas comunidades e foram uma alternativa do Governo Federal ao investimento em projetos pontuais e sem continuidade ou em equipamentos culturais estatais de médio e grande porte.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e suas principais estratégias, durante os dois primeiros anos da terceira gestão do Presidente Luís Inácio da Silva, por meio de uma pesquisa descritiva, bibliográfica, qualitativa, que partiu da identificação do tema, busca e seleção de fontes, análise crítica dos materiais encontrados e organização e registro das referências para analisar a atual política de editais, que representa a principal forma de distribuição de recursos aos pontos e pontões de cultura (Marconi; Lakatos, 2003).

Essa abordagem é caracterizada por uma metodologia estruturada e rigorosa, frequentemente apoiada na precisão na coleta e análise dos dados para garantir uma interpretação o mais fiel possível do recorte da realidade investigada. Por meio dela, é possível identificar padrões, frequências, correlações e variações sobre o desenvolvimento do ciclo da política¹.

1.0. Análise do Discurso: dispositivo teórico e analítico

“Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões.”

Paul Henry

Na parte analítica busco ancoragem na escola francesa de análise do discurso (AD). A década de 1960, no surgimento da AD, era uma época de releituras: Marx feita por Althusser, Saussure por Pêcheux, Freud por Lacan² e todos se encontram na AD. Cabe à Pêcheux o gesto fundador da escola francesa de Análise do Discurso com a publicação *Análise automática do discurso*, de 1969 (ADD-69). Pêcheux estabelece que o discurso é “efeito de sentidos entre interlocutores que enviam para lugares determinados na estrutura de uma formação social” (Pêcheux, 1997, p. 82). Por efeito de sentido entende-se que o sentido sempre pode ser outro, dependendo do lugar social em que os interlocutores se inscrevem e das condições de produção do seu discurso.

As condições de produção (CP) mostram a conjuntura em que um discurso é produzido, bem como suas contradições. As CP remetem a lugares determinados na estrutura de uma formação social, as formações discursivas (FD). Para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166-167), as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes.

As formações ideológicas (FI) representam posições sociais, caracterizando um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto a outras na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento (Courtine, 1981, p. 33-35). Assim, podemos compreender por que as mesmas palavras produzem diferentes efeitos de sentido quando se inscrevem em diferentes FI.

1. O ciclo da política pública refere-se às etapas pelas quais uma política passa, desde sua concepção até sua avaliação. Ele é frequentemente dividido em fases principais, que podem incluir: 1) identificação do problema: reconhecimento de uma questão que exige intervenção governamental ou coletiva; 2) formulação da agenda: seleção das questões prioritárias que serão tratadas pelos tomadores de decisão; 3) elaboração da política: desenvolvimento de alternativas, estratégias e propostas para resolver o problema identificado; 4) tomada de decisão: escolha da alternativa ou estratégia que será implementada; 5) implementação: execução das ações previstas na política e 6) avaliação: análise dos resultados alcançados, medindo eficácia, eficiência e impacto. Essas etapas não seguem uma ordem linear e podem se sobrepor, além de serem influenciadas por contextos sociais, econômicos e políticos. O ciclo ajuda a entender e planejar políticas de forma sistemática e adaptável (Labrea et al., 2022).

2. Para conhecer a inserção da AD na história do estruturalismo francês e as releituras, recomendo a leitura de Dosse (1993; 1994).

Neste estudo, se distingue o corpus empírico, no caso, constituído pela totalidade da produção bibliográfica realizada no período de 2004 a 2014, entre todos os protagonistas do Cultura Viva e o corpus discursivo, o arquivo que, no gesto de interpretação do analista, representa essa totalidade – porque não se pretende a análise exaustiva, tendendo à completude (Orlandi, 1989, p. 32), mas estipula-se arbitrariamente um número de leituras, visando uma amostra representativa, cujos resultados serão considerados extensivos ao campo discursivo de referência (Indusky, 1997, p. 48).

É importante destacar que o trabalho de seleção de textos que irão compor o arquivo é, ele próprio, objeto de análise prévia: “decidir, entre a totalidade de textos já produzidos, considerados dados empíricos, aqueles que serão mobilizados” (Orlandi, 2000, p. 65–66). Isso pressupõe da pesquisadora o trabalho de construção de um arquivo que tenha condições de responder, ao menos parcialmente, à questão posta no objetivo de pesquisa e o que isso significa do ponto de vista da gestão de uma política pública.

2.0. Confluências

“Não há ritual sem falhas.”

Pêcheux

O Programa Cultura Viva inovou as políticas culturais do país, rompendo com modelos tradicionais de gestão (Labrea, 2014). A publicação Cultura Viva: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária (Brasil, 2004; 2005a) foi o primeiro documento a apresentar a teoria do programa, seus conceitos estruturantes e ações propostas (Cassiolato; Guerres, 2010, p. 4 apud Labrea et al., 2022, p.175).

Por meio de conceitos e metáforas inovadoras, como o “do-in antropológico”, o programa incentivou a participação comunitária, promovendo uma cultura mais inclusiva e democrática. Sua abordagem valorizava a diversidade cultural e a autonomia dos grupos, diferenciando-se das políticas centralizadoras anteriores.

Ao descentralizar o poder e fortalecer as comunidades, o Programa Cultura Viva ampliou o acesso à cultura e incentivou redes de cooperação entre diversos atores sociais, contribuindo para o fortalecimento do tecido social e a promoção da cidadania.

Em um estudo anterior (Labrea, 2014), os primeiros dez anos do Programa Cultura Viva (PCV) foram examinados por meio de uma cartografia e da análise dos discursos produzidos tanto pelos gestores do Ministério da Cultura quanto pelos responsáveis pelos pontos e pontões de cultura, em diferentes contextos e períodos. O período ali estudado atravessou três gestões presidenciais, cinco gestões ministeriais e cinco secretários, como pode-se observar no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Presidentes do Brasil, Ministros da Cultura e Secretários de Cidadania e Diversidade Cultural no período de 2003 a 2012

Presidente	Ministro	Secretário
Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010)	Gilberto Gil (2003-2008) Juca Ferreira (2008-2010)	Célio Turino (2004-2010) TT Catalão (2010-2011)
Dilma Rousseff (2011-2016)	Ana de Hollanda (2011-2012) Marta Suplicy (desde 2012) Juca Ferreira (2015-2016)	Marta Porto (2011) Márcia Rollemberg (2011-2014) Ivana Bentes (2015-2016)

Fonte: MinC - Elaboração própria.

Entre 2004 e 2016, o PCV viveu dois momentos principais. De 2004 a 2010, durante o governo Lula, houve uma forte articulação entre política e estética, Estado e sociedade, resultando em um imaginário social coletivo. Esse período foi marcado pela implementação de editais, ações simultâneas, slogans, eventos e encontros, consolidando a política cultural e reforçando sua memória discursiva tanto pelo governo quanto pela sociedade.

Apesar dos avanços, a política enfrentou desafios desde o início, como atrasos nos convênios, problemas na prestação de contas, contingenciamentos e alta rotatividade de recursos humanos. Esses problemas refletiam a dificuldade do Estado em dialogar com pequenas entidades, cuja realidade não era contemplada pelos instrumentos burocráticos vigentes. No entanto, o foco do PCV permaneceu na capacidade transformadora dos pontos de cultura em suas comunidades.

A partir de 2010, com a saída de Célio Turino e a chegada da presidente Dilma, o PCV passou a ser reestruturado com foco na gestão, reduzindo seu simbolismo para alguns segmentos dos pontos de cultura. A tentativa de adequação aos instrumentos burocráticos existentes visava consolidar a política, mas resultou na despriorização do PCV pelo MinC, que concentrou esforços em novos programas, como a Secretaria de Economia Criativa e os CEUs da Cultura.

Os editais de fomento, considerados pouco eficazes na construção de novas hegemonias, foram complementados por uma política de bolsas e premiações para mitigar atrasos nos convênios. Até 2014, foram concedidos 1734 prêmios e 1300 bolsas, além do conveniamento de 3505 pontos e 158 pontões (Labrea, 2014).

Os gestores ligados à Secretaria apontaram que a lógica dos editais de conveniamento produziu uma

série de elementos desfavoráveis.

Foram eles:

- Insuficiências do quadro de pessoal envolvido diretamente com a gestão do programa, composto por um número baixo de servidores estáveis, o que gera dificuldades no processo de gestão, tendo em vista que esta característica reforça tendências de alta rotatividade, dada a presença de terceirizados, e dificulta tornar rotineiro o domínio de procedimentos e do processo de qualificação;
- Dificuldades na celebração de convênios, devidas em especial a interpretações divergentes de normas, situação de inadimplência dos proponentes, ou não apresentação de documentação obrigatória;
- Inexistência de norma legal que fundamentasse especificamente o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização ou institucionalização; e
- Insuficiência e inadequação dos fluxos de recursos e dificuldades com relação à coordenação das ações por parte da administração pública (Barbosa da Silva; Araújo: 2010, p.31).

Os editais não mencionaram monitoramento, acompanhamento, avaliação, indicadores ou índices e tampouco o detalhamento do processo de prestação de contas a ser realizado pelos pontos de cultura. *A ausência de informações sobre como se relacionar com a burocracia foi a responsável, na minha leitura, pelos problemas de gestão que irão caracterizar o programa.*

Essa ausência – uma opção dos gestores –, será elidida pelo discurso do Estado como entrave que atribui à burocracia a responsabilidade pelos erros de gestão. A questão extrapola a burocracia e revela que o Estado foi formatado a partir de uma posição ideológica para a qual não interessam ou são irrelevantes as camadas populares.

Muitos convênios ficaram paralisados entre 2006 e 2007, poucos editais foram pagos entre 2010 e 2012, e havia passivos de editais desde 2004. A média de pagamento de uma parcela era de dois anos, estendendo convênios originalmente curtos.

Para enfrentar esses problemas, a Secretaria buscou descentralizar a execução dos editais, permitindo que estados e municípios gerissem os recursos via o programa Mais Cultura. Contudo, a descentralização, sem uma metodologia clara, replicou os problemas de gestão, transferindo dificuldades do governo federal para os entes locais. A falta de padrões uniformes comprometeu a efetividade do programa, e a burocracia complexa de cada ente federado agravou ainda mais a execução dos convênios.

Em 30/12/2013, a SCDC publicou a **Portaria nº 118/2013** que reformulou o PCV, que passou a se chamar

Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva. Essa portaria concretizou a fusão da SCC com a SID – SCDC. A nova portaria conceitua ponto e pontão. Segue abaixo a nova conceituação:

I – Pontos de Cultura: parcerias executadas com pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou grupos e coletivos sem personalidade jurídica que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades, contribuindo para o exercício em prol dos direitos culturais, sociais, ambientais, econômicos e humanos;

II – Pontões de Cultura: parcerias executadas com pessoas jurídicas de natureza ou finalidade cultural que desenvolvam, acompanhem ou articulam, em rede, atividades culturais com os Pontos de Cultura ou com outras redes socioculturais, com vistas à troca de experiência e ao desenvolvimento de ações conjuntas, em nível estadual, regional ou por áreas temáticas de interesse comum (Brasil, 2013).

Para esclarecer algumas questões referentes à portaria, a fim de entendê-la melhor, enviei algumas perguntas para a SCDC, em 2014, através do sistema de acesso à informação. Um esclarecimento foi sobre o que a SCDC entende por unidade cultural de base comunitária, citada no Art. 3º II, expressão que passou a ser utilizada para referir-se aos pontos e pontões de cultura e que está presente na portaria de reformulação do PCV.

[...] a atual gestão cunhou a expressão “unidade cultural de base comunitária” para explicitar os Pontos de Cultura enquanto instrumentos da política pública de cultura para promoção da diversidade e da cidadania cultural e visando a ampliação do acesso à cultura por parte da população. [...], o Ponto de Cultura não pode ser considerado, para a política pública, pelo mérito em si mesmo e, sim, pelo que, por sua ação, beneficia a comunidade. Daí a conjunção das expressões “base comunitária” e “unidade cultural”. Sob este aspecto, tal desinência pode multiplicar o reconhecimento de Pontos de Cultura, para além do projeto aprovado em editais, [...]

Por fim, perguntei pelo sentido do conceito de rede que seria utilizado a partir de então:

Informamos que o conceito vigente de Rede é o proposto pelo Relatório IPEA – “A Rede Cultura Viva é um espaço de participação social ampliada que contribui para a estabilidade dos conceitos estruturantes do programa e o compartilhamento de metodologias. É fomentada pela SCDC/MinC e composta pelos fóruns, eventos e Teias e visa integrar todas as redes temáticas, institucionais e convergentes do Programa Cultura Viva. [...] O termo Rede de Pontos e Pontões se refere ao estrato constituído por estas unidades específicas, apoiadas pelo Programa e que

doravante poderão ser melhor conhecidas ou “reconhecidas”, ampliadas e gerenciadas quanto a sua operacionalidade física e financeira e aderência conceitual, com a contribuição do instrumento da Chancela.

No Redesenho, em 2012, foi proposto novos instrumentos de reconhecimento dos pontos de cultura, a chancela e a certificação:

Chancela é um instrumento de reconhecimento de novos pontos de cultura, de grupos e instituições que têm um histórico relevante de atuação cultural na comunidade. Este tipo de edital vai auxiliar a SCDC a ganhar escala e ampliar o número de pontos e pontões, sem necessidade de conveniamento. [...] Após a chancela, os novos pontos de cultura poderão ser proponentes nos editais de prêmios e bolsas voltados para pontos. O monitoramento e o acompanhamento das atividades dos novos pontos deverá ser realizado pelos pontões de cultura [...]. Os editais para certificação têm como objetivo validar o trabalho desenvolvido pelos pontos e pontões de cultura cujo convênio não esteja mais vigente, a fim de que eles permaneçam vinculados às redes temáticas e territoriais, bem como possam continuar participando dos editais para pontos de cultura (Ipea, 2012).

A Lei nº 13.018, de 2014, instituiu a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), que passou a focar no pleno exercício dos direitos culturais, oferecendo aos cidadãos os meios necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais. A lei é voltada para garantir o pleno exercício dos direitos culturais e promover uma gestão compartilhada e participativa, consolidando a cultura como direito de cidadania e fator econômico (Brasil, 2014).

O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura foi criado como ferramenta para chancela e certificação dos pontos de cultura, considerando seu histórico de atuação nas áreas de cultura, educação e cidadania.

No segundo mandato de Dilma Rousseff, após as Jornadas de Junho de 2013 e uma eleição difícil, a gestão buscou reaproximar-se da sociedade civil. Juca Ferreira retornou ao MinC e Ivana Bentes assumiu a SCDC, propondo uma abordagem inovadora com maior participação digital e fortalecimento dos Conselhos de Cultura. A PEC da Cultura (PEC 421/2014), que previa maior repasse orçamentário, e a modernização das leis autorais foram pautas centrais. No entanto, o avanço dessas iniciativas foi interrompido com o impeachment da presidente Dilma em 2016.

3.0. Rupturas

“A mamata vai acabar”

Jair Bolsonaro

A destituição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, marcou um ponto de inflexão na política cultural, com o desmonte da agenda social iniciada nos governos Lula e Dilma. O governo Temer adotou uma pauta reformista de viés liberal, reduzindo o papel do Estado nas políticas culturais (Barbalho, 2018, p. 239). Essa mudança abriu caminho para a eleição de um governo ultraconservador, que promoveu cortes orçamentários e a extinção do MinC em 2019. A pandemia de Covid-19, em 2020, agravou ainda mais a situação, deixando artistas e grupos culturais em maior vulnerabilidade.

Nesse contexto, a única iniciativa relevante na política cultural no período foi a Lei Aldir Blanc⁴ (LAB). Essa lei foi uma resposta da sociedade brasileira ao impacto da pandemia de Covid-19 no setor cultural. Sancionada em junho de 2020 (Lei nº 14.017), ela determinou repasse de R\$3 bilhões a estados, municípios e Distrito Federal, destinados a três eixos de atuação. O primeiro tratava da renda emergencial para trabalhadores da cultura que tiveram suas atividades interrompidas pela pandemia. O segundo era voltado à manutenção de espaços culturais. E, por fim, o terceiro eixo era destinado ao apoio de projetos culturais que foram impactados pelas restrições impostas pelo período. Em 2021, ela foi prorrogada por meio da Lei nº 14.150, que ampliou o prazo para utilização dos recursos e estendeu o auxílio emergencial aos trabalhadores da cultura.

A Lei nº 14.399, de 2022, instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), garantindo repasses anuais de R\$3 bilhões da União para estados, municípios e o Distrito Federal entre 2023 e 2027. Os recursos apoiam trabalhadores da cultura, entidades e iniciativas culturais, abrangendo produção, difusão e preservação do patrimônio cultural. Para acessar os recursos, os entes federativos devem aderir à PNAB e lançar editais de seleção. O PCV será beneficiado por essa política, com recursos direcionados aos editais do governo Lula. Segundo o MinC, a PNCV foi retomada em 2023 com o maior investimento da história, totalizando R\$15 bilhões até 2027.

Desse total, pelo menos, R\$1,6 bilhão serão destinados à Cultura Viva, considerando os cinco anos de implementação da PNAB. Somente neste ano, o valor deverá chegar a R\$400 milhões. Isso porque os municípios beneficiados com mais de R\$360 mil da PNAB deverão destinar, no mínimo, 25% desse valor para a Cultura Viva, enquanto os estados e o DF investirão ao menos 10% do valor recebido. Os demais municípios também podem investir na PNCV, fazendo a ampliação do acesso ao fomento cultural aos

4. Fonte: [https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-aldir-blanc-um-marco-para-a-cultura-brasileira#:~:text=A%20Lei%20Aldir%20Blanc%20\(LAB,a%20três%20eixos%20de%20atuação,Acesso em: 01 jan. 2025.](https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-aldir-blanc-um-marco-para-a-cultura-brasileira#:~:text=A%20Lei%20Aldir%20Blanc%20(LAB,a%20três%20eixos%20de%20atuação,Acesso em: 01 jan. 2025.)

grupos locais.

4.0. Confluências

“Início, meio, início.”

Nego Bispo

A retomada da agenda social com a eleição de Lula gerou expectativas quanto à valorização da cultura, evidenciada pela nomeação de Margareth Menezes no MinC. A reativação do Programa Cultura Viva trouxe novos editais, como:

- **Edital nº 8** - Prêmio Cultura Viva Sérgio Mamberti: 1.117 iniciativas premiadas, abrangendo mestres de culturas populares, indígenas, diversidade cultural e pontos de cultura.
- **Edital nº 9** - Fomento a Pontões de Cultura: apoio a 42 pontões para fortalecer redes culturais estaduais, distritais e temáticas.
- **Edital nº 10** - Cultura Hip-Hop 2023: premiação de 325 iniciativas em categorias diversas.
- **Edital nº 1** - Apoio às Rádios Comunitárias: financiamento de inserções para divulgação da PNCV.

Os editais priorizaram mestres da cultura popular e grupos historicamente marginalizados, refletindo o esforço de resgate cultural após anos de desmonte. O grande volume de prêmios buscou reduzir os impactos da crise econômica e da pandemia. A SCDC estabeleceu parcerias com 42 instituições para mapear e fortalecer as redes territoriais e temáticas. Os Pontões atuam como incubadoras para novos pontos de cultura, auxiliando na certificação e inscrição no Cadastro Nacional. No entanto, a operacionalização ainda enfrenta desafios devido a falhas técnicas nos sistemas de gestão.

Um aspecto extremamente positivo desses editais foi a definição de quotas regionais para a distribuição dos recursos e a inclusão do cálculo do custo amazônico no valor das premiações, atendendo a uma reivindicação histórica dos pontos de cultura. No entanto, os editais que premiam atividades já realizadas não contribuem para a criação de circuitos culturais nem para o aprofundamento da política pública. Da mesma forma, editais de bolsas que não exigem um retorno concreto por parte do bolsista resultam em recursos que se dissipam sem gerar impacto significativo. Convênios diretos com pontos e pontões de cultura dificultam o monitoramento, a avaliação e a criação de indicadores mais robustos, que vão além do simples número de pontos e do valor conveniado.

A memória do Programa Cultura Viva (PCV), em grande parte, se diluiu ao longo do tempo. O vasto

acúmulo de experiências provenientes das Teias, da rede de pesquisadores, e dos materiais publicados pelos Pontos de Cultura ao longo de duas décadas encontra-se disperso, inacessível ou mesmo perdido, fruto do descaso das gestões anteriores e da ausência de uma política consistente de preservação documental. Este apagamento não apenas compromete o legado histórico do programa, mas também limita a sua capacidade de se reinventar e evoluir com base em aprendizados passados.

Em 2024, assistimos a uma agenda robusta de eventos, com potencial para gerar subsídios significativos e qualificar a política pública. No entanto, para que esses esforços se traduzam em avanços concretos, é essencial que haja um sistema eficaz de registro, análise e disseminação dos conhecimentos gerados. A história do PCV mostra que, frequentemente, as discussões e produções desses encontros não conseguem ultrapassar o plano simbólico, ficando restritas ao evento em si, sem gerar impacto duradouro no desenho e na implementação de políticas. O problema é se essa agenda cumprir somente finalidade política. Historicamente no PCV, há muita dificuldade em implementar ou mesmo criar uma memória dos subsídios produzidos durante esses eventos.

A questão da sustentabilidade dos pontos e pontões de cultura é central para a continuidade e impacto do programa. Muitos desses projetos dependem inteiramente de financiamento estatal para manter suas atividades, enquanto outros conseguem diversificar suas fontes de recursos e operar de forma independente. A falta de sustentabilidade pode levar à desarticulação das redes culturais, comprometendo a permanência e o alcance das ações realizadas.

Pontos e pontões autossustentáveis, por outro lado, têm o potencial de gerar emprego e renda, profissionalizar membros das comunidades e valorizar culturas historicamente marginalizadas. Essas iniciativas não apenas fortalecem a identidade cultural local, mas também contribuem para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atuam. Contudo, a ausência de indicadores precisos dificulta a mensuração do impacto dessas ações, especialmente em termos de sua contribuição para a redução de desigualdades e o fortalecimento de comunidades vulneráveis.

Avançar na construção de mecanismos de monitoramento e avaliação específicos para a sustentabilidade dos pontos e pontões é essencial. Esses instrumentos podem ajudar a identificar boas práticas, orientar políticas públicas mais eficazes e garantir que os investimentos realizados promovam resultados duradouros, alinhados aos objetivos da Política Nacional de Cultura Viva.

A implementação da Política Nacional de Pontos de Cultura (PNPC) continua a depender essencialmente do interesse e da vontade política dos gestores responsáveis, contrariando as expectativas iniciais dos coletivos culturais que a lei fosse garantir sua continuidade. Ainda que haja uma lei que respalde o programa, não se garante a alocação permanente de recursos, o que torna a sustentação financeira dos Pontos de Cultura instável.

Além disso, a política não se converteu em instrumentos renovados de fomento: segue prevalecendo a concessão de prêmios, bolsas e incentivos a pontos e pontões de cultura como as principais vias de acesso aos recursos públicos. Embora esses mecanismos possam fomentar a inovação, valorizar talentos emergentes e promover certa rotatividade de oportunidades, há riscos em concentrar todos os esforços e recursos apenas nesse modelo. A seguir, destacam-se alguns pontos críticos:

1. Falta de continuidade e previsibilidade

- Editais e prêmios são, em geral, ações pontuais e com prazos específicos, o que dificulta a manutenção de iniciativas de longo prazo.
- Projetos de maior impacto ou de pesquisa contínua podem ser prejudicados, pois dependem de um fluxo de recursos constante para sua sustentabilidade.
- A imprevisibilidade gera instabilidade e insegurança para aqueles que buscam manter carreiras ou iniciativas mais duradouras, pois não há garantia de novos editais ou do resultado deles.

2. Competitividade excessiva e concentração de recursos

- Como normalmente ocorre alta concorrência, apenas uma parcela reduzida dos projetos (ou pessoas) é contemplada, o que tende a concentrar recursos em poucos beneficiários.
- A competição acirrada pode pressionar criadores, pesquisadores e gestores culturais a direcionarem suas propostas apenas para atender às demandas específicas dos editais, sacrificando projetos mais inovadores, experimentais ou que atendam nichos menores.
- Certos grupos ou regiões com menos acesso a informações, redes de contato ou capacidade de elaboração técnica acabam em desvantagem, perpetuando desigualdades.

3. Desigualdade de acesso e burocracia

- A elaboração de propostas para editais exige conhecimento técnico, domínio de linguagem burocrática e, muitas vezes, suporte de profissionais especializados (ex.: captadores de recursos, consultores etc.).
- Grupos menos estruturados, artistas e pesquisadores independentes ou coletivos de regiões periféricas frequentemente enfrentam barreiras burocráticas, o que dificulta a submissão e o sucesso nos editais.

5. Fonte: ELIADE, Mircea. O mito do eterno retorno. Lisboa: Edições 70, 2019.

6. Fonte: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26241>, Acesso em: 01 jan. 2025.

Essa forma de financiamento, embora significativa para viabilizar ações culturais, enfrenta problemas de gestão já amplamente mapeados e pesquisados, resultando num ciclo repetitivo que se prolonga desde 2004. Parafraseando o mito do eterno retorno⁵ — ou, como prefere Nego Bispo⁶, o ciclo de “início, meio e início” —, constata-se que o Estado ainda não dispõe de mecanismos e conhecimentos suficientemente amadurecidos para dialogar de maneira mais eficaz com esses grupos culturais. Assim, os mesmos procedimentos são reiterados, reforçando a percepção de que a PNPC precisa de ações estruturantes e de um planejamento de longo prazo para superar a lógica de descontinuidades e, finalmente, consolidar uma política cultural inclusiva e sustentável.

Referências

- BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 239-259, 2018.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; ARAUJO, Herton E. (org). *Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania: Cultura Viva*. Brasília: IPEA, 2010.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; LABREA, Valéria Viana. *Relatório Final do Redesenho do Programa Cultura Viva*. Brasília: IPEA, 2012.
- BRASIL. *Almanaque Cultura Viva*. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010a.
- BRASIL. *Almanaque*. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2009.
- BRASIL. *Cadernos do Do-in Antropológico*. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: MINC, 2003.
- BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Brasília: Congresso Nacional, 2014.
- BRASIL. *Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 8*. Brasília: IPEA, 2004.
- BRASIL. *Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 21*. Brasília: IPEA, 2013.
- BRASIL. *Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária*. Brasília: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005a.
- BRASIL. *Programa Cultura Viva; primeiro relatório de avaliação dos Pontos de Cultura*. Brasília: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005b.
- BRASIL. *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva: autonomia, protagonismo e fortalecimento sociocultural para o Brasil*. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010b.

BRASIL. TEIA: Rede de Cultura e Cidadania. Brasília: MINC, 2006.

COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propôs du discours communiste adresse aux chrétiens. Langages, Paris, v. 62, p. 9-127, juin 1981.

DOSSE, François. História do Estruturalismo. v. 1 São Paulo: Ensaio, 1993. DOSSE, François. A história do estruturalismo. v. 2. São Paulo: Ensaio; Campinas: EdUnicamp, 1994.

INDURSKY, Freda. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas: EdUnicamp, 1997.

IPEA. Relatório Final do Redesenho do Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA/MinC, 2012.

LABREA, Valéria. A memória discursiva na primeira fase do Programa Cultura Viva: o imaginário no poder. In: Anais do ENECULT. GT Cultura Viva. Salvador: UFBA, 2024.

LABREA, Valéria Viana. Cultura Viva: redes temáticas e rede de governança como estratégia de participação social ampliada. (Monografia de Especialização) - Fundação Itaú Cultural (São Paulo, Brasil) ; Universidad de Girona (Espanha), 2012.

LABREA, Valéria Viana. Redes híbridas de cultura: o Imaginário no poder. Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, 2014.

LABREA, Valéria Viana; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. Programa Cultura Viva; análises e observações. Brasília: SCC/MinC/PNUD, 2009.

LABREA, Valéria Viana; VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; VIANA, Mariana Peleje. Análise do Modelo Lógico do PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: subsídios para pensar seu sistema de monitoramento e indicadores. In: GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias, SILVA, Maria Vieira, GONZAGA, Yone Maria, (org.). Políticas de descentralização financeira na educação brasileira: o Programa Dinheiro Direto na Escola em foco. Curitiba: CRV, 2022.

LACLAU, Ernesto. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1997.

PÊCHEUX M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, F.; HAK, T. (org). Por uma análise automática do discurso. Campinas: EdUnicamp, 1997. p.163-252.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura – O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

Os Instrumentos de política pública: no entremeio da polissemia histórica do Programa Cultura Viva, da dinamicidade da estrutura orçamentária e da configuração de suas ações

FREDERICO A. BARBOSA DA SILVA
VALÉRIA VIANA LABREA

Os Instrumentos de política pública: no entremeio da polissemia histórica do Programa Cultura Viva, da dinamicidade da estrutura orçamentária e da configuração de suas ações

Frederico A. Barbosa da Silva
Valéria Viana Labrea



Imagem e texto: TT Catalão, 2008.

1.0 O que se fala quando se fala dos Pontos e Pontões de Cultura ou como se dá a construção da memória discursiva

O Programa Cultura Viva (PCV), em seus 20 anos, já foi objeto de muitas avaliações, artigos, dissertações e teses, já foi cantado, narrado e festejado. Diante de extensa construção simbólica e argumentativa é sempre muito difícil distinguir entre fatos e versões e até mesmo saber do que se fala quando se fala do programa que abriga pontos e pontões de cultura.

O Cultura Viva, na sua formulação, concretizou o desejo do Ministro Gil em tornar o MinC “o espaço da experimentação de novos rumos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço para a disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção” (Gil apud Almeida et al., 2013, p. 234). O PCV tinha como objetivo “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (Brasil, 2005a, p. 47).

Os discursos dos gestores do programa têm como objetivo dar visibilidade e fazer circular a teoria do PCV, constituindo-se no enunciado que abriga a memória institucional do Cultura Viva. Sua principal

característica é a paráfrase, a estabilidade e a repetição do mesmo discurso. Nesse contexto, ao escrever sobre os pontos e pontões e suas atividades, questiona-se se isso abrange toda a extensão do programa ou se o PCV inclui elementos que vão além dessas iniciativas. Por outro lado, também se pergunta se as associações de fato realizam todas as ações previstas pelo programa.

Poucos estudos tratam o Cultura Viva como um programa de ação pública em si; na maioria das vezes, descrevem o que fazem os pontos e pontões ou se limitam às ações formais estabelecidas no planejamento. Em muitos casos, as referências analíticas destacam aspectos discursivos, encantamentos, generalizações simbólicas, dimensões normativas ou elementos parciais do programa. Com frequência, essas interpretações acabam reproduzindo a narrativa oficial já produzida pelo governo, fortalecendo-a.

Sob essa perspectiva, abre-se espaço para a metáfora e a interpretação. A memória das narrativas registradas nos documentos do PCV conecta a memória social e institucional, revelando o funcionamento do discurso político. Corten descreve isso como a “cena das forças políticas construídas pelo discurso” ou a “representação do político” (Indursky et al., 1999, p.37). Essa memória narrativa é híbrida, fragmentada e parcial, resultado de um esforço para fixar determinados eventos como história oficial por meio de processos parafrásticos que consolidam uma versão dominante sobre outras (Labrea, 2014, p.139).

Frequentemente, ocorre uma confusão entre as definições do programa e as pretensões políticas e valorativas de seus pesquisadores. Ainda assim, as ações e reflexões promovidas por seus gestores e repercutidas em estudos acadêmicos, integram sua história e força. Esse processo é sustentado pelo trabalho contínuo da memória discursiva, que naturaliza e legitima um esforço constante de reiteração. As retomadas e paráfrases, ao longo do tempo, são fundamentais para a construção da memória institucional (Labrea, 2014, p.140).

As ideias-força e a poética do PCV foram amplamente repetidas e reforçadas nos eventos, mencionadas pelos gestores, reverberadas pelos Pontos de Cultura e incorporadas nos estudos e pesquisas. Por exemplo, o discurso de posse do Ministro Gil estava no site do MinC, está no Cadernos do Do-in Antropológico (Brasil, 2003), no Cultura Viva... (Brasil, 2005a), no Programa Cultura Viva... (Brasil, 2010a), na Teia (Brasil, 2006b), no Almanaque Cultura Viva (Brasil, 2010b), no Cultura pela Palavra (Almeida et al., 2013).

Outro exemplo, o texto Desescondendo o Brasil Profundo de Célio Turino aparece no Cultura Viva... (Brasil, 2005a), no Programa Cultura Viva... (Brasil, 2010a), no Almanaque Cultura Viva (Brasil, 2010b), o Teias - cada ponto cria um centro de TT Catalão está no Almanaque Cultura Viva (Brasil, 2010b) e no Nem é erudito, nem é popular (Fonteles, 2010). Essa matriz de sentidos estabilizados se insere na lógica dos discursos pedagógicos caracterizada pela circularidade: discursos que se autoalimentam por meio

da repetição constante (Orlandi, 1996, p.15). A repetição desses enunciados e a regularização de seus sentidos constituem a memória discursiva do PCV.

No entanto, a narrativa dominante pode levar ao “fechamento do espaço político” (Corten apud Indursky et al., 1999, p. 40), criando um efeito de polifonia que, na realidade, produz monologia. Embora múltiplas vozes participem do discurso, todas convergem para a mesma direção, reforçando sentidos predefinidos e limitando a diversidade de interpretações.

O MinC, ao fortalecer os pontos em seus discursos, se fortalece porque mostra como a política pública foi bem-sucedida, e os pontos – ao repetirem o discurso institucional – se fortalecem porque ocupam espaços de interlocução antes a eles vedados. Com este duplo fortalecimento, apaga-se o trabalho de tornar evidente alguns acontecimentos – e não outros – e naturaliza-se uma versão do programa, que passa a ser história. No entanto, a questão do fortalecimento recíproco, motivo da parceria, não é explicitada, é velada.

A representação do político construída no espaço de formulação cria uma ficção porque a questão do poder é elidida. Governo e sociedade ocupam os mesmos espaços de argumentação, ocultando as diferentes posições sociais ocupadas por cada grupo: eles são parceiros. Da mesma forma não se diz, nem governo nem sociedade, que eles querem se manter no poder, querem continuar ocupando os espaços conquistados. A questão do poder é o implícito com o qual todos dialogam (Labrea, 2014).

1.1. Representações, normatividade e descrição

Muitas pesquisas, realizadas pelos consultores vinculados ao Estado e pela academia, misturam análise e engajamento normativo. Essas análises se relacionam mais com a referencialidade construída, isto é, com as representações comuns construídas a respeito do CV por meio da memória discursiva, do que com evidências históricas e empíricas.

A propósito dessa questão, há grande confusão também entre pesquisa, avaliação, monitoramento e seus usos políticos. Cada modalidade interpretativa também se presta a outros usos que não os de compreensão e da crítica.

Evidentemente, essas atividades são diferentes, mas entre elas podem existir pontes. O problema central, entretanto, é a construção de evidências que ajudem na descrição, sempre interpretativa, dos fatos que envolveram a implementação do programa em suas múltiplas dimensões.

Dessa maneira é bom que algum esforço seja realizado para dar uma ordem mesmo que provisória ou fazer distinções entre aspectos diversos, entre conteúdos discursivos da ação pública e algumas das suas operações. Não há dúvidas que apenas acrescentaremos camadas interpretativas ao objeto, mas

esperamos que elas tenham significado e orientem em direção à compreensão de alguns dinamismos do programa. Para tal, descreveremos a relação entre o programa e seu planejamento formal nos Planos Plurianuais (PPA's) e os resultados da organização do programa através do método do Modelo Lógico (ML).

1.2. Entre planejamento formal, formulação, implementação e o redesenho

Com a intenção de dar uma ordem aos debates e reflexões sobre os Pontos de Cultura, partimos de nossas experiências de avaliação e pesquisa específicas. Para tal descreveremos o programa e suas relações com o Planos Plurianuais (PPA), com suas sucessivas mudanças e os Modelos Lógicos elaborados para o programa e que apenas parcialmente traduziam os PPA's.

O primeiro Modelo Lógico (ML) foi desenvolvido com o objetivo de auxiliar na avaliação do Programa Cultura Viva. Esse marco representava, essencialmente, uma reflexão sobre a avaliabilidade do programa, ou seja, se ele apresentava os elementos formais indispensáveis para a realização de uma avaliação eficaz.

O segundo ML, por sua vez, foi elaborado com foco no redesenho do programa, que enfrentava desafios decorrentes da necessidade de articulação com estados, Distrito Federal e municípios, além de lidar com significativas oscilações conceituais. Nesse processo de redesenho, foi introduzido um terceiro ML, direcionado especificamente às atividades administrativas da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC).

O programa precisava se alinhar à nova metodologia implementada no modelo de planejamento governamental adotado no Plano Plurianual 2012–2015, adequando-se ao ciclo político conduzido pela presidenta Dilma Rousseff. Esse ciclo buscava fortalecer a gestão pública, promovendo maior qualificação e transparência na execução das políticas públicas.

No entanto, em 2011, a proposta de redesenho gerou desconfiança entre os pontos de cultura. Para alguns, essa iniciativa era vista como uma estratégia para dismantelar o Programa; para outros, não havia necessidade de mudanças, pois os conceitos originais eram considerados adequados e suficientes. O que se reivindicava, nesse caso, era o retorno às práticas anteriores.

As resistências ao redesenho foram grandes e justificadas naquele contexto de dúvidas e dificuldades administrativas, dificuldades fiscais no contexto mais amplo das políticas federais e dificuldades relacionadas às orientações políticas – naquele momento a concepção mais clássica de investimento em equipamentos já se apresentava, inclusive pela presença do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Esses processos e avaliações estão distantes historicamente e precedem uma inflexão conservadora

que praticamente paralisou o programa no período de 2016 a 2022. Muito aconteceu recentemente na retomada do programa e desde a aprovação da Lei nº 13.018/2014 que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, Lei Complementar nº 195/2022 Paulo Gustavo e Lei Complementar nº 202/2023; Lei nº 14.399/2022 que instituiu Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura que vinculou recursos à PNCV quando das transferências de recursos para estados, DF e municípios.

A memória permite recolocar um dos problemas recorrentes no campo das políticas públicas, quer dizer, a questão das assimetrias de informações entre atores. Essas facilmente se transformam em problemas de comunicação entre empreendedores da política, gestores e sociedade civil. Certamente os conflitos, interesses e as estratégias que decorrem daquelas assimetrias nem sempre ajudam na efetivação de escolhas adequadas e muito menos coordenadas. A imaginação política facilmente se torna presa da busca de bodes expiatórios e culpados no fracasso e, no caso de sucesso, surgem os heróis populistas (Laclau, 2005) e suas simbologias.

Para contornar essas idealizações é bom contextualizar e, quando possível, construir evidências quantitativas (análise de cadastros com informações socioeconômicas ou dados orçamentários) ou qualitativas (análise de documentos, entrevistas etc.). Nos propomos a construir algumas evidências a partir dos documentos, dados orçamentários e cadastro do programa. Veremos o quanto a implementação de um programa com muitas fases, níveis e ritmos podem produzir opacidades a respeito dos seus significados.

Planejamento formal (Plano Plurianual - PPA), planejamento institucional (ML) e implementação guardam relações de interdependência que não são lineares. Essa reflexão permitirá deslocar, talvez, argumentos de responsabilização política para outros argumentos relacionados aos contextos institucionais, especialmente para os contextos fiscais e orçamentários.

A **seção 2** apresenta as mudanças do PPA e segue as mudanças do próprio CV ao longo das suas formas de estruturação. Seguiremos dois passos nessa seção. Primeiro descreveremos a estrutura de programas do Plano Plurianual (PPA) do Ministério da Cultura (Minc) e depois localizaremos o Programa Cultura Viva no PPA.

A **seção 3** mostrará a instabilidade das ações do programa do ponto de vista orçamentário. Ressaltamos que nem todas as ações, por técnica de gestão, aparecem no orçamento. Os editais de prêmio do CV de 2007 a 2011 estão listados abaixo, totalizando 1.382 iniciativas e investimento de R\$ 53.410.690 e apontam para o fato de outras narrativas podem ser contadas a partir dos Editais, embora estejam claramente conectadas aos recursos financeiros e ao método de seguir o dinheiro (Barbosa da Silva; Labrea, 2014, p.62).

O cotejo entre os dois primeiros Modelo Lógicos do PCV, a partir da aposta dos gestores e a análise da

polissemia que o CV produz integra a **seção 4**, seguida das considerações finais.

2.0. O PCV: a tensão entre a potência e a gestão



Imagem e texto: TT Catalão, 2008.

É conveniente ter presente os parâmetros de referência de qualquer avaliação. É da análise histórica que saem as possibilidades de avaliar a instabilidade de concepção, os deslizamentos de sentidos práticos, discursivos e das ações institucionalizadas.

É no campo das concepções, operações práticas e ações que distinções podem ser feitas para ilustrar o fenômeno empírico e suas transformações históricas. É necessário dizer que não existe apenas uma maneira de organizar a interpretação da experiência histórica do Cultura Viva e de suas ações. Por nossa vez, buscamos um diálogo entre o desenho do programa, seus ML, os dados sobre as implementação e orçamento e o PPA.

O CV foi composto de ações que puderam servir de figura metonímica da totalidade do programa, a exemplo do Agente Cultura Viva, da Ação Griôs, da Cultura Digital, Agente Escola Viva, Pontinhos, Tuxauá, Interações Estéticas, Economia Viva, Teia etc., que podemos associar às múltiplas redes do CV. Organizar redes com os grupos culturais beneficiários dos editais do Programa Cultura Viva foi uma iniciativa da Secretaria para fazer a gestão compartilhada do programa.

As noções de rede que o CV mobilizou são polissêmicas, diziam respeito a articulações locais, regionais, estaduais e nacional, entre os pontos e pontões de cultura e comunidades, às relações entre pontos, entre pontos e pontões, às redes virtuais, a espaços e eventos de inclusão e participação social, à mobilizadores regionais, aos circuito culturais e à forma de gestão do programa. Eram redes dentro de

redes.

A rede, no PCV, era uma metáfora para designar os espaços de participação social, usada indistintamente, sem considerar desenho ou envolvimento de vários espaços e territórios, como descreve a gestão e as ações do programa, os grupos de discussão virtual, a forma dos pontos se organizarem, os eventos. Um olhar atento diria que no programa, tudo era rede (Labrea, 2014).

Da mesma forma, mobilizou metáforas e metonímias que deram significado ao conjunto, a exemplo da ideia de potência e da recusa de se pensar o programa pelas faltas. O discurso institucional do CV repetia os atributos das redes, mas não mostrava como viabilizar essas articulações, o projeto compartilhado, nem tampouco como mensurar se elas estavam sendo bem-sucedidas, do ponto de vista da efetividade da política que se pretendia implementar.

Evidentemente, a questão das faltas e carências vão e voltam a respeito da acessibilidade, da qualidade dos equipamentos, das necessidades de capacitação e dos instrumentos de conexão em rede. Portanto, concorre com a descrição das potências, a oposição tradicional entre Pontos de Cultura e equipamentos. Essa oposição faz parte da história do programa e do fracasso da concepção das Bases de Apoio à Cultura (BAC's), projeto abandonado e que precedeu o programa Cultura Viva.

Finalmente, pode-se dizer que o programa conviveu com uma interessante tensão. Induzir ações específicas ou fomentar projetos da sociedade civil. O desenho do programa no PPA mostra que ações de indução foram importantes nos primeiros ciclos, embora tenha sido sensível às dificuldades de implementação.

Abstraindo essas questões, o CV transformou os significados das políticas que eram centradas nos equipamentos culturais e as deslocou para outras ideias. Direitos culturais, democracia, empoderamento, protagonismo, autonomia, sustentabilidade, horizontalidade, transversalidade, transparência, participação, atuação em rede etc. criavam um “outro virtual” para as políticas universalistas. As associações entre Estado e “políticas culturais de proximidade”, comunitárias e baseadas na movimentação e auto-organização autônoma e participativa da sociedade civil foram ganhando vigor.

Estes grupos, com a chancela e o reconhecimento do Estado, tornam-se pontos de cultura e ganham recursos para que, teoricamente, façam aquilo que já faziam, agora com escala, novos equipamentos e uma certa estabilidade. Essas atividades são muito diversas e representam impacto diferenciado na instituição. Há casos em que o projeto do ponto de cultura é central na organização e constitui sua principal – às vezes, única – ação e fonte de financiamento, enquanto há casos em que o ponto de cultura é mais um projeto entre um conjunto de ações, programas e projetos institucionais (Barbosa da Silva, 2011, p. 29). A ideia do Programa Cultura Viva é estimular iniciativas culturais já existentes: o Ponto já é (Brasil, 2005a, p. 32).

As políticas públicas do MinC reinventam um novo Estado, oxigenado pela ampla participação e criando novos instrumentos de diálogo e de possibilidade de acesso; são os poros abertos das práticas democráticas (Ferreira apud Brasil, 2009b).

A reinvenção do Estado, para além do discurso, não é algo instantâneo ou intuitivo, protagonizado por apenas um ministério ou uma secretaria. Ao contrário, o ciclo de implementação do programa segue modelos convencionais (Labrea, 2014, p. 99).

Afirmar que a política é pensada para ser realizada de baixo para baixo, de forma horizontal é no mínimo desconhecer ou minimizar um dos elementos mais importantes da política governamental, o Estado. Os pontos, entre si, podem estabelecer relações horizontais, mas a relação entre Estado e Pontos é necessariamente assimétrica, vertical e hierárquica, dadas as funções sociais de cada segmento. Além disso, há que se considerar que toda a proposta estrutural dos pontos de cultura como a ideia de rede, protagonismo, empoderamento, autonomia é formulada pelo Estado, a priori. Ou seja, o Estado escolhe as categorias a partir das quais os Pontos de Cultura vão criar suas referências. A ideia de que o Ponto de Cultura continua fazendo o que já fazia antes de receber recursos estatais também é uma ideia de Estado.

De qualquer maneira, os referenciais de políticas, as crenças que elas mobilizam, devem ser articulados com quadros globais. Portanto, analiticamente, devem ser contrastados com o plano normativo e com as metodologias de ação.

Na ausência de recursos operacionais suficientes e métodos poderosos de transformação social e resolução dos problemas enunciados, podemos afirmar que os referenciais de política pública (valores e ideias gerais) mudam, mas não mudam os paradigmas, isto é, a configuração de “problemas representados e operações instrumentais”. O campo da política foi dividido, isto é, de um lado os mercados simbólicos das artes, eventos e patrimônio e de outro a cultura em sentido antropológico.

A tensão entre as comunidades de política da sociedade civil, relacionados aos mundos das artes foi tensionado com os mundos das comunidades de formas de vida. A oposição entre esses conjuntos passou a dar a tônica do Cultura Viva, embora ambos tenham identidade comum na demanda de autonomia em relação aos mercados “econômicos” e, mesmo de relativa autonomia em relação ao Estado (“fazer o que se sabe fazer” ou “fazer o que está previsto no projeto” virou bordão); de qualquer maneira, muito do que se faz em termos de política cultural ainda envolve o instrumento mais tradicional da política, ou seja, fomento a projetos, uma associação entre fomento (ação do Estado) e implementação (a partir de proposta feita pela sociedade civil).

Outra oposição comum é a do equipamento (como capital imobilizado) e projeto (fomento a grupos,

associações, comunidades etc.). Na verdade, a julgar pelo padrão de custeio e investimento, o campo das políticas federais ainda trata de equipamentos culturais em termos tradicionais. No entanto, as diferentes políticas herdaram a ideia dos pontos de cultura, a exemplo dos pontos de memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e dos pontos de leitura da Secretaria do Livro, Formação e Leitura.

Ainda aqui é necessário assinalar que tanto os pontos de memória, quanto os de leitura fazem diferentes conexões entre equipamentos e espaços de ação com instrumentos de política cultural, podendo abranger pessoas físicas, jurídicas e coletivos culturais, mas também ações coordenadas e cooperativas com equipamento de cultura, como museus, bibliotecas e centros culturais.

Na gramática de ação dos atores da sociedade civil e nos seus discursos a indisponibilidade de recursos pode implicar em argumentos, generalizações, conflitos. Diferentes formas de generalização simbólicas foram mobilizadas com acusações de falta de priorização e até mesmo na vontade de desconstrução do programa. O contraditório mobiliza diferentes ponderações sobre capacidades administrativas a argumentos *ad hominem* (argumentos contra pessoas e suas motivações) muito comuns na política nacional. Esses argumentos são mobilizados à direita e à esquerda.

Na administração pública, no entanto, os sentidos mobilizam elementos variados, inclusive materiais, que incluem recursos financeiros, produção de editais, questões relacionadas a passivos de prestações de contas até mudanças estruturais e organizacionais que exigiriam atenção. Aliás, no momento da produção do segundo ML, encontramos a SCDC envolvida com passivos nas prestações de contas e desconfianças em relação às políticas fiscais e econômicas. Também não é desconhecido o tema da junção de Secretarias finalísticas no âmbito do programa Cultura Viva. Parece algo trivial para aqueles que lidam ou concorrem a editais, mas não se trata de um evento desprezível administrativamente.

Em todo o caso, os estilos de administração contam e deixam marcas na história da ação pública. Já falamos dos semeadores e ladrilhadores como figuras descritivas dos modos de operar dos empreendedores de políticas. O primeiro está mais próximo da ideia de incrementalismo, ou seja, de construções graduais e processuais e a segunda, do racionalismo, que faz do planejamento formal um dos recursos básicos. Agenciar, coordenar, planejar e controlar são verbos típicos da ação do Estado. É difícil equilibrar esses verbos com as práticas locais e singulares, flexíveis e móveis da sociedade civil e das comunidades de cultura.

O Estado brasileiro no âmbito das políticas culturais tem ambas as características. De um lado, tem a pretensão do planejamento das ações, sendo que os grandes desafios institucionais, o grande número de áreas e demandas, a heterogeneidade de atores e situações organizacionais se associam às fragilidades das capacidades estatais. Por outro lado, na área cultural há uma forte inclinação para a criatividade e flexibilidade, para ações e disposições práticas mais adaptados aos dinamismos das redes de

atores, redes instáveis, dinâmicas e fluídas que caracterizam a cultura.

O CV passou bem pelos anos de crescimento econômico decorrentes dos efeitos do “boom das commodities” e da gestão macroeconômica do primeiro Governo de Lula, foi influenciado pelos períodos pré-eleitorais, pela crise de 2008 (que teve efeitos retardados em função das políticas anticíclicas do segundo Governo Lula) e pelas crises sucessivas no campo político e econômico. As interpretações sobre as gestões do Partido dos Trabalhadores a partir do Governo da presidenta Dilma Rousseff, começam por lutas políticas sobre os significados das mudanças ministeriais e pelo trabalho de manutenção ou ampliação de posições dentro do próprio Ministério.

Em 2011, Ana de Hollanda assume o MinC e com a chegada de uma nova gestão mudam as prioridades do ministério. Essa reorganização argumentativa e praxica do MinC segue a nova orientação da Presidenta Dilma Rousseff: a erradicação da miséria, a aposta do governo em geração de renda, emprego, trabalho e educação. Um sinal de que a orientação argumentativa e praxica da política se modificou é dado no discurso de posse da nova Ministra em que se enfatiza que embora a Presidenta Dilma tenha se comprometido a continuar a obra do Presidente Lula, continuar não é repetir.

Para a nova Ministra, continuar é avançar e os sentidos desse avanço são dados desde o início de sua gestão: estar vinculada aos objetivos de governo da Presidenta Dilma, relacionar educação e cultura, fomentar a economia da cultura e, principalmente, defender os direitos do criador. A nova Ministra logo ao chegar retirou do site do MinC o selo da Creative Commons – licença que libera a divulgação de conteúdos na internet sem cobrança de direitos por parte dos autores –, e decidiu revisar o anteprojeto de reforma da Lei de Direitos Autorais que fora preparado na gestão anterior e isso repercutiu de forma muito negativa nas redes e na mídia.

O discurso de Ana de Hollanda instaura uma ruptura com a gestão anterior e há descontinuidade na gestão da política. Por parte do MinC, embora se mantenha discursivamente o vínculo com o que já foi feito, as práticas traduzem uma nova orientação que é entendida pelos pontos e pontões de cultura como um retrocesso.

O sentimento por parte dos pontos de cultura é que há uma ênfase na gestão da política, uma priorização dos usos dos instrumentos, em detrimento da potência e de tensionar os mecanismos de Estado, para modificá-los. Um primeiro movimento da nova gestão é organizar um cronograma para o pagamento dos convênios e editais atrasados, cancelar vários editais por erros em sua condução e perda de prazos, se debruçar no passivo deixado. Ou seja, enfatizar os aspectos conflitantes da política.

Os pontos e pontões de cultura, nas redes agora esvaziadas de gestores, entendem que a opção por priorizar aspectos formais da política criminaliza os pontos de cultura, produz um discurso da incompetência que enfatiza as dificuldades em dialogar com os instrumentos.

Evidentemente, no campo das práticas políticas, esse jogo de reflexos é muito confuso e, por isso, de difícil interpretação. Quer dizer, o novo governo era de continuidade, reivindicava heranças e propunha mudanças, nem que fossem de ênfases; ao mesmo tempo era criticado tanto pela herança reivindicada quanto pelas mudanças propostas. É assim mesmo que funciona o jogo pela disputa de narrativas.

Na verdade, a base política do governo de continuidade muda, o contexto de funcionamento das próprias instituições muda e o desejo dos grupos em saída de manter posições permanece. A mobilização de referenciais consolidados esconde mudanças substantivas de contexto interno e externo. A luta simbólica por legitimação e deslegitimação é muito mais ambígua do que dispõe a pretensão de interpretação racional e faz parte dos campos de poder. Seja como for, as mudanças de estilo de gestão e concepção de ação pública deixaram o jogo conflitivo à flor da pele.

Nossa hipótese é que as mudanças na base institucional na qual se desenvolve a política recoloca os termos das lutas simbólicas setoriais, independentemente do que é feito, dos programas efetivos e dos desafios históricos e contextuais.

Retomemos o fio da meada histórica. Depois da estabilização advinda do Plano Real em meados dos anos 1990, iniciou-se um longo período de práticas monetárias e fiscais baseadas em metas de inflação, regime cambial flutuante e responsabilidade fiscal. Em 2008, o Brasil já atingia graus de investimento razoáveis, mas começava a enfrentar uma mudança no cenário internacional que impactaria os dinamismos econômicos internos e nas condições de desempenho do setor público¹.

As políticas anticíclicas do Governo Federal adiaram os impactos visíveis que começam a ser perceptíveis a partir de 2012 e se desdobram em crise fiscal no segundo semestre de 2014. Essa crise levou a um ajuste fiscal em 2015 e reformas em 2017, ambas implementadas em contextos de crise de legitimidade política. No campo econômico-financeiro as restrições foram crescentes. No campo político as mudanças ministeriais do fim do segundo mandato de Lula e primeiro de Dilma impactaram na gestão do CV.

O campo administrativo é um espaço estruturado com funções formais bem definidas e relações informais estruturadas a partir das características pessoais dos ocupantes. O julgamento das características pessoais e sua adequação às suas funções é uma constante. Por essa razão é possível, como se diz, fulanizar a administração e isso faz sentido no jogo das classificações sociais, nas construções simbólicas do campo administrativo e na argumentação estabelecida para distribuir capital – sobretudo ganhar – político-administrativo e legitimidades, mas é imprescindível colocá-la sob o pano de fundo do con-

1. CAVALCANTE, Pedro; NOGUEIRA, Ronaldo Alves; Crise Fiscal e Reforma do Estado: uma análise longitudinal das contas públicas federais, in Reformas do Estado no Brasil-Trajetórias, inovações e desafios, IPEA/ RJ, 2020, página 87.

texto objetivo.

Em 2008, as restrições orçamentárias, ou seja, o predomínio dos guardiões fiscais e dos controladores das políticas já começava a se desenhar no horizonte. Crise fiscal e a desconfiança já começavam a respingar no cotidiano da administração pública federal. O setor cultural não sairia ileso, nem em relação aos dramas fiscais, nem as desconfianças, claro, desconfianças institucionais, dos órgãos de controle. Mas, o clima da opinião sobre as ações muda e com elas as interpretações.

A primeira pesquisa avaliativa do Ipea (Barbosa da Silva; Araújo, 2010) analisou 386 (73%) dos 526 pontos de cultura conveniados até o fim de 2007. De cara, o estudo mostra que, embora os editais tenham aberto a porta dos recursos públicos para novos atores sociais e dado visibilidade a iniciativas culturais antes confinadas às próprias comunidades, a inovação trouxe consigo várias encrencas na hora de pôr tudo em prática.

No entanto, em que pesem serem percepções de quem demanda informações, ou seja, de quem se relaciona diretamente com as instituições e percebe-as do exterior e de longe, pode ser relativizada em seus sentidos específicos. No senso comum compartilhado, enquanto havia recursos e editais sendo produzidos, questões relacionadas aos problemas do programa foram minimizadas. Na verdade, não se tratava apenas de recursos, mas de uma percepção de ebulição criativa no Ministério da Cultura. O tempo era de semear e as restrições do dia a dia podiam ser relevadas ou simplesmente omitidas.

Claro, os ponteiros têm diferentes perspectivas a respeito de um programa governamental e talvez não faça sentido esperar preocupações com deficiências administrativas². Eles devem lidar com recursos e critérios oferecidos pelas estruturas de regras e normas institucionais, formais ou informais. Todavia, se interessam em acessar os recursos para praticar a cultura e desenvolver redes relacionadas à produção simbólica. Sobretudo, os agentes culturais fazem cultura, e o fazem em diversos sentidos, ao valorizarem um ofício, seu modo de vida, suas tradições, suas comunidades e sua maneira de olhar a política. Há toda a razão por parte deles em imprimir certa resistência a despendar tempo com atividades próprias de gestão burocrática.

De qualquer forma, a bem da verdade, os ponteiros são também gestores. Organizam o uso dos recursos e, com maior ou menor habilidade, evidentemente, se desincumbem das atividades rotineiras de prestação de contas e registros formais, como ficou bem enfatizado ao longo das duas pesquisas avaliativas realizadas³. As preocupações, entretanto, são outras relacionadas ao que devem fazer no cotidiano e como os recursos podem ser alcançados.

2. BARBOSA DA SILVA, F. et al. *Cultura Viva – as práticas de pontos e pontões*. Brasília: IPEA, 2011.

3. BARBOSA DA SILVA, Frederico A.; ARAÚJO, Herton Ellery (org.). *Cultura Viva – avaliação do programa arte cultura e cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.

Deixamos o tema das capacidades institucionais, dos interesses e das complexas relações que mantêm com a interpretação dos significados do programa. Registre-se que o tempo de semear é o que ficou como identidade histórica, por contraposição ao tempo de ladrilhar, ou seja, pavimentar os caminhos administrativos do programa Cultura Viva e dos seus critérios enquanto parte de política pública. É hora de voltar aos esquemas formais de estruturação do programa, eles existiram antes dos anos 2010, mas sem o tratamento sistemático de questões relacionadas a capacidades administrativas.

2.1. Os PPA do Ministério da Cultura

A nossa escolha é pela descrição do CV pela sua estrutura e historicidade, seja, na figura formal do seu planejamento (PPA) ou nas figuras dos seus Modelos Lógicos. Isso posto, reafirmamos que usar a história e o contraste empírico não é uma postura crédula em relação à neutralidade da interpretação, mas afirmar que a avaliação deve produzir evidências a respeito do objeto a ser avaliado. Descrever a forma do programa é estabelecer apenas parte da sua identidade, talvez a menos relevante.

Essa construção interpretativa permite assinalar aspectos que as representações usuais invisibilizam. O programa é instável conceitualmente, cada ação do conjunto tem histórias que não convergiram e nem tiveram o mesmo grau de priorização e amadurecimento. Algumas delas foram abandonadas. Ao mesmo tempo, localizar o programa na estrutura institucional dá uma perspectiva mais clara das complexidades das políticas culturais e das relações de um programa específico com o conjunto de programas setoriais e com as políticas governamentais mais gerais, especialmente com as políticas fiscais.

Assim, não se trata apenas opinar sobre o programa, mas descrevê-lo em suas camadas de significações. Aliás, diga-se que há diferenças disciplinares na construção de problemas avaliativos no campo das políticas públicas e nas demais ciências sociais que impactaram nas interpretações do CV. Para muitos analistas a interpretação, mesmo no processo avaliativo, é uma tomada de posição positiva ou negativa, um posicionamento político, a respeito do objeto avaliado e até mesmo pode se tornar numa tomada de posição metodológica. Concordamos que a avaliação não é neutra politicamente, mas discordamos do enfoque. A avaliação deve apontar para as necessidades de aperfeiçoamento do conjunto de ações, portanto, deve ser crítica, deve apontar problemas.

Outra questão a ser considerada é a dificuldade de tradução do programa na linguagem orçamentária e, mesmo, do PPA. De qualquer forma, há grande dificuldade de tradução das concepções e interesses discursivos dos gestores da efetiva ação em curso. Antes de apontar a fragilização das possibilidades de interpretação, monitoramento e avaliação que disso resulta, gostaríamos de assinalar as dissonâncias entre as diferentes estruturas: PPA, Programa formal e substantivo, orçamento e realização financeira e as concepções dos agentes envolvidos com a execução institucional, sejam eles empreend-

edores – aqueles que inventam, fazem sínteses, generalizações simbólicas, convencem e mobilizam outros atores –, administradores – que estabelecem e seguem procedimentos na burocracia cotidiana –, implementadores – que articulam as ações no território e meio a múltiplos outros, controladores ou avaliadores.

As políticas públicas ou os programas de ação governamental têm o desafio de associar planejamento e processos de orçamentação. Para que esse pressuposto seja efetivo depende-se de arranjos institucionais específicos, tanto macroestruturais, como a política fiscal, quanto micro institucionais, isto é, relativos ao desenho das relações entre orçamento e suas regras e PPA. A ideia de orçamento organizado por programas e esses estruturados por desempenho é presente na administração pública desde a década de 1960 pelo menos. No entanto, interessa-nos as linhas gerais dos problemas de conexão entre programa e orçamento posteriores à CF/1988.

A ideia é que o programa seja unidade de gestão, construa-se baseado em problemas sociais identificados e enunciados, se alinhem com objetivos, indicadores de resultado e estrutura gerencial.

O Modelo Lógico foi desenhado para formalizar o conjunto de ações necessárias para enfrentar os desafios, bem como para a avaliação dos programas e se prestou a inter-relações com a orçamentação. Pode-se dizer que o ML formaliza o planejamento, investe nas apostas e plano de ação, bem como delimita e propõe recursos e capacidades.

Em todo o caso, planejamento, orçamento e gestão são realidades específicas que se conectam de forma mais ou menos intensa. Como se diz, não basta apenas planejar, é necessário administrar e avaliar para corrigir rumos.

Alguns elementos são constantemente objeto de crítica no orçamento e que tem impacto na gestão. O detalhismo do orçamento por exemplo dificulta a gestão. As regras de transferência de recursos de uma ação para outra encontra na exaustividade dos elementos orçamentários uma limitação da gestão, o que se relaciona com a demanda de instrumentos de flexibilização orçamentária. Assinalamos essa questão pois várias foram as mudanças para responder às críticas. Vamos a elas.

Em 2003, último ano do PPA do segundo Governo FHC e primeiro ano do primeiro governo de Lula, o MinC contava com 12 programas, sendo que 8 deles eram finalísticos: 0166 – Música e Artes Cênicas, 0167 – Brasil Patrimônio Cultural, 0168 – Livro Aberto, 0169 – Cinema, Som e Vídeo, 0170 – Produção e Difusão Cultural, 0171 – Museu Memória e Futuro, 0172 – Cultura Afro-brasileira e 0813 – Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico.

A partir de 2004 esses programas experimentam continuidades, descontinuidades e aperfeiçoamentos. No primeiro momento, entre os movimentos que explicam os redesenhos de programas estão as reformas estruturais do MinC. Os programas sombreados ou sobrepostos entre MinC na sua adminis-

tração central e as instituições vinculadas serão remodelados. Por exemplo, o programa Monumenta vai sendo gradualmente deslocado de uma secretaria interna ao Ministério para o IPHAN. O programa do audiovisual e cinema tem objetivos revistos para que competências específicas sejam distribuídas entre secretaria do MinC e Ancine.

Outros programas são criados já em 2004, 1142 – Engenho das Artes, 1278 – Cultura e Tradições: Memória Viva e o nosso programa focal emerge com o nome 1141 – Cultura, Identidade e Cidadania. Em 2005 aparece o programa 1355 – Identidade e Diversidade Cultural que se transforma no ano seguinte em 1355 – Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural. Esse programa vai ser incorporado mais tarde pela Secretaria da Cidadania e Diversidade e Cidadania (SCDC) já no governo Dilma Rousseff e será um dos objetos do chamado “redesenho”. Em 2007 é criado o programa 1391 – Desenvolvimento da Economia da Cultura – PRODEC, mais tarde a ideia de economia da cultura desliza para uma versão brasileira de Economia Criativa, e essa ideia dá ensejo ao que se transformará num plano e terá uma secretaria própria.

2.2. De programa a meta: mudanças metodológicas do Cultura Viva

De volta ao Cultura Viva. Em 2005 o programa Cultura Viva muda de nome, de Cultura Identidade e Cidadania passa ser conhecido por 1141 – Cultura, Educação e Cidadania, nome do programa até 2011.

Ainda em 2005 o CV tinha 4 ações: 2272 – Gestão e Administração do Programa; 2948 – Cap. de Art., Téc. e Prod. em Arte e Cultura em Áreas Habitadas por População de Baixa Renda; 2948 – Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura; 2A75 – Escola Aberta à Cultura – Escola Viva; 5104 – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura; O Cultura Viva possuía uma ação de gestão e outras cinco finalísticas.

Em 2008, o programa manteve o número-código e mudou de nome, passando a se denominar 1141 – Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania; suas ações eram as seguintes: 009L – Concessão de Bolsas para Agentes Culturais; 2272 – Gestão e Administração do Programa; 2948 – Capacitação para Ampliação do Acesso à Produção, Fruição e Difusão Cultural; 2A75 – Escola Viva – Cultura, Educação e Comunidade; 5104 – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura; 8886 – Apoio e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura;

Em 2012, o conceito de programa sofreu alterações significativas no Plano Plurianual. As mudanças metodológicas feitas na estruturação do PPA eliminaram a multiplicidade de programas e a cultura passou a ter a partir daí apenas um programa finalístico que abrigou ações, iniciativas, metas e objetivos.

O programa Cultura Viva desaparece do PPA como programa formalmente estruturado aos moldes dos antigos PPA's, mas não desaparece como parte de um conjunto de ações ministeriais; inclusive, deve-

se assinalar, o programa dos pontos, pontões e redes ganha forma na Lei Cultura Viva e contornos na Política Nacional de Cultura Viva.

No entanto, voltando a 2012, o Ministério da Cultura apenas desenvolvia um programa: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso e, já com mudanças metodológicas significativas, o Cultura Viva se transforma em ação única, na verdade, na mudança metodológica o Cultura Viva se transforma em iniciativa, associada a entregas; esse é o conceito tradicional e usual para as ações. A Iniciativa é a 20K9 - Fortalecimento de Espaços e Pontos de Cultura e Desenvolvimento e Estímulo a Redes e Circuitos Culturais⁴.

Ao nosso ver, não se trata de perda de status, mas de mudança metodológica do plano e do processo orçamentário que, inclusive, permite maior flexibilidade na gestão orçamentária, considerando que programas e ações mais agregados permitem realocação dos recursos. Evidentemente, se houve alguma intenção de descontinuação do programa, ela não deve ser lida nas questões metodológicas ligadas ao PPA, mas ao conjunto de prioridades e não prioridades político-institucionais.

Não localizamos registros para 2013, 2014, 2015 e 2019. Em 2016, 2017 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento com apenas uma ação 215G - Implementação da Política Nacional de Cultura Viva; em 2020, o programa setorial fica mais simples: o programa é o 5025 - Cultura e a ação correspondente ao CV é a 215G - Implementação da Política Nacional de Cultura Viva.

Para a visualização, sintetizamos no quadro 1 o PPA 2016 de forma exemplificativa e apontamos a localização do Cultura Viva.

4. A finalidade é “fortalecer espaços, redes, circuitos e pontos de cultura para a criação, pesquisa, memória, produção, formação, circulação, fruição, cooperação, intercâmbio, inovação, comunicação, articulação e mobilização artístico-cultural e sua descrição é “fortalecimento de espaços, redes e circuitos culturais, diretamente ou em parceria com estados e municípios, por meio de seleção pública de agentes, grupos ou organizações, considerando as seguintes categorias: a) Cultura e Diversidade: voltados para as manifestações e expressões tradicionais e de cultura populares, indígena, matrizes africanas, povos de terreiro, ciganos, LGBT, dentre outros; b) Cultura e Cidadania: voltados para ações de arte, cultura e formação para a cidadania, sobretudo, para crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiências, dentre outros; c) Comunicação e Cidadania: voltados para ações de produção audiovisual, multimídias, cultura digital, jornalismo cultural, mídia livre, tecnologias da informação e formação crítica em comunicação para cidadania; d) Gestão de Redes: voltados para ações de formação para cidadania cultural, gestão democrática de processos e resultados, articulação de redes de pontos de cultura, organização de circuitos, monitoramento e avaliação; e) Redes Criativas e Colaborativas: realização de residências culturais, multidisciplinares, presenciais e à distância, implementação ações de intercâmbio, trocas de experiências e práticas culturais e artísticas, de incubadoras ou laboratórios, envolvendo agentes, grupos, produtores e gestores culturais, participantes de pontos de cultura, de produtoras culturais, de laboratórios de universidades e/ou outras organizações da sociedade civil. f) Redes de Cooperação e Sistemas Locais de Inovação: desenvolvimento de ações de incentivo à promoção de políticas públicas de cultura, em especial, reunindo pequenos municípios do país, articulados à implantação do Sistema Nacional de Cultura, com incentivo à rede de trocas, moedas criativas e economia solidária; desenvolvimento de ações de intercâmbio e circulação de agentes, gestores e ou grupos culturais em âmbito nacional e internacional”, fonte: siop.planejamento.gov.br/aceso em 01/maio/2024.

Estado	Estrutura	Pontos, pontões e redes (Cultura Viva)
Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados	4 metas, 12 iniciativas, 3 ações	
Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	18 metas, 7 ações	Meta: Apoiar 200 Pontos de Memória, em consonância com o Programa Cultura Viva
Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais	7 metas, 7 iniciativas, 12 ações	
Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística.	4 metas, 16 iniciativas, 8 ações	Meta: Fomentar 6 mil Pontos de Cultura, em consonância com a Política Nacional Cultura Viva. Iniciativas: 1) Apoio a Pontos de Leitura e Pontões de Cultura com o propósito de fortalecer a função de articuladores nos territórios correspondentes 2) Implementação da Política Nacional Cultura Viva no âmbito do Sistema Nacional de Cultura 3) Articulação entre Secretarias e vinculadas do MinC, além de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estados e municípios, para o fomento e a identificação de Pontos de Cultura 4) Promoção do reconhecimento como Pontos de Cultura de iniciativas de difusão da cultura brasileira no exterior 5) Aumento de 1 para 5 do percentual de acessibilidade cultural na rubrica orçamentária das Redes de Pontos e Pontões de Cultura.
Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	4 metas, 7 iniciativas, 11 ações	
Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	2 metas, 13 iniciativas, 6 ações	
Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país	4 metas, 14 iniciativas, 2 ações	

Elaboração própria, a partir do Siop/Planejamento, 2025.

Se nessa parte ficou insinuada a heterogeneidade do Cultura Viva em relação às formas organizacionais e aos diferentes momentos do PPA; também é necessário enfatizar sua complexidade fática para além da programação e gestão formal no âmbito do MinC, mas também mostrar sua expansão e retração.

Na seguinte veremos como os números do orçamento do programa radicalizam essa percepção, apontando a evolução dos significados do programa. Na seção posterior à evolução do orçamento descrevemos o Cultura Viva na forma de Modelo Lógico, desenhados para, em um primeiro momento avaliar o programa e depois para orquestrar sua expansão federativa, na tentativa de sanar alguns de seus problemas mais pontuais.

Antes, porém é necessária uma curta digressão a respeito dos nomes que o programa foi adquirindo. As razões são variadas, a principal delas é criar uma identidade e diferenciação em relação a outras ações Ministeriais, por exemplo a distinção em relação ao programa Brasil Plural que tratava de questões ligadas não apenas à cultura e tradições da cultura popular e comunitária, mas também a questões de identidade de gênero; então, a questão da identidade tenha sido deslocada, mas é possível que essas razões para a denominação sejam flutuantes, voltaremos brevemente a esse ponto.

A vontade de batizar e diferenciar implicam na reflexão a respeito dos termos e de entendimentos diferenciados a respeito de cada um deles. De fato, os nomes são os seguintes, repetimos: a) 1141 - Cultura, Identidade e Cidadania (2004), b) 1141 - Cultura, Educação e Cidadania (2005 a 2007), c) 1141 - Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania (2008 a 2011). Passa, então, a 20K9 - Fortalecimento de Espaços e Pontos de Cultura e Desenvolvimento e Estímulo a Redes e Circuitos Culturais em 2012 e 215G - Implementação da Política Nacional de Cultura Viva de 2013 em diante.

O ciclo de 2004 a 2011, quando o CV era um programa PPA, mantém a ideia de Cultura e Cidadania, mas variam os termos. O termo Identidade é substituído por Educação. Cultura passa a ser adjetivada “Viva” e ainda se retoma a ideia da Arte. Dali em diante o programa adquire um nome menos expressivo e mais referencial, ou seja, diz respeito direto às unidades de ação formal, quais sejam “os espaços culturais, pontos e pontões de cultura, redes e circuitos culturais”.

De qualquer maneira, a presença da ideia de cidadania abriga um universal, direitos sociais e culturais implícitos, dá sentido de valorização de toda a identidade, de toda a arte, da educação viva e, por que não, de toda a cultura vivida.

Com o fim de interpretar as mudanças de nomes do programa, o máximo que se pode fazer no momento é uma pequena digressão baseada nas experiências dos autores. Não se trata de uma descrição das discussões que acompanharam a reformulação do programa, mas de percepções indicativas. O que se faz é mobilizar a ideia do programa como um arsenal de metáforas e intenções móveis ou flutuantes. As operações instrumentais fazem sentido a partir delas.

Antes da primeira avaliação do Cultura Viva, durante o convite para realizá-la, Célio Turino, o principal empreendedor e formulador do CV, revelou que se inspirava nas expedições etnográficas de Mário de Andrade. Aliás, colocar a arte em seu contexto cultural foi uma das características do pensamento de Mário de Andrade que, além disso, associava a cultura com práticas e jogos lúdicos, muito presentes em ações dos pontos de cultura pelo que vimos em nossas pesquisas.

Turino não associava etnografia e avaliação, não sabemos se o gestor conhecia profundamente do que trata a pesquisa etnográfica, especialmente na avaliação de política pública. Em todo caso, não importava naquele momento e nem importa agora. Aquela conversa transitava entre o que se queria para o programa, seus conceitos e definições. A imaginação exploratória tateava o desenho das ações. A produção do primeiro ML deixava clara a imprecisão conceitual, suas ambiguidades e a textura aberta de sua concepção. Entretanto, ali já expressava uma generosa concepção de cultura popular e intervenção do poder público.

A abertura e porosidade conceitual era evidente desde o início, nada estava pronto, tudo parecia processo, mas não havia contradição, o foco era a cultura popular, aquela que forma o Brasil dos excluídos, dominados ou vulneráveis, o que veio a ser denominado de Brasil profundo. O foco seria fortalecer experiências culturais dos grupos excluídos.

Naquele mesmo encontro – e em outros que se seguiram –, a questão da educação foi levantada, parecia um dos pontos mais fortes em termos de intervenção política, logo em seguida associada à questão do trabalho na juventude, o primeiro emprego. A ideia não parecia nova, parecia uma variação da pedagogia do oprimido; no campo da educação, a crítica à escolarização formal e à pedagogia tradicional é comum, assim como a denúncia das relações de dominação e violência da escola sobre culturas vivas ou do vivido. Essas conversas explicam, apenas em parte, de forma lacônica, as inspirações para a variação dos nomes do programa e as transições semânticas entre identidade, arte, educação, cultura viva e cidadania. Questões como a cultura digital não foram claramente citadas nos primeiros momentos do convite para a avaliação, mas já estavam presentes no desenho dos instrumentos da avaliação.

A estrutura e as ações do PPA revelam, em parte, a evolução do desenho e das ações. Vejamos a evolução da estrutura orçamentária-financeira do programa e de suas ações.

3.0. Seguindo o dinheiro: o CV na perspectiva orçamentário-financeira

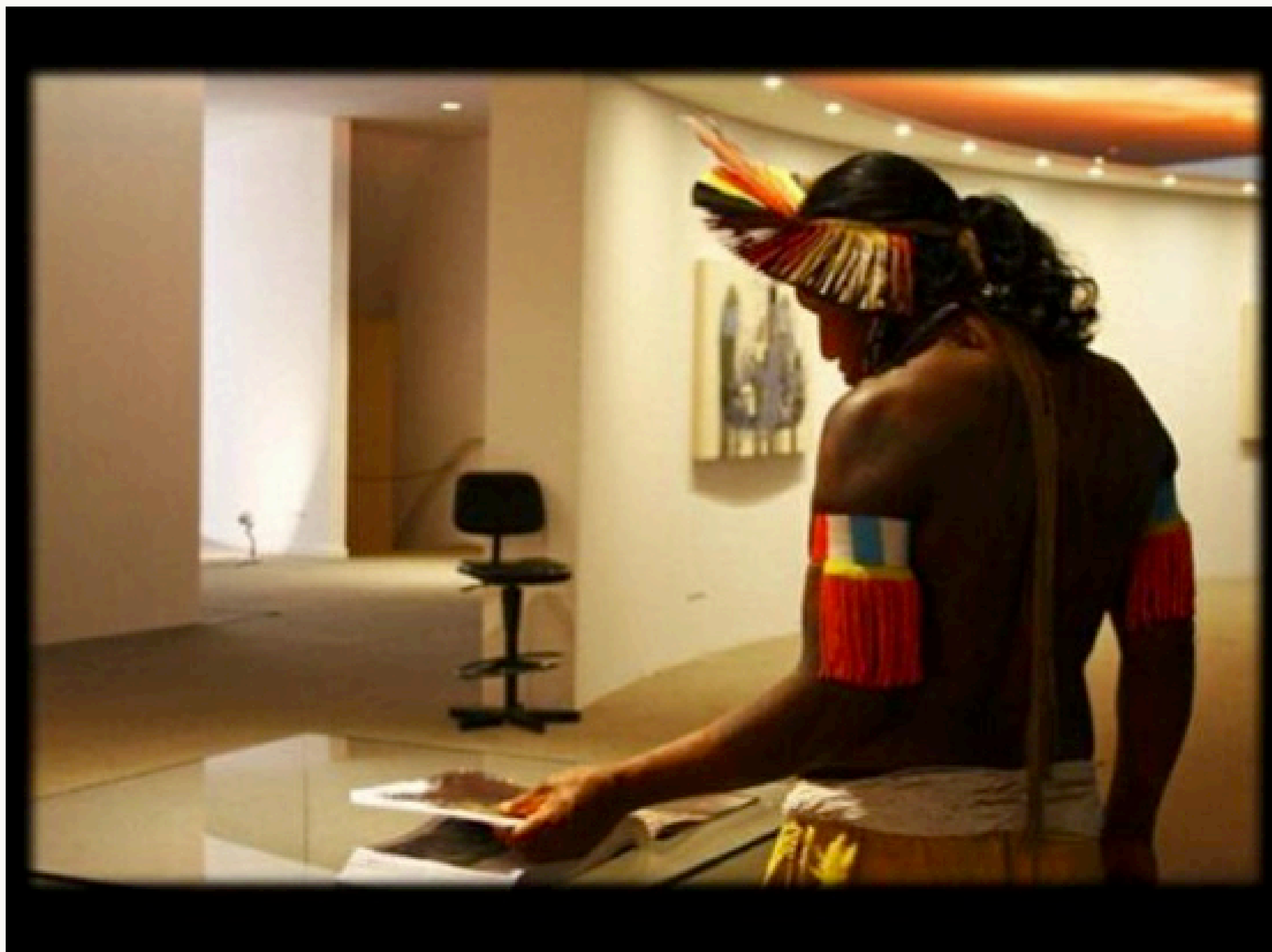


Foto TT Catalão, 2008.

A ação principal, que batizamos de Pontos, pontões e redes, para unificar a análise, sai de recursos da ordem de R\$ 138,9 mil em 2005 e tem seu ápice em 2007 com R\$ 301,8 mil (ver gráfico 3). Em 2008, os valores empenhados caem para R\$ 256,7 e seguem em declínio até atingirem R\$ 144,8 em 2011 (ver gráfico 4).

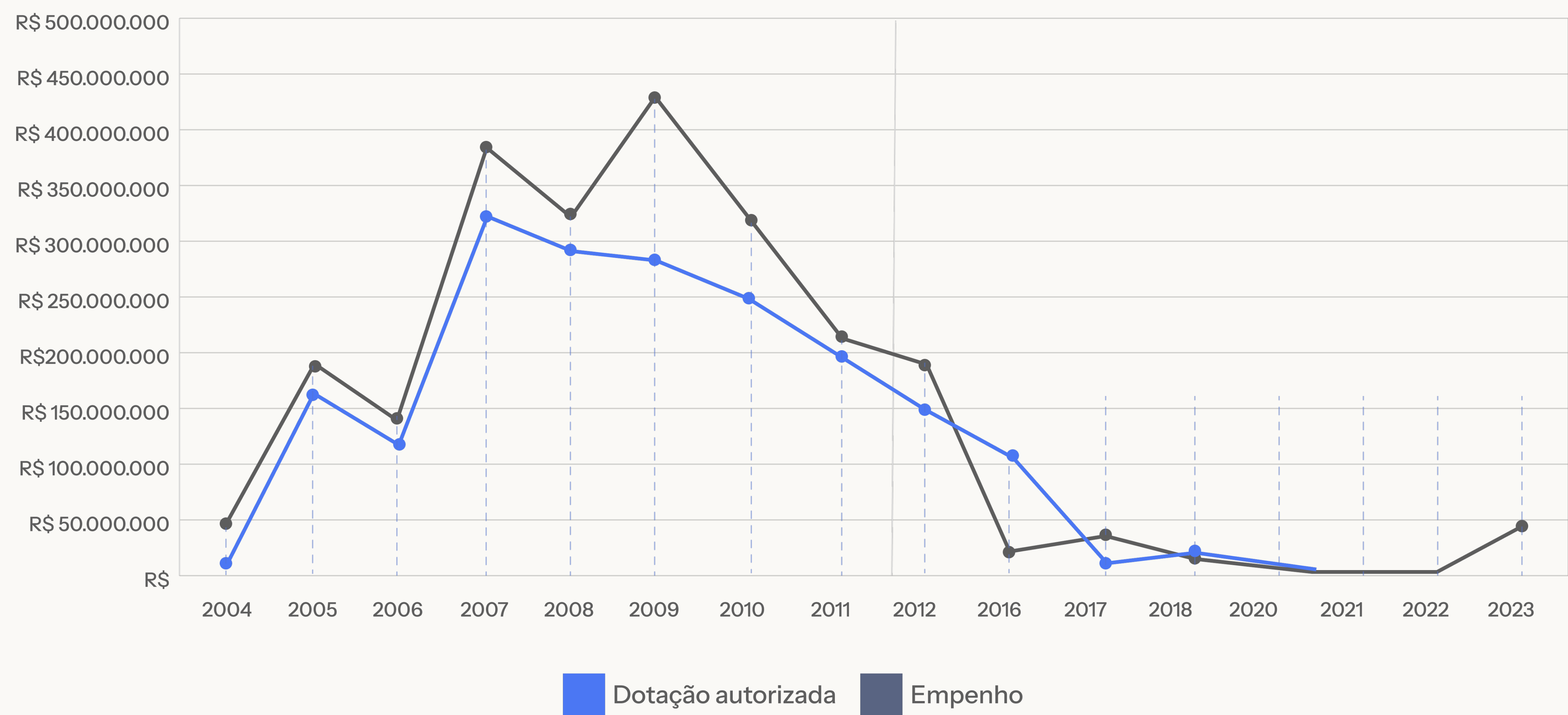
A desconstrução do programa do ponto de vista financeiro é muito evidente no gráfico 1. Embora em alguns anos, não seja possível localizá-lo orçamentariamente, nossa hipótese é de paralisia completa. Apenas em 2023 o programa retoma alguma iniciativa de implementação da Lei Cultura Viva, com recursos que ultrapassaram R\$36 milhões (ver gráfico 1).

Seja, como for, deve-se assinalar que a complexidade da política pública diminui, o programa que tinha pretensões de ações, mas também induções para garantia de direitos, com transversalidades, com a ideia de primeiro emprego, cultura digital, bolsas de formação, prêmio de reconhecimento, intersecção entre educação formal e informal, atuação em rede e, depois, valorização de culturas comunitárias, matrizes religiosas diversas, entre inúmeras outras ações, foi se desidratando. Não se quer dizer que a complexidade das ações dos pontos, pontões e redes diminui, apenas enfatizamos que a política pública reduziu suas pretensões e perdeu capacidades de indução, perdeu visibilidade. É o que se verá na próxima seção com a comparação dos desenhos propostos pelos 2 modelos lógicos do programa.

O valor empenhado mais alto do programa se deu em 2007 com R\$315 milhões, sendo por assim dizer, um ano que é um ponto fora da curva. Entre 2005 e 2006 o programa havia declinado em termos de recursos empenhados; entre 2007 e 2011 os recursos são declinantes, mas sempre maiores do que em

2004, 2005 e 2006. É interessante notar que a dotação de 2010 revelava certo otimismo em relação ao programa, o que não se consolidou em termos dos empenhos. A partir de 2013 o programa praticamente desaparece do orçamento no âmbito federal para começar a ressurgir em 2023 com R\$37 milhões em termos orçamentários, mas ainda não visível na execução de empenhos.

Gráfico 1: Evolução dos recursos empenhados do programa e da ação principal, Pontos, pontões e redes



Fonte: Siop/Mpog, elaboração própria, 2025.

(*) 5104 - Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura; 8886 - Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura; 20K9 - Fortalecimento de Espaços e Pontos de Cultura e Desenvolvimento e Estímulo a Redes e Circuitos Culturais; 215G - Implementação da Política Nacional de Cultura Viva

A seção seguinte apresenta o programa e dimensiona as ações de forma segmentada. Faz a separação a partir da estrutura de programa do PPA. É interessante ver os diferentes níveis de execução das ações, bem como lembrar de que essa dinâmica é reveladora da instabilidade do programa e das diferentes dinâmicas de execução de ações.

3.1. Cultura, Identidade e Cidadania (2004)

Desdobrando a análise para as estruturas mais elementares do programa, podemos visualizar o seguinte. Em 2004, os recursos de gestão eram alocados ao programa. O valor total era R\$11,4 milhões em valores atualizados para 2023.

Três ações se destacam: Instalação e modernização de espaços, capacitação de artistas, técnicos e pro-

Gráfico 2: Recursos do programa 1141 – Cultura, Identidade e Cidadania em 2004 (%)



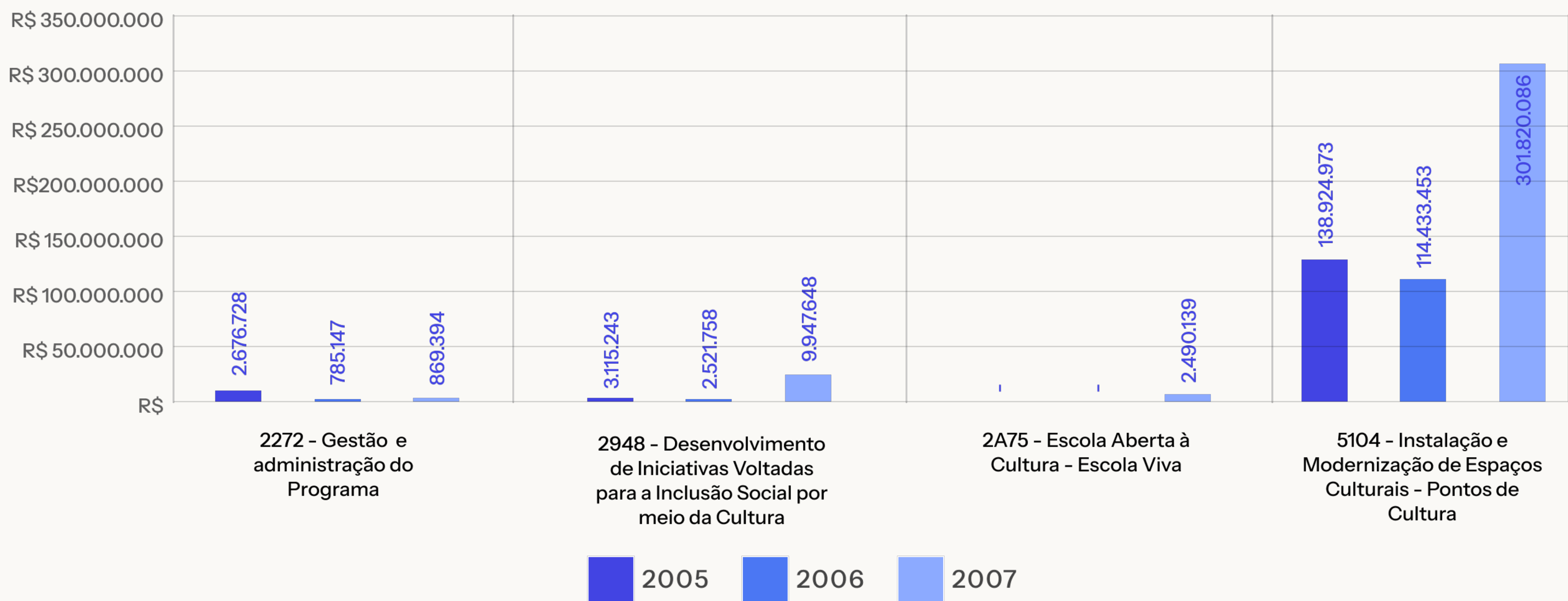
Fonte: Siop, elaboração própria, 2025.

dutores. O que unia as ações era territórios e populações em situação de vulnerabilidade.

3.2. Cultura, Educação e Cidadania (2005 a 2007)

O gráfico 3 apresenta evolução dos recursos por ação. Os recursos de gestão que haviam chegado em R\$2,6 milhões em 2005, um valor 5 vezes maior ao de 2004, decaem para 786 mil em 2006 e vão a R\$869 mil em 2007. A ação Escola Aberta à Cultura – Escola Viva entra no jogo com R\$ 2,4 milhões. A ação direcionada aos pontos de cultura chega a R\$ 301,8 milhões.

Gráfico 3: Recursos financeiros empenhados do programa 1141 – Cultura, Educação e Cidadania, 2005 a 2007



Fonte: Siop, elaboração própria, 2025.

1141 – Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania (2008-2011): respingos da crise de 2008

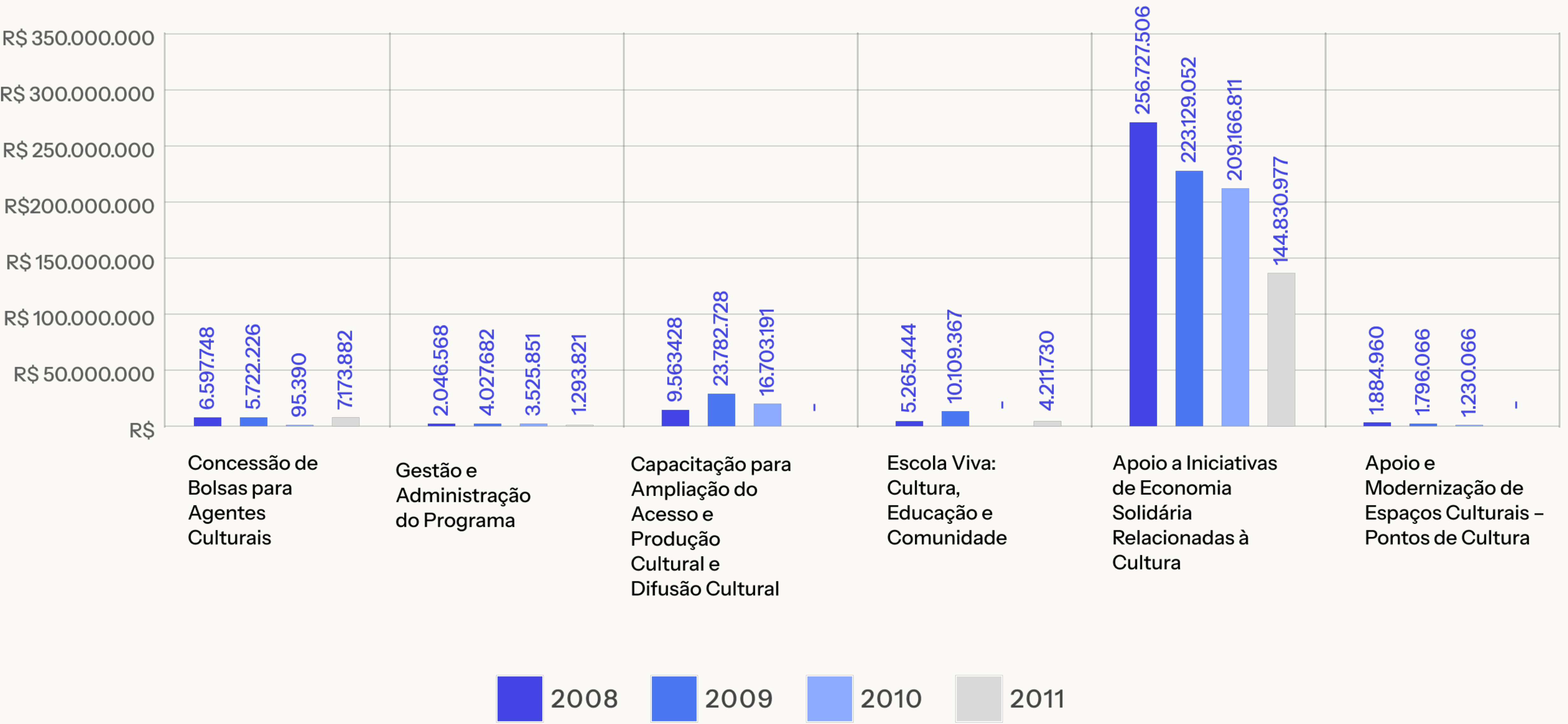
A partir de 2008 é possível visualizar a ação de concessão de bolsas para agentes culturais. Montaram R\$6,5 milhões no primeiro ano, R\$5,7 milhões em 2009, caem para R\$4,95 mil no ano seguinte e retomam patamares mais significativos em 2011, com R\$7 milhões.

Seguiram-se três anos de apoio a iniciativas de economia solidária, em valores, que chegaram a R\$1,8 milhões em 2008 e R\$1,2 milhão em 2010, desaparecendo como ação orçamentária distinta no ano de 2011.

A Escola Viva chega a R\$10 milhões em 2009, não existe alocação em 2010 e possuiu, em 2011, menos da metade dos valores de 2009, ainda assim sendo significativos, de R\$4,2 milhões.

A ação ligada diretamente aos programas de trabalho dos pontos de cultura declinou em valores para o patamar de R\$144 milhões e 800 mil reais.

Gráfico 4: Recursos financeiros empenhados do programa 1141
Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania, 2008 a 2011



Fonte: Siop, elaboração própria, 2025.

3.3. De 2012 em diante: a crise fiscal e política instalada

A partir de 2012 com a reforma da metodologia do PPA, o programa da cultura passa a ser único e traduz em linhas gerais a atuação setorial do Ministério, como vimos na descrição da seção 2. Passemos por alguns marcos contextuais mais gerais, listados em tópicos.

1. As principais motivações das mudanças que aconteceram com o PPA são a crítica à concepção dos programas governamentais, demasiadamente ligados à concepção de desempenho, e à falta de visibilidade de objetivos governamentais mais compreensivos. Em 2012 e 2013, os programas passaram a ser temáticos e a cultura ganhou um programa com desenho mais global, mais aderente à descrição da política de cultura setorial, uma política conduzida pelo MinC.
2. Essa mudança, no campo das políticas culturais, teve como objeto a ideia de valorizar a relação da cultura com o desenvolvimento e deste com o reconhecimento da diversidade. No que se refere ao programa Cultura Viva, nome-marca, perdeu-se a visibilidade orçamentária e programática, mas, como dissemos, o programa se associou a iniciativas e objetivos.
3. A área cultural passou um pequeno período em 2020 no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e em seguida se constituiu em Secretaria do Ministério do Turismo. Apenas retomou seu status Ministerial em 2023.

4.0. De 2012 em diante: a crise fiscal e política instalada



Foto: TT Catalão, 2008.

O Programa Cultura Viva (PCV), como qualquer política pública, deve ser monitorado e avaliado de forma contínua. O monitoramento desempenha um papel crucial ao possibilitar o controle, os ajustes e até o redesenho da política, garantindo que ela esteja alinhada aos resultados esperados. Esse processo consiste em um conjunto de procedimentos interativos e proativos, que acompanham a implementação, os métodos utilizados, os resultados intermediários e o contexto em que a política opera. O objetivo central é facilitar a concretização dos objetivos propostos e aprimorar a gestão pública.

Nesse contexto, o Modelo Lógico (ML) é uma ferramenta de avaliação ex-ante que se destaca por ser elaborada antes da implementação da política. Ele tem como propósito verificar se a política está bem estruturada, avaliando a adequação das definições de problemas, programas, ações e impactos esperados (FNDE, 2020, p. 4). Para garantir que o desenho da política reflita questões relacionadas a poder, desigualdades e dinâmicas sociais, é fundamental que sua construção envolva a participação de todos os atores envolvidos na formulação e implementação: gestores, beneficiários, sociedade civil, legislativo e órgãos de controle (Ipea, 2018).

A metodologia do Modelo Lógico (ML) tem como base os trabalhos de Joseph Wholey e outros (2004 apud Labrea et al, 2022) e McLaughlin e Jordan (2004 apud Labrea et al, 2022). No Brasil, ela foi desenvolvida pela Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), composta pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Secretaria de Gestão (Seges), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a partir de 2007. Seus objetivos são explicitar a teoria do programa, ou seja, verificar se uma política pública está bem estruturada e se apresenta um plano plausível para alcançar os resultados esperados (Cassiolato, 2008) e melhorar o processo de formulação de programas do Plano Plurianual (PPA) (Barbosa da Silva; Araújo, 2010, p.30). Essa metodologia também é usada para organizar uma pré-avaliação dos programas do Plano Plurianual do governo (Labrea; Vasconcelos; Viana, 2022).

O PPA é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal, instituído com a redemocratização do país e formalizado pela Constituição de 1988 (Menezes; Servo, 2024, p. 22 apud Labrea et al, 2022). Ele define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, englobando despesas de capital e programas de duração continuada. Estabelecido por lei e com vigência de quatro anos, o PPA passou por mudanças significativas no final da década de 1990. O Decreto nº 2.829/1998 reorganizou a relação entre o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), promovendo uma gestão orientada por resultados e instituindo a classificação programática das ações finalísticas do governo (Menezes; Servo, 2024, p. 24-28 apud Labrea et al., 2022).

Segundo Cassiolato e Guerresi (2010, p. 7 apud Labrea et al, 2022), o primeiro componente da elaboração de um programa combina metodologias do ZOPP (árvore de problemas), do Planejamento Estratégico-

co Situacional (PES) e critérios de priorização sugeridos pelo Ipea. A árvore de problemas identifica um problema central e mapeia suas causas e consequências, orientando a proposição de um programa governamental que vise mitigar ou solucionar essas causas. O programa, então, define seus objetivos (gerais e específicos), público-alvo e critérios de priorização dos beneficiários (Labrea; Vasconcelos; Viana, 2022).

A estruturação do programa parte dos recursos disponíveis — orçamentários ou não — que serão empregados para implementar as ações do PPA. Essas ações geram produtos, que, por sua vez, impactam resultados intermediários e conduzem ao resultado final esperado, refletindo mudanças nas causas do problema. Os impactos resultam diretamente da realização dos objetivos e muitas vezes refletem mudanças nas consequências do problema (Cassiolato; Gueresi, 2010, p. 13 apud Labrea et al, 2022).

No caso do Programa Cultura Viva (PCV), começaremos com o exercício de comparar dois Modelos Lógicos (ML) elaborados pelo Ipea, em 2007 e 2012, respectivamente, com o objetivo de monitorar e avaliar possíveis mudanças ou redesenhos. Para fins de pesquisa, consideramos que o PCV passou por dois momentos fundantes. O primeiro, entre 2004 e 2010, caracterizou-se pela articulação entre política e estética, populismo e popular, criando um imaginário social poderoso que unia Estado e sociedade em torno de um projeto comum, tornando o programa um símbolo das demandas culturais reprimidas e negada às populações em vulnerabilidade econômica e social pelo Estado brasileiro. O segundo momento se delineia em meados de 2010 e se consolida definitivamente a partir de 2011, quando a política, ao menos para alguns segmentos, perde parte de sua função de símbolo e passa a ser avaliada com base em critérios de gestão, levando ao redesenho do programa.

Esses dois períodos são complementares quando se pensa a política pública em termos da gestão, pois é necessário combinar esses elementos para garantir seu bom funcionamento. A tentativa de readequação aos instrumentos disponíveis, como o Siconv, a Lei 8.666/1993 e outras legislações, após a constatação das dificuldades em executá-la por outros meios, representa um processo de amadurecimento com o objetivo ideal de consolidar a política. No entanto, esse entendimento não foi compartilhado pelos pontos de cultura, pois o realinhamento coincidiu com a despriorização do Programa Cultura Viva pelo MinC. A partir de 2011, os novos programas prioritários passaram a ser os desenvolvidos pela Secretaria de Economia Criativa, durante a gestão de Ana de Hollanda, e os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU), na gestão de Marta Suplicy (Labrea, 2014).

Apesar disso, a proposta de redesenho enfrentou resistência por parte dos pontos de cultura, em especial devido ao contexto institucional do MinC. Para entender essa questão, retomamos brevemente o contexto sócio-histórico no período que foi atravessado por duas gestões presidenciais, quatro gestões ministeriais e quatro secretários, como pode-se observar no Quadro abaixo:

Quadro 2 - Presidentes do Brasil, Ministros da Cultura e Secretários de Cidadania e Diversidade Cultural no período de 2003 a 2012.

Presidente	Ministro	Secretário
Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	Gilberto Gil (2003-2008) Juca Ferreira (2008-2010)	Célio Turino (2004-2010) TT Catalão (2010-2011)
Dilma Rousseff (2011-2014)	Ana de Hollanda (2011-2012) Marta Suplicy (2012-2014)	TT Catalão (2010-2011) Marta Porto (2011) Márcia Rollemberg (2011-2014)

Fonte: MinC - Elaboração própria, 2025.

Entre 2004 e 2010, nas gestões de Célio Turino e TT Catalão, o Programa Cultura Viva viveu seu período áureo, marcado pela implementação e experimentação dos limites da política. Foi uma fase de intensa atividade, com a multiplicação de editais e ações simultâneas, além da criação de slogans, textos-manifestos e imagens que ajudaram a construir uma poética em torno do programa. O período também foi caracterizado pela federalização da política, realização de eventos, as Teias e encontros que consolidaram a aliança entre o Estado e os grupos culturais, visando à consolidação do programa (Labrea, 2014).

Apesar dos sérios problemas enfrentados desde o início, como atrasos nas parcelas dos convênios, dificuldades na prestação de contas, contingenciamentos orçamentários, alta rotatividade dos recursos humanos e fragilidades nos processos, esses desafios eram vistos como consequência da incapacidade dos instrumentos estatais de dialogarem adequadamente com as pequenas entidades que compunham o público-alvo do PCV. A inadequação dos instrumentos criava tensões, mas o foco da política permanecia na potência transformadora dos pontos de cultura e nas mudanças que eles poderiam promover em suas comunidades (Labrea, 2014).

O primeiro ML permitiu reconstruir a lógica do Programa, explicitar suas expectativas e definir a teoria do programa. Isso significa elaborar enunciados que delimitam um conjunto de questões, estratégias e ações suficientes para enfrentar, resolver ou mitigar o problema que o Programa busca solucionar (Barbosa da Silva; Araújo, 2010). Essa análise foi conduzida utilizando uma combinação de instrumentos da pesquisa avaliativa, como o modelo lógico, grupos focais, questionários e observações de campo. A primeira pesquisa avaliativa do Ipea abrangeu (como já apontado) 386 (73%) dos 526 pontos de cultura conveniados até o final de 2007 (idem, 2010, p. 9).

Este ML foi construído em colaboração com a Secretaria da Cidadania Cultural (SCC) após uma pesquisa in loco com os coordenadores dos pontos de cultura já conveniados. O Ipea foi demandado pela Secretaria para aplicar o ML com o objetivo específico de formular indicadores de avaliação e verificar se

o programa estava preparado para ser devidamente avaliado, ou seja, se seus componentes estavam claros e suficientemente elaborados para tal (Barbosa da Silva; Araújo, 2010, p. 31). Os resultados dessa pesquisa destacaram tanto as fragilidades quanto o potencial do Programa. “Grupos focais e o diálogo contínuo com a secretaria consolidaram uma visão, em grande parte comum aos gestores, sobre os desafios e problemas a serem enfrentados” (Barbosa da Silva; Labrea, 2012a, p. 12).

Entre 2005 e 2010, a SCC lançou vários Editais. Nos três primeiros editais de conveniamento há menção à interface com a cultura digital e o software livre, nos editais 02/2005 e 03/2005, menciona-se também as bolsas da ação Agente Cultura Viva e há a ampliação do público do ponto de cultura, incluindo gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais – público LGBTQIA+. Além disso, a maioria dos convênios ficou paralisada entre 2006 e 2007, com poucos editais pagos entre 2010 e 2012 (Labrea, 2014, p. 124).

O tempo médio para o pagamento de uma parcela de convênio chegou a dois anos, estendendo convênios de três anos para até seis anos. Em 2012, a Secretaria ainda enfrentava passivos de editais de 2004. O edital de conveniamento não se mostrou o instrumento de fomento mais adequado para que se pudesse conveniar novos pontos de cultura. A fim de criar uma saída para os atrasos sistemáticos nos convênios, em 2010, criou-se vários editais de bolsas e premiações, para essas mesmas entidades terem condições de continuar suas atividades (Labrea, 2014). Embora vários editais tenham sido lançados em 2010, eles foram, posteriormente, cancelados por falta de recursos orçamentários para seu pagamento.

Os prêmios e as bolsas fizeram parte da estratégia desenvolvida pela Secretaria para superar os problemas de gestão que os convênios provocaram. Com os recursos dos prêmios e das bolsas muitos pontos e pontões puderam dar continuidade ao trabalho nas comunidades. Mesmo com os editais de bolsa e prêmios, o Programa enfrentou diversas dificuldades, atrasos nos pagamentos de bolsas para jovens, e a continuidade dos problemas no processo de conveniamento, prestação de contas e repasse de recursos aos Pontos de Cultura (Labrea, 2014).

Na primeira avaliação do Programa Cultura Viva foi identificado que, embora houvesse uma riqueza de produção no plano cognitivo, com forte mobilização discursiva e de valores da cultura política, o funcionamento da política não se baseava em um planejamento integrado. Em vez disso, conectava os diversos momentos – como a formação de agenda, formulação, implementação e execução – de maneira ad hoc. Uma das principais escolhas da avaliação inicial foi focar nos Pontos de Cultura, deixando de lado a análise das ações do Programa, bem como a qualidade de seus recursos humanos, eficiência, efetividade ou impactos (Barbosa da Silva; Araújo, 2010).

Essa delimitação ocorreu devido às dificuldades dos avaliadores em compreender o desenho das ações e o grande número delas, que pareciam vagas e cujas soluções e alternativas eram vistas como inter-

essantes, mas não avaliáveis, tanto no planejamento quanto na prática. Não havia monitoramento adequado, e as apostas feitas nem sempre correspondiam ao que era proposto pela Secretaria, cujo objetivo principal era a construção de indicadores para o Programa.

Os gestores acreditavam que as lacunas poderiam ser preenchidas pela atuação da sociedade civil, das associações e dos grupos culturais envolvidos, o que reduziria a necessidade de um processamento técnico mais detalhado, mesmo que este representasse a maior parte das demandas do Programa. A ideia era que a política, com seus recursos específicos, poderia superar os desafios que surgissem durante a implementação. No entanto, a experiência mostrou que essa abordagem não se concretizou conforme o esperado (Barbosa da Silva, 2011).

A fim de dar escala ao Programa e resolver, ao menos parcialmente, os problemas estruturais do PCV, a Secretaria propôs um processo de descentralização para que Prefeituras Municipais e Governos Estaduais e Distrital, pudessem acessar os recursos da secretaria e realizarem seus próprios editais de seleção de pontos e pontões estaduais ou municipais, a partir da adesão ao Mais Cultura, programa guarda-chuva do MinC que buscava articular as ações de todas as secretarias e federalizar a política.

A descentralização pareceu, em um primeiro momento, a solução do problema de conveniamento, prestação de contas, monitoramento e avaliação - que seria executado pelos governos estaduais e municipais. Entretanto, a ausência de uma metodologia que acompanhasse a descentralização deixou que cada governo local fizesse a gestão dos projetos sem modelos ou padrões comuns (Labrea, 2014).

A descentralização do Programa Cultura Viva foi mal planejada, ao transferir os problemas do nível federal para os âmbitos estaduais e municipais. A Secretaria enfrentou dificuldades semelhantes para operacionalizar os convênios com os entes federados, assim como já ocorria com as associações da sociedade civil. Esses desafios também se manifestaram nos convênios entre governos estaduais e municipais e os novos pontos de cultura (Barbosa da Silva, 2011).

Em essência, os problemas não foram resolvidos, apenas mudaram de escala. A descentralização, por envolver diferentes entes federados, complicou ainda mais a parte jurídico-administrativa dos convênios, uma vez que cada ente tem sua própria estrutura legal. Isso resultou em grandes atrasos, em média de um ano, e, em alguns casos, até mais tempo, para que os convênios fossem assinados e os recursos repassados (Barbosa da Silva, 2011). “Ainda assim, quando bem formulada, a descentralização era vista como uma das melhores estratégias para expandir a política” (Labrea, 2014, p. 134) e ficou sendo a maior ação da Secretaria.

Em 2011, com a chegada de Ana de Hollanda ao MinC, houve uma reorientação na gestão e uma despriorização do programa por parte do governo federal. A disputa por um novo modelo de gestão e pelos valores associados a ele envolveu inicialmente um questionamento sobre a continuidade da política nas

redes de pontos e pontões e, depois, chegou à mídia. A discussão sobre o posicionamento da Ministra, especialmente em questões relacionadas à política de direitos autorais e ao papel do PCV no MinC mobilizou parte da sociedade, chegou na mídia e gerou várias controvérsias.

Marta Porto ocupou o cargo de Secretária da SCC por poucos meses, mas mudou o foco da gestão e suas declarações nas redes sociais ganharam a mídia e causaram sua saída intempestiva do governo. Com a chegada de Márcia Rollemberg, que substituiu Porto, iniciou-se uma gestão focada nos esforços para regularizar os pagamentos, organizando mutirões na Secretaria para lidar com o passivo e estabelecendo diálogo com os ponteiros (Labrea, 2014, p. 242).

Os pontos de cultura percebem uma mudança significativa na gestão, a partir de 2011, com uma ênfase cada vez maior na administração da política e no uso dos instrumentos formais, em detrimento da valorização da potência criativa e da capacidade de tensionar os mecanismos do Estado para transformá-los. Um dos primeiros movimentos da nova gestão foi organizar um cronograma para regularizar o pagamento dos convênios e editais atrasados, além de cancelar vários editais devido a erros na sua condução e perda de prazos. A gestão também se debruçou sobre o passivo deixado, priorizando os aspectos administrativos e conflitantes da política (Labrea, 2014).

Nesse contexto, os pontos e pontões de cultura interpretam a priorização dos aspectos formais como uma criminalização de suas atividades. A gestão parece reforçar um discurso de incompetência, destacando as dificuldades de interação com os instrumentos estatais. Em resposta, os “ponteiros” adotam uma postura dissidente, criando um espaço de resistência que busca dar visibilidade ao que realizam, além dos planos de trabalho e relatórios de prestação de contas (Labrea, 2014).

Alguns pontos deliberadamente não aceitaram a proposta de redesenho da secretaria, interpretando-a como uma tentativa de legitimar uma nova gestão que relegava os pontos de cultura a um papel secundário, encarando o programa como um problema a ser resolvido. Assim, a resistência dos “ponteiros” se expressou na não adesão ao projeto (Labrea, 2014, p. 240).

O redesenho do PCV envolveu um Grupo de Trabalho composto por gestores da SCDC e representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), com o objetivo de institucionalizar e melhorar o desempenho do programa. A meta era estabelecer um segundo Modelo Lógico (ML), com ações claras, instrumentos definidos, prioridades e estratégias concretas (Barbosa da Silva; Labrea, 2012, p. 13).

O segundo Modelo Lógico foi construído em uma oficina de redesenho conduzida pelo Ipea, com a coordenação da SCDC, em 2011 (MinC, 2012b). O redesenho do Programa Cultura Viva foi iniciado no final de 2011 pela SCDC como uma resposta aos desafios de gestão e institucionalização do programa, evidenciados nas narrativas dos pontos e pontões de cultura, relatados pelos gestores e documentados nos relatórios de auditoria da CGU e nas pesquisas do Ipea. O objetivo central desse redesenho era ga-

rantir a continuidade e o aprimoramento da política (Labrea, 2014).

A justificativa para o redesenho baseava-se na ausência de protocolos claros em relação aos procedimentos e à estrutura normativa e legal, essenciais para proporcionar maior estabilidade e segurança jurídica, permitindo que as entidades da sociedade civil atuassem de forma mais eficaz no desenvolvimento de seus projetos. O Estado, até então, não dispunha de instrumentos jurídicos e de gestão adequados para sustentar o modelo de execução do programa (Barbosa da Silva; Labrea, 2012). Além disso, o redesenho visava alinhar o programa à nova metodologia de planejamento governamental introduzida no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, de acordo com o ciclo político da gestão de Dilma Rousseff, que enfatizava a qualificação da gestão pública e a transparência na execução das políticas (Barbosa da Silva; Labrea, 2012).

No Redesenho do Programa Cultura Viva (PCV), foi sugerida uma estrutura em rede que pudesse atender, ao menos parcialmente, às necessidades dos pontos de cultura no que diz respeito aos trâmites da gestão, e ao mesmo tempo funcionar como um espaço de discussão política. Essa estrutura permitiria que as questões dos pontos chegassem diretamente ao Ministério da Cultura, sem intermediários, e que o posicionamento do MinC fosse feito de maneira clara e pública. As discussões do II Diálogo Virtual e da II Reunião Técnica (RT) foram organizadas com o objetivo de fornecer subsídios para o desenho dessa rede.

Durante o II Diálogo Virtual, as respostas dos pontos e pontões indicaram um possível caminho: distinguir redes temáticas de uma hiper-rede de gestão; organizar espaços para memória institucional, acervo, planos de trabalho e relatórios de prestação de contas; divulgar a agenda de eventos dos pontos, pontões e da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC); e criar um mapa dos pontos com descrições de localização e atividades. Essas sugestões alinhavam-se com o desenho proposto por consultores e militantes da Cultura Digital (Brasil, 2009a).

A proposta inicial visava diferenciar as redes temáticas existentes de uma rede mais estruturada para a governança do PCV. A rede de governança serviria como um espaço de articulação política e teria a função de acompanhar, monitorar, avaliar e dar visibilidade aos planos de trabalho dos pontos e pontões. A participação dos pontos seria formalizada via convênios, bolsas ou premiações, e a SCDC seria responsável pelo acompanhamento diário, com uma pessoa qualificada para interlocução.

Além disso, a rede de governança promoveria o mapeamento contínuo das ações dos pontões de cultura e integraria diversos ambientes e bases de dados já existentes. Seria necessário um planejamento estratégico para agregar esses diferentes ambientes e espaços das redes temáticas, assim como uma análise dos processos internos da secretaria, a fim de otimizar o uso da plataforma de acompanhamento e atualização de informações (Barbosa da Silva; Labrea, 2012b).

Essa plataforma seria um ambiente comum que integraria as bases de dados das redes, blogs e sítios eletrônicos, além de dados do SalicWeb, Siconv e, futuramente, do SNIIIC. Anteriormente, a responsabilidade pelos mapeamentos dos pontos estava nas mãos dos pontões, mas, com o fim dos convênios, os dados acabaram se perdendo. A nova rede de governança facilitaria a documentação necessária para prestação de contas e agregaria as informações em uma única rede de dados, beneficiando tanto os pontos quanto a SCDC.

Entretanto, a proposta da rede de governança não obteve adesão no Seminário Final do projeto e, no Relatório Final, foi substituída pela ideia de um sistema de gestão do conhecimento, considerado mais adequado ao PCV. Optou-se por fortalecer a Rede Cultura Viva, um espaço de interlocução institucional e estratégia política liderado pelo MinC, com a participação de gestores, pontos, pontões de cultura e outras entidades e agentes culturais. No entanto, o desafio de articular redes do programa estava além das capacidades organizacionais da SCDC em 2012. O Relatório Final foi apresentado em um seminário em dezembro de 2012. De modo geral, a proposta de Redesenho não foi bem recebida pelos pontos e pontões, e o Ipea encerrou sua participação no projeto (Barbosa da Silva; Labrea, 2012b).

Em termos gerais, esse é o contexto da elaboração dos dois primeiros ML do PCV. a seguir apresentamos os marcos normativos do PCV com quem vamos dialogar ao comparar os ML e, depois, a partir da Lei 13.018/2014 e marcos subsequentes, analisar se houve mais redesenhos ou ajustes no Programa e em que termos.

4.1. Marcos Normativos do PCV 2004 a 2024

- Portaria MinC nº 156, de 6 de julho de 2004 e Portaria MinC nº 82, de 18 de maio de 2005, revogada pela Portaria MinC nº 118, de 30 de dezembro de 2013, instituíram o Programa Cultura Viva – Cultura, Educação e Cidadania, com o objetivo de ampliar o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, além de fortalecer as energias sociais e culturais, promovendo a construção de novos valores baseados em cooperação e solidariedade (Brasil, 2004a). A publicação Cultura Viva: Programa de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária (Brasil, 2005b) detalha, além dos conceitos teóricos do programa, suas diretrizes, métodos de acompanhamento e avaliação. Também apresenta os textos dos primeiros editais e uma lista dos pontos de cultura conveniados até aquele momento.
- A Lei nº 13.018, de 2014, instituiu a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), novamente redefinindo seus objetivos. A PNCV passou a focar no pleno exercício dos direitos culturais, oferecendo aos cidadãos os meios necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais. A lei também buscou garantir uma gestão pública compartilhada e participativa, consolidando o papel da cultura

como direito de cidadania e fortalecendo a diversidade cultural como expressão simbólica e atividade econômica (Brasil, 2014).

- A Instrução Normativa (IN) MinC nº 1, de 7 de abril de 2015, regulamentou a PNCV, alinhando-a ao Plano Nacional de Cultura (PNC) e à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promulgada pelo Decreto nº 6.117, de 2007. A IN nº 8, de 11 de maio de 2016, posteriormente, revogou a anterior, detalhando os conceitos fundamentais do programa, como Pontos de Cultura, Pontões de Cultura e a Rede Cultura Viva, além de estabelecer a Comissão Nacional de Pontos de Cultura e o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura (Brasil, 2016).
- Portaria Nº 31, de 11 de Dezembro de 2018, estabelece diretrizes gerais e orientações para Repactuação de Convênios de Redes de Pontos de Cultura no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva, por meio de um termo aditivo e a repactuação dos Planos de Trabalho.
- IN nº 12, de 28 de maio de 2024, dispõe sobre a concessão de bolsas e prêmios do PNCV, pagos com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

4.2. Quadro comparativo dos ML de 2007 e 2012

A proposta naquele primeiro momento era esclarecer as expectativas e apostas do programa de forma a consolidá-lo e organizá-lo para o PPA. Destacamos, no Quadro abaixo, as seguintes categorias do ML de 2008 e 2011, respectivamente: problema, descritores, causa e consequência.

Quadro 2 - Presidentes do Brasil, Ministros da Cultura e Secretários de Cidadania e Diversidade Cultural no período de 2003 a 2012.

Descrição	ML 2007	ML 2012
DESCRITORES DO PROBLEMA	1. Grupos e comunidades com acesso a apenas 5% dos recursos culturais oficiais 2. Baixo nº de equipamentos culturais por população 3. Baixa frequência às práticas culturais das comunidades carentes 4. Desvalorização das manifestações culturais desses grupos	1. Grupos e comunidades com baixo acesso aos meios de produção, registro, pesquisa, circulação, bens e serviços culturais; 2. Baixo nº de equipamentos e espaços comunitários; 3. Baixa fruição e frequência às atividades culturais; 4. Desvalorização e baixo reconhecimento das manifestações culturais dos grupos em situação de risco; 5. Alto nível de discriminação institucional, cultural e social; 6. Alto nível de violência decorrentes de preconceitos e estereótipos culturais.

PROBLEMA	Desvalorização da produção cultural dos grupos e comunidades e sua exclusão dos meios de produção, fruição e difusão cultural	Dificuldade de grupos expostos a situações de risco de terem seus modos de vida, saberes e fazeres culturais reconhecidos e valorizados, bem como terem acesso aos meios de preservação, fruição e exercício dos direitos culturais e apropriação do patrimônio cultural coletivo.
CAUSAS	1. Baixa oferta de espaço de socialização e convivência para crianças, jovens, adultos e idosos; 2. Insuficiente oferta de eventos culturais gratuitos ou de preço acessível; 3. Insuficiente infraestrutura cultural acessível a toda população; 4. Ausência de política para formação cultural continuada; 5. Reduzida oferta de ensino de arte nas escolas; 6. Baixo reconhecimento do protagonismo cultural popular e independente; 7. Poucos programas regulares de fruição de produtos e equipamentos culturais; 8. Inexistência de ações governamentais de fomento e valorização da produção artística comunitária; 9. Baixa difusão da produção cultural de grupos e comunidades.	1. Baixa oferta de espaço de socialização e convivência para crianças, jovens, adultos e idosos; 2. Insuficiente oferta de eventos culturais gratuitos ou de preço acessível; 3. Insuficiente infraestrutura cultural acessível a toda população; 4. Ausência de política para formação cultural continuada; 5. Reduzida oferta de ensino de arte nas escolas; 6. Baixo reconhecimento do protagonismo cultural popular e independente e de grupos em situação de risco; 7. Poucos programas regulares de fruição de produtos e equipamentos culturais; 8. Inexistência de ações governamentais de fomento e valorização da produção artística comunitária; 9. Baixo reconhecimento difusão e aproveitamento econômico da produção cultural de grupos e comunidades excluídas ou em situações especiais; 10. Repertório cultural limitado; 11. Cultura com fortes componentes estereotipados e preconceituosos em relação à orientação sexual, idade, etnia, gênero e em situação especial (saúde mental, necessidades especiais, população carcerária); 12. Insuficiência de políticas culturais intersetoriais; 13. Ausência de políticas de valorização dos direitos humanos; 14. Ausência de políticas de reconhecimento e valorização das diferenças culturais e de situações existenciais.

CONSEQUÊNCIAS	1. Diminuição do sentimento de pertencimento social; 2. Ausência de perspectiva sociocultural da juventude; 3. Limitado relacionamento intergeracional e de linguagens; 4. Não reconhecimento dos saberes e fazeres dos mais experientes na comunidade; 5. Aumento da vulnerabilidade a situações de risco social; 6. Descrédito das políticas públicas pela população; 7. Baixa visibilidade da diversidade cultural e da produção artística.	1. Diminuição do sentimento de pertencimento social; 2. Ausência de perspectiva sociocultural e baixa autoestima dos diferentes grupos sociais 3. Limitado relacionamento intergeracional e intercultural, ou seja, insuficiente desenvolvimento cultural; 4. Não reconhecimento dos saberes e fazeres dos mais diferentes grupos sociais; 5. Aumento da vulnerabilidade a situações de risco social, reforço do preconceito e da discriminação social; 6. Baixa visibilidade da diversidade cultural e da produção artística, aumento da vulnerabilidade a situações de risco social, reforço do preconceito e da discriminação cultural e social, étnica, de gênero, de orientação sexual.
---------------	--	--

Fonte: MinC - Elaboração própria, 2025.

A elaboração do Marco Lógico (ML) em 2012 não partiu do zero, mas foi uma continuidade do ML de 2007. De maneira geral, observa-se que os enunciados de 2008 foram retomados em 2012, com uma ampliação no plano cognitivo, enriquecendo os qualificadores do problema, seus descritores, causas e consequências. O foco foi dado a questões como o baixo acesso aos meios de produção, registro, pesquisa, circulação de bens e serviços culturais, além de temas como vulnerabilidade social, risco social, preconceito e discriminação social, étnica, de gênero e de orientação sexual, conforme destacado na tabela anterior.

Essa maior complexidade no plano cognitivo reflete uma evolução na formulação do problema em 2012, tornando-o mais detalhado e refinado em comparação a 2007. O enunciado anterior, mais genérico e opaco, era o seguinte:

"Desvalorização da produção cultural dos grupos e comunidades e sua exclusão dos meios de produção, fruição e difusão cultural" (ML 2007).

Em 2012, o enunciado foi expandido, com melhor definição dos beneficiários da política e suas necessidades:

"Dificuldade de grupos expostos a situações de risco de terem seus modos de vida, saberes e fazeres culturais reconhecidos e valorizados, bem como acesso aos meios de preservação, fruição

e exercício dos direitos culturais e apropriação do patrimônio cultural coletivo" (ML 2012).

No enunciado de 2007, o problema estava centrado em dois eixos principais: a baixa valorização e a exclusão de grupos e comunidades dos direitos culturais (oficiais, isto é, promovidos por políticas culturais). No entanto, o enunciado apresentava algumas lacunas, mais tarde preenchidas pelos descritores que esclareceram que esses grupos viviam em condições de vulnerabilidade econômica e social, com acesso limitado à cultura e falta de infraestrutura cultural em suas comunidades. As causas indicadas incluíam a ausência de ação do Estado, sendo que até as escolas públicas não ofereciam atividades culturais, resultando em maior fragilidade e vulnerabilidade dessas comunidades.

Já o enunciado de 2012 reiterou esses aspectos, mas com novos qualificadores. Além dos problemas já mencionados, foram introduzidos conceitos como baixo acesso aos meios de produção, registro, pesquisa, circulação e fruição cultural, baixo reconhecimento, além de altos níveis de discriminação institucional, cultural e social e violência decorrente de preconceitos e estereótipos culturais. O problema ficou mais claro ao explicitar a dificuldade dos grupos expostos a risco de terem seus modos de vida e manifestações culturais reconhecidos e valorizados, definindo mais precisamente os beneficiários da política.

As causas do problema, em 2012, foram ampliadas com a inclusão de cinco novos elementos:

- *Baixo reconhecimento, difusão e aproveitamento econômico da produção cultural de grupos excluídos ou em situações especiais;*
- *Repertório cultural limitado;*
- *Cultura permeada por estereótipos e preconceitos quanto à orientação sexual, idade, etnia e gênero;*
- *Insuficiência de políticas culturais intersetoriais;*
- *Ausência de políticas de valorização dos direitos humanos e das diferenças culturais.*

A partir desse refinamento, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), ao assumir as responsabilidades da extinta Secretaria de Diversidade Cultural, incorporou temáticas como **estereótipos, preconceitos, orientação sexual, idade, etnia, gênero, saúde mental e necessidades especiais, entre outros**. Isso ampliou a compreensão sobre os grupos beneficiários das políticas culturais.

Esse campo semântico detalha o perfil dos beneficiários, antes identificados de forma mais ampla como grupos e comunidades vulneráveis, que incluíam crianças, jovens e idosos. No Brasil, em 2007, aproximadamente 27,6% da população tinha entre 0 e 14 anos, caindo para cerca de 24,1% em 2012. A pro-

porção de idosos (65 anos ou mais) aumentou de 6,2% em 2007 para 7,4% em 2012.

Além disso, a vulnerabilidade econômica e social se reflete nas taxas de pobreza e extrema pobreza. Em 2007, 25,6%da população vivia em situação de pobreza, e em 2012 essa taxa caiu para 15,9%. A extrema pobreza, que afetava 9,5% da população em 2007, caiu para 5,3% em 2012 (dados do IBGE⁵). Ao confrontar esses números com os públicos da diversidade, observa-se que, embora a situação tenha melhorado, as desigualdades regionais e locais poderiam influenciar a identificação dos beneficiários prioritários do programa.

Nesse período, a SCDC publicou 2 portarias, uma em 2004 e a outra em 2005, já descritas na seção anterior. Essas duas portarias, bem sintéticas, apresentam o desenho inicial do programa. Em 30/12/2013, a SCDC publicou a Portaria 118/2013 que reformulou o PCV que passou a se chamar Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural - Cultura Viva. Essa portaria concretizou a fusão da SCC com a SID - SCDC, ampliando os públicos prioritários, em diálogo com o Modelo Lógico (ML) construído na oficina de redesenho que o Ipea realizou com a coordenação da SCDC (Barbosa da Silva; Labrea et al: 2012b, p.12-3), exposto na Tabela abaixo.

Quadro 4 Descrição das Portarias nº 156/2004, nº 82/2005 e nº 118/2013 do MinC

Descrição	Portaria nº 156/2004 Portaria nº 82/2005	Portaria nº 118/2013
Objetivo	promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade. O Programa estimulará a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural.	1. Grupos e comunidades com baixo acesso aos meios de produção, registro, pesquisa, circulação, bens e serviços culturais; 2. Baixo nº de equipamentos e espaços comunitários; 3. Baixa fruição e frequência às atividades culturais; 4. Desvalorização e baixo reconhecimento das manifestações culturais dos grupos em situação de risco; 5. Alto nível de discriminação institucional, cultural e social; 6. Alto nível de violência decorrentes de preconceitos e estereótipos culturais.

5. Dados organizados a partir das informações disponíveis em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>, acesso em 25/09/2024.

PROBLEMA	Desvalorização da produção cultural dos grupos e comunidades e sua exclusão dos meios de produção, fruição e difusão cultural	Dificuldade de grupos expostos a situações de risco de terem seus modos de vida, saberes e fazeres culturais reconhecidos e valorizados, bem como terem acesso aos meios de preservação, fruição e exercício dos direitos culturais e apropriação do patrimônio cultural coletivo.
CAUSAS	1. Baixa oferta de espaço de socialização e convivência para crianças, jovens, adultos e idosos; 2. Insuficiente oferta de eventos culturais gratuitos ou de preço acessível; 3. Insuficiente infraestrutura cultural acessível a toda população; 4. Ausência de política para formação cultural continuada; 5. Reduzida oferta de ensino de arte nas escolas; 6. Baixo reconhecimento do protagonismo cultural popular e independente; 7. Poucos programas regulares de fruição de produtos e equipamentos culturais; 8. Inexistência de ações governamentais de fomento e valorização da produção artística comunitária; 9. Baixa difusão da produção cultural de grupos e comunidades.	1. Baixa oferta de espaço de socialização e convivência para crianças, jovens, adultos e idosos; 2. Insuficiente oferta de eventos culturais gratuitos ou de preço acessível; 3. Insuficiente infraestrutura cultural acessível a toda população; 4. Ausência de política para formação cultural continuada; 5. Reduzida oferta de ensino de arte nas escolas; 6. Baixo reconhecimento do protagonismo cultural popular e independente e de grupos em situação de risco; 7. Poucos programas regulares de fruição de produtos e equipamentos culturais; 8. Inexistência de ações governamentais de fomento e valorização da produção artística comunitária; 9. Baixo reconhecimento difusão e aproveitamento econômico da produção cultural de grupos e comunidades excluídas ou em situações especiais; 10. Repertório cultural limitado; 11. Cultura com fortes componentes estereotipados e preconceituosos em relação à orientação sexual, idade, etnia, gênero e em situação especial (saúde mental, necessidades especiais, população carcerária); 12. Insuficiência de políticas culturais intersetoriais; 13. Ausência de políticas de valorização dos direitos humanos; 14. Ausência de políticas de reconhecimento e valorização das diferenças culturais e de situações existenciais.

O público prioritário, na portaria de 2013, era muito extenso e se refletiu na grande dificuldade em priorizar que havia na oficina de modelo lógico. A SCDC trouxe para a portaria todo o conjunto construído no ML e mais algumas categorias que lá não apareceram. Supomos que a priorização se daria no momento de formulação dos editais.

Entretanto, é bom lembrar que a definição do público-alvo é condição para dimensionar e orientar as ações, bem como delimitar as possibilidades de avaliação. Na ausência ou na impossibilidade de definição precisa de público-alvo são necessárias medidas de monitoramento de ações que deem conta dos resultados e do atingimento de metas das ações programadas. Também eram necessários debates e uso de critérios internos à SCDC que orientem a alocação de recursos do programa e a definição de critérios de priorização de ajuda nessas escolhas (Barbosa da Silva; Labrea et al, 2012b, p.12-3).

A nova portaria conceitua ponto e pontão. Esta descrição dialoga com a apresentada no Relatório Final de Redesenho, em que se tentou preservar os conceitos originais de ponto e pontão, acrescentando suas funções e algumas particularidades. Segue abaixo a nova conceituação:

- *Pontos de Cultura: parcerias executadas com pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou grupos e coletivos sem personalidade jurídica que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades, contribuindo para o exercício em prol dos direitos culturais, sociais, ambientais, econômicos e humanos;*
- *Pontões de Cultura: parcerias executadas com pessoas jurídicas de natureza ou finalidade cultural que desenvolvam, acompanhem ou articulam, em rede, atividades culturais com os Pontos de Cultura ou com outras redes socioculturais, com vistas à troca de experiência e ao desenvolvimento de ações conjuntas, em nível estadual, regional ou por áreas temáticas de interesse comum (Brasil, 2013).*

O ponto de maior distanciamento entre o que foi proposto no redesenho e a portaria está na forma de repasse de recursos. A portaria prioriza transferências voluntárias e subvenções sociais e editais de bolsas e prêmios. Havia, no entanto, um entendimento, no Redesenho, que não se constrói política pública a partir de editais de prêmios e bolsas. A natureza dos prêmios (reconhecimento de atividade já desenvolvida ou a desenvolver) e das bolsas (recursos mensais por tempo determinado a pessoa física) não é o mais adequado: os prêmios reconhecem uma prática e é apenas isso, não há compromisso com continuidade ou ações de longo prazo e as bolsas demandam uma burocracia que torna inviável monitorar, avaliar ou ampliar a ação.

O Redesenho, idealmente, seria o momento em que a SCDC, junto com o Ipea e um Grupo de Trabalho interinstitucional, investiria recursos humanos e materiais para ir além de levantar problemas – os problemas eram públicos, como vimos ao longo deste estudo. A aposta da Secretaria para melhorar os procedimentos, no entanto, encontrou resistência entre os pontos de cultura em função principalmente

do contexto institucional do MinC. O discurso de desmonte e criminalização dos pontos de cultura aparentemente encontra no Redesenho mais um elemento para fortalecer seus argumentos.

Se em 2009, quando ocorreu o Seminário Internacional, o MinC e os pontos eram parceiros e aliados, trabalhando juntos para que a política fosse bem-sucedida e, nesse contexto, o discurso que explicitava que os conceitos não davam conta da experiência dos Pontos não foi alvo de nenhuma comoção para mantê-los inalterados. Ao contrário, a aposta de então era qualificar a política, ganhar escala, ampliar os recursos e estava valendo o discurso que o “Programa Cultura Viva estava em permanente construção...” que aparece como característica do programa em Cultura Viva (Brasil, 2005a).

Em 2011 o clima político era outro e a ideia de redesenho foi vista com desconfiança pelos ponteiros e o redesenho foi entendido por uns como uma estratégia para acabar com o programa, outros entendiam que não havia necessidade de redesenho – os conceitos eram adequados e suficientes, não precisava mudar nada, a necessidade era de retorno ao que era antes.

Se até então as análises do Ipea eram referência e apareciam como argumento – tanto para gestores, ponteiros e pesquisadores – para qualificar a política, a partir de então as credenciais dos pesquisadores, seu alinhamento conservador, sua metodologia positivista, sua parcialidade foram objetos de críticas e questionamentos.

Houve, por parte de uma parcela dos pontos, um movimento deliberado para não entender o sentido de redesenho proposto pela secretaria e ressignificá-lo à luz da disputa por sentidos que se instaura entre o MinC e os ponteiros a partir de 2011. Aderir ao projeto de redesenho significava de alguma forma legitimar a nova gestão, aceitar o novo lugar que o MinC relegou os pontos; encarar o programa como um problema a ser resolvido. Os ponteiros, como estratégia de resistência, não aderiram ao projeto.

Na primeira edição dos Diálogos Virtuais, 177 pontos e pontões responderam às questões e na segunda rodada apenas 55, na terceira reunião não houve Diálogo Virtual, embora todas as questões e materiais de subsídios ficassem disponíveis online e os pontos poderiam respondê-las e desse modo influenciar o novo desenho do programa.

Não obstante ter sido uma opção política e uma estratégia de resistência não participar de forma plena, em janeiro de 2013, alguns pontos de cultura e a CNPdc, ao reunirem-se com a Ministra Marta Suplicy e falarem do Redesenho, entre outras críticas, mencionam que “o redesenho poderia ter sido feito em regime de co-pesquisa com os Pontos de Cultura, que detém um enorme conhecimento e expertise sobre as possibilidades e limites do Programa, diminuindo as distorções e análises apresentadas⁶”.

Ou seja, os ponteiros na reunião com a Ministra, apagaram da história do Redesenho o fato de que eles

6. Fonte: <http://www.overmundo.com.br/overblog/reuniao-entre-pontos-de-cultura-e-marta-suplicy>, acesso em 01/11/2013.

foram convidados pela SCDC e pelo Ipea a estabelecer uma interlocução com o projeto, a partir da participação da CNPdC no GT e dos Diálogos Virtuais e optaram por não participar destes espaços de forma contundente e organizada. Também apagaram o fato de que poderiam ter modificado a pauta, as questões e os temas e que igualmente abdicaram dessa posição.

Sua leitura do Relatório foi política e ignoraram ostensivamente todos os aspectos ali presentes que iam de encontro à sua narrativa⁷, inclusive o fato de que os principais temas abordados no Redesenho dialogavam diretamente com as reivindicações e proposições dos próprios pontos e pontões de cultura, feitas e documentadas em reuniões e publicações anteriores.

Como bem disse um gestor de um ponto de cultura: “A política não tem compromisso com a memória, não importa que o conteúdo do Redesenho seja uma resposta a demandas antigas, mas sim o que ele representa aos que querem manter as coisas como estavam antes: prêmios, prêmios, prêmios para tapar o buraco dos convênios”. Acrescentou que “quase ninguém leu o Relatório, quem leu não entendeu, ninguém fez críticas pontuais, questionou os números, as fontes, se deteve no conteúdo que estava proposto”. Segundo sua interpretação, os pontos de cultura, através da CNPdC, “se organizaram para repudiar publicamente o que ele representa: a mudança de prioridade, a alternância de interlocutores. E deu certo” (Labrea, 2014, p.244).

No início de 2014, aconteceu a I Reunião de Elaboração Compartilhada de Ferramentas para o Aprimoramento do Programa Cultura Viva. Este encontro foi o primeiro passo para a formação de um Grupo de Trabalho intersetorial que tinha a missão de otimizar o planejamento estratégico do programa. Esta ação foi adotada em todas as demais secretarias e vinculadas do Ministério da Cultura e fez parte dos esforços do Governo Federal de modernizar a administração pública.

O plano de modernização do Programa Cultura Viva tinha três metas prioritárias: a consolidação do programa como uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura; a estruturação da

7. Exemplos: “o Ipea não analisou as dificuldades burocráticas para operar os convênios do ponto de vista dos Pontos de Cultura, que foram reduzidos ao estatuto de inadimplentes”. Fonte: <http://www.overmundo.com.br/overblog/reuniao-entre-pontos-de-cultura-e-marta-suplicy>, acesso em 1/11/2013. O Relatório Final mostra uma análise detalhada de todos os Relatórios de Auditoria da CGU que mapeiam todas as dificuldades burocráticas para operar os convênios do pontos de vista dos Pontos e faz extensa lista de todos os procedimentos para corrigir esses problemas (cfe. Relatório Final p.37-8; Relatório Parcial p.18-21; o livro Cultura Viva; Práticas dos Pontos e Pontões (2011) descreve, do ponto de vista dos pontos/pontões todas suas dificuldades burocráticas). “A ideia de que os Pontos não gerariam recursos próprios e não são “sustentáveis” norteou o redesenho do IPEA que compara os Pontos com as atividades culturais tradicionais (a indústria cultural e outras atividades formais) que vivem da renúncia fiscal, também dependendo de financiamento público e não são “mais sustentáveis” que os Pontos”. Fonte: <http://www.overmundo.com.br/overblog/reuniao-entre-pontos-de-cultura-e-marta-suplicy>, acesso em 1/11/2013. A posição do Ipea, desde Cultura Viva; Práticas dos Pontos e Pontões (2011), é exatamente o contrário do sugerido neste relato: a narrativa dos pontos/pontões mostra que existem diferentes níveis de sustentabilidade: dependência total do recurso do MinC, dependência parcial e autossustentabilidade. Para cada tipo, o redesenho sugere níveis diferentes de recursos, a fim de estimular a autonomia financeira dessas instituições. Outro aspecto que aparece neste relato é a “criminalização” dos Pontos. Esse discurso tem como origem os próprios Pontos, que assim interpretaram os procedimentos do MinC a partir de 2011. Em nenhum momento do Relatório o Ipea sugere que os Pontos sejam responsáveis pelos problemas de gestão. Ao contrário, reconhece que o problema é o desenho do programa e sugere investimentos por parte do MinC em formação, RH, memória institucional para dar suporte ao trabalho desenvolvido pelos Pontos.

participação social e a qualificação da gestão do programa. Para a consolidação do Cultura Viva, o entendimento do MinC é que a secretaria precisa avançar no fluxo de avaliação dos resultados do programa, na definição de parâmetros de avaliação, para que se possa identificar o impacto que as políticas públicas causaram nas comunidades.

Havia a necessidade de dar continuidade ao estreitamento das relações com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e à articulação em rede com os gestores do programa de todo o país, inclusive, com os procuradores dos governos estaduais, para minimizar a sobreposição de legislações que interessam ao conjunto de políticas públicas do Ministério da Cultura. Na busca da consolidação de uma política nacional para o Cultura Viva, a secretaria propõe a elaboração de uma ação de planejamento unificado entre todos os atores do Programa Cultura Viva, dentro e fora do MinC (Brasil, 2014).

Após esse período, vivenciamos um momento de inflexão marcado pelo golpe de Estado que destituiu a presidente Dilma Rousseff em 2016, ainda no início de seu segundo mandato. A ascensão do vice-presidente, até então com um papel meramente figurativo, deu início a um processo de desmantelamento da agenda social estabelecida nas primeiras gestões do presidente Lula e continuada pela presidente Dilma. Em janeiro de 2019 o MinC foi extinto.

Essa ruptura democrática, que contou com amplo apoio do Congresso Nacional, pavimentou o caminho para uma eleição presidencial que resultou na escolha de um político ultraconservador, até então sem relevância histórica na Câmara dos Deputados. Eleito democraticamente, esse político promoveu a retirada de direitos já consolidados e um retrocesso de décadas na agenda social, resultando em cortes significativos no orçamento destinado a essas políticas. A pandemia de Covid-19, em 2020, fragilizou ainda mais essas políticas, deixando os artistas e grupos culturais em situação de vulnerabilidade social.

Por isso, a retomada da agenda social, com a eleição do Presidente Lula e a reconfiguração dos ministérios e do orçamento federal, gerou ampla expectativa por parte da sociedade de que as políticas culturais fossem novamente inseridas na lista de prioridades do governo federal. A nomeação de Margareth Menezes, uma mulher negra, baiana, cantora e fundadora da Associação Fábrica Cultural, sinalizou que “a Cultura voltou”.

5. Considerações finais



Foto: TT Catalão, 2008.

O texto buscou, primeiramente, localizar o programa Cultura Viva — com seus pontos, pontões e redes — no contexto da evolução dos programas do PPA, para então apresentar uma dimensão financeira do investimento. É claro que não demos conta de toda a complexidade institucional nem das inúmeras ações que ocorrem na prática da gestão pública nos diferentes territórios. Mas conseguimos levantar pistas que apontam as múltiplas narrativas em torno do programa e dos seus resultados efetivos, por meio da construção e reiteração da memória discursiva do programa.

Estabeleceram-se evidências que permitem distinguir as múltiplas narrativas a respeito do programa e dos seus alcances reais. Ficou evidente que a programação orçamentário-financeira e física do PPA nem sempre bate com o modelo idealizado para o Cultura Viva, no âmbito do ML. O modelo lógico mostrou as diferentes formulações e desenho do PCV, ao longo desses 20 anos. Essas reconfigurações e novos efeitos de sentido para essa política, no entanto, não impactaram a opção dos gestores por editais de prêmios e bolsas. Também vimos, em 2024, a retomada de editais de fomento a pontos e pontões de cultura, no âmbito da secretaria.

Há em 2014 uma ruptura com a memória discursiva do programa: a ideia de que o “ponto já é”, uma ideia-força que acompanhou toda a primeira fase do programa, é substituída pelas expressões “política cultural de base comunitária” ou “equipamento cultural de base comunitária”, termos opacos, mais aproximados da gramática da gestão pública para designar as ações nas comunidades dos pontos e pontões.

Vimos a estruturação dos programas do PPA, as ações continuadas e as descontinuadas, bem como a desconstrução do programa. Essa distância mostra como, na governança pública, os programas nem sempre seguem o roteiro do planejamento inicial — e muitas vezes perdem fôlego ou sofrem desmontes, dependendo de prioridades políticas ou dos problemas na economia. Sabemos que a maturação global de um programa não anda no mesmo ritmo que a maturação de cada ação específica, e algumas iniciativas podem ser descontinuadas, como podemos ver ao longo do PCV.

Na prática, o Cultura Viva funciona a partir de fomentos via editais, convênios, bolsas e premiações. Estabeleceu convênios, bolsas e premiações. Porém, os conceitos que orientam esse funcionamento oscilaram ao longo do tempo — expondo a dinâmica processual típica da ação pública, com suas dificuldades de planejamento, execução e uso adequado dos instrumentos de política. Além disso, o valor simbólico do programa não é isolado: ele depende de um ecossistema de atores, incluindo gestores, sociedade civil, artistas, órgãos de controle e até os debates macroeconômicos que, vez ou outra, derubam as contas e respingam em qualquer política pública.

Referências

- ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos Ministros da Cultura 2003-2010. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. Revista de Políticas Públicas, UFMA, v. 22, n. 1, p. 239-259, 2018.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B. (org.). Cultura Viva; as práticas de pontos e pontões. Brasília: IPEA, 2011.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A.; ARAÚJO, Herton E. (org.). Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania: Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2010.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; CALABRE, Lia (org.). Pontos de Cultura; olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2011.
- [BARBOSA DA] SILVA, F. B.; LABREA, V. C. V. (org.) Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva. Brasília, Ipea, 2014. BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; LABREA, Valéria Viana (org.). Relatório Parcial do Redesenho do Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2012a.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; LABREA, Valéria Viana (org.). Relatório Final do Redesenho do Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2012b.
- BRASIL. Almanaque. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2009a.
- BRASIL. Almanaque Cultura Viva. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010a.

BRASIL. Cadernos do Do-in Antropológico. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: MINC, 2003.

BRASIL. Lei Complementar nº 202/2023. Brasília, Congresso Nacional, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.018/2014 que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva. Brasília, Congresso Nacional, 2014.

BRASIL. Lei nº 14.399/2022 que institui Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura. Brasília, Congresso Nacional, 2022.

BRASIL. Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 7. Brasília: IPEA, 2009b.

BRASIL. Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 8. Brasília: IPEA, 2004a.

BRASIL. Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 9. Brasília: IPEA, 2004b.

BRASIL. Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 21. Brasília: IPEA, 2013.

BRASIL. Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 25. Brasília: IPEA, 2018.

BRASIL. Programa Cultura Viva; primeiro relatório de avaliação dos Pontos de Cultura. Brasília: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005b.

BRASIL. Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. Brasília: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005a.

BRASIL. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva: autonomia, protagonismo e fortalecimento sociocultural para o Brasil. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010b.

BRASIL. Teia: Rede de Cultura e Cidadania. Brasília: MINC, 2006.

CASSIOLATO, Maria Marta. Modelo Lógico e Teoria do Programa: uma proposta para elaborar programa e organizar avaliação. Brasília, Ipea, 2008.

CASSIOLATO, Maria Marta. Modelo lógico e a teoria do programa: uma proposta para organizar avaliação. Revista Desafios do Desenvolvimento. Brasília, Ipea, ano 7, edição 63, 2010.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: Ipea, 2010. (Nota Técnica n. 6).

CAVALCANTE, Pedro; NOGUEIRA, Ronaldo Alves. Crise Fiscal e Reforma do Estado: uma análise longitudinal das contas públicas federais. In BRASIL. Reformas do Estado no Brasil-Trajetórias, inovações e desafios. Rio de Janeiro: IPEA, 2020,

DOSSE, François. A história do estruturalismo. v.2. São Paulo: Ensaio; Campinas: EdUnicamp, 1994.

DOSSE, François. História do Estruturalismo. v. 1. São Paulo: Ensaio, 1993.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Relatório da Oficina – Construção de modelo lógi-

co para monitoramento da política pública e construção de indicadores do PDDE. Brasília: FNDE, 2020.

FONTELES, Bené (org.). Nem é erudito nem é popular; arte e diversidade cultural no Brasil. Brasília: MINC, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDURSKY, Freda. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, Freda; CRISTINA, Maria; FERREIRA, Leandro. Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

LABREA, Valéria. A memória discursiva na primeira fase do Programa Cultura Viva: o imaginário no poder. In: Anais do ENECULT. GT Cultura Viva. Salvador: UFBA, 2024.

LABREA, Valéria Viana. A vanguarda que se auto-anula ou a ilusão necessária. Cartografia da Rede Brasileira de Educação Ambiental 2003-2008. Brasília; CDS/UnB, 2009.

LABREA, Valéria Viana. Cultura Viva: redes temáticas e rede de governança como estratégia de participação social ampliada. São Paulo: Fundação Itaú Cultural; Girona, Espanha: Universidad de Girona, 2012. (Monografia de Especialização).

LABREA, Valéria Viana. Redes híbridas de cultura: o Imaginário no poder. Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, 2014.

LABREA, Valéria Viana; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. Programa Cultura Viva; análises e observações. BSB: SCC/MinC/PNUD, 2009.

LABREA, Valéria Viana; VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; VIANA, Mariana Peleje. Análise do Modelo Lógico do Programa Dinheiro Direto na Escola: subsídios para pensar seu sistema de monitoramento e indicadores. In: GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SILVA, Maria Vieira; GONZAGA, Yone Maria, (org.). Políticas de descentralização financeira na educação brasileira: o Programa Dinheiro Direto na Escola em foco. Curitiba: CRV, 2022.

LACLAU, Ernesto. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4 ed. Campinas: Pontes, 1996

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio: o movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1993b.

ORLANDI, Eni P. (org.) Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993a.

ORLANDI Eni P. (org.). Gestos de Leitura: Da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas de cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T.(org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura – O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

Anexos

Anexo 1: Evolução dos empenhos do Programa Cultura Viva em seus diferentes desenhos, 2004 a 2002

EMPENHO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2016	2017	2018	2020	2022	2023	2024
1141 - Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	0	0	0	0	282.085.654	268.567.122	230.721.281	157.510.410	0	0	0	0	0	0	0	0
009L - Concessão de Bolsas para Agentes Culturais	0	0	0	0	6.597.748	5.722.226	95.390	7.173.882	0	0	0	0	0	0	0	0
2272 - Gestão e Administração do Programa	0	0	0	0	2.046.568	4.027.682	3.525.851	1.293.821	0	0	0	0	0	0	0	0
2948 - Capacitação para Ampliação do Acesso à Produção, Fruição e Difusao Cultural	0	0	0	0	9.563.428	23.782.728	16.703.191	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2A75 - Escola Viva- Cultura, Educação e Comunidade	0	0	0	0	5.265.444	10.109.367	0	4.211.730	0	0	0	0	0	0	0	0
5104 - Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8886 - Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	0	0	0	0	256.727.506	223.129.052	209.166.811	144.830.977	0	0	0	0	0	0	0	0
8891 - Apoio a Iniciativas de Economia Solidária Relacionadas à Cultura	0	0	0	0	1.884.960	1.796.066	1.230.038	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1141 - Cultura, Educação e Cidadania	0	144.716.944	117.740.358	315.127.267	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2272 - Gestão e Administração do Programa	0	2.676.728	785.147	869.394	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2948 - Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores em Arte e Cultura em Áreas Habitadas por Populações de Baixa Renda	0	3.115.243	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2948 - Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura	0	0	2.521.758	9.947.648	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2A75 - Escola Aberta à Cultura- Escola Viva	0	0	0	2.490.139	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5104 - Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	0	138.924.973	114.433.453	301.820.086	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1141 - Cultura, Identidade e Cidadania	11.705.921	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2272 - Gestão e Administração do Programa	531.081	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2936 - Fomento a Projetos de Produção e Difusão Cultural em Áreas Habitadas por Populações em Situação de Vulnerabilidade Social	1.773.271	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2938 - Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais em Áreas Hab_ por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social	475.927	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2948 - Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores em Arte e Cultura em Áreas Habitadas por Pop_ em Situação de Vulnerabilidade Social	3.536.650	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5104 - Instalação e Modernização de Espaços Culturais em Áreas Habitadas por Populações em Situação de Vulnerabilidade Social	5.388.992	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.176.452	12.604.577	9.453.812	0	0	0	0
215G - Implementação da Política Nacional de Cultura Viva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.176.452	12.604.577	9.453.812	0	0	0	0
2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	0	0	0	0	0	0	0	0	110.670.325	0	0	0	0	0	0	0
20K9 - Fortalecimento de Espaços e Pontos de Cultura e Desenvolvimento e Estímulo a Redes e Circuitos Culturais	0	0	0	0	0	0	0	0	110.670.325	0	0	0	0	0	0	0
5025 - Cultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	487.157	1.300.000	0	0
215G - Implementação da Política Nacional de Cultura Viva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	487.157	1.300.000	0	0
5125 - Direito à Cultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
215G - Implementação da Política Nacional de Cultura Viva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral	11.705.921	144.716.944	117.740.358	315.127.267	282.085.654	268.567.122	230.721.281	157.510.410	110.670.325	3.176.452	12.604.577	9.453.812	487.157	1.300.000	0	0

Fonte: Siop, elaboração dos autores, 2025.

Sobre os autores

Adair Rocha - Possui graduação em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1979), graduação em Bacharelado em Filosofia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia Ciências e Letras (1979), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1985) e doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Pós-doutor em comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Atualmente é representante da sociedade civil - Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, diretor do departamento cultural da UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor titular da mesma Universidade. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Comunicação Comunitária, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, comunicação, política, favela e cidade. Autor de Cidade Cerzida. E-mail: adair.l.rocha@gmail.com

Antonio Albino Canelas Rubim - Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador da pesquisa-ação Agentes Culturais Democráticos, realizada com apoio do Ministério da Cultura. Um dos três coordenadores do GT Cultura e Políticas Culturais do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Autor de artigos, ensaios e livros sobre cultura, cultura e política, comunicação e política, políticas culturais, publicados no Brasil e no exterior. Professor de Programas de Pós-Graduação em Políticas Culturais no Equador e no Uruguai. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba. Ex-Diretor da Faculdade de Comunicação da UFBA. Ex-Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA. Ex-Presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Ex-Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Ex-Secretário de Cultura da Bahia. E-mail: albino.rubim@gmail.com

Alexandre Barbalho - professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC. Atua principalmente com os seguintes temas: política cultural, política de comunicação, mídia e cidadania, mídia e minorias, mídia e política, elites. É autor, entre outros, de: Relações entre Estado e cultura no Brasil (1998); Democracia radical e pluralismo cultural (2015); Política cultural e desentendimento (2016) - edição em espanhol: Política cultural y desacuerdo (2020); Cultura e democracia (2017 e Sistema Nacional de Cultura. Campo, saber e poder (2019). É coorganizador, entre outros, de: Comunicación y cultura de las minorías (com Raquel Paiva, 2012); Políticas Culturais no Brasil (com Albino Rubim, 2007); Federalismo e políticas culturais no Brasil (com Lia Calabre e José Márcio Barros, 2013); Política e emergência culturais: análises sobre a Lei Aldir Blanc (com Luiz Augusto Rodrigues, 2022) e Federalismo cultural em tempos nacionais sombrio (com Lia Calabre e Albino Rubim, 2023). E-mail: alexandre.barbalho@uece.br

Ana Lúcia Pardo – Assessora da Comissão Permanente de Cultura na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e integrante do Conselho Estadual de Política Cultural RJ. Atriz, professora, gestora cultural, jornalista. Pós-doutora no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades na Universidade Federal Fluminense. Doutora e Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu funções de ouvidora e coordenadora da Divisão de Políticas Culturais da Representação do Ministério da Cultura RJ/ES, assessora da Funarte, da Fundação Biblioteca Nacional e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI. E-mail: anapardo.teatralidade@gmail.com

Clarissa Semensato – Doutora em Políticas Públicas, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Possui graduação em Ciências Sociais pela UENF e Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). Desenvolve pós-doutoramento em Cultura e Territorialidades na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua em pesquisas nos seguintes temas: Política Cultural, Economia Criativa, Patrimônio Cultural, Gestão Pública, Federalismo, Estado e instrumentos de participação social, como Conselhos e Conferências. É membro da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão. Foi professora do curso de Produção Cultural (UFF e CBM) e pesquisadora bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Trabalhou na Coordenação de Políticas Culturais da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, com a implantação do Sistema Estadual de Cultura e no suporte à implementação dos Sistemas Municipais de Cultura fluminenses. Atou em gestões municipais de cultura. E-mail: clarissaalexandra@gmail.com

Cleisemery Campos da Costa – Doutora em História Social – Faculdade de Formação de Professores/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ). Desenvolve pesquisas com ênfase em História Social; História Cultural; Políticas Culturais e Gestão Cultural. Atriz bonequeira no Teatro de Bonecos Trio de Três. Tia de onze lindos sobrinhos. Nascida no Largo da Ideia, em São Gonçalo – RJ. Leituras e comunicação cultural nas redes sociais: facebook cleise.campos | Instagram cleisecampos2024 | E-mail: praiadaluz64@gmail.com

Davy Alexandrisky – Tem um longo percurso profissional pela publicidade; fotojornalismo; foto industrial e social; passando pelo magistério de fotografia, formal, em Faculdades de Comunicação – Gama Filho e Federal Fluminense – e livre – MAM – Museu de Arte Moderna RJ, SESC, Sociedade Fluminense de Fotografia. Fotografia estática e fotografia de vídeo: institucional, instrucional e videoarte. Desenvolveu projetos de Residência Artística com Quilombolas e Indígenas. E-mail: davy@campusavancado.org.br

Deborah Rebello Lima - Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com um período de pesquisa na University of Miami (2019-2020). Graduações em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (2009) e em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) foram complementadas por uma especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental pelo IUPERJ-UCAM (2012), bem como um mestrado pelo CPDOC/FGV. Foi bolsista de pesquisa e assessora técnica no Setor de Estudos em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, ligada ao Ministério da Cultura, de 2010 a 2016. Membro da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão da FCRB, integrou o Simap-Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da UFRJ. Vice-coordenadora do Labac/Laboratório de Ações Culturais na Universidade Federal Fluminense, onde colabora desde 2007. Atua como professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR), ligada ao Departamento de Artes, também sendo vice-coordenadora do curso de graduação em Produção Cultural na UFPR. Tem como enfoque pesquisas em Políticas Públicas de Comunicação e Cultura, com ênfase em: Representação, Economia Política da Comunicação e da Cultura, Teoria da Regulação, Papel do Estado, Antropologia dos Processos de Estado, entre outros. E-mail: deborahrebello@ufpr.br

Frederico Augusto Barbosa da Silva - Técnico de planejamento e pesquisa de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea) e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Organizador do livro Patrimônios de práticas na cultura brasileira em parceria com o Ministério da Cultura. Atua nas áreas pesquisa e avaliação em políticas culturais, metodologias e modelos analíticos em políticas públicas e teorias da ação pública. E-mail: frederico.barbosa@ipea.gov.br

José Marcio Barros - Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor aposentado colaborador do PPG Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Ex-Professor permanente externo do PPG Cultura e Sociedade da UFBA. Professor da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas. Atua nas áreas da Antropologia, Políticas Públicas e Cultura e Comunicação com ênfase em Gestão Cultural; Políticas Culturais; Diversidade Cultural; Processos de Mediação. É autor de vários artigos publicados em periódicos e de diversos livros nestas áreas. Coordena a organização não-governamental e grupo de pesquisa (CNPq) Observatório da Diversidade Cultural e o Programa Pensar e Agir com a Cultura. E-mail: josemarciobarros2013@gmail.com

Larissa Helena Olivares Herédia - Bacharelanda em Produção Cultural pela UFPR e licenciada em Ciências Sociais, com ênfase em Análise de Políticas Públicas sob a ótica da Sociologia Política pela UFSC

(2019). Atuou como professora da rede básica de ensino, é produtora cultural e estagia na Diretoria de Planejamento da Fundação Cultural de Curitiba (FCC). Durante sua formação acadêmica, já participou de pesquisas sobre a governança para um jornalismo de novo tipo (GPSJor), Análise de Conteúdo como método de pesquisa e iniciativas de Democracia Digital (COMPADD). Atualmente integra o Consórcio Universitário Cultura Viva, onde participou da concepção, produção e locução do “Cultura é Viva! Um podcast de valorização da diversidade cultural brasileira e da Política Nacional de Cultura Viva” em parceria com Luma Wyzykowska (UFF) e demais pesquisadores do projeto. Além disso, é artista visual, ashtangi e gateira. E-mail: larissahelena.ohrs@gmail.com

Lia Calabre – Doutora em história pela UFF. Professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos da FCRB e do Mestrado Cultura e Territorialidades-UFF. Professora colaboradora da Universidad de la Nación – CURE – UDELAR – Uruguai. Chefe do setor de Pesquisa de Políticas Culturais da FCRB (2003-2014; 2023-atual). Coordenadora da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão (2017-atual). Idealizadora e organizadora do Seminário Internacional de Política Culturais. Líder do grupo de pesquisa do CNPq “Política cultural – história e perspectivas contemporâneas”. Membro do CULT-UFBA e do LABAC-UFF. Foi presidente da FCRB (2015-2016). Organizadora e autora de diversos artigos e de livros, tais como: Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI, Políticas Culturais no Brasil: história e contemporaneidade e Escritos sobre Políticas Culturais. E-mail: liacalabre@gmail.com

Luiz Augusto F. Rodrigues – Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em História pela UFF. É professor Titular do Departamento de Arte da UFF, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades / PPCULT e ao curso de graduação em Produção Cultural. Coordena o Laboratório de Ações Culturais -LABAC-UFF (criado em 1999 - <https://labacuff.wordpress.com>). Eleito representante regional (Latin America and the Spanish-speaking Caribbean) da Association for Cultural Studies (para o quadriênio 2022-2026). É um dos editores de PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura (<https://periodicos.uff.br/pragmatizes/>). Coorganizador das coleções (e-books gratuitos) Mirante, Caleidoscópio e Ipsis Litteris (Instituto Grão e LABAC-UFF). Associado à Rede Internacional das Culturas (Brasil, Portugal, Moçambique), à Red Latinoamericana de Gestión Cultural, à cátedra UNESCO Política cultural e gestão, ao Laboratório Cidade e Poder (LCP-PPGH-UFF) e integra o GT CLACSO (2023-2025) Cultura e políticas culturais na América Latina no século XXI. E-mail: luizaugustorodrigues@id.uff.br

Luma Cortes Wyzykowska – bacharel em Cenografia e Indumentária pela UNIRIO, pós graduada em

Arte na Educação: música, teatro e dança pela Faculdade Conexão e cursou parte da graduação de Produção Cultural na UFF (2016, 2023 e 2024), participando da Iniciação Científica, sendo associada primeiro em 2023 a bolsa do CNPq e depois como pesquisadora ao Laboratório de Ações Culturais (LABAC) da UFF, ambos na pesquisa sobre Cultura Viva, e a partir de 2024 pelo Consórcio Universitário Cultura Viva. Dentro desse projeto, deu voz ao PodCast “Cultura é Viva! Um podcast de valorização da diversidade cultural brasileira e da Política Nacional de Cultura Viva”, em conjunto com a pesquisadora Larissa Helena Herédia, a partir de roteiros escritos coletivamente pelos pesquisadores do projeto. Além disso, é atriz reconhecida pelo SATED/RJ e atualmente é professora de teatro no Grupo Singulares de Teatro. E-mail: lumacw@id.uff.br

Tayane Bragança - mestra em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, com pesquisa voltada para o estudo de públicos de cultura. Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e especialização em Gestão Cultural pelo Centro Universitário SENAC. Foi Diretora Executiva do Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior – FORCULT na gestão 2021-2023. É produtora cultural na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e, desde 2024, atua como servidora do Escritório Estadual do Ministério da Cultura na Bahia. E-mail: tayanebraganca@gmail.com

Valéria Viana Labrea - Professora Adjunta na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na área de Política e Gestão da Educação do Departamento de Estudos Especializados. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (2014), mestre em Educação e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (2009). Especializações: Educação Transformadora: Pedagogias, Fundamentos e Práticas pela PUCRS (2021); Epistemologías del Sur pela Clacso-Argentina e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra Portugal (2020); Gestão Cultural pela Fundação Itaú Cultural e Universidade de Girona Espanha (2012), Educação Ambiental pelo SENAC (2007). Graduada em Letras licenciatura (2000). Pós-Doc no CPDA/UFRRJ (2022). Pós-Doc no PGDR/UFRGS (2025). Integrante do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação e do Cecampe-Sul. Pesquiso os seguintes temas: cultura, educação, educação do campo, educação para as relações étnico-raciais e da educação quilombola, políticas públicas. E-mail: valeria.labrea@ufrgs.br.



Entremeios de uma Cultura Viva

entrelaçamentos entre a PNCV e o pós-IV CNC

RESUMO:

O projeto “20 anos de Cultura Viva – pesquisa e formação”, uma parceria da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC) com três universidades federais (Fluminense, do Paraná e da Bahia) para implantação do Consórcio Universitário Cultura Viva (*ver: <https://consorcioculturaviva.uff.br/>*) traz a público esta publicação com desdobramentos pós-IV Conferência Nacional de Cultura, considerando os diferentes entrelaçamentos conceituais e práticos com eixos estruturantes da Política nacional de Cultura Viva (PNCV) e as discussões/enfrentamentos/possibilidades para o próximo decênio pós-IV CNC.

